

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**NO LIMIAR DO HUMANO – DOPING E PERFORMANCE ESPORTIVA
EM PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA**

Marcos Silbermann

**PORTO ALEGRE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**NO LIMIAR DO HUMANO – DOPING E PERFORMANCE ESPORTIVA
EM PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

**PORTO ALEGRE
2014**

Marcos Silbermann

**NO LIMIAR DO HUMANO – DOPING E PERFORMANCE ESPORTIVA
EM PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuck

Profa. Dra. Fabíola Rohden

Profa. Dra. Patrice Schuch

Prof. Dr. Arlei Sander Damo (orientador)

Sumário

Introdução: Seguindo o traçado de uma problematização	9
Capítulo I	24
Doping como Anthropological Problem	24
1.1-Modelando os limites do corpo	31
1.2-O corpo cosmopolítico	38
Capítulo II	41
O Esporte Múltiplo e os corpos cosmopolíticos	41
2.1-O acordo modernista e o corpo do atleta	45
2.3-A performance atlética e a possibilidade de novos acordos	57
2.3.1-Viver a vida inteira	57
2.4-O Movimento e o Corpo em Fluxo	68
2.4.1- “Enxergar o errado, sentir o efeito do erro e ouvir o som do errado”	74
2.5- Uma nova topografia para o corpo do nadador	77
2.5.1-A performance tecnopolítica ou um coletivo em ação	81
Capítulo III	83
O antidoping	83
3.1- O antidoping e as suas estratégias	87
3.2- Muitos dopings, outros problemas.	92
3.3 -Como enfrentar um novo problema?.....	101
3.3.1-A versão global do doping.....	112
3.3.2- Harmonization: valor e processo de padronização da luta antidoping	116
3.3.3.-The Code e a harmonização legal	120
3.3.4- Fazendo o código	123
3.3.5- Qual é o doping do Código Mundial Antidoping?	126
3.4-O que torna possível falarmos em doping?	128
Capítulo IV	131
O atleta monitorado ou dos dispositivos de controle e de visualização do doping	131
4.1-O passaporte biológico do atleta e uma nova política para o controle de dopagem	133
4.1.1.-Como efetuar o <i>doping control</i> ?.....	138
4.1.2- A emergência do athlete biological passport e os fundamentos de uma nova “ciência da detecção”.....	141
4.2-Abordagem direta: como caracterizar e provar o abuso de drogas	145
4.2.1-"A fronteira entre o antidoping e a medicina: o passaporte do atleta”	147
4.2.2- Como prevenir uma epidemia ou como produzir provas indiretamente?	151
4.2.3-Da prova bioquímica aos efeitos de verdade estatísticos	155
4.4-O novo regime de informação: um sistema de monitoramento eficiente e preciso	163
4.5-O Passaporte Biológico do Atleta: um novo acesso ao esporte de alta performance	165
Considerações Finais	168
O doping como heterogeneidade	168
Referências Bibliográficas	175

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto as controvérsias instauradas a partir do doping e o combate contra a sua utilização. Com o limite continuamente demarcado entre doping e antidoping, entre o lícito e o ilícito do esporte, os próprios limites do corpo, da natureza e do humano são traçados. Nesta direção desenvolver uma abordagem que descreva os coletivos sociotécnicos articulados a partir e através deste permanente conflito entre doping e antidoping é a via de entrada para uma melhor compreensão das relações entre esporte e tecnologia na atualidade. Seja, na performance atlética, que passa a ser compreendida como uma realidade intrinsecamente heterogênea a partir dos diversos artefatos sociotécnicos, conceituais e materiais envolvidos em sua constituição. Como nos contra investimentos realizados pelas instituições esportivas com o intuito de coibir e detectar as práticas de doping. No intuito de apreender como estas relações complexas produzem diversos dispositivos técnicos e conceituais que atuam nas intersecções entre o esporte profissional e a tecnociência, constituindo novas práticas e saberes sobre o corpo do atleta. Por fim, tensionando o *anthropos* como figura conceitual, tanto eticamente, questionando o que sabemos e compreendemos como humano, como disciplinarmente, explicitando os limites metodológicos da análise antropológica, quando se estabelece como um empreendimento disciplinar, que visa à compreensão do humano.

Palavras-chave: doping, performance atlética, coletivos sociotécnicos, corpo

ABSTRACT

This dissertation has as its object the controversies brought from doping and combating its use. With the continuously demarcated boundary between doping and anti-doping, between licit and illicit in sport, the limits of the body nature and the human are traced. In this direction the dissertation develops an approach that describes the pleadings from sociotechnical collectives and through this ongoing conflict between doping and antidoping is the entry pathway to a better understanding of the relationship between sport and technology nowadays. An athletic performance shall be understood as a reality intrinsically heterogeneous composed through the socio-technical relations, conceptual and material involved in its constitution , as in the investments made by the sports institutions in order to curb and detect doping practices. In order to grasp how these complex relationships produce various technical and conceptual devices that operate at the intersections between professional sport and technoscience, building new practices and knowledge about the athlete's body. Finally, tensing the *anthropos* as a conceptual figure, both ethically questioning what we know and understand as human as disciplinary, highlighting the methodological limits of anthropological analysis, when it happens as disciplinary project, which aims at understanding the Human.

Keywords: doping, athletic performance, sociotechnical collectives, body

AGRADECIMENTOS

Agradeço por estes últimos dois anos, este trabalho é o fruto das contínuas conversas e momentos vivenciados entre amigos, colegas, familiares e professores. Não há como desassociá-lo dos afetos compartilhados que tornaram possível passar por esses dois de mestrado.

Agradeço primeiramente ao apoio irrestrito e cotidiano de familiares, em sua capacidade de suportar as asperezas do dia a dia do trabalho acadêmico. Em particular, minha mãe Dóris por me alimentar diariamente com palavras de força.

Pelas muitas horas de parceria, discussões e mesas de bar: Anelise, Malhão, Federico, Osama, Marcello, Eduardo, Sara, Miguel, Segonne, David, Nino, Thiago, Joel. Carine pelo carinho.

Ao meu orientador Arlei Sander Damo pela liberdade e pela parceria no trabalho.

Ao Mirco Cevales pela amizade e aprendizado desses meses. Por ter aberto as portas de seu cotidiano para dividir saberes e experiências comigo.

Introdução: Seguindo o traçado de uma problematização

Em 27 de julho de 2013, o programa Histórias do Esporte do canal esportivo de tv a cabo Espn apresentou uma reportagem de aproximadamente dez minutos sobre o tema doping, cujo objetivo era abordar os recentes casos no atletismo. A breve reportagem foi uma das muitas veiculadas na mídia em reação aos casos de detecção do uso de anfetaminas e outros tipos de estimulantes, envolvendo quatro dos principais atletas da atualidade, a um mês do mundial de Moscou. Utilizada por velocistas interessados em seus efeitos estimulantes e no seu auxílio na perda de peso, a oxilofrina é um remédio utilizado para o tratamento de pessoas com hipotensão e é proibida pela agência mundial antidoping sob a pena de dois anos de suspensão. Estes casos, vindos à tona no início de julho, tinham como agravante envolverem alguns dos maiores velocistas da atualidade, medalhistas olímpicos como Tyson Gay e Asafa Powell. Com os casos de 2013, mais um tabu: a impressão de que o talento deles teria origem nas particularidades genéticas com os seus corpos talhados naturalmente para a velocidade, estava indo por água abaixo.

O vulto da constante suspeita de doping sobre o atletismo de alta performance voltava a emergir com a adição destes casos envolvendo alguns dos atletas mais vitoriosos da última década. Esse rumor não é gratuito. O número de atletas de ponta envolvidos em casos de doping tornava-se ainda mais expressivo. Entre os dez homens mais rápidos da história, pelo menos sete estiveram comprovadamente envolvidos em casos de doping. Além do fato de atingirem os últimos recordistas mundiais e o detentor da melhor marca de 2013, a vultuosidade desses números não levanta apenas suspeita, eles fazem emergir algumas questões que, de tempos em tempos, são anunciadas sobre os limites do esporte de alto rendimento. Problemas que falam sobre a insalubridade do esporte profissional e afirmam que, para ser um atleta capaz de competir em alto nível, é necessário colocar a saúde em risco ou que, para manter-se neste nível de competição, o uso de estimulantes e anabolizantes seria inevitável. Estes problemas não são de fácil resposta, eles tocam o âmago do esporte de alta performance e suas contradições. Como seria possível pensar no esporte que, simultaneamente, enaltece o desempenho físico e faz mal a saúde? Como sustentar que, para vencer, é preciso mais do que muito treino e preparo físico, mas também de preparo químico? Não quero dizer que o esporte incita

necessariamente a trapaça, mas que os próprios limites do corpo estão expostos e a busca contínua pela superação faz com que atletas invariavelmente procurem por meios arriscados.

O programa da ESPN tinha esse objetivo: expor alguns pontos cegos do esporte de alto desempenho. Para isso, voltou a um programa antigo, apresentado há onze anos, com um debate realizado após a polêmica levantada por um médico do interior de São Paulo que afirmava "preparar quimicamente" mais de cinquenta atletas brasileiros de diversas modalidades. Dentre eles, alguns pentacampeões mundiais de futebol, os principais nadadores do país, integrantes das seleções masculinas de vôlei e basquete e vários velocistas. O debate teve como ensejo as declarações feitas por este médico, o doutor Júlio Cesar Alves, em uma reportagem intitulada *Suplementos do Mal* e apresentada no mesmo programa *Histórias do Esporte* em 2003, contando a trajetória da corredora Eliane Pereira desde a sua infância, correndo entre os canaviais no interior do Maranhão, até o flagra do uso de estanozolol¹, feito durante o Troféu Brasil de Atletismo daquele ano, e a punição de dois anos recebida por ela.

Eliane era uma jovem talentosa nas provas de fundo. Tinha apenas dezenove anos e já havia ganhado a medalha de ouro nos 1.500 metros nos VII Jogos Sul-Americanos de Atletismo por um dos principais clubes do país, a Funilense. Dr. Júlio, como é repetidamente chamado pelos jornalistas, teria receitado o derivado sintético de Dihidrotestosterona (DHT) para Eliane. Inicialmente, o médico negou-se a falar, mas, com a insistência do repórter, acabou cedendo. Poucas semanas após a publicização do caso, Júlio César Alves decidiu proclamar, na presença do pai de Eliane e em defesa da atleta, que a indicação de estanozolol tinha como objetivo o tratamento de um desequilíbrio hormonal comum entre atletas, mas sem o objetivo de dopá-la. Eliane

1 Estanozolol: geralmente vendido com o nome de Winstrol (oral) e Winstrol Depot (intramuscular), foi desenvolvido pelos Laboratórios Winthrop em 1962. É um esteroide anabolizante sintético derivado da testosterona, e foi aprovado pela FDA (Food and Drug Administration) nos Estados Unidos para uso em humanos. O estanozolol tem sido utilizado em pacientes humanos e em animais para diversas condições. Em humanos foi demonstrado seu sucesso no tratamento da anemia e angioedema hereditário. Veterinários podem prescrever a droga para melhorar o crescimento muscular, produção de células vermelhas do sangue, aumentar a densidade óssea e estimular o apetite de animais fracos ou debilitados. O estanozolol é um dos esteroides anabolizantes geralmente usados como agentes ergogênicos e é banido do uso em competições esportivas sob as regras da International Association of Athletics Federations (IAAF). Winstrol (Stanozolol) é uma variante da Dihidrotestosterona e é geralmente utilizada para ciclos de definição muscular e foi clinicamente demonstrado que não provoca um aumento de massa exacerbado e assim como outros derivados da DHT (Dihidrotestosterona), não costuma se converter em estrógeno. Disponível em: <http://www.winstrol.com.br/> (Acesso em: 15/11/2012)

sofria da *síndrome da mulher atleta*, um mal que acomete mulheres com intensa atividade física, conseqüentemente com um nível de colesterol muito baixo. Como consequência desta baixa taxa de colesterol, o seu corpo pararia de sintetizar o estrogênio produzido endogenamente, acarretando na interrupção do seu ciclo menstrual, uma espécie de menopausa precoce e na perigosa perda de massa óssea. Portanto, Eliane estava em tratamento. Ele faz questão de argumentar que havia duas formas de fazer a reposição hormonal de Eliane, receitar uma pílula, o que provocaria retenção de líquidos e aumento de peso, prejudicando o seu desempenho atlético, ou a indicação de um suplemento nutricional. A sua opção foi pelo suplemento, junto com a indicação de interrupção do uso dez dias antes de competir, com o objetivo de não ser detectado nos testes.

O especialista em medicina ortomolecular ainda trouxe de forma contundente algumas das questões trazidas acima, sustentando que o esporte profissional estava apoiado em uma grande corrente de hipocrisia composta por corporativismo médico e esportivo, na qual o atleta era o elo mais fraco sobre o qual é colocada a culpa do doping. Eliane, como tantos outros esportistas brasileiros, era vítima desta hipocrisia. O doutor César Alves acusava o esporte de alto rendimento de ser uma farsa e das grandes vitórias serem forjadas por médicos e cientistas com a ajuda de tecnologia bioquímica – como alarmado no texto de introdução do debate, estes médicos seriam *“os verdadeiros responsáveis por transformar seres humanos em superatletas”*.

No programa de 2013, o apresentador lembra que, na época do debate, vários jornalistas colocaram a questão de quanto confiável era aquele médico perdido na interiorana Piracicaba e que afirmava ter um papel central na preparação de alguns dos atletas mais importantes do Brasil. Ele mesmo responde dirigindo-se aos seus incrédulos colegas de onze anos atrás, *“ano a ano a resposta foi sendo dadas, as máscaras foram caindo, ídolos desmontados, um a um recordistas se viram apontados nos exames antidopings. Sim, velhos companheiros! O Dr. Júlio era confiável.”*. O debate de 2002, organizado para discutir as questões levantadas pelas declarações de Júlio Cesar Alves, transformara-se em espaço para condenar e desacreditar o médico e a sua má intencionada forma de fazer medicina. No debate, o médico ortomolecular dividia a bancada com o médico da Confederação Olímpica Brasileira Bernardino Santi apresentado como autoridade nacional sobre doping e dois importantes técnicos do esporte brasileiro: Alberto Klar, técnico de natação responsável pela formação de

Gustavo Borges, e Nélio Moura, técnico de expoentes do atletismo brasileiro como Mauren Maggi e Jadel Gregório. É importante deixar claro que estes três integrantes da bancada ocupavam o papel de representantes “legítimos” do esporte, cujas declarações veiculadas na reportagem anterior os haviam acusado. Durante o debate, outras importantes figuras não presentes no estúdio interviram, como foi o caso do multicampeão de natação Gustavo Borges² e do técnico da seleção masculina de vôlei Bernardinho, que entrevistou através de uma ligação telefônica. Com o seu ímpeto habitual, Bernardinho acusava o médico piracicabano de charlatanismo e defendia a idoneidade dos outros componentes da mesa e de Gustavo Borges, que havia, particularmente, sido atingido pelas declarações do médico. Na plateia, ainda estavam presentes jornalistas, psiquiatras, a própria Eliane e seu pai, ex-atletas usuários de anabolizantes e outros técnicos.

O debate inicia com uma questão sendo colocada para Júlio César Alves: “*o senhor verdadeiramente acredita que estas substâncias anabolizantes não causam nenhum mal aos atletas?*”. O médico então responde com o que ele entende ser o estatuto científico da medicina e o papel do médico como seu oficiante. A medicina não é uma ciência exata, “*em medicina 2+2 não significa 4*”, ao médico não caberia simplesmente o papel de aplicar seus métodos e medicamentos, mas orientar o paciente através de critérios clínicos e laboratoriais. Nessa direção, a medicina é um jogo de minimização de efeitos e, portanto, de racionalização do uso de substâncias, sejam eles esteroides anabolizantes ou paracetamol. Ele enfatiza que não poderia dizer que os anabolizantes são drogas inócuas, afinal, os seus contrafeitos são largamente conhecidos há bastante tempo. O grande problema está no seu mau uso: grandes quantidades de esteroides sendo utilizadas sem acompanhamento médico. Por experiência própria, todos os pacientes dele, atletas ou pessoas com doenças degenerativas, obtinham bons resultados com a realização de reposição hormonal. A “*preparação bioquímica*” acompanhada por um médico com diferentes objetivos é um procedimento comum. Nas palavras dele, atletas ou pessoas com desequilíbrio hormonal são pacientes em tratamento, ao médico cabe orientá-los da melhor maneira.

² Gustavo Borges havia sido um dos esportistas, particularmente, atingidos pelas declarações de Júlio César Alves. Sem citar nomes, o médico declarara que alguns nadadores brasileiros classificados para finais olímpicas em Atlanta 96 haviam diminuído o ritmo nessas provas ao descobrirem que se fossem medalhistas estariam compulsoriamente obrigados a passarem pelo controle de dopagem.

A “preparação bioquímica no esporte” seria apenas mais uma das preparações envolvidas na constituição de atletas, contudo, tratada com hipocrisia.

Em imediato, o mediador em tom de seriedade recoloca a questão ao médico do COB, Bernardino Santi, “*mas isso não é completamente contra ao que se defende na medicina esportiva?*”. Santi inicia agradecendo as possibilidades de prestar o serviço de esclarecimento à sociedade sobre os perigos do doping e de evidenciar quem é o hipócrita daquela situação. Antes de abordar as questões mais gerais sobre o doping, o médico coloca que é necessário deixar claros alguns pontos do caso particular de Eliane. Neste momento, o debate sobre o doping passa a uma breve discussão sobre a condição clínica da corredora, com o nítido objetivo de estabelecer o diagnóstico e o tratamento corretos em contraposição aos realizados pelo médico ortomolecular. Primeiramente, Santi afirma que o estanozolol deflagrado pelo controle antidoping não é uma substância proveniente do suplemento receitado pelo médico, mas, sim, uma substância exógena utilizada para fins conhecidos. Na sequência, ele expõe que a definição correta do mal que acometia Eliane era de “tríade da mulher atleta” e não “síndrome”, sendo necessário esclarecer que a tríade seria, na verdade, um conjunto de sintomas: anorexia, amenorreia (interrupção do ciclo menstrual) e, por consequência, osteoporose.

Ele conclui indicando a Julio Cesar Alves que um médico nunca deveria tratar uma paciente com esses sintomas com anabolizantes. Em uma perspectiva clássica da medicina esportiva, o tratamento desses casos, mesmo os mais graves como os de anorexia, deve ser através de ajustes alimentares e na carga dos treinamentos e em casos ainda mais graves são utilizados suplementos como cálcio. Nesta sua contraposição minuciosa, Santi prescreve as dosagens de suplemento utilizadas, enfatizando que o tratamento deve ser feito de forma multidisciplinar: o que precisa ser tratado não é apenas o atleta através de um anabolizante, mas o seu contexto com a ajuda psiquiátrica e nutricional e com o apoio dos colegas e familiares. Utilizar anabolizante é um equívoco. Em particular sobre o doping, ele diz ser mentiroso afirmar que todos campeões são dopados. Em sua longa experiência profissional, Santi havia tido a oportunidade de acompanhar delegações brasileiras em olimpíadas e panamericanos. E podia garantir que a elite brasileira de atletas é composta por heróis que foram forjados sob “*suor, lágrimas, sofrimento, saudades, com fome e com vontade de fazer as coisas e não podendo fazer. Atletas como Hortência, Joaquim Cruz, Rogério Sampaio e Scheidt, não podem ser colocados nessa vala comum.*”. A existência de doping é inegável,

contudo, generalizar e atacar a imagem da maioria dos nossos medalhistas formados por inúmeros esforços e privações, era uma afronta ao trabalho incansável de médicos, treinadores e atletas envolvidos de forma séria com o esporte.

Em reação, o médico ortomolecular pede o seu direito de resposta com o objetivo de contestar a definição de dehidrotestosterona dada por Santi. Porém, é interrompido pelo apresentador com o argumento que o objetivo do debate não era abordar questões técnicas, mas discutir o doping de forma simplificada para atingir o maior número de pessoas. Tendo o seu argumento reforçado pelo médico do COB, que ressaltava ser o objetivo do debate levar o esclarecimento às pessoas comuns e não o pequeno número da população formada por atletas de elite, afinal, o uso de anabolizantes não seria um problema restrito ao esporte. O médico de Piracicaba estava prestando um “*desserviço*” a toda população, que enxerga nos grandes atletas o modelo de vida vitoriosa e saudável, um guia para direcionar as suas vidas.

Quero finalizar este prólogo com o repentino término da discussão aberta pelos dois médicos, logo nos primeiros momentos do debate da ESPN, e dar início à apresentação desta dissertação. Lembro que, fazendo eco às declarações de Júlio César Alves, a narração de introdução ao debate suspeitava da associação entre medicina e doping como a verdadeira responsável por produzir supercorpos capazes de realizar façanhas que os tirariam da própria condição de seres humanos. Os atletas de ponta seriam produtos dessa associação duvidosa entre as mais avançadas tecnologias médicas e o esporte de alto desempenho. Aos dois médicos é dada a chance de responder a esta suspeita. O debate é, por definição, um momento de confrontação de ideias: nele encontramos medicina, doping e treinamento, sendo rearranjados como se um dependesse inerentemente do outro. Mas não quero cair na suposição de que, neste debate, estejam contrapostas, simplesmente, duas opiniões sobre o doping, uma de defesa e a outra de acusação: partir desta suposição devolveria ao doping o estatuto de imoralidade, que intenciono problematizar neste trabalho.

Nas duas respostas encontramos expostas as implicações entre as definições de doping e medicina. Não são apenas concepções em seu sentido representacional, mas diferentes maneiras de praticar a medicina e, no limite, o próprio esporte. Definido por um médico como um conjunto de preparações entre as quais a química era mais uma e, por outro, como uma atividade coletiva de médicos, atletas e treinadores engajados por incontáveis esforços e privações, que fazem, inevitavelmente, de um medalhista

olímpico, herói. Para realizar esse confronto é necessário rever a condição de Eliane como atleta, paciente e vítima, e para esclarecer o uso de certas substâncias é preciso determinar as suas possibilidades de uso, seus riscos e demarcá-las como imorais. O doping é esse objeto movediço, que emerge não apenas através dessas atividades de significação, que o definem como imoral e insalubre, mas também da reconfiguração de realidades muito localizadas, como pode ser o consultório de um médico ortomolecular, onde o limite entre tratamento médico e doping é completamente difuso. Ou nos mecanismos de controle de dopagem que procuram detectar e escrutinar a presença destas infames substâncias nos organismos dos atletas e, é preciso que se diga, estas substâncias tornam-se infames à medida que aparecem nesses exames.

Essa exposição do doping como objeto movediço explicita a necessidade de esclarecer concepções sobre o estatuto da medicina e sobre a eficiência de certas substâncias, redefinir as posições de médicos e atletas. Na precisão de cada uma das respostas esportistas são transformados em heróis ou pacientes e o uso de estanolozol é definido como doping ou como tratamento médico. Nesta direção apresento o doping como objeto desta dissertação na tentativa de construir uma perspectiva a partir da intersecção entre duas abordagens antropológicas: a da antropologia do esporte e a da antropologia da ciência. Busco compreender o limiar estabelecido entre práticas esportivas e a utilização de uma variedade de dispositivos tecnológicos. Em particular, acompanhar os diferentes agenciamentos sociotécnicos (Deleuze, 1992; Callon, 1987) empreendidos em contextos nos quais o doping é como uma forma de problematização (Rabinow, 1999), que tensiona o esporte de alta performance, compreendido como o espaço de reiteração e atualização de representações e práticas sobre o corpo que, em certo sentido, torna-se humano na medida em que perfoma essas realizações atléticas. Portanto, o intuito é partir dos desenvolvimentos dessas duas perspectivas antropológicas para descrever o engendramento dessas redes heterogêneas que articulam diversos e diferenciados agentes, como atletas, testosterona, espectadores, mecanismos de controle antidopagem, técnicas de treinamento entre outros compostos, bem como compreender a produção de dispositivos tecnológicos capazes de relacionar as expectativas do mercado e da mídia, que têm no esporte profissional um dos seus principais campos de investimento com a produção de corpos cada vez mais eficientes e capazes de corresponder aos objetivos demandados.

Portanto, este trabalho é uma tentativa de compreender e descrever o doping como uma prática que se estende por diversas modalidades esportivas e que se desenvolve rapidamente não somente com o intuito de burlar os regulamentos esportivos, mas com o objetivo de potencializar os corpos dos atletas na busca por quebras de recordes. Nesse contexto, o uso concreto do doping, a associação entre atleta e substância proibida é somente uma das muitas associações possíveis no espectro heterogêneo de relações que envolvem o esporte de alto rendimento. Quando enuncio o doping como tema desta dissertação, simultaneamente, entra em cena um coletivo de agentes materiais e conceituais. Nesta direção, quero dizer que concebo o doping como uma prática inerentemente coletiva e heterogênea, pois implica uma série de relações sociais e dispositivos técnicos que não se resumem ao ato individual do atleta. Assim, pretendo apresentar o doping como um elemento de diferentes redes heterogêneas a partir das quais uma variedade de associações torna-se possível, incluindo as associações estabelecidas pela própria luta antidoping. Parafraseando John Law, podemos dizer que o doping participa de um mundo fracionado, “(...) *where bodies, or organizations, or machines are more than one and less than many*” (Law, 2004, 62p). Elas formam um coletivo no sentido dado pela teoria ator-rede (Latour, 2001) ao termo, pois o doping acessa um número incontável de outros agentes e, conseqüentemente, não ocorre somente no momento no qual é aplicado pelo atleta.

Ou seja, é necessário compreender o doping como um fenômeno coletivo, por implicar novas e diversas relações sociotécnicas e instaurar uma série de novos fluxos e variações ao seu redor produzindo mudanças nos mecanismos e regulamentações desenvolvidos pela agência anti-doping e incitando discussões em programas de televisão de grande audiência, seja para debater sobre o doping ou para ouvir a expiação dos atletas envolvidos. Portanto, a proposta que pretendo desenvolver nestes capítulos é a tentativa de descrever o doping como uma heterogeneidade de práticas e saberes articulados que ganha sentido e produz efeitos à medida que são performados³ (Mol,

3 Neste sentido, o termo doping torna-se específico demais, quase perde o seu sentido ao ser inserido nesta rede heterogênea. Quero dizer com isso, que em alguns momentos podemos compreender a dopagem como uma prática presente no cotidiano do atleta e que não difere em artificialidade dos outros mecanismos empregados no treinamento, ou melhor, que difere apenas a partir das relações estabelecidas durante o desenvolvimento destes coletivos. Falar em doping associado à luta proporcionada pelas agências internacionais estabelece uma direção e um conteúdo para estas práticas, é de alguma forma, recair nas marcações estabelecidas pelos próprios termos da luta antidoping. De modo que, neste trabalho procuro ter o cuidado de usar o termo doping nos contextos em que ele é utilizado, seja nas campanhas e dispositivos empreendidos pelas estratégias antidoping, como no cotidiano de treinamentos de nadadores.

1999), tanto através de práticas presentes no cotidiano de treinamento de atletas profissionais, quanto nas visualidades produzidas pelos dispositivos e estratégias desenvolvidas pelas agências que combatem o doping.

Torna-se relevante problematizar essa associação a partir da perspectiva da antropologia, em particular dos estudos sociais da ciência e tecnologia, pois em seu viés etnográfico e, sobretudo, em sua preocupação ético-política de tratar simetricamente pretensas dicotomias, procura captar empiricamente os efeitos, inclusive os efeitos de poder, produzidos pelas diversas e diferenciadas articulações empreendidas nesse complexo painel composto pelo esporte na atualidade. Com isso, também afastar-se da maioria das abordagens das ciências sociais, que, como mostram Noe e Trabal (2008) e Tavares (2002), reincidem em concepções negativas do doping e que, ao centrarem-se em um viés individualista, o concebem como desvio ou como o fruto de uma escolha racionalmente baseada que responde a este desvio⁴. Ainda devo ressaltar que este trabalho também difere de abordagens como a de Brissonneau (2010) que apresentam o doping como um meio de estabelecer redes de sociabilidade em certos âmbitos esportivos. Ele descreve como, na formação de ciclistas profissionais franceses, o doping é o meio que estabelece relações de sociabilidade entre os ciclistas experientes e os iniciantes: participar das festas nas quais os atletas compartilham comprimidos são verdadeiros rituais de iniciação dos ciclistas mais jovens. Além de centrar-se na relação atleta/substância, a execução da pesquisa é bastante particular. Como ex-ciclista, ele teve acesso a ciclistas amadores, profissionais e suas equipes de várias gerações que se dispuseram a contar a história de suas vidas a partir do esporte, o que possibilita construir as suas diferentes histórias da sociabilização através do uso destas substâncias. Nesse sentido, ele salienta os aspectos coletivos do doping que levam os atletas a utilizá-lo não, necessariamente, visando à trapaça, mas procurando por artifícios capazes de mantê-lo neste meio de atuação.

Aqui o objetivo é outro, pois intenciono descrever as cadeias de relações e seus efeitos implicados através e a partir do doping, entender o doping como um coletivo

4 Em seu trabalho do início da última década, Tavares aborda as poucas referências das ciências sociais que trabalham com o tema doping, entre o final da década de 70 ao final da década de 90. Ele identifica que, usualmente, balizadas pelas teorias da ação racional e dos jogos, estas pesquisas reiteram a concepção do doping como um fator negativo do esporte, muitas vezes compreendido como seu desvio padrão, um mal congênito, que precisa ser mais bem compreendido, mas nunca plenamente erradicado.

sociotécnico (Latour, 2001). Nesta perspectiva, deixamos de tentar identificar os *quês* e os *porquês* das práticas de dopagem e passamos a tentar reconhecer os *comos*, os processos de produção e estruturação de conceitos e de práticas engajadas por esses discursos. Podemos questionar o que torna possível falarmos em uma instituição tão abrangente e generalizada como o doping/antidoping? E, do ponto de vista antropológico devemos perguntar, como funcionam estes ordenamentos, sobre quais condições de possibilidade eles estão assentados?

Assim, abordar o doping a partir desta perspectiva permite com que compreendamos como algumas representações sobre o corpo humano e sobre o esporte são ordenadas e quais processos são empregados em sua manutenção. As associações estabelecidas entre práticas esportivas e técnicas de dopagem produzem efeitos e ordenamentos sobre a realidade, assim, elas são, em certa medida, projetos políticos, projetos de habitação e participação no mundo. As práticas de dopagem reforçam o princípio percebido por Annemarie Mol (1999). Para ela, política e tecnologia compartilham um mesmo aspecto: o seu interesse em interferir na realidade. As duas têm a pretensão de mudar a realidade e produzir novas formas de ordená-la. Com as práticas de dopagem não é diferente: o doping se estende agregando atores e criando assimetrias, novos ordenamentos e novas formas de performar a realidade são produzidos. E com elas novas possibilidades para imaginar e produzir corpos cada vez mais potentes.

Nesse sentido, esta dissertação procura desenvolver uma abordagem cartográfica (Biehl; Locke, 2010) que persiga algumas das específicas associações sociotécnicas implicadas através das demarcações cindidas entre doping e antidoping e os seus efeitos de poder produzidos a partir delas, estejam elas presentes no minucioso e continuamente renovado cotidiano de treinamentos envolvidos na formação de um atleta de ponta, ou nos dispositivos instaurados pela autointitulada “luta antidoping” para identificar e coibir o uso de substâncias proibidas. Se a capacidade descritiva da cartografia é, de fato, proporcional à capacidade dos mediadores estudados de produzirem articulações, centrar-se nas possíveis razões para o arriscado uso de substâncias proibidas por atletas ofereceria poucas opções de descrição. Chamo este estudo de cartografia por acompanhar os fluxos empreendidos através do doping e do antidoping, sem, necessariamente, definir previamente um campo de estudos com limites bem determinados, afinal, há muitas formas de falar, ver e concretizar o doping. O que existe

é um universo de indícios e, mais uma vez, de associações que servem como ponto de partida para compreendermos o estabelecimento destes agenciamentos envolvidos na moralização, coibição e detecção do doping.

O corpus de materiais analisados neste trabalho reflete os percursos delineados por alguns destes desdobramentos, bem como a dificuldade de estabelecer uma definição que totalize a heterogeneidade destas articulações empreendidas a partir do doping. Nele, reuni um extenso material documental, como outros momentos do mesmo debate da ESPN que utilizei para iniciar esta introdução, artigos de químicos e médicos envolvidos no combate ao doping, protocolos e procedimentos de controle de dopagem, campanhas publicitárias e outros materiais de divulgação publicados pela Wada⁵ e uma variedade de outros documentos, em sua maioria, disponíveis na internet. Ainda realizei uma pesquisa etnográfica em um clube formador de nadadores de Porto Alegre e de expressão nacional na intenção de acompanhar o minucioso trabalho realizado por um técnico profissional na constituição do cotidiano de treinamentos necessário para produzir corpos capazes de competir em alto nível.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos que, em sua totalidade, pretendem estabelecer um percurso que começa na tentativa de construir uma perspectiva particular sobre o doping ao propô-lo como um *anthopological problem* (Ong; Collier, 2007), como uma forma de problematizar os limites do humano como figura histórica. O primeiro capítulo tem como objetivo desenvolver o problema geral da dissertação: tem um teor marcadamente teórico, conquanto não busque definir um marco conceitual a partir do qual o doping e o antidoping serão abordados. A ideia é, justamente, identificar no doping um problema no sentido desenvolvido por Foucault no final de sua vida, uma forma de tencionar os limites do concebível como corpo e acompanhar os deslocamentos provocados pelo doping. Tanto nos modos de falar sobre o corpo e concebê-lo, como nos dispositivos empreendidos na manutenção de determinadas matrizes de coerência (Butler, 1999), que estabelecem as condições de possibilidade para associarmos o esporte à moralidade, à saúde e a uma concepção naturalizada do corpo.

A formulação desta perspectiva marca a constituição de uma abordagem a partir da qual os próximos capítulos estão relacionados de forma a apresentarem diferentes

5 World Antidoping Agency.

arranjos, diferentes formas de constituir e responder ao doping como problema. O exemplo do prólogo desta introdução, no qual encontramos, nos primeiros minutos de um debate televisivo, diferentes e excludentes formas de definir o doping em relação a medicina, os três capítulos posteriores desta dissertação empreendem um percurso por diferentes agenciamentos, sejam eles as estratégias empreendidas pelas instituições e outros agentes envolvidos na auto intitulada luta antidoping ou no cotidiano de treinamentos de nadadores profissionais, através dos quais são traçados e determinados os limites para um corpo denominado como humano.

No segundo capítulo, apresento a pesquisa etnográfica realizada em um clube de Porto Alegre. Fui a este tradicional centro formador de nadadores, O Grêmio Náutico União, com a intenção de etnografar o cotidiano de treinamentos que envolve a formação de atletas de elite, com a intenção de suspender, por um momento, a demarcação entre doping e antidoping e descrever as associações sociotécnicas envolvidas na potencialização de um atleta capaz de competir em alta performance. Devo deixar claro que não fui a campo procurando encontrar casos obscuros de atletas utilizando algumas das substâncias proibidas pelas agências esportivas, afinal, como deixei claro, o meu ponto de partida não é a associação entre atleta e substâncias, mas os coletivos de humanos e não humanos no presente de empreendimento das mediações sociotécnicas que tornam possível realizar estas demarcações, dar para determinadas substâncias o estatuto de proibidas e a certas práticas esportivas o estatuto de doping. Nesta direção, o segundo capítulo descreve os incansáveis cuidados e treinamentos desenvolvidos através da relação entre técnico e nadador, na constituição de um cotidiano que envolve e incorpora, continuamente, novos saberes sobre o corpo, novos implementos visando deixar o corpo mais plano e no qual práticas consideradas dopantes participam desses processos em busca do melhor desempenho. Neste contexto heterogêneo de variadas e infinitesimais mediações sociotécnicas, o problema do doping passa a ser o problema da própria alta performance esportiva: quem pode ser um atleta de ponta? Ou, ainda, o que faz com que um corpo seja capaz de realizar essas performances?

Nos dois últimos capítulos, foco nos esforços realizados pelas estratégias empreendidas pela Wada e outras importantes instituições esportivas para formular um problema – o problema do doping – e traçar as suas respectivas soluções, portanto, maneiras de rearranjar corpos, substâncias, natureza, o esporte de alta performance etc.

É nesta direção que através do doping encontramos contemporaneamente, uma forma de problematizar o corpo e é possível descrever esses contínuos e incansáveis esforços de traçar o limite entre o humano e o inumano, o natural e o artificial do corpo. Respostas são dadas tanto através da implementação de artifícios de controle, que visam a monitorar e detectar possíveis usos de substâncias consideradas proibidas, quanto artifícios de reiteração de valores, dos quais certas figuras do doping, da substância ilícita e do atleta dopado emergem em contraposição à figura do esporte e do atleta limpo. É através destas estratégias que o doping é nomeado e materializado. Em outras palavras, procurei descrever algumas das formas pelas quais o doping é feito através do antidoping. Na constituição desses dispositivos antidoping, são empreendidas a formulação e a reiteração dos cânones indispensáveis para o estabelecimento e manutenção do esporte de alta performance.

No terceiro capítulo, acompanho a emergência da agência mundial antidoping em sua tentativa de estabilizar-se como uma figura central e independente do combate contra o doping. Em particular, o seu esforço para definir o problema que, a partir do início dos anos 2000, começa a ser concebido em nível mundial, responsabilizando-se pela produção de uma variedade de dispositivos legais, educacionais e científicos, que visam a articular as relações entre instituições esportivas, agências internacionais e governos nacionais na tentativa de aumentar a eficiência da luta antidoping, tendo na publicação e contínua manutenção do código mundial antidoping a sua pedra angular.

Por fim, no quarto capítulo, acompanho a instauração de um novo mecanismo de controle desenvolvido pela *World Antidoping Agency* com o objetivo de implementar uma nova política de monitoramento e produção de provas do uso de doping. É a descrição de um dispositivo específico, o *Athlete Biological Passport* (ABP), do qual, a partir da sua introdução, a agência procura mudar o regime de controle sobre os atletas ao reivindicar a possibilidade de provar indiretamente o uso de doping. A partir deste novo regime de controle é possível problematizarmos as formas utilizadas pelas estratégias antidoping para produzir formas de tornar o doping visível, lembrando que muito do combate contra o doping depende da capacidade de tornar o doping visível, detectá-lo para poder puni-lo. Portanto, os dispositivos articulados na realização do controle de dopagem empreendem modalidades particulares de fazer o doping emergir ao mesmo tempo em que envolvem as dificuldades inerentes da manutenção desta cadeia heterogênea de procedimentos que levam do teste de doping até a comprovação

do uso. Mudanças na forma de produzir a prova do doping estabelecem novas formas de performar o doping e o corpo conjugado com ele.

Ainda, tomei a liberdade de usar outros excertos do debate trazido no início desta introdução, como pequenos prólogos no início de cada capítulo com o claro objetivo de contextualizar a questão a ser desenvolvida em cada um. Objetivo que essas cenas sirvam para exemplificar a perspectiva mais geral do trabalho, que é a da multiplicidade do doping. Elas auxiliam a dar cores a esta abordagem que intenciona descrever como o doping acontece em diferentes espaços, deslocando materiais, valores morais, enfim, performando diferentes realidades que não podem ser reduzidas à relação atleta/substância.

Por fim, Law & Mol (2000) identificam no que eles chamam de caminhada cartográfica a habilidade de construir os mapas desses deslocamentos, uma técnica capaz de acompanhar a transitividade dessas mediações em seu presente histórico, em contraposição à concepção do mapa como uma representação que simplifica e totaliza percursos e topografias complexas. A proposta apresentada pelos autores é de trilharmos caminhadas sem mapas, que nos levem a contar novas histórias e justapor paisagens, sem a necessidade de escrevermos um mapa definitivo ou definirmos previamente um caminho para nós mesmos e outras pessoas seguirem. Antes de estabelecer um sistema, é preciso produzir um guia, uma maneira de lidar com um ambiente complexo; assim, o ponto de partida são as próprias relações e os seus efeitos, os acoplamentos engendrados entre a prática esportiva e um novo mecanismo de controle baseado no monitoramento de marcadores biológicos, entre substâncias demarcadas como dopantes e corpos em busca da potencialidade para realizar façanhas nunca vistas.

Um último aspecto da cartografia que deve ser ressaltado parte da proposta feita por João Biehl (2010), claramente inspirada no trabalho de Deleuze e Guatarri, sobre o desenvolvimento de uma *anthropology of becoming*. Biehl ressalta a capacidade da cartografia de abordar objetos fluídos e engajados pelo desejo, como no caso do doping: através do método cartográfico seria capaz traçar linhas e, portanto, fazer do possível o seu horizonte de pesquisa. O possível é o motor do doping bem como das preocupações da agência mundial antidoping. Mas, sobretudo, o desejo é um aspecto fundante da vida do atleta e de treinadores, esta vida engajada por práticas de treinamento, saberes sobre o corpo, composição de uma conduta moral particular, elementos indispensáveis para capacitar um atleta na realização da alta performance. Biehl salienta que esta dimensão

é crucial para a cartografia, o *what could be*, ou seja, “aquilo que poderia ser”. E o que seria o uso destas substâncias senão um dispositivo que tangencia e questiona, constantemente, qual é a performance possível ao mesmo tempo em que formula imagens de um corpo já possível, em vias de ser construído?

Capítulo I:

Doping como Anthropological Problem

Pertencemos a certos dispositivos e neles agimos. A novidade de um dispositivo em relação aos anteriores é o que chamamos sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, o que chegamos a ser, quer dizer, o outro, nossa diferente evolução. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual. (Gilles Deleuze em “O que é um dispositivo?”)

Ao abrir o debate descrito no prólogo, o apresentador inicia anunciando: “*Pela primeira vez vamos debater o assunto mais polêmico do esporte, o doping. (...) A versão pirata do esporte é protegida pelo silêncio, pelo menos até agora era.*”. Em outras palavras, pouco é discutido abertamente sobre o doping, mas muito é sugerido, suspeitas são levantadas, performances de atletas renomados são colocadas em dúvida. Segundo ele, o doping é justamente uma polêmica, o maior tabu do esporte por sob o silêncio de atletas, técnicos, dirigentes e médicos estarem guardadas suspeitas que sugerem o esporte de alta performance como uma grande farsa. Ainda nas palavras dele, o doping é a versão pirata do esporte, pois pirateia não somente o espírito olímpico e o *fair play*, mas os próprios corpos dos atletas e as suas performances são considerados inautênticos. O corpo é apresentado numa versão pirata, como uma cópia duvidosa, escorregadia e, para muitos, até mesmo violenta. É um corpo que engana os olhos e que, muitas vezes, exige a precisão de um exame de urina ou de sangue para mostrar sua inautenticidade. Os grandes feitos dos heróis olímpicos, as medalhas conquistadas, os recordes batidos são todos colocados em suspensão pelo doping. A dúvida é levantada sobre todos, não há exceções.

Esta dissertação é, em certa medida, uma tentativa de evidenciar justamente o contrário, mostrar que o doping não é em si uma polêmica, mas um problema. Atrever-me-ia a dizer um problema sociotécnico. Em outras palavras, o doping não traria, necessariamente, polêmica ao esporte, mas o problematizaria, colocando em suspensão o seu estatuto de instituição pretensamente promotora de valores como moralidade (Vigarello, 1999), saúde (Bancel e Gayman, 2002) e igualdade de condições e mérito

(Ehremberg, 1992). Faria isso ao tornar evidentes certos excessos e associações indesejadas ao esporte, como a disposição dos atletas em arriscarem suas vidas ao associarem-se com tratamentos médicos e substâncias suspeitas ou ainda em não confirmarem os valores do espírito esportivo esperados dos grandes vencedores. Estes perigosos excessos e alianças são possíveis apenas através do engajamento e profissionalismo exigido aos atletas de ponta e tornam explícitas as formas pelas quais são estabelecidas as relações entre esporte e tecnologia na atualidade. Com isso não quero dizer que o doping seja o mal congênito⁶ do esporte, mas, ao estabelecê-lo como ponto de partida, explicitamos a sua dependência da produção e da incorporação de dispositivos tecnológicos capazes de aumentarem o desempenho físico dos atletas na tentativa de cumprir com as exigências por resultados e com as expectativas de retorno comercial e midiático com as quais o esporte atual está envolvido.

Nesta direção, o doping é entendido como uma prática que se estende por diversos esportes e que se desenvolve rapidamente não somente com o intuito de burlar os regulamentos esportivos, mas com o objetivo de potencializar os corpos dos atletas na busca por quebras de recordes. Neste contexto, o uso concreto do doping é somente um dos vieses dessa rede heterogênea⁷ em constante expansão. Quando o doping é enunciado como tema deste trabalho, simultaneamente, entra em cena um coletivo de outros agentes, materiais e conceituais. Com isso quero dizer que concebo o doping como uma prática, inerentemente, coletiva e heterogênea, pois implica uma série de relações sóciotécnicas: o atleta engajado nas suas diversas preparações, muscular, técnica, dietética e moral, que não se resumem ao ato individual dele. Portanto, o doping é apresentado como um elemento de uma rede heterogênea a partir da qual uma variedade de associações torna-se possível e o seu uso é uma destas possíveis

6 Como salientado por Tavares (2002), boa parte da literatura acadêmica, compreende o doping como o desvio padrão do esporte, uma extensão natural das fortes exigências competitivas. Na sequência do trabalho, quero mostrar que o doping sugere vários desvios e associações, que fogem sim ao padrão pregado pelo esporte, mas que não têm nada de naturais.

7 O conceito de rede ou coletivo sóciotécnico tem como evidente referência a literatura da TAR(teoria ator-rede)e seus desenvolvimentos feitos por teóricos como Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Contudo, considero de relevante notar que em entrevista de 1977 (Dits Et Ecrits v III p.299-300) Foucault utiliza a figura da rede para definir o que ele compreendia com a noção de dispositivo. Evidentemente, tanto os desenvolvimentos da TAR, quanto da descrição e análise dos dispositivos de poder sugerida por Foucault apresentam desdobramentos e ênfases diferentes. No entanto, para mim é de fundamental importância salientar esta aproximação, pois este trabalho tem como objetivo inicial compreender como é dado forma a uma realidade heterogênea e assim, considerar as possibilidades descritivas e analíticas das duas ênfases teóricas é essencial.

associações infinitesimais (Tarde, 2007) que instauram diferenças potenciais em todo conjunto de relações. Nesta direção, as particularidades da associação entre atleta e substância potencializadora estão em suas implicações, na infinidade e amplitude dos efeitos que produz: efeitos no corpo potencializado do atleta e no estabelecimento de uma política global de combate ao doping que envolve Agência Mundial Anti-Doping, empresas farmacêuticas e governos nacionais.

Este trabalho propõe descrever o doping através de seus múltiplos efeitos e das singularidades de algumas de suas diversas implicações, ou seja, constituí-lo como um problema capaz de nos fazer pensar sobre o esporte de alta performance como um dos dispositivos fundamentais da modernidade, em sua constante atividade de materializar corpos em conformação com as sensibilidades emersas em determinados momentos históricos. Nesta perspectiva, o único aspecto silencioso do doping, ou talvez seja seu aspecto silenciado, é o momento no qual o atleta utiliza a substância proibida. Em outros momentos, ele não é, propriamente, um interdito, ele é visto e ouvido em excesso através das visibilidades produzidas pelo próprio esporte através de suas agências reguladoras, atualmente, pelas campanhas educacionais e mecanismos de controle desenvolvidos e coordenados pela Wada, em seu papel de empreender uma luta global contra o doping. Nesta direção, tratar o doping como problema é uma estratégia para fazer o esporte falar, pois talvez ele possa dizer algo para além dele mesmo, afinal, no caso do doping, os atletas são apenas o lado mais vulnerável, o lado que todos vêem, conquanto mantenha invisível a parte que os instiga a usá-lo: todos os que, por razões econômicas ou estéticas, o público, exigem incessantemente humanos realizando performances mais impactantes e eficientes.

Nesta direção, proponho encararmos o doping como um autêntico “*anthropological problem*” (Rabinow, 2007; Ong, 2007), como um objeto capaz de produzir uma perspectiva ao expor os limites do esporte de alta performance por meio de seu contrassenso. Partindo dos termos de Rabinow e Ong, poderíamos dizer que técnicas como o doping, que oferecem formas de potencializar o corpo para além do que compreendemos ser o seu desempenho natural, colocam em questão o que entendemos como *Anthropos*. Em outras palavras, nos permitem questionar sobre os limites desta figura histórica que se constituiu como objeto de saber das ciências humanas ainda no século XVII. O surgimento desta figura do saber, o *anthropos*, representa uma mudança de eixo na compreensão histórica sobre o sujeito, que passa do transcendental *cogito*

cartesiano e começa a ser compreendido como uma figura finita, extremamente maleável e condicionada por seu contexto social e histórico.

Deixando de ser objeto de investigação filosófica e tornando-se objeto de análise científica, foco de aplicação de conhecimento técnico e de planejamento político, o *anthropos* é conhecido através de suas finitudes: trabalho, saúde e condições de vida são alguns dos aspectos que definem esta figura do saber e a transformam em objeto de interesse científico. Em *As Palavras e as Coisas* (1999), Foucault nomeia essa figura de homem moderno; contudo, Rabinow enfatiza a preferência pelo uso do termo *anthropos* por considerar que este sugere a formação específica das ciências humanas como *locus* de sua problematização, ao mesmo tempo em que enfatizaria a orientação analítica sobre suas especificidades históricas e em seu caráter maleável. Em suas palavras: “*anthropologies, logoi, of humans as biological and social beings*” (Ong, 2007, p.6), a vida passou a se constituir através da representação de suas finitudes.

É nesse sentido que podemos produzir uma perspectiva a partir do doping, o deslocamento que é efetuado no esporte de alta performance coloca em evidência, justamente, a especificidade e a historicidade da atualidade do humano como figura histórica. O doping pode ser compreendido como um *anthropological problem*, pois coloca em jogo o alargamento da figura conceitual do homem e do corpo humano como foco de saber e de aplicação técnica. Com isso, faz explicitar os diversos processos implicados na formação e atualização de uma matriz de inteligibilidade do nosso tempo, que se estabilizam em uma determinada figura histórica. Collier e Ong definem este tipo de problematização da seguinte maneira:

In defining the theme of this volume as concerned with anthropological problems, we refer to an interest in the constitution of the social and biological existence of human beings as an object of knowledge, technical intervention politics and ethical discussion. (Collier&Ong,2007, pg 6)

Através desta noção de *anthropological problem* são colocadas as possibilidades de acompanharmos e analisarmos a efetuação de diferentes concepções do *anthropos* e como estas estão sendo articuladas em suas formas particulares. As inúmeras implicações das associações sociotécnicas que efetuam o doping em suas mais diversas versões, seja através da conjugação entre atleta com substâncias e métodos proibidos, ou em sua versão reativa, como gatilho de uma série de procedimentos desencadeada pelo controle de dopagem, envolvem a problematização desta figura histórica. Tanto na tentativa de atualizar e reproduzir os cânones de determinada concepção de humano,

encontramos esse empreendimento nos constantes esforços e alto investimento realizado no combate ao doping, para o qual são a todo o momento produzidos dispositivos coercitivos e educacionais com a intenção de barrar e coagir a proliferação do doping.

Como no momento em que um atleta dopado estabelece uma nova marca para determinada modalidade esportiva e com isso alarga as fronteiras definidas para um corpo determinado como humano no limite, o que está em jogo são estas definições do que pode ser um corpo humano. Ao estabelecer uma perspectiva sobre o esporte de alta performance a partir dessa noção de *anthropological problem*, estou interessado em explicitar as diferentes articulações que oferecem as condições de possibilidade para que diferentes versões do doping, por mais divergentes que sejam, possam ser compreendidas como possíveis respostas a mesma problematização⁸. Ou seja, o doping passa a ser apresentado como um problema ético que, ao dispor de maneira diferente as posições de determinados elementos do ordenamento que dá forma e conteúdo a figura do *anthropos*, também determina sobre os limites naturais do corpo e de sua existência social. A minha intenção é descrever sob quais circunstâncias o doping é constituído como um problema ético e quais e como novos arranjos precisam ser formados para darem soluções para esse problema.

Contudo, é necessário ressaltar que o domínio da problematização estabelecido pelo doping é constituído a partir do arranjo de agentes heterogêneos, saberes, interesses e atores. No caso do esporte, esse domínio heterogêneo é formado por hormônios, atletas, métodos de treinamento, patrocinadores etc.. O doping constitui-se como uma *situação problemática* (Rabinow; 1999), pois apresenta uma associação possível entre as dispostas por este coletivo de elementos heterogêneos, mas que propõe um deslocamento das posições estabelecidas como ideais (naturais/verdadeiras) e necessárias à manutenção do ordenamento. Neste sentido, Rabinow enfatiza que para Foucault a constituição de uma situação problemática tem a particularidade de estabelecer-se como objeto e substância do pensamento. O doping é a situação

8 Em uma de suas últimas entrevistas dadas para Rabinow (1999) Foucault fala sobre o seu interesse em formular uma história das problematizações e o entendimento de que problematizar envolvia o próprio exercício do pensamento, na sua capacidade de estabelecer uma perspectiva sobre os fatos e visualizar a variação das respostas que uma problematização possibilitaria: “A problematização elabora, a propósito delas, as condições em que podem ser dadas possíveis respostas e define os elementos que irão constituir aquilo a que diferentes soluções tentam responder. Essa elaboração de um dado como uma questão, essa transformação de um conjunto de obstáculos e dificuldades em problemas- para os quais as diversas soluções vão tentar produzir uma resposta- é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento.” (p25.)

problemática, contestadora do esporte de alta performance e, simultaneamente, estabelece a necessidade de atualização do esporte e, assim, é a substância do próprio pensar.

A proposta deste trabalho é descrever esta transformação do doping em situação problemática, ou seja, os agenciamentos sociotécnicos engendrados na constituição do doping como um problema para o esporte de alta performance, como um objeto imoral e artificial, bem como, o estabelecimento das condições de possibilidade de suas variadas soluções. Ressaltando que para estas soluções serem efetuadas é necessário o acesso e o engendramento de diferentes coletivos sociotécnicos, ou seja, arregimentar agentes humanos e não humanos, corpos e artefatos, para produzir estas respostas em suas especificidades. Sinalizo para o caráter associativo e coletivo do doping: ele é efetuado ao ser inserido em diferentes redes sociotécnicas, o atleta e a agência são dois pontos variáveis dessas redes, que performam singularidades sobre o doping, mas que não promovem ou estabelecem a totalidade do fenômeno.

Assim, o binômio doping/antidoping que anunciamos, usualmente, quando falamos nas práticas de dopagem, funciona como um dispositivo que se apoia sobre uma heterogeneidade de práticas, ordenando-a e controlando-a. Ao mesmo momento que generaliza estas práticas, define uma direção de compreensão sobre o tema e um conteúdo moral sobre a conduta dos atletas, pois, por meio da demarcação entre doping e antidoping, o atleta emerge como uma figura sujeita ao risco e a atitudes que não correspondem aos valores esportivos. O estabelecimento deste binômio, que fundamenta a luta contra o doping, é um ponto de partida relevante, pois estabelece o cânone do ordenamento estruturado ao redor das práticas de dopagem. Aqui é interessante fazer referência a este conceito apresentado por John Law (1992), pois, como salientado por ele, problematizar os ordenamentos sociais é uma tarefa antropológica com um viés, privilegiadamente, etnográfico. Frente à heterogeneidade das redes sociotécnicas e à sua capacidade de criar associações, de estabelecer relações entre coisas tão díspares, os ordenamentos apresentam-se como condensações sobre as quais a heterogeneidade aparece controlada como um todo coerente.

Contudo, Law sugere que estas ordens não são objetivamente dadas, nem, necessariamente, as mais eficientes possíveis. Todo ordenamento é estabelecido sobre as resistências oferecidas pelas heterogeneidades, que procura controlar e exige processos constantes de estruturação para produzir esse efeito de aparente ordem e totalidade.

Com isso, abordar o doping como uma problematização implica na produção de uma perspectiva que posiciona o olhar antropológico através de sua atenção aos processos contingenciais de ordenação da realidade presente. Neste sentido, problematizar sugere um deslocamento ético necessário para não reduzir determinadas práticas e argumentos à condição de imoralidade, mas estar atento aos seus efeitos e às diferentes linhas de fuga que eles implicam, estendendo um domínio no qual seja possível perguntar ao esporte de alta performance o que ele tem a dizer sobre o corpo, a saúde e a moral.

É necessário descrever e seguir o doping como positividade em sua capacidade de produzir novas associações: assim, tiramos esse objeto de sua perplexidade inicial, o seu aparente obscurecimento, ao descrevê-lo através das mediações e articulações sociotécnicas que ele implica. Nesta particular atenção na descrição destas contingências capturadas e incorporadas pelo agenciamento esportivo, é preciso encarar o presente como um devir, uma passagem entre atualidade e virtualidade.

Em sua leitura Deleuze (1996) anuncia que Foucault, ao descrever determinados dispositivos de poder, atua como um historiador do presente, pois traz à análise historiográfica *“aquilo que estamos deixando de ser”*. Foucault não seria, como muitos compreendiam, um historiador das sociedades disciplinares, mas um estudioso da passagem às sociedades de controle. O trabalho de descrever os processos envolvidos no estabelecimento e estabilização de determinados dispositivos de poder compõe um método analítico, composto de dois momentos: o primeiro de diagnóstico e o segundo de análise e uma forma de dissipar a coerência interna que estes dispositivos tentam compor e afirmar como versão definitiva da verdade. Empreende os seus esforços nesse mesmo sentido, demonstra as contingências desta subjetividade que se pretende abrangente e universal. Mas é necessário dar e identificar as condições de emergência de subjetividades particulares, não apenas desvelar a possibilidade de existirem diversas conjunturas diferentes, várias formas de existir subjetivamente, mas direcionar o foco para a construção dessas subjetividades como um problema de imanência e tornando impossível estabelecerem os limites entre objetividade e subjetividade.

Descrever o dispositivo explicitaria as contingências dos processos associativos compreendidos na afirmação de saberes como verdadeiros e das relações de poder produzidas e reproduzidas por eles. É justamente este passo que pretendo dar para, assim, traçar as linhas de um trabalho sobre o doping, desmontar a perspectiva que o estabelece como dado ao incorporá-lo ao agenciamento esportivo como o

comportamento imoral de um atleta individual, ou como produto do altíssimo grau de exigência próprio ao sistema competitivo do esporte de alta performance que tornaria o seu uso quase inevitável, possibilitando uma mudança de eixo na modalidade de análise desenvolvida, a qual enfatize o múltiplo em detrimento do singular, o contingente no lugar do necessário. Neste contexto, o doping é concebido como participante de uma realidade heterogênea e que ganha o estatuto de problema ao oferecer uma nova forma de ordenar os diferentes elementos dessa heterogeneidade e que, ao mesmo tempo, mantém um escopo diverso de soluções possíveis no qual as versões citadas acima são apenas duas de suas possíveis performances (Mol, 1999). Quero dizer que o doping compreendido como um defeito de conduta individual do atleta, ou como uma forma do mesmo responder às pressões socioeconômicas comuns ao sistema competitivo do esporte são duas modalidades de arranjo, duas formas de responder ao problema.

Objetivamente, esta dissertação abordará uma multiplicidade de objetos inseridos na realização dessas diferentes versões do doping, propondo traçar uma cartografia da prática e atentando para as diferentes maneiras pelas quais estas versões são de fato coordenadas (Mol, 2002). Nesse sentido, descrever os processos de singularização através dos quais o doping é performado em suas mais diferentes versões. Hormônios, métodos de detecção de uso de doping, campanhas educacionais desenvolvidas pela Wada, declarações de treinadores feitas em rede nacional, todos são dispositivos engajados na formação de versões singulares do doping. Os próximos capítulos deste trabalho estão arranjos de forma a produzir um percurso entre as diversas modalidades de produção e materialização do doping, procurando evidenciar como estas performances são articuladas. Em tal contexto, a luta global empreendida internacionalmente contra o doping emerge como uma instância fundamental de singularização e apresentação de versões do doping dada sua principal ferramenta, o *Código Mundial Antidoping* (2009) – dispositivo engajado na demarcação entre as substâncias e os métodos que são doping e os que não são.

1.1-Modelando os limites do corpo

Através de sua versão pirata o esporte de alta performance passa a estar localizado: suas pretensões deixam de ser universais e são apresentadas em suas formas contingentes, ou seja, como um agenciamento coletivo (Deleuze, 1994) em processo contínuo de expansão e formação, envolvendo a incorporação e estabilização de novos

agentes ao ordenamento. É nesta direção que este trabalho propõe realizar um deslocamento e, de certa maneira, inverter a ordem usual de compreensão do doping como um mal congênito ao esporte, o seu desvio padrão, como as perspectivas sociológicas dos anos 80 e 90, que reconhecem nele um aspecto disfuncional do esporte que, se não pode ser erradicado, deve ter as suas possibilidades de ocorrência restringidas (Tavares, 2000), uma expressão comum, mas negativa do esporte. Realizar esta inversão pretende colocar o esporte de ponta em suspensão e explicitar os processos de ordenação (Law & Mol, 2002) que estabelecem o esporte como um espaço de promoção de saúde e moralidade, encarar tais processos em pleno desenvolvimento na produção dos efeitos de coerência que alinham esses diferentes aspectos e estabelecem o esporte de alta performance a partir e através da reprodução e manutenção dos cânones desse ordenamento⁹. O doping põe questões e faz o esporte de ponta, através de suas instituições, respondê-las. Mas como o doping propõe esse deslocamento?

Para abordar o deslocamento realizado pelas práticas de dopagem ao esporte de alta performance, considero empregar uma estratégia¹⁰ parecida com a tomada por Beatriz Preciado em o *Manifesto Contra Sexual* (2002)e, assim, realizar um deslocamento de ordem metodológica. Na sua intenção de deslocar os marcos conceituais das análises sobre o sexo, ela estabelece como principal eixo de sua discussão o *dildo*, um objeto que, segundo ela, até aquele momento teria cumprido um papel marginal na teoria de gênero ao ser considerado apenas como uma “*simples prótese*” (2002, 2p) e compreendido pelo que seria a sua funcionalidade específica – acabar com a incapacidade anatômica das lésbicas de efetuar a penetração. Em outras palavras, às conceitualizações usuais o *dildo* seria apenas um emulador do pênis, uma maneira de reproduzir a “naturalidade” do sexo assentada sobre uma matriz de

9 Cabe notar que, quando falo em ordenamento fazendo referência a John Law, a intenção é descrever um conjunto de mediações estabelecidas entre elementos heterogêneos, com suas particulares pretensões à estabilização. Portanto, estes ordenamentos são descritos através de seus processos de estabilização com vistas a realizar a manutenção destes cânones do esporte de alta performance, que giram em torno de determinadas concepções de saúde e moralidade, bem como, de formas de sensibilidades particulares. Com isso, quero ressaltar o seu caráter relacional, apesar das pretensões à universalidade e à verdade empreendidas pelo esporte, a intenção é enfatizar os seus aspectos relacionais.

10 Ressalto que em seu livro, Preciado remete a sua inspiração a um deslocamento análogo realizado por Karl Marx em o *Capital*, quando este sugere abordar uma questão acadêmica comum na época, a população através da mais-valia, invertendo o sentido da causalidade utilizada pela maioria dos analistas da época.

inteligibilidade heteronormativa, que estabeleceria a penetração como o núcleo duro do sexo, conjugando naturalidade e funcionalidade do órgão. Pensar o *dildo* através do cânone da matriz heteronormativa seria incorporá-lo ao discurso da funcionalidade orgânica do corpo, um arremedo do corpo, que restituiria a sua funcionalidade artificialmente através de uma prótese.

Com isso, ao inverter esta relação de causalidade, Preciado propõe que pensemos o que o *dildo* poderia nos contar sobre o pênis, ou seja, escrever uma história reversa da sexualidade. Portanto, ao introduzirmos a possibilidade de pensarmos fora do registro naturalizado da heteronormatividade, suspendendo, em um primeiro momento, a divisão entre sexo e gênero e, no limite, a própria divisão entre natureza e cultura. Desnaturalizando os efeitos produzidos por essas tecnologias sociopolíticas do gênero, que associam a homossexualidade com a natureza, o *dildo* propõe justamente uma história das tecnologias sociopolíticas sem reivindicar cânones, e faz com que possamos desmontar o gênero como uma cadeia causal que produz corpos sexuados ao articular sexo, gênero e desejo com determinadas regiões do corpo. Este é o problema central colocado por Preciado: o estabelecimento do binômio sexo/gênero como marco conceitual que define limites e determina conteúdos e funcionalidades, como no caso do *dildo*. Assim, desenvolver uma história das tecnologias é uma forma de encarmos os processos de incorporação prostéticos sugeridos pela autora, como conceito capaz de contornar a concepção do corpo que estabelece funcionalidades e representações. Nesse caso, o *dildo* estaria inserido em processos tecnopolíticos através dos quais os corpos são continuamente mediados e produzidos. Estas tecnologias são sociopolíticas, pois demarcam uma topografia específica sobre o corpo, modulando-o em corpo sexuado.

Na radicalidade da teoria de Beatriz Preciado e no anúncio do gênero como *processo de incorporação prostético*, encontro no corpo o aspecto material compartilhado por gênero e esporte. Em *Manifesto Contra-Sexual (2002)*, Preciado afirma que o gênero é mais do que uma questão de performatividade discursiva (como desenvolveria Judith Butler), “*El genero es ante todo prostético, es decir, no se da sino en la materialidad de los cuerpos. Es puramente construido y al mismo tiempo enteramente orgânico.*” (2002, 25p). Portanto, o gênero está instaurado sobre este paradoxo que a materialidade do corpo sintetiza, ele suspende a divisão política epistemológica traçada entre natureza e cultura, entre o sexo natural e o gênero construído ao intervir tecnologicamente sobre o corpo. Ou seja, o corpo é sempre

mediado tecnologicamente, é assim que ele toma forma e tem a sua topografia específica demarcada. Da mesma maneira, o esporte implica nesse paradoxo, ele recusa a divisão entre mente e corpo ao produzir efeitos nos dois âmbitos. Através do engajamento pessoal na constituição de um cotidiano de treinamentos, que envolve exercícios, dieta e inclusive a utilização de hormônios sintéticos, o atleta potencializa o seu corpo ao mesmo tempo em que moraliza a sua vida. Nesse sentido, o esporte está engajado com uma variedade de tecnologias sociopolíticas utilizadas para moldar e potencializar o corpo do atleta. O esporte de alta performance exige um engajamento muito mais intenso e especializado, constituindo uma rede sociotécnica ainda mais diversa da qual o atleta faz parte.

Se o *dildo* é marginal ao sexo porque representa um arremedo da natureza, acontece o mesmo na relação do doping com o esporte de alta performance. Ao encararmos os quadros conceituais do debate sobre esporte, o doping, considerado no seu sentido mais trivial como a utilização feita por atletas de técnicas e métodos que potencializam o desempenho esportivo artificialmente¹¹, ocupa a mesma posição de desvio que passa a ser compreendida como expressão da incapacidade de determinados atletas, além de ser moralmente condenável, como violação produzida pela incapacidade destes de cumprirem com as demandas de desempenho sem burlar as regras, como se um corpo sem doping, composto da mistura equilibrada entre talento e dedicação, não pudesse dar conta das exigências esportivas. O que está em jogo é, novamente, a afirmação de uma determinada matriz de inteligibilidade, na qual o esporte está implicado e o corpo ocupa a posição de natureza.

A natureza humana está condensada no corpo dos atletas em suas topografias específicas, demarcada pelos saberes e práticas legítimos aplicados por médicos e treinadores. A utilização de uma substância considerada ilegal e a potencialização do

11 Na sequência do trabalho será abordado como as definições de doping são mais variadas e escorregadias o que esta comum. Na abertura do código mundial antidoping, o principal marco e ferramenta da política global de combate ao doping desenvolvida pela Wada, a definição de doping é puramente jurídica: “*Doping is defined as the occurrence of one or more of the anti-doping rule violations set forth in Article 2.1 through Article 2.8 of the Code*”(2009, 18p). Ou seja, não há definição substantiva do doping, ele é uma violação, ou melhor, oito violações elencadas no artigo seguinte e apenas uma delas é a utilização de substância proibida. Neste sentido, o escopo da interdição feita a determinadas substâncias é muito mais extensa do que somente ao seu uso, o que envolve diferentes arranjos e articulações para que o doping aconteça de fato, não restrito ao uso concreto da substância feito por um atleta mal intencionado.

corpo que ela pretensamente propicia é incorporada a esta lógica como uma forma de transpor as regras impostas pela própria natureza do corpo, levada ao extremo pela performance esportiva. Nesta direção, a associação entre esportistas e substâncias proibidas pode ser compreendida como uma das expressões marginais do esporte, uma relação imoral, pois tenta transpor artificialmente os limites do corpo. Assim, desloca o esporte e o ordenamento que o sugere, o corpo natural, o talento e a saúde – o doping coloca tudo isso em suspensão ao ser constituído como problema. Dissipa a coerência sobre a qual o esporte pretende-se assentado e apresenta os constantes esforços de ordenamento engajados na produção dessa articulação que reifica o corpo do esportista como representação de talento e saúde e da natureza.

Assim, este trabalho propõe produzir uma perspectiva a partir do doping que problematize os processos tecnopolíticos empreendidos no estabelecimento do esporte de alta performance como um agenciamento, que ordena práticas e saberes heterogêneos sobre o corpo ao demarcar os limites entre natural e artificial, lícito e ilícito, moral e imoral, entre o doping e o antidoping. Sob esta perspectiva, a natureza deixa de ser considerada como o cânone que determina a topografia do corpo e passa a ser considerada um dos efeitos da contínua negociação entre limites estipulados politicamente por determinadas tecnologias¹² engajadas na produção da performance atlética de ponta.

Nessa direção, este ensaio antropológico pretende apresentar uma história recente do esporte, estabelecendo o doping como ponto de partida e o considerando como mais uma dentre as variadas tecnologias sociopolíticas empregadas na produção

12 Certamente o problema do doping é em certa medida o problema do limite. O limite da performance de um corpo que ainda conseguimos conceber como humano, ressaltando essa zona de indiscernibilidade entre o que entendemos como o humano, o corpo do atleta e a performance atlética. O doping genético é particularmente interessante nesse sentido. Gilles Deleuze e Felix Guatarri (1997) estabelecem uma interessante diferenciação entre as noções de limite e de limiar: “o limite designando o penúltimo que marca um reinício necessário, e o limiar o último, que marca uma mudança inevitável (p.130)”. Enquanto, o limiar indica uma linha de fuga, o encontro com o último, que imediatamente é evadido pela mudança, o limite sinaliza para este “*critério marginal*”, que na realidade estabelece o reinício e a repetição de uma ordem dada.

O limite é de certa forma, a margem de um sistema homeostático, que determina seu equilíbrio. Talvez possamos dizer que através do doping seja possível encontrar um movimento incessante entre equilíbrio e desequilíbrio, no qual limites e limiares são acessados e estabelecidos continuamente. Seja nas proposições e relações estabelecidas por corpos que desejam realizar performances mais surpreendentes e com isso, evadirem os seus próprios limites, ou melhor, serem levados aos seus limiares. Ou ainda, nos contínuos esforços de demarcação dos limites do que seja o humano e o natural empreendidos pelas reações de agências esportivas e das estratégias antidoping, em definir, detectar e coibir o doping, como se ao estabelecer estes limites a necessária remissão a um início, a um corpo considerado natural regulasse o valor de todos os corpos envolvidos no esporte de alta performance.

de determinados corpos e suas performances desejadas. Com o esporte de alta performance não é diferente: cada modalidade apresenta suas tecnologias sociopolíticas, cada uma demanda um corpo que precisa ser produzido através da articulação de inúmeras técnicas e saberes.

Por definição, o esporte é o dispositivo responsável por produzir e conformar as sensibilidades demandadas por uma sociedade que começa no final do século XVIII a invocar o estado moderno e o capital como os seus principais empreendimentos. Através da experiência catártica do esporte, na produção de tensões e fruições da competição, as sensibilidades demandadas naquele momento histórico eram conformadas. Dessa forma, a modernidade tem no esporte tanto o palco para representar os seus valores e ideias como o dispositivo necessário para modular os corpos e emoções, possibilitando a emergência da figura do sujeito individual e livre. Mas esta experiência não é somente do atleta ou do público, mas compartilhada por todos a partir de seus lugares dentro ou fora da arena esportiva, colocando neste domínio o interesse manifesto direta ou indiretamente pelo público que acompanha, vibra e até mesmo exige performances cada vez mais arrojadas, o que força (ou seduz) o atleta ao uso de todos os recursos que estão ao seu alcance. A autoimolação e o sacrifício do atleta são o combustível que alimenta as conformações destas emoções. No contexto atual, que não é mais da emergência do estado moderno e do capitalismo, mas de seus deslocamentos e transformações entre os quais o espetáculo esportivo tem um papel central, podemos encontrar o surgimento de novas sensibilidades e experiências estéticas emersas destas novas conjunturas.

Nessa história do esporte que começa com o doping, as fronteiras entre o natural e artificial estão em constante negociação, sendo mediadas pelas diferentes tecnologias e suas possíveis articulações. Assim, se imaginarmos o esporte como um agenciamento que, no seu empreendimento de capturar uma multiplicidade de práticas esportivas, determina o que é doping e o que é controle antidopagem, simultaneamente, atualiza certa concepção de corpo natural. A cada novo caso de doping, mais ou menos escandaloso, envolvendo o uso de anabolizantes ou de transfusões de sangue, instaura-se a necessidade de alargar os limites da ficção reguladora (Butler, 2000) que determina o que é o corpo natural, criando novas formas de demarcá-lo e promovendo ainda mais intensamente os princípios de um esporte sustentado pelo *fair play*. Sobram as articulações sendo estabelecidas, performances do corpo sendo materializadas através da prática esportiva, inclusive as envolvidas nas práticas de dopagem. Ao descrever tais

mecanismos, os regimes de enunciado e as linhas de fuga, compostos pelo agenciamento esportivo ao tentar regular entre doping e antidoping, explicitam-se as produções de permanências, as continuidades que dão suporte a estes efeitos de coerência entre corpo, natureza, saúde e moralidade.

Por isso, o doping não evidencia somente os limites do esporte como agenciamento coletivo, como um processo de ordenamento de uma multiplicidade de agentes humanos e não humanos, mas, a partir da emergência de diversas tecnologias de potencialização do desempenho atlético, como técnicas de treinamento e práticas de dopagem e a sua aliança indesejada com atletas de elite, torna-se possível a problematização dos limites do amontoado de tecidos, ossos e órgãos que nomeamos de corpo humano. O corpo compreendido em sua generalidade encontra no esporte um dos seus principais espaços de elaboração e expressão, seja através da incorporação de ideais de moralidade e pureza expressas através do espírito olímpico e do *fair play*, ou na competição e a sua capacidade de performatizar os limites do corpo biológico. Ao conceber a prática esportiva na minúcia e na especificidade de sua preparação como uma variedade de processos de incorporação prostéticos, colocam-se em perspectiva as fronteiras estabelecidas entre o doping e as outras modalidades de potencialização do corpo em busca da alta performance.

Bater um recorde ou estabelecer a melhor marca é uma forma de definir a direção de uma espécie que evolui junto e por meio das performances dos atletas de elite, cada nova marca representa uma evolução para o corpo humano. Nesse aspecto, o esporte de alta performance é um agenciamento capaz de produzir essa sensação de movimento e evolução do corpo, que acompanha tanto o movimento do atleta como o avanço das tecnologias empreendidas na constituição de um corpo capaz de realizar performances espetaculares, o corpo compartilhado por todos os humanos e movido pelo alto investimento de recursos e de saberes técnicos na preparação dos atletas profissionais. Aqui, humano não é utilizado como um adjetivo gratuito, mas revela o termo pelo qual qualificamos o nosso corpo, considerado o paradoro de um espírito, também, plenamente humano. O uso de técnicas e tecnologias consideradas dopantes colocam em xeque o estabelecimento destes limites e os processos que envolvem a estabilização de determinados valores e representações do corpo humano. Sinalizando para um horizonte confuso onde essas definições já não são tão eficientes e a questão “*o que é o humano?*” parece não poder ser respondida tão facilmente.

1.2-O corpo cosmopolítico

No entanto, empreender os deslocamentos sugeridos por esta problematização depende da concepção de um corpo diferente, que não seja compreendido como o local da natureza humana, limitada pelas propriedades e funcionalidades do organismo. Necessitamos de um corpo cosmopolítico (Latour, 2001), ou, ainda mesmo, simétrico, que não seja enquadrado, simplesmente, como físico, pois expõe conscientemente todas as mediações nas quais está envolvido, revelando, antes de qualquer coisa, ser o produto de relações infinitesimais, que interligam diversos pontos da realidade, tecnologias de treino, treinadores, alimentação, médicos, patrocínios e perspectiva de vida. Bem como estabelecem as condições de possibilidade para a realização das inúmeras expectativas, dinheiro, recordes e fama, que configuram a vida de um atleta de elite e o constituem como uma figura central na atualidade. Nem podemos concebê-lo, simplesmente, como um corpo construído pela conformação entre posições de poder e representações sociais, pois depende da materialidade do corpo com as potencialidades e resistências que oferece para efetuar as suas performances.

O termo cosmopolítica é antigo. A referência original vem dos sofistas que o utilizavam para designar uma filiação a toda humanidade e não somente a uma cidade específica. Pensar a vida do atleta como uma expressão desse cosmopolitismo que desvela as relações de interdependência, expondo mediações que conjugam exercícios físicos e processos de subjetivação, obriga-nos a forjar uma vida política que não é mais determinada pelas localidades da *pólis*. Quando afirmarmos que, para tornar um atleta capaz de realizar uma performance esportiva, é preciso envolver um universo de mediações que ultrapassa a distinção entre vida física e vida moral, é necessário deslocar o que usualmente compreendermos como atlético, compreendê-la apenas pelo período de dedicação intensa, de vida competitiva do atleta já não é o bastante. Em um sentido bastante abrangente, esta vida atlética pode ser compreendida não só como uma rede de multiplicidades que utiliza o corpo como um dos seus mediadores, mas que envolve um número muito maior de relações, que engendram tecnologias de treino, suplementos alimentares, filosofia de vida etc..

Em sua articulação com diferentes técnicas e procedimentos dos quais depende a preparação do corpo, o atleta precisa engajar-se em um cotidiano de cuidados e treinamentos, precisa constituir uma ascese. Sua capacidade física depende dessa adequação com saberes e artefatos técnicos e científicos articulados com a constituição

de um sujeito moral – moral e corporal amalgamados para dar forma ao corpo, para torná-lo capaz de competir e efetuar um tipo muito específico de performance. Ou, como salientado por Latour: “*A realidade e a artificialidade são sinônimas, não antônimas. Aprender a ser afetado significa isso mesmo: quanto mais se aprende, mais diferenças existem*”. (2004, p46). Este é o princípio que direciona esta etnografia, a indistinção entre real e artificial e a descrição de um processo de aprendizado muito particular.

Afinal, ele propõe estar continuamente engajado em uma série de múltiplos elementos da qual depende a sua capacidade de efetuar as performances exigidas. Cabe indicar que cada esporte, cada diferente modalidade exige uma performance e uma série de engajamentos diferentes, diferentes acordos entre o corpo e o artefato para com isso conseguir efetuar sua performance. A ideia é de que cada atleta em sua busca por uma performance particular engaje-se em diferentes coletivos na busca por tornar-se mais potente, pela realização de uma nova performance. Nesse sentido, na composição de processos de aprendizados particulares, novos limites para os corpos são traçados, nos quais não há cisão entre vida biológica e vida moral, uma vida que não se desnuda, muito pelo contrário, qualifica-se através do corpo e materializa-se através dos cuidados de si, dos treinamentos, dietas e preparações específicas para a efetuação de determinada performance.

Essa questão aponta para uma série de novas possibilidades conceituais que a subtração do acordo entre corpo e artefato sugere, bem como acusa a ineficiência de conceitos como humano, natureza, sociedade etc.. Por outro lado, exige que seja afirmada uma “ontologia prática” que substitua a epistemologia dicotômica anterior. Nesse novo horizonte de possibilidades conceituais, a noção de mediação técnica tem um papel fundamental por descrever agenciamentos complexos que engajam atores humanos e não humanos. Nesta “ontologia prática”, a agência desses múltiplos atores é fundamental, como salientado por Mol (2007), pois é a partir de tais mediações técnicas que conseguimos modelar a realidade. Ou seja, existe uma dificuldade a toda existência, a esfera social só pode ser visibilizada através de suas relações com estes atores não humanos, fazendo parte e interagindo de dentro dos dispositivos é que a esfera social é atualizada. Sem essas mediações, toda interação esvai-se em pouco tempo, ela tem a necessidade do arranjo com esses diversos atores para poder prosseguir em frente. Por

fim, um corpo simétrico emerge dessas redes sociotécnicas, ele é uma das composições possíveis, soma e permutação de todas as mediações.

Nesse sentido, o doping, em seu aspecto cosmopolítico com o esporte de alta performance, tenciona o antropológico tanto eticamente, questionando o que sabemos e compreendemos como humano, como no aspecto disciplinar, explicitando os limites metodológicos da análise antropológica quando se estabelece como um empreendimento disciplinar que visa a compreensão do humano. Coloco o doping como uma forma que, no limite, problematiza a distinção inicial entre política e tecnologia, pois esta apresenta dificuldades em compreender a emergência das formas complexas de disposição desses modos de vida, como o empreendido pela vida do atleta e as suas mediações sociotécnicas. Portanto, exige outra concepção de política que não estabeleça limites políticos (e também epistemológicos) entre o físico e o moral, entre o corpo e o artefato. Assim, através da criação desse jogo de espelhos entre o esporte de alta performance e doping, é possível acompanharmos a constituição do humano como ser social e biológico e, por isso, objeto de conhecimento e intervenção técnica. Na sua interação particular com o corpo, ela borra os limites entre as duas definições e produz uma quantidade incontável de novos corpos, bem como propõe uma série de renovados problemas éticos.

Capítulo II

O Esporte Múltiplo e os corpos cosmopolíticos

O doping é um problema sobre o corpo e suas capacidades. O atleta, através do seu desempenho, é responsável por responder aos limites e capacidades do corpo humano. Ao realizar uma performance, o corpo do atleta é um vetor de reiteração tanto das potencialidades da natureza humana encerradas nele quanto de valores estéticos e morais promovidos pelo esporte. Porém, nem todos os corpos podem atingir as mesmas marcas, nem todas as pessoas têm um lugar no panteão dos atletas de ponta. O doping não borra somente esses limites como dá a possibilidade para trapaceiros entrarem no espaço reservado aos heróis esportivos. Contra a ameaça do doping, certas posições precisam ser reafirmadas: trabalho duro, talento e saúde para um lado, trapaça e risco para outro. Mas por que não dizer que, nesses procedimentos de demarcação de posições éticas e morais, certos corpos são produzidos em contraposição a outros? Volto ao debate de 2002, na intenção de descrever um desses momentos, em que, em contraposição ao doping, o atleta e seu corpo são redefinidos e novas formas de enunciar a natureza de tais corpos entram em jogo.

Na sequência do debate, após a longa lista de acusações feitas a Júlio César Alves e às suas más intenções, sem, no entanto, entrarem na discussão sobre o doping, a palavra é passada para um dos técnicos de atletismo presentes na plateia, Neilton Moura, na época, comentarista da ESPN e irmão do também técnico Nélio, participante na bancada. Provavelmente, por sua experiência como comentarista, Neilton inicia a sua fala olhando diretamente para câmera e expondo enfaticamente o que seria, nas palavras dele, a sua preocupação e a demais profissionais presentes no debate. Com este esclarecimento, ele pretendia, enfim, dar ensejo aos argumentos capazes de esclarecer os perigos reais do doping. O foco de sua preocupação não eram apenas os atletas profissionais, mas os assinantes do canal e os frequentadores de academia, aquelas pessoas comuns que, provavelmente, ainda não eram e talvez nunca tornariam-se atletas. Esta grande população também seria vulnerável aos riscos do doping, não sendo apenas um problema de atletas profissionais, mas atingindo todos os interessados em

melhorar o desempenho físico. A Néilton coube a tarefa de colocar aos treinadores e médicos presentes na bancada a questão que traria luz a todos leigos telespectadores sobre os riscos envolvidos no uso de doping. Colocando essa questão, ele pretendia definir o papel das substâncias ilícitas na construção da alta performance de um atleta de elite, o grau de sua necessidade e os parâmetros dos possíveis riscos. Para isso, ele recorre à autoridade e idoneidade de seu irmão técnico e do médico da Confederação Brasileira de Boxe, Bernardino Santi, para que eles esclareçam, afinal, quem pode ser um atleta de ponta.

Em ciência o que não se pode explicar é milagre. O pessoal que faz pesquisa, os cientistas, não tem encontrado muitos milagres. Aliás, eu acho que eles não têm encontrado nenhum milagre. Infelizmente, os atletas quando perdem uma competição e a declaração da Eliane é uma prova disso, quando eles perdem uma competição, tentam explicar dizendo que o adversário está dopado. É uma explicação que resolve para eles toda derrota, todo problema. Eu queria pedir para o Dr. Bernardino e o Nélio que acho que são as pessoas que podem explicar melhor isso, tentassem passar para o assinante, o que é um atleta de ponta, se o uso de anabolizante pode transformar um praticante em um atleta de ponta, um simples praticante de esporte e quais são os danos que essa vaidade pode causar nos frequentadores de academia?

Para Néilton, definir a diferença entre um simples praticante e um atleta de ponta é fundamental para identificarmos o lugar e a função do doping no contexto esportivo. Responder se uma substância dopante é capaz de transformar um praticante de atividade física em atleta de ponta e, com isso, elevá-lo à condição de efetuar uma performance que leve o corpo ao limite depende de esclarecermos o que define um atleta de ponta. No entanto, em sua fala, ele deixa alguns indícios sobre o próprio ponto de vista. O doping aparece associado à desculpa pelo mal resultado e à vaidade daqueles pouco preparados frequentadores de academia. Essa questão serve de ensejo para que Nélio definisse o que faz de uma pessoa um atleta de ponta.

Eu vou começar e acho que a segunda parte o Dr Bernardino vai responder muito melhor. Isso já foi falado aqui exaustivamente. O atleta de ponta é um escolhido (tímido sorriso, solta a respiração), quer dizer, depende um pouco da sua crença, pode ter sido o acaso, pode ter sido por deus, mas é aquele que já tem todo instrumental que vai conduzi-lo aos resultados de um atleta de elite. Ou seja, primeiro tem que escolher seus pais, ou melhor, nem seus pais, mas os genes certos do pai e os genes certos da mãe para você poder ser um atleta de ponta, isso não está ao seu alcance, está fora do seu controle.

Nélio define um atleta de ponta pelo que ele chama de instrumental: o atleta de elite é aquele que possui um instrumental próprio e especializado que o conduz às altas performances, que faz com que seu corpo represente os limites do que pode o corpo de um ser humano. Contudo, esse instrumental não é simplesmente adquirido nem ao

menos construído pelas cansativas e intermináveis séries de treinamento realizadas pelo atleta, ele é inato, chamado de acaso ou milagre do encontro quase inesperado entre os genes do pai e da mãe do esportista. Em outras palavras, o que define a fronteira entre o atleta e o “simples praticante” é um inesperado encontro entre a carga genética da mãe e a do pai do atleta, que lhe fornece esse instrumental especializado, que não está nas mãos de ninguém, nem do técnico, nem do próprio atleta; depende da crença de quem enuncia para nomear este encontro fortuito de acaso ou milagre. Nessa direção, ele continua:

Então não é vergonha nenhuma, se você não pode ser um atleta de ponta, o aspecto principal está fora do seu controle. Você pode ficar envergonhado se você não é capaz de conviver com as suas limitações e buscar esse tipo de ajuda- ao que ele indica com a mão em um breve movimento, o médico Júlio César Alves sentado ao seu lado na bancada- e tentar ser uma coisa que na realidade você nunca vai ser. Nem com todo conhecimento, que talvez ele tenha ou que ele diz ter. Então acho que a primeira coisa é essa, procurar conviver bem com você mesmo. Fiquei muito contente agora, primeiro de ouvir a fala do Bernardinho e depois do Vlamir, principalmente com a do Vlamir, saio daqui renovado com a esperança de que este discurso vá atingir os assinantes, principalmente os jovens assinantes, que podem estar mais expostos às opiniões infelizes, que a gente vê sendo expostas há duas semanas.

Para Nélio, há algo de intransferível e de inadquirível na performance do atleta. Nem todo conhecimento médico, autêntico ou não, é capaz de capacitar um simples praticante a atingir um rendimento esportivo de ponta. Talvez se esquecendo dos benefícios econômicos e do status social que um atleta de ponta tem na sociedade ocidental, o técnico diz que não ser um atleta de elite não é motivo de vergonha. Afinal, o que define a posse deste instrumental e as capacidades advindas dele está fora do alcance de uma pessoa qualquer, mesmo do atleta, pois ele é o acaso ou o milagre. Sob esta luz, o doping aparece como um artifício completamente impotente e com possíveis e desconhecidos riscos: não é usar hormônios nem fazer transfusões de sangue que vão transformá-lo em um atleta de ponta. Em sua fala, ele ainda faz referência a duas participações anteriores, Bernardinho e Vlamir Marques, o primeiro técnico da seleção brasileira masculina de vôlei e o segundo ex-técnico de basquete da seleção brasileira e detentor dos dois únicos campeonatos mundiais conquistados pelo Brasil. Vlamir, enfaticamente, havia demarcado a contraposição entre treinamento e talento e o uso da força no basquete. Para ele, o uso de anabolizantes apenas reforçava a concepção da vitória esportiva através do uso da força. Ao invés de produzirem talentosos e técnicos atletas, os anabolizantes eram responsáveis por produzirem apenas desajeitados

“brucutus”. Ele finalizou contrapondo a figura desses brucutus com a figura esguia e talentosa do maior jogador da história do basquete, Michael Jordan. Contudo, para o médico da Confederação Brasileira de Boxe, o que fazia um atleta de ponta era um pouco diferente do que estabelecido por Nélío Moura. O atleta não seria, propriamente, uma obra do acaso, mas o fruto de um trabalho de construção e cuidado minucioso. Ele utiliza a metáfora do carro de fórmula 1 para exemplificar o que chama de sintonia fina que compõe a formação de um atleta de ponta. Segundo ele, o atleta de ponta:

É feito de nutrição adequada e é isso que devemos falar em primeiro lugar, boa alimentação, primeiro de tudo, né? Nós também temos que ter um acompanhamento, fazer as avaliações fisiológicas, temos que fazer as avaliações laboratoriais, acompanhamento médico e um treinador de ponta. Temos aí o Bernardinho nós fomos recentemente campeões. Isso é resultado de política esportiva, nós estamos há vinte anos entre os quatro primeiros, é por acaso isso? É o doping? Vinte anos! Então nós temos aí uma escola de vôlei, atletas surgindo, treinadores surgindo. Então, o que faz um atleta de ponta são inúmeros aspectos, sem falar nos aspectos genéticos que são muito importantes.

Para o médico, o papel do doping na formação do atleta de elite é, basicamente, ilusório. O que faz um atleta de ponta é trabalho contínuo e minucioso de acerto de numerosas variáveis que envolvem treinamento, cuidados dietéticos, conhecimento fisiológico e, sobretudo, aspectos genéticos. Junto com a importância de uma sistemática e poderosa política pública de investimento em infraestrutura esportiva. Ele finaliza apontando a ineficiência dos anabolizantes, reforçando a acusação aos médicos, considerados por ele como responsáveis pela promoção dessa ilusão e ainda desafiando o outro médico presente na bancada a apresentar um “atleta dopado” capaz de competir com um atleta preparado seriamente por ele. Ele termina com este enfático desafio que coloca lado a lado as performances de um atleta formado através do cuidadoso trabalho de treinadores e médicos sérios e a dos “malandros” a quem ele remete um problema geral do qual sofreria o Brasil nas mais variadas esferas. Opondo-se à malandragem do doping, Santi pretendia opor-se às más condutas presentes no dia a dia dos brasileiros.

Nós não podemos esquecer que são pessoas como o colega aqui que continuam querendo perpetuar essa ideia, disseminada por aí pelas academias, de que o anabolizante é a solução. O anabolizante não é a solução, nunca vai ser a solução de nada. (...) Desafio qualquer atleta seu (apontando para Júlio César Alves) dopado, que venha a competir com qualquer atleta que trabalhou conosco seriamente (primeiro faz um gesto circular com a mão como se reunisse sob as palavras dele todos os técnicos sérios presentes naquele ambiente e aponta para o próprio peito) desafio para saber se o resultado vai ser realmente melhor! Acho que a maior malandragem é a honestidade! É isso que eu quero passar para o Brasil vamos parar de querer ser mais esperto, de querer levar vantagem em tudo. O Brasil já pagou muito por isso.

Fiz questão de abrir este parêntese para descrever mais um momento de tensão do debate sobre doping com a intenção de explicitar esse jogo de opiniões montado por diferentes profissionais e ensejado pela pergunta: quem pode ser um atleta de ponta? Com a sua questão, Neilton Moura deu abertura para uma espécie de jogo de espelhos entre as definições de atleta e de doping, do reflexo de cada resposta dada pelo médico ou pelo técnico uma definição do doping e de seus efeitos foi apresentada de forma correspondente. Esclarecendo os aspectos que fazem um atleta de elite em contraposição aos arriscados e quase nulos efeitos do doping devidamente sinalizados com o peso simbólico das restrições a uma conduta imoral. Assim, encontramos uma correspondência muito clara entre o doping como problema e a reiteração de uma natureza do corpo humano. Para Nélio, a origem para o potencial do corpo do atleta está em um acaso da própria natureza. De suas palavras, encontramos uma natureza que, no limite, é intransponível e que define as potenciais performances de cada corpo. Ao doping, é relegado o papel de artefato impotente, incapaz de quebrar o limite imposto por esta natureza intocável do corpo.

2.1-O acordo modernista e o corpo do atleta

Entre estas respostas expostas durante o debate sobre doping da ESPN, encontramos intrinsecamente ligadas, uma maneira de dispor entre atletas de elite e simples praticantes de atividade física e outra de contrapor o doping ao acaso genético que reincidem nos termos do *acordo modernista*, descrito por Bruno Latour (2001). Apesar da referência à modernidade, os termos deste acordo começaram a serem traçados no diálogo platônico de Górgias, na descrição da guerra conceitual travada entre Sócrates e Cálicles e vencida lentamente pelo primeiro. O embate entre o filósofo e o sofista, narrado por Platão, inaugurava a contraposição entre dois tipos de política: a política da razão e a política da retórica. O marco estabelecido nesta batalha coloca de um lado a Razão, o que não significa, simplesmente, que o político arrazoado é melhor, mas que a Razão em sua pretensão universal é o conteúdo e a forma da melhor política e, de outro lado, a Força, a política feita através da persuasão e do ardid da retórica, interessada em atingir os seus fins particulares desejados, não importando os meios empreendidos para alcançá-los. Independente do lado vencedor da batalha, o

estabelecimento desta contraposição significa o estabelecimento de um marco interior a *polis grega*, o reconhecimento de duas maneiras excludentes de fazer política, duas formas de dispor das relações entre patriarcas e de imaginar o bem da cidade, determinando a maneira pela qual olhamos para a política. No entanto, como Latour faz questão de deixar claro, a vitória mais importante não foi a de Sócrates no debate, mas a empreendida por Platão que, ao demarcar tão enfaticamente esses dois modos de pensar o bom governo, funda uma epistemologia política que determina, simultaneamente, uma topografia particular da *pólis* e um silenciar do *demos*.

Razão e Força sintetizam duas soluções oriundas da própria *pólis* para dispor o *demos*, a multidão de humanos e não humanos que a habitava. Essa epistemologia política fundamenta um acordo que Latour define como “*inumanidade para subjugar a inumanidade*” (p.296), ou seja, a razão identificada como o artefato extra-humano com poder suficiente para permitir o acesso a um mundo ideal e transcendente e, ao mesmo tempo, ordenar à outra inumanidade, esta multidão de objetos inanimados e colocá-la para fora da *pólis*. Tanto a política da razão quanto a da força expressavam a aversão platônica ao *demos*, em seu diálogo, as posições de Sócrates e Cálicles são antípodas, mas realizam a mesma divisão do território da cidade, relegam à multidão o silêncio e a periferia da cidade. Contudo, a vitória da razão, o dispositivo socrático, não é imediata. A luta entre Razão e Força ainda tem outros tantos episódios nos quais a razão ganha volume, sendo eleita como a forma fundamental de fazer política, partindo do primeiro momento no qual Sócrates procura as diretrizes da política fundamentada pela razão, passando pela construção de um Estado racionalmente estruturado e chegando, finalmente, à formação da Constituição Moderna (Latour,1992), atando de vez liberdade, individualidade e racionalidade.

Se o acordo modernista é mais antigo do que seu nome sugere, os séculos XVI e XVII representam uma intensificação na radicalidade dos termos do acordo. As mudanças introduzidas com a emergência do Estado e da Ciência modernos serviram para aprofundar o abismo que estabelecia as dicotomias entre natureza e sociedade e entre corpo e mente. Nesse sentido, o acordo modernista é a combinação de dois paradoxos, responsáveis por invisibilizar a fluidez concreta que existe entre corpo e mente e o seu numeroso exército de agenciamentos materiais e conceituais que as relações entre os diferentes agentes produzem. Não é simplesmente um acordo tácito e conceitual que opõe a objetividade da natureza e a subjetividade dos homens: ele

pretende traçar uma fronteira concreta materializada através de um enorme número de procedimentos e mecanismos que articulam simultaneamente concepções teóricas, epistemológicas e políticas sobre a realidade.

Assim, ao serem firmados os termos do acordo, não apenas um limite está sendo traçado, proibindo as passagens e as articulações entre as diferentes inumanidades de acontecerem, mas com eles é empreendido um incansável trabalho de hibridização que relaciona estes dois pólos pretensamente impermeáveis. Na mesma medida em que a modernidade propõe as distinções entre um pólo e outro, ela também prolifera criaturas híbridas que carregam em si estes paradoxos. Ao mesmo tempo em que pretende dar sustentação à manutenção do acordo, atribui os motivos da sua grande extensão somente aos trabalhos de purificação, impossibilitando pensar os outros inúmeros acordos e relações envolvidos na sua constituição e manutenção. Os próximos dois capítulos desta dissertação focarão nestes procedimentos de purificação que pretendo apresentar como estratégias da luta contra o doping, que estão na base da constituição do doping como problema, a produção de dispositivos responsáveis por efetuar demarcações e empreender a reiteração e atualização dos termos deste acordo, que coloca de um lado um corpo considerado natural e, de outro, os artifícios que, além de perigosos, em sua busca incessante pela vitória, tiram o corpo de sua condição natural. De maneira geral, o esporte pode ser entendido como um empreendimento participante da consolidação do *acordo modernista*. São muitos os autores, dentre eles Elias & Dunning(1992) e Vigarello(1995), que enxergam os processos de emergência dos esportes a partir da consolidação da regulamentação dos jogos e separação entre as modalidades esportivas, entre o futebol e o rugby, por exemplo, através da interdição do uso das mãos no futebol. Um dispositivo de consolidação e difusão de valores fundamentais da modernidade, como através dos processos de regulação circunscrever violência nos esportes e adequar comportamentos ao processo civilizador.

Certamente, é possível enxergar no doping um viés deste processo mais abrangente de regulamentação desportiva, conquanto o doping apareça em todo seu rigor a partir dos anos 1960 e ganhando maior ênfase no início do século atual, mais de um século após a consolidação do esporte como uma modalidade de regulamentação que não circunscreve diretamente a violência dos jogos, mas que diz respeito aos participantes do jogo. Como um novo mecanismo de purificação que, além de seu já explícito conteúdo moral, possui um forte componente estético no sentido de que

pretende constituir um espaço para a produção de uma dada natureza humana. Novamente, através do doping é possível invertermos o comum interesse da antropologia em ater-se aos processos culturais e identificarmos no doping e, principalmente, nestes procedimentos de purificação que visam circunscrevê-lo, a explicitação de formas de produção da natureza que o colocam, ainda hoje, em consonância com determinados ideais românticos de natureza.

Na cena do debate apresentada acima, ao responderem a pergunta sobre quem pode ser um atleta de ponta, técnicos e médicos dispõem de diferentes maneiras os termos do acordo modernista. A cisão entre natureza e sociedade continua traçada, contudo, para definir o que faz de uma pessoa um atleta de ponta é preciso estabelecer uma topografia do corpo, enfatizar o papel de certas ferramentas e do cuidado em coordenar uma variedade de saberes para que enfim o atleta possa efetuar a sua performance. Os corpos do atleta de elite e do “simples praticante”, o talento esportivo, os saberes médicos, as substâncias dopantes aparecem como os novos elementos do acordo, necessários para modelar a performance atlética autêntica. A performance atlética entendida como esse momento de efetuação do corpo levado a um limite, limite do *anthropos* e, paradoxalmente, disponível a poucas pessoas, depende desse arranjo: não são apenas formas de compreender a constituição do atleta de ponta, não se trata de pontos de vistas, mas de formas de ordenar e produzir a realidade.

Quando Nélio Moura enfatiza a singularidade do acaso genético indispensável para definir a capacidade atlética, ele conduz ao nível molecular do gene a inumanidade da vida física colocando-a a distância dos riscos iminentes das substâncias dopantes. No limite, a capacidade do atleta é intocada pelos efeitos arriscados do doping, seus efeitos são todos contra efeitos, colocam em perigo a saúde da pessoa, mas não são capazes de transformá-lo em um atleta de ponta. Pois, a sua performance é inacessível, a não ser que a pessoa tenha o mesmo “instrumental” genético. O acordo proposto pelo médico não é menos rigoroso do que o do treinador, mas poderíamos dizer que o seu acordo é mais populoso, ao enfatizar o papel de inúmeros saberes e práticas fundamentais para a constituição da alta performance esportiva, ele introduz um número maior de atores. Contudo, ao final, todas as substâncias consideradas ilícitas pelas agências antidoping continuam sendo relegadas à periferia da *pólis*. Neste sentido, não é simplesmente o doping que acaba silenciado, mas as substâncias consideradas pelo treinador e pelo

médico como ineficazes e perigosas são instituídas como doping. Sujeito a inúmeras sanções e proibições, quem as utiliza pode acabar banido da *pólis* esportiva¹³.

Com essa mesma questão utilizada no contexto do debate televisivo para demarcar os termos do acordo entre doping e saúde, entre atletas de elite e praticantes, fui ao campo com a ideia de estabelecer uma perspectiva etnográfica sobre a alta performance esportiva. Nessa direção, o presente capítulo tem como objetivo levar tal questão ao seu sentido mais prático e abordá-la etnograficamente, descrever como os saberes e práticas de treinamento esportivo envolvidos na formação de atletas de ponta, simultaneamente, formulam e articulam o objeto sobre o qual atuam, a saber, o corpo dos atletas. Questionar *quem pode ser um atleta de ponta* envolve mais do que traçar a linha que separa a elite esportiva e os meros mortais: sob o corpo do atleta de ponta estão encerrados ideais do corpo humano, dos seus limites e potenciais. Portanto, perguntar sobre os limites do corpo humano através da constituição de uma performance esportiva de alto rendimento é, novamente, colocar sob tensão o *anthropos* como figura histórica. O atleta, simultaneamente, responde sobre os limites do corpo e representa o funcionamento ideal do mesmo. Em particular, em um sistema como o esportivo, movido pela quebra de recordes¹⁴, o limite do corpo é continuamente tensionado: não basta apenas vencer e ocupar o ponto mais alto do pódio é necessário estabelecer uma nova marca, demonstrar que o corpo pode realizar um pouco mais.

Dessa forma, este capítulo aproxima-se de Ohl *et al* (2013), para quem o doping é menos uma questão de trapaça e mais a busca pela manutenção da performance de alto nível. Contudo, ao intencionar descrever como a performance depende deste engajamento diferencial e, portanto, da contínua introdução de práticas, saberes, técnicas e artefatos, a intenção é apresentar o corpo do atleta não como uma matéria

13 Poderia fazer, novamente, referência a noção de contra-sociedade esportiva, como desenvolvida por Vigarello (1995), o esporte sendo responsável pela constituição de um lócus com os seus próprios códigos morais exteriores e muitas vezes antagonistas à sociedade ampla. Contudo, quando falo em polis esportiva dando sequência a terminologia desenvolvida no texto de Latour, tenho a intenção de enfatizar os processos nos quais os acordos entre humanos e não humanos são tratados e identificar os termos políticos-epistemológicos que dão suporte para a consolidação dessa *pólis* esportiva.

14A seguir farei de forma um pouco mais detida referência ao livro *Le culte de la performance* de Alain Ehremberg, no qual ele identifica a amplitude de uma cultura da performance e do desempenho generalizada, em que o esporte tem o papel fundamental local de dramatização destes valores. Portanto, o esporte simultaneamente participa e é difusora desta cultura de competição particular da sociedade empresarial surgida após a derrocada do estado de bem-estar social europeu. Particularmente, considero inquestionável identificar no esporte esse espaço de dramatização, contudo, não é esta a amplitude da análise proposta por esta dissertação.

homogênea, mas, sim, em sua transitividade, ou seja, em processos de transformação nos quais o corpo do atleta aparece como uma matéria variável, imerso em sua paradoxal condição que, a todo o momento, expõe e tenta evadir os seus próprios limites ao conjugar a busca constante pela melhora do desempenho físico com a constituição de uma cuidadosa moral que constitui a vida do atleta. Ohl et al.(Ibid) descrevem a trajetória de um ciclista, da sua introdução ao ciclismo até a sua profissionalização, retratando as mudanças que ocorrem na sua forma de conceber a saúde e, principalmente, como sua vida passa a estar inteiramente absorvida pelo esporte, dando novos significados e introduzindo novas peças indispensáveis para a manutenção da sua condição de esportista. Contudo, quando o ex-técnico da seleção brasileira de natação que acompanhei durante o trabalho de campo falava, repetidamente, “*É infinito, né? Te falei isso por que é infinito. Quando você chega num ponto bom de determinada coisa, você começa a olhar com outros olhos e começa a procurar por outras coisas, né? E acha! Fácil achar.*” ele chamava atenção para o trabalho infinito do técnico – infinito, pois a busca pelo limite da performance nunca está acabada. Um bom resultado não significa o fim do trabalho, mas o início pela busca por uma nova performance, por fazer o corpo ainda mais potente.

É isso que chamo de transitividade: novos limites sendo traçados para o corpo de cada atleta, expressando a confusão entre o estágio atual do corpo e uma performance possível, virtual, identificada e traçada a partir desses erros que o técnico procura, dando início a uma busca por novas formas de modular o corpo do seu atleta e fazê-lo mais potente. O corpo é colocado em um processo de produção ao potencializar-se através de seu engajamento em exercícios, máquinas e suplementos. Ele é posto em *devoir* no momento em que passa a fazer parte e a relacionar-se com esses dispositivos sociotécnicos, que simultaneamente, permitem desenvolver a sua performance e dão início aos *processos de subjetivação* (Foucault, 1985) nos quais está envolvido. Através da sua conjugação com uma rede sociotécnica de técnicas de treinamento, valores morais, cuidados dietéticos, grupos de colegas e treinadores, esta relação entre virtual e atual torna-se visível. O corpo de hoje deseja o corpo de daqui dois meses, que deseja o corpo dos próximos seis meses. O outro desta relação é um corpo possível, um atual que se constitui a partir da composição com a rede sociotécnica, que dispõe de um número incontável de atores. A cada novo arranjo de dispositivos, outro corpo aparece no horizonte. Portanto, o corpo atlético pode ser caracterizado junto às mediações que o

estabelecem e o colocam em processo na extensão destes devires que os corpos possíveis podem ser visualizados.

Contudo, não faz parte do escopo deste capítulo realizar uma digressão¹⁵ sobre a função do esporte como um dos acontecimentos fundantes da modernidade, especificamente, responsável pela produção e sedimentação de uma concepção de corpo humano como lócus do natural e em consonância com a subjetividade racional e interiorizada demandada ao sujeito moderno (Elias; Dunning, 1992). Tanto o esporte de alta performance quanto a atividade física cotidiana, realizada na escola ou por conta própria, participariam desse processo extenso desdobrado pelo projeto moderno. Indispensável para reprodução e difusão de valores e concepções da racionalidade moderna, bem como para a docilização de determinados corpos e classes sociais demandados pelo capitalismo então emergente (Bancel; Gayman, 2002).

No entanto, esta perspectiva demasiadamente ampla não seria suficientemente precisa para explicitar as particularidades do cotidiano e as resistências oferecidas pelos materiais, músculos, borracha, água etc., presentes na constituição de corpos atléticos capazes de competirem em alta performance. Com isso, quero dizer que a vida do esportista profissional é, manifestamente, artificial. Ele se vale de artefatos de todas as ordens, materiais e ideais, moleculares e conceituais, para traçar os seus objetivos e compor o seu cotidiano de treinamentos. O atleta engaja-se, continuamente, em relações com treinadores, aparelhos de musculação, piscinas e dietas. Assim, as práticas atléticas compreendidas como modalidades de práticas de si (Foucault, 1984) constituem diversos modos de subjetivação que confundem os diferentes domínios do natural e do artificial, do público e do doméstico, do material e do moral. O que deveria ser compreendido

15A lista de autores que indicam a constituição do esporte como um fenômeno específico e fundamental para o empreendimento moderno é grande. Desde trabalhos clássicos como o de Elias e Dunning (1992), no qual os autores identificam no esporte um modo de subjetivação especificamente moderno, do exemplo das mudanças ocorridas no jogo da raposa e do processo mais abrangente de regulamentação dos antigos jogos da idade média. Na sua transformação em esporte encontramos desenvolvimentos relativos ao estabelecimento de comportamento interiorizado e contido a formação de uma subjetividade demandada no período de curialização europeia. Entre os exemplos trazidos por ele, talvez o mais enfático seja a descrição das transformações ocorridas no jogo da raposa, a produção de um olhar e da tensão dos recém instituídos cavalheiros sobre a morte da raposa realizada não mais por eles, mas pelos cães. Como trabalhos que não tem o esporte como objeto de análise fundamental, mas que contribuem em reiterar esse posicionamento do esporte como fenômeno moderno. Penso, por exemplo, na divisão entre jogo e rito estabelecida por Levi-Strauss em *O pensamento selvagem* (2008) para exemplificar a distinção entre pensamento abstrato e pensamento concreto.

como natural passa a artificializar-se: o físico é moralizado no seu cotidiano de cuidados dietéticos e treinamentos intensivos. Em uma afirmação um tanto genérica, mas que sinaliza para a intensa relação entre esporte e tecnologia, Vigarello (1995) identifica, historicamente, no esporte de alta performance um espaço de aplicação de alta tecnologia. Grosso modo, a contínua introdução de novos materiais, como ligas metálicas na ginástica olímpica, borracha e nylon no atletismo, chegando ao uso de semicondutores no automobilismo mudaram completamente a concepção da performance atlética em tais esportes. Evidentemente, essa é uma afirmação abrangente demais para as pretensões e para o escopo deste capítulo. Contudo, serve para expor essa interface mantida continuamente entre alta tecnologia e esporte, o objetivo do presente capítulo é apresentar uma descrição sobre os processos empreendidos na produção destes corpos e no desenvolvimento de uma performance atlética.

É através do engajamento pessoal na construção de um cotidiano de treinamentos – que envolve exercícios, repouso, dieta e uma variedade de cuidados que excedem o período no qual o sujeito permanece dentro da academia – que estes modos de subjetivação são construídos e desestabilizam os nossos velhos determinismos epistemológicos e políticos, principalmente, o determinismo humano-máquina, pois não conseguimos sequer imaginar o esportista fora desse emaranhado de relações com outras pessoas e máquinas que descreverei a seguir. Este determinismo, que estabelece fronteiras impermeáveis entre humanos e máquinas e enquadra as nossas percepções sobre estas relações, não é capaz de compreender a complexidade e a fluidez da vida do atleta, que não existe sem seus diversos suportes. São estas relações que produzem o atleta como um ciborgue (Haraway, 2000) no sentido mais corriqueiro do termo. Ele só pode ser compreendido como uma associação, um ser composto de diversos componentes muito diferentes entre si e muito distante de tudo aquilo que nomeamos quase instantaneamente como natural. Os termos do acordo modernista não são suficientes para descrever nem compreender a paradoxal¹⁶ vida do atleta, que expõe a necessidade de elaboração de novos acordos.

16 A vida do atleta é paradoxal ao ser compreendida como uma forma de prática de si, que constitui modos de subjetivação que confundem os diferentes domínios de cada um dos termos, o privado e o público, o físico e o moral. O que deveria estar em somente uma destas dimensões, surge na outra, o físico é moralizado e o privado torna-se repleto de procedimentos traçados no domínio público. Resolvido no clube na discussão com o técnico no estabelecimento das relações com os outros nadadores.

Nesta direção, é preciso abordar o esporte em sua multiplicidade, entendida como a heterogeneidade de elementos agenciados na produção de uma performance específica. Ao abordar performance atlética como uma heterogeneidade, é preciso renunciar qualquer simplificação. Essa vida fluída e difícil de enquadrar dentro dos determinismos usuais, exige uma escrita que respeite e procure descrever precisamente os seus deslocamentos e as novas fronteiras que constrói. É este deslocamento que pretendo empreender neste capítulo, ao “*começar pelo empírico*” (Mol, 2000), identificar as mediações sociotécnicas implicadas na elaboração de uma performance atlética de alto nível e as particularidades que somente o cotidiano deste trabalho envolve – em específico, os minuciosos cuidados aplicados por um técnico profissional na formação de nadadores.

Dessa forma, realizei uma pesquisa etnográfica no Grêmio Náutico União um tradicional clube de Porto Alegre – um dos cinco principais centros de formação de nadadores do país – no qual pude acompanhar o exaustivo trabalho realizado por um dos técnicos de natação mais experientes do país e com uma trajetória de relevância e resultados em nível nacional, incluindo passagens pela seleção brasileira e responsável pela formação de alguns dos jovens nadadores com os melhores resultados no cenário da natação brasileira atual. Além de acompanhar os seus incansáveis esforços para motivar jovens nadadores, corrigir erros em ângulos de braçadas e mudar movimentos para torná-los mais hidrodinâmicos, tive acesso aos materiais utilizados durante o treino, *snorkels*, paraquedas, elásticos. Pude verificar como são realizadas as anotações feitas pelo técnico e acessar o material bibliográfico utilizado – como livros e encartes adquiridos em clínicas de natação realizadas pela Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos – bem como tive a possibilidade de acompanhar o técnico durante uma das três principais competições do calendário nacional – o Open de natação realizado em dezembro no Grêmio Náutico União em Porto Alegre.

Nesse contexto de estabelecimento de novos acordos e proposição de novas articulações, o técnico tem a função de coordenar as relações entre material e forma, de acertar as correspondências entre o corpo e a água ao tornar o movimento mais hidrodinâmico, fazer com que o nadador seja mais competitivo. Contudo, o limite entre a aplicação do conhecimento na prática cotidiana do atleta e do técnico é muito tênue. O trabalho do técnico está distante de ser somente a produção de um olhar e de um cuidado rigoroso sobre movimento, a conduta e a motivação do atleta. Ao

responsabilizar-se pela realização destas diversas articulações, o próprio técnico é colocado em um movimento contínuo de transformação e afecção sobre o seu próprio corpo.

Ao buscar descrever o cotidiano de treinamento de nadadores a minha intenção é abordar um espaço no qual o doping não seja necessariamente enunciado: a associação entre atleta e substância ilícita é só mais uma das possíveis relações dispostas pelos distintos agenciamentos sociotécnicos arregimentados na constituição de uma performance de ponta e, portanto, presentes no cotidiano de um atleta competitivo. Nesse sentido, volto a afirmar o caráter associativo e coletivo do doping. Ele é um acontecimento, o efeito destas associações sociotécnicas. Não quero, simplesmente, relativizar o uso destas substâncias proibidas pelas agências esportivas ao descrever o contexto de treinamentos, mas colocar esse uso em relação aos elementos variáveis que compõem o fugidio cotidiano de formação de nadadores. Com isso, reafirmar os direcionamentos desta “*aposta na heterogeneidade*” indicada por Tirado e Domenech (2005) e, aqui, especificamente no caso do esporte de alta performance, atentar para que, quando estamos falando de doping, o que está sendo colocado em jogo é o corpo e suas potencialidades.

Contudo, não é suficiente aceitar os termos propostos pelos dispositivos agenciados pelas estratégias antidoping e partir da associação entre atleta e substâncias ilícitas. É necessário ir à heterogeneidade dos agenciamentos sociotécnicos indispensáveis à capacitação do corpo e descrever a transitividade destes processos de potencialização e transformação dos corpos dos atletas e de seus técnicos. Um corpo interessado, no sentido dado por Latour (2009), emerge destas redes sociotécnicas como uma de suas composições possíveis, soma e permutação de todas as mediações. Ele explicita novos acordos sem estabelecer a distinção político-epistemológica entre natureza e cultura, entre sujeito e objeto e, assim, propõe formas diferentes de fazer política e antropologia, que tem nesta consciência sobre o seu caráter relacional o seu ponto de partida.

Por isso, neste capítulo o problema precisa ser estendido. Não é apenas a partir do doping que proporei abordarmos um *anthropological problem*, mas através da performance atlética de ponta como um momento de atualização do corpo do atleta como representação e generalização do corpo humano. Com isso, não quero dizer que não exista doping no contexto estudado e nem que atletas não utilizem substâncias

proibidas com o objetivo de angariar vantagens em competição. A intenção é descrever como esta utilização não acontece, necessariamente, dentro do registro demarcado pelas estratégias antidoping, mas a partir de um movimento contínuo, dos devires que habitam a vida do atleta e de seus treinadores em sua busca pela potencialização do corpo.

A literatura das ciências sociais apresenta outras formas de abordá-la. Em um recente artigo, Johnson (2013) acompanhou o cotidiano de alguns laboratórios de ciência da performance humana com o objetivo de evidenciar os procedimentos necessários para fazer do atleta um modelo de organismo. Em seu estudo de laboratório, ele apresenta como o corpo dos atletas é utilizado na prática por fisiologistas, tanto como uma representação do corpo humano – em geral, um referente necessário para inferir padrões de normalidade sobre os corpos de todos, mesmo dos não atletas – quanto como um ideal amplificado dos potenciais do corpo humano – o atleta como representação do que o corpo pode realizar. Nos laboratórios estudados por ele, atletas são examinados como modelos de organismo da mesma forma como prisioneiros, pobres, *Drosophila* e *Arabidopsis* serviram, em outros períodos, às mais diferentes ciências para construir a base de seus conhecimentos. Do escopo etnográfico do seu trabalho deve ser ressaltada a contínua troca entre fisiologistas, cinesiologistas e atletas. A diferença entre eles é muito difusa pelo fato de muitos dos cientistas envolvidos serem atletas profissionais e se auto testarem, ou pelo frequente interesse de atletas em se engajarem nestas pesquisas com o objetivo de angariarem algum benefício direto para o seu potencial desempenho, bem como o seu foco nas dificuldades epistemológicas enfrentadas pelos pesquisadores para estabelecer o estudo sobre o corpo dos atletas como um referencial interessante para pesquisas científicas.

Por outro lado, em análises sociológicas de maior escala interpretativa, como a realizada por Ehremberg (1991), a performance esportiva é apresentada como a dramatização e a síntese dos valores mais fundamentais da sociedade democrático-capitalista contemporânea. Ele identifica os principais pontos do que seria a conversão da sociedade francesa ao que ele intitula de “*culto da performance*”. Nessa direção, há uma emergência da performance em um sentido amplo como valor fundamental à consolidação da competição e do consumismo como vieses do modelo empresarial, como narrativas paradigmáticas da atualidade francesa. Em um contexto como esse, todos estão em busca da melhor e mais eficiente performance; atletas ou não, a versão

atlética da performance teria uma função particular, ser um veículo de dramatização da tríade capitalista formada pelo individualismo, pela aparência e pela igualdade. Ehremberg reitera, fazendo ressoar Elias e Dunning (1992), a visão do esporte como espaço de dramatização da igualdade, como um dispositivo moderno capaz de suspender o paradoxo fundamental das sociedades democráticas modernas, nas quais a igualdade é um direito e a desigualdade um fato.

Assim, ele fala em uma *versão atlética da performance* dentro de uma sociedade de competição generalizada. O esporte seria o meio de formação do laço social necessário à manutenção das ficções constituintes da sociedade de competição, pois é identificado como o único espetáculo de massa que opera a junção total de igualdade meritocrática, individualismo e aparência. Dessa forma, a performance esportiva tornou-se um “estado de espírito” contemporâneo, a apresentação do sujeito competitivo que todos nós precisamos nos tornar. Para Ehremberg, neste contexto, o uso do doping ganha o estatuto de novo modelo de consumo de drogas, indicando a passagem das drogas de integração às drogas de desempenho. O foco é o indivíduo buscando incrementar o seu desempenho nos mais diversos âmbitos – trabalho, esporte, estudo e sexo.

Entretanto, a piscina não é propriamente um laboratório onde uma série de protocolos e exames é realizada com o objetivo de fundamentar epistemologicamente o uso do corpo do atleta como modelo de corpo humano. Nem a performance esportiva realizada no momento exclusivo da competição, entendida como o lócus à representação e dramatização da narrativa empreendedora, consegue sintetizar os esforços e preocupações cotidianos realizados por um técnico formador de nadadores. Contudo, a piscina é um lugar de aplicação de saberes e técnicas e de desenvolvimento de controles sobre o corpo. É nesta direção que esta pesquisa etnográfica visa abordar a performance atlética de ponta, descrevendo como variadas tecnologias sociopolíticas são empregadas e articuladas na produção de determinados corpos e performances. Com isso, questionar sobre *quem pode ser um atleta de ponta* nos leva imediatamente a perguntar sobre como são dadas as condições de realização de determinadas performances esportivas, as indispensáveis mediações sociotécnicas necessárias para potencializar um corpo e torná-lo capaz de atuar athleticamente.

2.3-A performance atlética e a possibilidade de novos acordos

Dessa maneira, a performance atlética de ponta passa a ser descrita como o efeito de uma série variável de relações que transforma o corpo do atleta continuamente, portanto, dependente de uma variedade de novos acordos¹⁷ que colocam os termos do acordo modernista, em perspectiva. O cotidiano de um técnico de natação envolve o estabelecimento de inúmeros e novos acordos indispensáveis para a realização da performance de ponta. Portanto, falar de performance não é sinônimo de falar em um padrão de aplicação de técnicas e saberes sobre o corpo, mas o que está em jogo é um trabalho contínuo que visa relacionar uma série grande de agentes, de conhecimentos de biomecânica ao uso de peças de borracha para deixar o corpo mais plano, mais hidrodinâmico, da vigilância da posição da mão na braçada à formação da percepção do atleta e de seu movimento dentro da água. Não há uma receita única para a performance de ponta, nem um artifício que possa corresponder ao desempenho ideal do atleta, mas um trabalho incansável de juntar peças, identificar erros, imaginar efeitos, sob o constante perigo de “perder o atleta” caso a continuidade do trabalho seja interrompida. Neste movimento de estabelecimento de novas articulações e estratégias, perder o atleta significa parar de articular-se e perder a possibilidade de melhorar a performance. Quanto mais artifícios estiverem relacionados, mais corpos e afecções poderão ser descritos e mais performances poderão ser imaginadas.

2.3.1-Viver a vida inteira

Esta etnografia foi realizada em um tradicional clube de Porto Alegre, uma das várias instituições fundadas pela centenária comunidade germânica da cidade (Mazo, 2013). Sua fundação remete à primeira década do século passado e, seguindo a história comum a tantos outros clubes brasileiros fundados em cidades banhadas por rios e mares, começa como um clube de regatas. Em uma época na qual a cidade apropriava-se de outras maneiras do lago Guaíba, a sua primeira sede fora construída na Rua Voluntários da Pátria, naquele período muito mais próxima do lago do que parece ser hoje. A estrutura atual é bem diferente: composta por três sedes e mais de sessenta mil sócios, tem como principais esportes olímpicos oferecidos aos seus sócios a ginástica artística, a esgrima e a natação. A minha pesquisa foi realizada apenas entre os técnicos

17 Acordos, talvez, nem tão novos assim. Afinal, o acordo modernista em sua autoridade tentava silenciar o *demos*, a multidão de humanos e não humanos. Provavelmente, muitos destes acordos sempre estiveram na ágora silenciada pelo acordo modernista.

e nadadores do clube que, em termos dos quadros gerais em campeonatos nacionais, figura, usualmente, entre o quinto e sexto lugares. Atualmente, tem entre os seus atletas a nadadora de 50 metros mais rápida do continente e também alguns dos melhores nadadores em águas abertas do país, além de outros nadadores que vêm ganhando destaque nacionalmente nas categorias iniciais.

De início fui levado a uma pequena sala construída sobre a caldeira das piscinas. A salinha chamava atenção por ser circundada por janelas de vidro espelhadas e ficar exatamente entre as duas piscinas de treino das equipes de natação, como se de dentro dela tudo o que acontece dentro das piscinas pudesse ser visto¹⁸. Três técnicos estavam na sala: um treinador de meia idade que foi colocado à minha disposição para realizar algumas entrevistas – seria ele que eu iria seguir durante algumas oportunidades – e mais duas técnicas – uma de sessenta anos que trabalhava com as turmas mais jovens do clube há quase quatro décadas e uma treinadora jovem, com aparência de que havia saído há pouco tempo da faculdade. Naquele primeiro momento, a apresentação dos objetivos da minha pesquisa incitou uma conversa com a participação de todos na sala, diferente das outras vezes, nas quais conversei exclusivamente com Mirco. Em poucos minutos, descobri que todos haviam sido nadadores de maior ou menor expressão e, em algum período da juventude, por escolha ou necessidade, decidiram fazer com que a natação continuasse fazendo parte integral de suas vidas. Eles foram unânimes em dizer que, naquele momento, crucial era necessário “saber o que queria da vida”, pois a dedicação exigida de um técnico tomaria as suas vidas inteiras. A gravidade desta declaração foi imediatamente complementada pela resposta que recebi do técnico quando perguntei sobre a sua carga horária de trabalho, um enfático *full-time*. A busca incessante pela melhora da performance vai além dos onze treinos semanais realizados ao lado da piscina: demanda um nível de atenção que excede a vivência dentro do clube. Para ser um técnico eficiente é preciso ser *full-time*.

Mas o que quer dizer que nadadores transformam-se em técnicos *full-time*?
Num primeiro momento, isso soou exagerado. Causou estranhamento pensar nesse

18 Sobre observar o nado, vale citar que, no caminho entre a entrada social do clube e as piscinas de treino há um túnel, no qual as paredes compartilhadas com as piscinas possuem uma quantidade de pequenas janelas que permitem enxergar dentro da piscina. Ou seja, observar o nado por outro ângulo. Contudo, apesar de sua clara utilidade, quando perguntado o técnico respondeu que elas eram muito menos usadas do que deveriam.

nível de dedicação, algo que faz dedicar a sua vida inteira, na extensão dos anos e na intensidade dos dias. Parece quase inevitável comparar o clube a uma instituição total, que define todos os pontos da vida de técnicos e nadadores – a performance seria resolvida em uma questão disciplinar. De fato, em um sentido abrangente, o atleta em performance aparece quase como o duplo de todos os procedimentos disciplinares que envolvem uma variedade de controles fisiológicos, dietéticos, hidrodinâmicos e psicológicos articulados na realização da performance. Além dos treinos realizados em dois turnos de segunda à sexta, há o turno único do sábado que, dependendo do planejamento de cada técnico, pode somar oitenta quilômetros nadados semanalmente.

Contudo, o que se desenha, no lugar da disciplina, é um processo de abertura para efetuação e potencialização destes corpos que ocorre em mão dupla. No extremo da aplicação de saberes e da orientação de atletas, tanto o nadador quanto o treinador têm as suas vidas tomadas por esse cotidiano voltado completamente à natação. Com isso, não quero dizer que o processo de aprendizado seja recíproco, mas que nesses processos de mudança e transformação de corpos, atleta e técnico são colocados em relação de maneira que os corpos viram referências e a constituição de uma percepção do movimento sob a água parte desta relação. Nesse sentido, o desenrolar do período em campo fez esclarecer que ser técnico *full-time* é menos uma questão de disciplina e mais de formulação de uma *tékhnē tou biou* – que Foucault (1994) traz de Sêneca para abordar as técnicas de si empreendidas na constituição da vida como obra de arte. A *tékhnē tou biou* é a arte de viver a vida inteira, em um sentido duplo. Inteira em sua extensão temporal, nos quarenta anos voltados à natação e, em toda a sua intensidade cotidiana, na elaboração das minuciosas estratégias do técnico e no momento intenso da competição.

Ela é arte, pois envolve práticas muito concretas, formas de modelar um si que vem da execução das próprias práticas. No caso analisado por Foucault, são os textos escritos e compartilhados por gregos; aqui as inúmeras técnicas empreendidas pelo treinador, práticas de ensino, correção dos movimentos e motivação dos nadadores. Essas práticas são sociais também em seu sentido associativo. Elas colocam o nadador e o treinador em relação com todos os outros agentes – água, músculos, *snorkels*, borrachas, hormônios etc. – envolvidos na efetuação da performance. Quando o técnico repete para mim, em diversas ocasiões, que o trabalho junto a um atleta é infinito é

porque, se houver um fim, é por ter perdido o atleta, o que significa interromper este processo de desenvolvimento com vistas à performance.

Ao técnico cabe conhecer o atleta, suas qualidades e defeitos, traçar objetivos e tomar decisões, tentar criar um equilíbrio intermitente, um controle fugidio entre as diversas articulações necessárias para tornar o atleta capaz. O *full-time* tem esse sentido: se o cuidado não for contínuo, o equilíbrio torna-se a cada instante menos provável. A atividade do técnico é uma espécie de tatear no qual ele vai descobrindo as propriedades de cada atleta, sua matéria prima viva. Apesar de seu caráter decisório, o seu trabalho corresponde menos à aplicação rígida de princípios de treinamento e mais à procura por encontrar esta sintonia.

Mirco Cevalles, 51 anos, chegou ao clube há cerca de três anos, mas a sua trajetória é longa: já são quase trinta anos treinando nadadores competitivamente. Foi apresentado às piscinas pelo pai, imigrante veneziano, que, numa espécie de volta à sua terra natal, introduzia seus filhos ainda muito pequenos à natação. Mas a sua carreira como nadador de costas durou pouco, quando aos quinze anos precisou parar depois de quarenta dias engessado devido a uma cirurgia nos joelhos. Em um momento de aperto financeiro de sua família, surgiu a possibilidade de começar a dar aulas em pequenas academias do ABC paulista, antes mesmo de formar-se como educador físico, onde ele encontrou uma forma de juntar a habilidade de nadador com o gosto em trabalhar com crianças. O sucesso na carreira como treinador competitivo foi razoavelmente rápida, em cinco anos já tinha atleta medalhista em campeonatos nacionais. Segundo ele, este repetido sucesso é fruto da mistura de muito trabalho e uma boa margem de sorte, pois sempre bons talentos caíram em suas mãos, motivo pelo qual também não conseguia manter durante muito tempo tais atletas nas mal remuneradas equipes municipais. Formar bons nadadores sempre foi sinônimo de perder bons nadadores para os clubes grandes.

Após um longo período entre o final da década de oitenta ao início dos anos dois mil, treinando as equipes de prefeituras do ABC paulista, como São Caetano e São Bernardo, talvez um pouco tardiamente, recebe o convite para trabalhar em um dos maiores clubes do país, o Minas Tênis Clube. Na mesma época é indicado como técnico responsável pela seleção brasileira no Pan-Americano de 2003. Sua trajetória em Porto Alegre é bem mais recente, tendo iniciado em 2011 por convite do *headcoach* do clube, agora para ser responsável por treinar a equipe Junior, um grupo de aproximadamente

vinte nadadores com idades de dezesseis e dezessete anos. Treinar este grupo tem uma função estratégica para os objetivos do clube: eles estão começando a entrar na fase mais competitiva de suas carreiras, um momento de consolidação tanto de suas capacidades técnicas quanto de sua formação individual. É um grupo grande, o que exige a definição de alguns comandos necessários para dar conta do desenvolvimento de jovens nadadores com diferentes níveis de capacidade técnica e de resultado. A experiência do técnico é fundamental para manter a motivação destes jovens nadadores e para garantir que eles passem às equipes mais competitivas com as técnicas de nado bem aprimoradas. Em meu período em campo, esta experiência foi transformada em uma variedade de exemplos que serviram para compor imagens sobre corpos de jovens atletas e sobre os acertos e os erros nas tentativas de compor novas estratégias de treino, os aspectos fluidos de uma aprendizagem compartilhada na qual o próprio técnico e seu corpo estão implicados, servindo de referência e de suporte para compreender a natação em seu sentido mais amplo, na formação de uma percepção sobre o movimento do corpo e, portanto, de diferentes corpos na água.

Talvez devido à minha insistência em falar de articulações – o treinamento como a articulação de uma série de saberes e práticas entre o corpo e a água, entre biomecânica e desempenho – em um determinado momento fui questionado se ele poderia falar em estratégias, no que recebi uma resposta imediata, “*Claro, são as estratégias que a gente toma e elas são mudadas dependendo do que eu tenho de resposta*”. Mirco havia se interessado pelo meu uso do termo “articulação” pelo fato de lhe soar contraintuitivo. Para ele, as articulações estão no corpo juntando diferentes membros, servindo para regular a intensidade e a cadência do nado. Contudo, falar em articulações como formas de estratégias realizadas na condução do treino serviu para pensar a adaptação contínua dessas estratégias em consonância com o que acontece dentro da piscina na particularidade de cada nadador observado pelo olhar preciso do técnico. De certa maneira, grande parte dessa etnografia debruça-se sobre os processos de criação e implementação de estratégias pelo treinador, que passam pela articulação de seu próprio corpo com o movimento do atleta na água, pela difícil tentativa de passar ao nadador uma forma de perceber o corpo na água, seu movimento e fluidez. Para traçar novas estratégias, é necessário realizar articulações, ou seja, estabelecer novas correspondências entre as suas concepções, o planejamento visando o ciclo de competições e as “*respostas*” vindas das piscinas – a capacidade dos nadadores de

absorverem estas estratégias. Para Mirco, perceber o movimento, transformar esta percepção em compreensão sobre o nado e o seu conjunto de técnicas é um aspecto imprescindível da formulação da performance. Um atleta que consegue perceber o seu deslocamento na água é bem sucedido em termos de resultado porque a água é extensão de seu corpo, é onde ele precisa encontrar apoio para se impulsionar, ao mesmo tempo em que precisa vencer a resistência desse mesmo meio.

O trabalho de delinear essas estratégias é minucioso: vai desde a formação dos macrociclos de treinamento, a definição do cronograma de desenvolvimento para os três ciclos de quatro meses, que compõem o calendário de competições nacionais até as conversas diárias, o cuidado em tirar o atleta da água e através do toque sinalizar em seu corpo o movimento correto a ser feito. O planejamento dos ciclos anotados em sua planilha em tinta azul ao início de cada ciclo acabam marcados de vermelho em seu final. Mirco acredita que muda cerca de dez por cento de seu planejamento, enquanto muitos técnicos de outros importantes clubes do país chegam a mudar trinta por cento de seus planejamentos iniciais. Contudo, cabe ressaltar que, apesar desta aparente maleabilidade das estratégias de treinamento, há uma forma específica de governar o conjunto de nadadores que define prioridades e estabelece as direções à realização destas adaptações. O grupo de vinte jovens é reduzido para quatro ou cinco, os “*carros-chefes*” para os quais os macrociclos são delineados. Eles são os nadadores com melhores resultados competitivos e técnicos e, por isso, o processo de preparação e de desenvolvimento técnico é modelado para eles; os outros nadadores precisam moldar-se de acordo com estas delimitações e com a intensidade dos treinos. Quando, por qualquer motivo, um destes “*carros-chefes*” não consegue seguir a intensidade dos treinos – seja por uma otite, que causou a interrupção de uma semana de treino deste nadador, uma contusão ou mesmo um problema familiar – é necessário adaptar o treino para essa queda de rendimento e fazer com que todo o grupo adapte-se, novamente, a ele. Mas se todos ficam com otite em cadeia é um sinal de que o treino tem alguma sobrecarga e o ponto fraco de todo grupo é o ouvido. Por outro lado, se todos ficam com uma dor no ombro, pode estar havendo uma sobrecarga nos treinos de palmar ou de paraquedas, também na preparação física com o próprio é de treino de LPO¹⁹. E vale dizer que no

19 LPO: As técnicas de Levantamento de Peso Olímpico foram introduzidas no treinamento dos nadadores há cerca de dez anos com o objetivo de incrementar o treino de musculação. A intensidade e a especificidade da LPO possibilitaria a aquisição de força sem muito aumento de massa, ou seja, em

trabalho diário com adolescentes os fatores que podem interromper o desenvolvimento de um nadador são muitos, afinal, é necessário convencê-los de que vale a pena dedicar um período tão intenso de suas vidas aos onze treinos semanais, faltar às festas da turma da escola e repousar nas tardes livres. Nesse sentido, as linhas gerais da política praticada pelo técnico ordenam entre os atletas e pautam o desenvolvimento do grupo utilizando como referência as contingências físicas, técnicas e, em certos contextos, psicológicas dos melhores nadadores.

Neste momento, quero chamar atenção para como o corpo do próprio técnico é transformado em referência, em mais uma importante articulação na organização destas estratégias. Em diferentes momentos, o treinador enfatiza a melhora de seu nado a partir do ensino em escolinhas de natação e em clubes treinando competitivamente, revelando um dos aspectos mais essenciais para a formulação de suas estratégias: a auto-experimentação.

Eu fui um nadador mediano, parei cedo, podia ter nadado melhor. Eu melhorei a minha natação, quando eu comecei a dar aula. Comecei a ver pessoas nadando, que eu me enxerguei e comecei a entrar na água e a melhorar a minha técnica de nado, não natação cronômetro, mas natação fluidez, natação técnica de nado.

Essa fala apresenta de forma clara como, para o próprio técnico, a forma de perceber o nado muda de acordo com o que observa o desenvolvimento técnico dos seus nadadores. O limite entre passar a técnica e adquiri-la aparece completamente borrado. Dos relatos da sua dificuldade para corrigir um erro em sua forma de nadar peito, a distância entre o técnico e o nadador é formulada. Se ele, como técnico, sofreu tanto para modificar um defeito na braçada que ele mesmo não percebia, porque para os jovens nadadores seria mais fácil? Não é apenas o olho clínico do técnico que é produzido, a capacidade de observar o nado e identificar os defeitos mais específicos, mas a própria percepção do nado e as resistências do corpo em apreender o movimento, transformar a informação em mudança, em eficiência e fluidez de nado.

Se entre os cientistas da performance estudados por Johnson (2013) ele reconhece uma constante necessidade de auto-experimentação, inclusive, não foram poucas as vezes em que ele encontrou dentro dos laboratórios os fisiologistas medindo a frequência de sua respiração ao correr na esteira com tubos em suas bocas, experimentando em si os mesmos testes que aplicavam aos atletas. Em relação ao

provas de explosão nas quais menos peso significa ganho de velocidade, estas técnicas de treino seriam mais eficientes.

técnico, não podemos falar em auto-experimentação nos mesmos termos colocados por ele. Não estou aqui descrevendo testes laboratoriais, mas muitas vezes passamos por exemplos de técnicas introduzidas aos nadadores que antes passam pela experimentação do técnico. Um procedimento de paciência e precaução com o objetivo de perceber quais são os efeitos do implemento a ser introduzido no treino ou durante o nado.

Após uma série de experiências nos anos oitenta feitas por técnicos brasileiros que aplicavam indiscriminadamente técnicas de treinamento vindas dos EUA – técnicas estas que, segundo Mirco, “mataram muitos nadadores jovens”, vítimas da incompreensão e desconhecimento dos treinadores brasileiros sobre estas técnicas. Desenvolvidas no exterior, mas introduzidas no país sem muito senso crítico –, ele afirmou “ficar com um pé atrás” com qualquer uma destas novidades, *snorkel*, paraquedas, os trajes de borracha – agora, proibidos. Aplicar um destes novos implementos, ou mesmo uma nova modalidade de treinamento na série de estratégias desenvolvidas por ele precisava ser uma tarefa realizada de forma gradual. Hoje, é comum observar nadadores treinando com *snorkel* – aparato de respiração introduzido nos treinamentos há cerca de quinze anos que tem como objetivo, além de regular a intensidade da respiração, implicar com que o atleta mantenha seu corpo o mais plano possível sobre a água. Sem precisar girar o corpo ao tirar a cabeça da água para respirar, o nadador consegue observar melhor o seu movimento de braçada e manter o corpo mais plano com relação à água.

A forma pela qual Mirco introduziu o *snorkel* aos seus nadadores é esclarecedora desse processo de aprendizagem particular iniciado através da sua própria experimentação. Ainda na época em que estava no ABC, ele precisou da ajuda de um companheiro diário de natação e de uma semana de treino para experimentar os efeitos do novo implemento. Após ouvir os relatos de alguns atletas, como Fernando Scherer, sobre os benefícios do uso do *snorkel*, o treinador resolveu propor a este parceiro que os dois comprassem o objeto para descobrir qual seria a sensação de nadar com aquele implemento. Depois dos primeiros dois dias engasgando e sem conseguir completar os 500 metros que haviam determinado como objetivo, finalmente, eles conseguiram nadar a distância que haviam proposto – no entanto, não sem sentir a musculatura do antebraço esquerdo e uma estranha dor na parte superior da mão esquerda, em um músculo que, durante muito tempo, havia passado despercebido por eles. A explicação dada para essas sensações novas sobre o corpo, o surgimento da resistência de “novos”

músculos, estava na realização de um nado mais equilibrado, do controle que a observação que o *snorkel* proporcionava ao movimento. Este novo controle introduzia a possibilidade de sentir estas musculaturas, que anteriormente não eram acessadas pelo treino, transformando não apenas a forma de respirar durante o nado, mas fazendo um corpo diferenciado emergir, motivo bastante para trazer o *snorkel* para os seus treinos no clube.

O caso da introdução deste implemento a partir da percepção desenvolvida no próprio técnico e a necessidade de sentir os efeitos em si explicita os “novos” músculos surgindo em seu braço e evidencia os limites que os termos do acordo modernista oferecem para descrevermos as especificidades tecno-políticas da realização da alta performance. Precisamos suspender os termos deste contrato e abrir a possibilidade de novos acordos e agenciamentos a serem feitos, pois é deles que depende a vida do atleta, a potencialização de seu corpo em busca da performance. É nesse sentido que enfatizo os acordos realizados pelo técnico, esses modos de fazer com que o seu corpo torne-se referência fundamental para a constituição, primeiro, de sua percepção e depois do atleta sobre o deslocamento na água. É o estabelecimento desse fluxo, a criação dessa distância – e, nesse contexto, a distância é entendida como a uma relação que estabelece simultaneamente, uma aproximação, quanto um afastamento entre técnico e nadador. O técnico não é apenas o gestor desta heterogeneidade de agentes que compõe a performance atlética e muito menos o responsável por transformar o atleta e o seu corpo em mais uma peça da engrenagem. A sua ação está na proposição de tal distância a partir da qual ele e o atleta passam a estar relacionados ao comporem a performance como o efeito da constituição dessa percepção “compartilhada”.

Essa perspectiva de descrever os acordos sociotécnicos implicados na relação entre técnico e nadadores e introduzir o próprio corpo do técnico como elemento necessário e transformado através da relação estende o escopo etnográfico deste capítulo. Como indica Latour em *Como falar do corpo: dimensão normativa dos estudos sobre a ciência (2004)*:

É fundamental descobrir uma forma rigorosa para descrever este “aprender a ser afectado”, pois pretendo contrastar este modelo de aprendizagem com outro modelo que quero evitar a todo custo e que pode parasitar a minha descrição. Neste outro modelo, há um corpo, correspondente a um sujeito; há um mundo correspondente aos objetos; e há um intermediário correspondente à linguagem que estabelece ligações entre o mundo e os sujeitos. Se recorrermos a este modelo ser-nos-á extremamente difícil tornar dinâmica a aprendizagem pelo corpo: o sujeito está “ali dentro do corpo” como uma essência definida e a aprendizagem não é

necessária para a sua existência; o mundo está fora do corpo, ali, e afectar os outros não é necessário para a sua essência. (p.41)

Nessa direção, quem pode ser um atleta de ponta é uma questão etnográfica em sua intenção de acompanhar algumas das articulações/estratégias empreendidas na constituição de corpos atléticos e suas performances, que são compreendidas no mesmo sentido do que Latour chama de “aprender a ser afetado”. Assim, perguntar sobre as performances atléticas corresponde a perguntar-se sobre as práticas e mediações implicadas na constituição desse aprendizado sobre o corpo e no corpo, necessário para a efetuação destas performances. Esse aprendizado é diferencial no sentido de que com cada novo elemento uma nova articulação é criada e o corpo em todo seu potencial esportivo modificado. Portanto, acaba explicitando novos limites sendo traçados para o corpo na medida em que este processo de aprendizado vai sendo implementado. Assim, a abordagem empreendida por esta etnografia tem como perspectiva o olhar do técnico em sua função de ordenar esta variedade de elementos necessários para a efetuação da performance atlética.

Nesse contexto de incessante treinamento, o doping não é, necessariamente, enunciado como problema. As substâncias consideradas dopantes participam desses coletivos, implicam novas articulações e estabelecem novas possibilidades, mas não constituem, necessariamente, uma categoria. As diferenças e variações instauradas por essas substâncias são relativas aos fluxos que elas implicam a esses coletivos de agentes e as possibilidades de constituição e incremento da performance que instauram. Portanto, diferenciam-se do *snorkel* pelo efeito particular que cada substância instaura e pela forma que se conjuga com as outras estratégias utilizadas para tornar a performance de ponta possível. Não faz muito sentido questionar os porquês dos atletas se doparem, mas quais relações e articulações entre corpos e artefatos são necessárias para condições de efetuação de determinadas performances serem dadas.

Dessa forma, tanto no dia a dia repetitivo do atleta quanto no momento intenso da competição, identificamos o esforço de coordenar estes agenciamentos, mas, sobretudo, de identificar e estabelecer estratégias para corrigir erros, mudar movimentos e manter atletas motivados. Até aqui, descrevi a busca pela alta performance como um conjunto continuamente renovado de processos de incorporação prostética (Preciado, 2005), que envolve desde a produção de uma percepção sobre o movimento, necessária para mudá-lo e fazê-lo mais eficiente, até a constituição de uma nova topografia que

define pontos fundamentais do corpo, seu centro de equilíbrio e energia. No entanto, existem alguns momentos em que as limitações do corpo são colocadas em correspondência direta com o limite da performance, ou seja, o esforço diário, repetitivo do cotidiano passa a ser entendido pelo atleta como insuficiente para alcançar os objetivos almejados, para entrar para a seleção brasileira ou para atingir o degrau mais alto do pódio. Entende-se como necessário procurar um novo limite para o corpo fora do treino: são nesses casos que o preparo químico, o acesso a novas dietas e mesmo algumas cirurgias são procurados pelos atletas. Para o técnico a procura por esses meios ilícitos era desnecessária, não simplesmente por sua imoralidade, mas por ser a última opção que o atleta deve ter em mente.

Entre os casos de atletas que vinham a ele perguntar sobre a possibilidade de realizar um tratamento médico, buscar o auxílio de um médico ortomolecular e outros subterfúgios para melhorar a sua performance, o que mais chamou minha atenção, por ter sido citado entre a procura de hormônios e afins, foi o caso de uma atleta adolescente e sua mãe, que pediram a opinião de Mirco sobre a realização de uma cirurgia de redução de seios. Por causa do aumento dos seus seios, a nadadora sentia que havia perdido “*flutuabilidade*” e encontrava nisso a principal razão para piora de seus resultados. Naquele caso, a cirurgia foi realizada em comum acordo entre a família e a comissão técnica, segundo ele, sabendo que o procedimento traria os benefícios esperados, a atleta foi campeã paulista, inclusive batendo o recorde da sua prova. Para o técnico, estes eram exemplos parecidos – hormônios ou cirurgia – da mesma busca por subterfúgios que estavam fora do alcance do seu conhecimento especializado – o que valia era passar pelo seu crivo, saber a sua opinião.

Esses casos são ilustrativos do tipo de imaginação que o doping e, também, cirurgias de redução de seios e utilização de novos suplementos alimentares envolvem e produzem. Explicitando a preocupação do atleta com o corpo possível, não importa o risco ou o objetivo inicial da técnica, o que está em jogo é que ela possibilita essa imagem do próximo corpo possível.

Assim, a abordagem empreendida por esta etnografia tem como perspectiva o olhar do técnico em sua função de ordenar essa variedade de elementos necessários para a efetuação da performance atlética. O técnico tem o importante trabalho de gerir esta heterogeneidade, de estabelecer novos e velhos acordos entre o atleta, seu corpo, técnicas de treinamento e saberes. Ele é o responsável por estabelecer correspondências

entre músculos, concepções de hidrodinâmica e o resultado almejado. Contudo, como ficará evidente, o trabalho do técnico está distante de ser somente a orientação. Ao responsabilizar-se pela realização dessas diversas articulações, o próprio técnico é colocado em uma relação diferencial, em transformação e afecção sobre o seu corpo. Muitas das passagens aqui descritas fazem confundir a formação do atleta e do treinador. Não seria exagero sugerir que o processo de aprendizado, este *aprender a ser afetado*, funciona em mais de uma direção. Mais do que, simplesmente, desenvolver maneiras de controlar essa heterogeneidade, o treinador precisa propor fluxos e estabelecer distâncias que fazem com que ele coloque o seu próprio corpo em relação. Para fomentar o devir da formação do atleta, é necessário colocar-se também em movimento. Como no exemplo dos kits de odores, descrito por Latour no texto acima (Ibid) e utilizado para treinar o olfato através da experimentação gradual de diferentes odores, é preciso produzir associações para sensibilizar o corpo e torná-lo consciente. Quanto mais interfaces o corpo incorpora – pois é isso que faz um corpo segundo Latour - ele vai ficando mais descritível. Cabe à etnografia ser capaz de seguir essas incorporações e descrever as passagens de um corpo que está a todo o momento tornando-se algo novo.

2.4-O Movimento e o Corpo em Fluxo

O cotidiano em um centro de treinamento é o da constituição de uma vida que associa a potencialização do corpo com uma estética da dedicação – entendida como uma ascese demarcada na plasticidade tecnológica do corpo –, da moral e, sobretudo, da experiência que, ao circunscrever o sujeito, também lhe propicia um gozo de fazer exatamente tudo como o programado, de cumprir as estratégias estabelecidas, de ver seus índices melhorarem – ou, pelo contrário, não encontrar sentido nisso e desengajar-se, o que é algo sempre possível de acontecer. O doping é mais uma possibilidade de engajar-se em novos emaranhados, dar mais um passo em direção à performance. Nas relações que o técnico dispõe, entre a sua vida e o movimento do atleta, na produção de si através das relações que estabelece com a piscina e os nadadores, a criatividade de uma *bricolage* de artefatos, técnicas e saberes toma forma – eles são, a todo o momento, introduzidos e retirados do treinamento, utilizados em diferentes intensidades, dependendo dos objetivos do ciclo de competições e da adaptação dos atletas.

Pode soar contra-intuitivo: grande parte da minúcia do trabalho do técnico não está em constituir a eficiência de um movimento padrão, mas em corrigir defeitos intrínsecos de cada corpo, em mudar o movimento para fazê-lo mais hidrodinâmico. Nesse sentido, mudar é uma necessidade contínua do trabalho do técnico. Melhorar a performance significa conseguir mudar o movimento em sua execução e qualidade técnica. Também há a procura por identificar os defeitos, sejam eles técnicos, motivacionais ou mesmo físicos e estabelecer novas correspondências entre feixes musculares e o movimento realizado, entre o ímpeto competitivo e o projeto de vida de um jovem nadador. É preciso definir as formas do *aprender a ser afetado* sempre em vista das respostas oferecidas pelos atletas dentro da piscina, a adaptação do conjunto de suas particularidades ao ciclo de treinamentos – características que o técnico nomeia de individualidade.

“Pode ser que para um nadador a eficiência seja um movimento e para outro nadador outro movimento. Mesmo estilo, os dois nadam peito, mas cada um tem uma característica, de nado. Então é a individualidade, então a gente tem que ir conhecendo o nadador e conhecer a individualidade dele.”

Em um primeiro momento pensei que esta noção de individualidade indicasse a extrapolação de uma noção de particularidade, a particularidade de cada atleta, definindo, justamente, aquilo que se tenta desenvolver, o talento e a personalidade do atleta, a qual o treinador é responsável por identificar, medir e talhar para o melhor desempenho. Na realidade, ela aparece como aquilo que precisa ser corrigido, mudado e, sobretudo, controlado. Se as individualidades são usadas para definir a unidade de cada atleta, elas são, na realidade, conjuntos de arestas a serem aparadas, sempre como uma resistência aos controles e estratégias desenvolvidas pelo técnico, algo que é continuamente identificado e tangenciado, nunca plenamente controlado. Pode ser um aspecto metabólico do atleta – como a demora que o organismo de Michael Phelps leva para produzir lactato e a conseqüente diminuição do cansaço em prova, ou a distribuição desequilibrada da musculatura dos braços da velocista Graciele Hermann que treina no clube, ou, ainda, o peitista que, recorrentemente, nas vésperas das competições principais, apresenta uma distensão na virilha, provavelmente, indicando algum problema em lidar com a pressão do momento competitivo.

Segundo ele, são necessários seis meses para conhecer o nadador e entender o seu rendimento e mais dois anos para conseguir mudar o movimento. Ao mesmo tempo em que define o conjunto de resistências, que precisa ser contornado pelo técnico e

adaptado aos objetivos da performance desejada, a individualidade precisa ser identificada e quantificada pela equipe técnica do clube. Uma variedade de técnicas para identificar os contornos das individualidades é implementada, como o *bodypot*, uma espécie de câmara em formato de ovo capaz de visualizar precisamente a densidade da massa corporal e definir a porcentagem de massa muscular e gordura de cada membro de um nadador e, com isso, possibilitar o desenvolvimento de um treino de musculação mais preciso, que dê conta de equilibrar a força nos dois braços da velocista. Ou, no esforço do clube em contratar o especialista em biomecânica da seleção para uma consultoria, filmar e analisar os treinos e instaurar os meios de *feedback* necessários para os técnicos e atletas absorverem o conhecimento produzido em sua rápida passagem pelo clube e transpô-los ao treinamento. Essas técnicas são recentes, utilizam o que há de mais avançado em termos de pesquisa em fisiologia do esporte, conquanto, até pouco tempo atrás, técnicas bem menos sofisticadas eram utilizadas para identificar esses erros – como era o caso da colocação de espelhos no chão da piscina, para poder observar o movimento de outro ângulo. Com essas novas formas de escrutinar o corpo e o movimento do atleta empreendidos no próprio cotidiano de treinamento e formação, muda também a posição do técnico. Em muitos momentos, o seu saber precisa ser complementado pelo do médico, do biomecânico e, inclusive, pelo do psicólogo.

Portanto, esse conjunto de especificidades nomeado de individualidade não está, simplesmente, dado; ele precisa ser quantificado e descrito em um movimento que tende a especificar-se na tentativa de expor pequenos, quase irreconhecíveis, defeitos que podem ser o diferencial na melhora da performance. Sob as dificuldades oferecidas pelas individualidades de cada atleta, os corpos são multiplicados, ou seja, sobre o prisma da identificação e composição destas individualidades que o técnico tanto fala, os atletas diferenciam-se nas particularidades de seus corpos.

Por que a individualidade, por exemplo, o tamanho do corpo, então você pega Phelps e Kaio Marcio. Estaturas completamente diferentes. Você pegar os dois, mesmo tendo estaturas diferentes a proporcionalidade de membros inferiores e superiores. Então, o Kaio Marcio é perna curta, o tronco um pouco maior. No Phelps essa proporcionalidade é diferente, membros superiores e membros inferiores. Digamos que a gente pegue, dois Phelps ou dois Kaio Márcio, pode ser que um deles tenha predominância na força dos membros inferiores e o outro vai ter a predominância nos membros inferiores e caso a gente coloque um terceiro nadador, onde seja igual, membros inferiores de membros posteriores, quer dizer, com três pessoas tu tem três possibilidades. Vamos aumentar essas possibilidades? Esses três, digamos que esses três respirem em toda braçada como o Phelps ou que esses três respirem uma braçada sim uma para braçada não, isso tá relacionado com poder de oxigenação, com troca de oxigênio no nível pulmão, alvéolo,

músculo. Ou outros três que respira duas e bloqueia uma. Então quer dizer, que é bem individualidade mesmo, mesmo eles sendo iguais.

Nesta passagem em que o técnico procura explicitar o que entende por individualidade, ele parte da apresentação de dois campeões recentes de nado borboleta: o americano Michael Phelps, maior medalhista olímpico de todos os tempos e que tem no nado borboleta a sua principal arma, e o nadador paraibano Kaio Márcio de Almeida, recordista mundial de duzentos borboleta em piscina curta desde 2009, que Mirco treinou em algumas oportunidades pela seleção nacional. De maneira geral, os resultados de ambos são incontestáveis; contudo, seus corpos são apresentados como individualidades, realidades completamente diferentes. Dentre suas diferenças visíveis, estão a estatura e a proporção dos membros, mas o interessante é que os seus corpos e suas particularidades sirvam como referência para multiplicar corpos, imaginar outros nadadores possíveis. O dia a dia de treinamento e formação esportiva é o espaço desses corpos possíveis, corpos que passam a existir dessas condições relacionais, o corpo apresenta as suas características que, apesar de serem “iguais”, têm as suas “individualidades” enfatizadas. O corpo do atleta aparece como possibilidade, uma heterogeneidade que estabelece um horizonte de trabalho, cuidado e estratégias colocado para o técnico.

O trabalho do técnico é de procurar por essas adequações ao estabelecer as correspondências necessárias para que o nado seja o mais eficiente possível e funcione dentro do que a individualidade do atleta oferece. Fazer estas individualidades fluírem da melhor maneira sobre a água, mesmo que sem responder ao ideal biomecânico do movimento. Aliás, os exemplos entre a performance dos campeões e os seus defeitos biomecânicos são repetidos, uma largada ruim, um número de braçadas desnecessário, mas continuar vencendo. Talvez seja um pouco óbvio dizer que nem sempre o vencedor é o nadador mais técnico, contudo, esse é por excelência o problema carregado cotidianamente pelo treinador: como encontrar o equilíbrio entre técnica e individualidade. Se, anteriormente, falávamos na constituição do olhar preciso do técnico, cabe repetir que, segundo Mirco, são necessários pelo menos seis meses para identificar particularidades, para conhecer o nadador integralmente, conhecer o seu rendimento. Este conhecimento tem um sentido bastante amplo, da especificidade biomecânica do corpo, da sua maneira de realizar a braçada, como manter o atleta motivado ou de como passar para ele o comando correto, fazê-lo compreender o seu

comando. Assim, de maneira geral, a performance será explicada através da conjugação destas individualidades com as articulações realizadas pelo treinamento que, no limite, apenas tangencia esse conjunto de particularidades, tentando encontrar e garantir o equilíbrio entre biomecânica e organismo. Em outras palavras, a correspondência entre tempo e movimento. Os campeões, em particular, são muitas vezes os casos anormais, os atletas que não condizem com a biomecânica, mas são eficientes em termos de resultado.

A figura do corpo em fluxo, o corpo que deseja o que está por vir pode ser descrito através destas tentativas incansáveis de mudar o movimento, de buscar a correspondência entre o corpo do atleta e a água. Novamente, o trabalho é infinito, e é infinito porque, através dos olhos do técnico, é fácil encontrar os defeitos, indicar novas correções, dar continuidade ao trabalho – como o caso da jovem nadadora que diminuía a intensidade de suas braçadas ao aproximar-se da virada. Esses defeitos vistos pelos olhos do técnico são o gatilho para o desenvolvimento de novas estratégias, a procura de novos implementos. No caso particular desta atleta que perdia preciosos décimos de segundo ao aproximar-se da virada, a solução arranjada pelo técnico não foi a introdução de um novo implemento, nem um novo tipo de teste, mas o acesso a uma imagem cotidiana, quase trivial. Ele indicou a ela enxergar a borda da piscina como um semáforo, no qual o pedestre precisa, por precaução, acelerar o passo na hora de atravessar; a força do impulso realizado na parede da piscina corresponde a este momento de aceleração. A substituição simbólica da parede da piscina pelo semáforo é simples, mas exemplar da variedade de recursos a serem acessados na constituição da performance²⁰. O movimento do corpo em progressão e o movimento de deslocamento do nadador na água se confundem, eles procuram convergir, estabelecer a adequação do corpo ao deslocamento na água.

20 Ainda no início do campo, o técnico sugeriu que eu procurasse na internet um novo implemento que ele não tinha acesso, mas que aos poucos vem sendo introduzido no país, o IKKOS Training. Este novo implemento é uma espécie de óculos de realidade virtual, promete facilitar a aprendizagem e a aquisição técnica ao apresentar uma rápida série de imagens de braçadas, de músculos em contração, logo antes do atleta entrar na piscina. Mas poderia ser usado em qualquer esporte dependendo da série de imagens usadas. O sistema usa teorias da neuroplastia para acelerar o processo de aprendizagem do movimento físico desejado conectando o cérebro ao grupo muscular específico diretamente ligado ao movimento sendo ensinado. O nado começa no cérebro. <http://ikkos.com/how-ikkos-works/> (08/09/2013)

Contudo, a realização destas articulações não pode ser compreendida de maneira genérica. Cada modalidade esportiva demanda um corpo que precisa ser produzido através da articulação com inúmeras técnicas e saberes, com as suas tecnologias sociopolíticas particulares que demarcam novas topografias corporais (Preciado, 2002) à medida que tornam o corpo cada vez mais capaz de realizar a performance. O que pretendo ressaltar é a afirmação um tanto óbvia de que as diferentes performances atléticas são compostas por diferentes realidades heterogêneas. Mais uma vez, é preciso ressaltar que, ao falar de realidades heterogêneas, remeto a dois níveis. O primeiro pode ser exemplificado facilmente através da natação: cada prova exige um tipo de atleta diferente. O nadador dos cinquenta metros livres dificilmente conseguirá nadar em um prova de duzentos metros, e qualquer prova de nado peito é uma realização ainda mais distante para esse sujeito constituído para atingir a maior velocidade possível. Tais diferenças não estão marcadas, somente, no regulamento das provas, mas no corpo de cada atleta. É como se falássemos em uma pluralidade de corpos, heterogêneos entre si. Em um segundo nível, que considero particularmente interessante a partir de uma perspectiva etnográfica, é a multiplicidade de materialidades, saberes e práticas – sejam eles músculos, água, palavra de motivação, formas de quantificar o movimento – que estão conjugados com o objetivo de potencializar o seu desempenho físico. Nessa perspectiva, o corpo do atleta é múltiplo, pois explicita as mediações sociotécnicas envolvidas na capacitação e efetuação da performance. Este corpo engajado é modulado por uma infinidade de linhas de fuga.

A resistência é feita pela água, mas também pelo corpo, ângulos musculares, produção de lactato, capacidade respiratória. Cada atleta precisa ser compreendido em suas particularidades e ter estratégias definidas para corrigir erros, contornar defeitos e potencializar qualidades. O objetivo do técnico continua sendo procurar implementar exercícios que façam aumentar a propulsão do nadador, ou, como recorrentemente repetido, “*furar a água, diminuir o arrasto*”. No entanto, furar a água é menos uma diretriz e mais um problema; no limite, a necessidade de mudar o movimento corresponde à melhora de sua eficiência hidrodinâmica. O bom nadador tecnicamente é o que consegue nadar de forma mais hidrodinâmica, é aquele que “*fura mais água*” ao realizar o seu movimento. Segundo o técnico, hidrodinâmica é a palavra mais importante da natação, a palavra que ele faz questão de que seus atletas repitam continuamente. O nadador precisa ser capaz de manter o seu corpo o mais plano

possível com relação à água, o problema a ser solucionado pelo técnico de forma a possibilitar a correspondência mais hidrodinâmica entre o corpo e a água: é necessário estabelecer as condições através das quais o corpo do atleta será lançado para cima à superfície da água, ou seja, deixará o seu corpo mais plano, fazendo aparecer uma nova topografia do corpo do nadador, como discutirei a seguir.

Contudo, não é apenas a água que resiste ao movimento do atleta. Estas resistências são os defeitos do próprio movimento: o braço que entra menos inclinado na água do que deveria ou a intensidade da pernada menor do que desejada. Esse conjunto de características que oferecem resistência à programação desenvolvida pelo técnico é o que faz com que o vermelho das suas correções e readaptações do treino comece a sobressair-se sobre o azul inicial da sua planilha.

2.4.1- “Enxergar o errado, sentir o efeito do erro e ouvir o som do errado”.

Mais uma vez, é preciso produzir novas aproximações, formas de acessar estas individualidades. Para corrigir é preciso perceber, produzir uma percepção, garantir o engajamento entre o atleta e os comandos do técnico. A imagem de Mirco utilizando um *snorkel* de supermercado que o ajudou a perceber “novos” músculos faz parte deste processo de formação, desta percepção, do estabelecimento de uma nova distância entre técnico e atleta. Para o atleta aprender, é necessário que o técnico sensibilize também o seu corpo. Contudo, é necessário frisar que, para ele, todo processo de constituição do movimento, seu aprendizado inicial e as consequentes mudanças são um processo educacional, ao dizer ser necessário atingir o cognitivo do atleta. “*O cognitivo é o gatilho*”: primeiro é preciso mostrar para o atleta, fazê-lo entender o movimento, para daí mudar o ângulo muscular, fazer o seu corpo oferecer uma nova resposta.

O cognitivo do atleta é uma expressão êmica usada indiscriminadamente pelo técnico. Viemos da discussão sobre individualidade para os desafios que um processo identificado como cognitivo coloca ao técnico. Identificar os defeitos é apenas o início do processo, é necessário passar as correções e garantir a sua apropriação, por isso, novamente, falo da construção de distâncias. O exemplo da nadadora com problemas na virada, que precisa começar a imaginar o fim da piscina como um semáforo para, assim, conseguir mudar a intensidade de seu nado é emblemático. Se produzir um corpo capaz de competir em alta performance envolve bricolar implementos, formas de conhecer o corpo em sua “individualidade”, para o técnico, isso pode ser resumido em um longo processo educacional que tem como um dos seus aportes fundamentais treinos técnicos,

também chamados de educativos e corretivos. Essas diferentes formas de nomear o treino são um bom indício da maneira como ele é concebido e arranjado, são maneiras de nomear este processo de aquisição de sensibilidade.

É imprescindível produzir uma sensibilidade entre corpo e água; esta percepção é justamente a do deslocamento, já que um atleta que percebe seu corpo em movimento é muito melhor sucedido.

“Peço que eles percebam a água passando pelo seu corpo e, o movimento contrário, que percebam o seu corpo deslizando na água. São poucos que conseguem sentir o movimento contrário da água passando na perna. Quem consegue perceber isso tem muito mais êxito”.

Em sua busca por compor esta sensibilidade, ele faz ressoar os dizeres de mestre Sato, um professor de natação e imigrante japonês que formou muitos nadadores, nas décadas de cinquenta e sessenta. Mirco me passou uma biografia de Sato escrita por um de seus alunos intitulada “*Kinchi Sato: uma vida na água*”. O técnico havia ganhado este livro de uma amiga e, aparentemente, tinha um valor especial não só como presente, mas, principalmente, por seu conteúdo. Em um dos momentos centrais do pequeno livro, Sato dizia ser mais fácil produzir um campeão do que fazer uma pessoa compreender-se através da natação e, por isso, estes formariam uma segunda categoria. Fazer essa leitura indicada pelo técnico durante o período da pesquisa de campo mudou a forma pela qual eu, até aquele momento, estava compreendendo o campo, aquele ambiente de contínua busca pela melhora de resultados, de uma performance mais rápida e eficiente em termos hidrodinâmicos. Em *Kinchi Sato*, Mirco encontrou um discurso capaz de articular a educação de um atleta, sua formação técnica e também pessoal através dessa sabedoria na água, na correspondência entre corpo do nadador e fluidez do elemento. Um novo nó, a possibilidade de enxergar na hidrodinâmica a busca pela eficiência e a formação de um sujeito percebido a partir da água. Nessa direção, parece ser muito significativa a aparente falta de precisão entre treino técnico, educativo e corretivo, pois ele, o próprio treino, incorpora tanto a definição da curvatura de entrada da mão na água quanto a constituição do sujeito a partir e através de seu deslocar.

“É necessário fazer esse músculo entrar nesse cérebro”, diz o técnico apontado para o ombro quando fala cérebro e para a cabeça quando fala músculo. Este trabalho de fazer o músculo cerebral entrar no cérebro do ombro é o mais complicado. Isso porque, para ele, o músculo aprende por repetição, o músculo tem a sua própria memória que

cria resistências, aprende de diversas formas. Quando o atleta, quase completamente formado, chega às mãos do técnico, é necessário contornar a sua memória que leva o nadador a realizar o movimento da forma errada. Criar essa percepção significa entrar nesse cérebro que é o músculo e realizar a difícil tarefa de mudar a sua memória, fazer com que ele responda diferente ao movimento. Mesmo o cérebro entendendo não há garantias de que esse músculo absorva o saber a forma esperada. E quais são as práticas envolvidas em produzir essa percepção?

Anteriormente, descrevi como o técnico faz para construir uma percepção do seu próprio corpo para, assim, entender a situação do atleta, o que chamei de uma relação de distância entre os dois. No entanto, não se resume apenas a produção dessa sensibilidade no técnico, mas em estabelecer modalidades de tradução, meios que garantam essa passagem da sensibilidade do técnico, sensibilidade muscular e conhecimento adquirido, também, a partir de seu olhar. Os exemplos de correção do movimento, de produção de uma nova percepção abundam, pois são muitas as estratégias acessadas, das mais corriqueiras, como as já citadas, até a dispendiosa consultoria de especialistas em biomecânica, que vêm ao clube passar alguns dias para filmar, analisar e ensinar novos treinamentos específicos para os técnicos e nadadores do clube.

Entretanto, para acessar esse “cognitivo” não é suficiente apenas ver e falar: é preciso tocar o atleta, fazer com que o músculo entenda através do toque. Muitas vezes, o trabalho específico do biomecânico é impotente por não conseguir fazer com que o atleta assimile todo o conhecimento passado através do vídeo e da análise do especialista. Colocar o nadador para treinar na raia da parede para que, através do toque do braço na parede, o atleta se acostume a realizar a braçada mais fechada pode ser mais eficiente do que o discurso preciso e complicado do especialista em biomecânica. Se necessário, tirar o atleta da água e mostrar no seu corpo, fazê-lo deitar sobre o degrau para sentir a sua braçada fora da água, tocar em seu braço ou perna para que possa perceber onde no seu corpo o movimento é sentido.

É necessário tocar, aprender a enxergar o nado, mas também falar com o nadador. Muito da trajetória do técnico está sintetizado na procura por esses meios para fazer o atleta compreender o movimento, acessar esse íntimo do esportista que o técnico chama de cognitivo. Para Mirco, um dos marcos de sua formação foi um curso de Programação Neurolinguística, realizado no final dos anos 90, que, segundo ele, fez

com que mudasse não só como técnico, mas também “o tornou uma pessoa mais calma”. Como ele sinaliza, ensinou-o a elogiar os seus atletas, a montar frases melhores para usar nos treinos como um caminho para motivá-los. Segundo ele, hoje é conhecido como o técnico que grita “*Bom! Bom!*” durante as competições, ao invés de somente sinalizar os defeitos do nado. Desde então, o treinador passou a falar com seus atletas pelo menos duas frases a cada sessão de treino com objetivo de estabelecer o contato, sinalizar a sua proximidade para que o atleta sintasse realmente amparado e valorizado. Ver, falar e tocar são estratégias para fazer o cérebro entrar no “*cérebro do músculo*”, construir novas formas de perceber o corpo e, finalmente, mudar a memória necessária para corrigir o movimento.

2.5- Uma nova topografia para o corpo do nadador

Novamente, estamos próximos da referência às tecnopolíticas de gênero de Beatriz Preciado. Em sua proposição a autora critica a noção de performance de gênero em sua incapacidade de compreender como determinados processos biotecnológicos são empreendidos na tentativa de passarem-se por naturais, enquanto outros não conseguem produzir esse efeito. Nas palavras de Preciado, que considero exemplares para compreender a performance atlética, temos que:

El género no es sólo un efecto performativo; es sobre todo un proceso de incorporación prostético. No se trata simplemente de señalar el carácter construído del género, sino ante todo de reclamar la posibilidad de intervenir nesa construcción al punto de crear las formas de representación somáticas que pasarán por naturales. (p27)

Assim, Preciado aponta para o gênero não como um efeito performático²¹, mas como um processo de incorporação prostético, enxergando no corpo uma *plasticidade tecnológica* que desloca a compreensão do gênero como uma construção para enfatizar o seu caráter processual e somático. Entendo ser possível sugerir o mesmo sobre a performance atlética de ponta: ela não é apenas performática, por mais estranho que isso possa soar, mas um processo plástico que envolve uma heterogeneidade de mediações sociotécnicas e, no limite, relaciona intrinsecamente a existência material e ética do corpo de atletas e técnicos nas formas de realizar uma percepção. Digo realizar, pois é necessário acessar formas de traduzir a percepção do corpo na água, criar um “*cérebro*”

²¹Uso aqui o termo performático, para distinguir de performativo, relativo a performatividade e performance conceitos utilizados no terceiro capítulo.

e se necessário empreender o difícil trabalho de “*mudar a sua memória*”, ou seja, fazer com que a sensação do músculo e o deslocamento na água correspondam-se de outra maneira – para atingir a melhor performance. O corpo do atleta é plástico no sentido de procurar por essas adequações entre percepção e movimento, entre a água e o braço. É uma constituição de si dependente destas inúmeras associações mediadas no cotidiano de treinamentos.

Com isso, quero chamar atenção não apenas para a construção do corpo em performance atlética como a repetição de um ideal representacional ou normativo do corpo do atleta em sua referência ao corpo humano, mas também para a tentativa de descrever a constituição do corpo em performance esportiva como um processo extenso e não linear de incorporação prostética. A plasticidade é, justamente, o conjunto das relações de força e resistência desses inúmeros materiais envolvidos, necessários para a efetuação da performance de ponta ou, ainda, para alargar os limites da performance atual em direção de outra possível. Possível apenas através dos limites traçados por estas associações sociotécnicas para as quais as substâncias proibidas podem ter um papel fundamental, contudo, não maior do que outras indispensáveis técnicas e artefatos envolvidos na capacitação deste corpo. Saímos das definições de atleta e praticante, das distinções entre a imoralidade de determinadas substâncias e as particularidades genéticas que explicam a performance de elite e passamos a encarar a performance como a conjugação de uma série heterogênea de elementos, músculos, conceitos, dietas, entre outros, empreendidos por meio das diferentes plasticidades tecnológicas dos corpos.

Nas dinâmicas de incorporação, nas quais o corpo é colocado em um processo de formação contínuo, ele é, simultaneamente, o material e a força. O corpo é colocado em um processo constante no qual ele próprio é história e atualidade, o outro possível adiante e atualizado através dos exercícios. Através da sua conjugação e articulação com estes coletivos sociotécnicos a relação entre virtual e atual torna-se visível, explicitando a condição processual destes corpos.

A busca por corresponder o movimento do atleta ao ideal hidrodinâmico nunca é perfeita. A aquisição do movimento depende da constituição de determinadas topografias²² do corpo de cada atleta. Descrevi alguns dos artifícios aplicados e/ou

22 Na mesma direção da referência do primeiro capítulo a noção de topografia corporal correspondente a plasticidade tecnológica do corpo, deixa clara a inversão entre matriz de integridade de gênero e a

desenvolvidos pelo técnico com o objetivo de constituir distâncias, acessar o “cognitivo” do atleta, fazê-lo perceber o nado. Contudo, o “*aprender a ser afetado*” dá novas configurações para o corpo: são topografias que emergem, justamente, da resistência que os inúmeros elementos que compõem a preparação do atleta oferecem, portanto, não anteriores a estas relações, mas, sim, os seus efeitos. Voltando, mais uma vez, ao texto utilizado como referência, no exemplo descrito por Latour sobre o curso de sensibilização do nariz, no qual os indivíduos eram submetidos a um “kit de odores” que ordenava os perfumes dos odores mais simples aos mais sutis, mais cheios de nuances, com a intenção de produzir uma nova sensibilidade aos participantes do curso, um nariz tornou-se capaz de realizar novas articulações, perceber odores que antes do curso pareciam não existir. Nessa direção, o processo de formação do atleta de ponta é compreendido como um processo de incorporação prostética no qual, através do estabelecimento de uma variedade de relações, sejam elas entendidas como cognitivas ou musculares, o corpo do atleta transforma-se e ganha forma.

Contudo, quais topografias são produzidas através do incansável trabalho de Mirco? Quais são os novos contornos dados ao corpo do nadador? No exemplo anterior, a pessoa adquiria um órgão, um “novo” nariz; aqui, uma região inteira do corpo, o *core*, ou o cinturão do corpo, a região que reúne lombar, abdominal e glúteo. O centro biomecânico e energético do nadador é responsável por torná-lo mais plano.

O *core* demarca essas estratégias que pretendem produzir um corpo hidrodinâmico, uma concepção que, não há mais de quinze anos, introduziu uma nova forma de ordenar o corpo do nadador, é um conhecimento oriundo da fisiologia do esporte e da cinesiologia. Através de técnicos e biomecânicos, os conhecimentos científicos sobre este cinturão começaram a ser aplicados nos treinos de natação na busca por desenvolver esse equilíbrio e, com esta, a necessidade de fazer o nadador ficar mais plano. Essa concepção é relativamente nova e, até certo ponto, contra-intuitiva; durante muito tempo acreditou-se que a eficiência do nado era determinada pelos braços, depois pelas pernas. O *core* sinaliza para uma outra forma de enxergar o deslocamento do corpo na água. Assim, é preciso fazer os nadadores entenderem que, para melhorar seu nado, não é necessária apenas a força dos braços ou a propulsão das

reiteração performativa. Os processos e incorporação prostéticos inserem o movimento, as topografias não são anteriores as combinações e articulações realizadas, mas seus efeitos, a comparação feita por Preciado entre as biografias Herculine Barbin e Ágnes é exemplar.

pernas, mas o reforço desta região do corpo capaz de “trazê-lo para cima”, fazê-lo nadar com o corpo o mais paralelo possível em relação a superfície da água.

Se o core não é, propriamente, um órgão determinado pela sua funcionalidade dentro do corpo humano, visto de forma orgânica, contudo, define uma nova e particular topografia, a sua inclinação em deslocamento sobre a água, propondo uma nova série de treinamentos e outros materiais necessários para acertar o movimento em busca da hidrodinâmica.

Quando um nadador está com um core bom, você percebe ele subir na água. Quando o core dele está ruim, você não vê ele subir. Tem até um implemento que eu uso ali, não sei se já viu, é uma borracha que vai assim os dois pés. Você não viu? Eu tenho uma borracha que coloca no pé deles, daí coloco a boia, os caras ficam assim (mostra com o antebraço a posição do corpo), cabeça e o pé. Por que quando os caras vão com a boia eles dão uma mexida com a perna. Essa perna tem que subir, mesmo estando com a borracha, então, ele tem que ganhar conscientização de uma elevação de cabeça, já subiu um pouquinho. Contração de abdominal, lombar e glúteo, já subiu mais um pouquinho. Uma boa sequência de braçadas, já subiu mais um pouquinho, uma boa pressão em todos os pontos das braçadas, eu tenho o cara plano. (...) Para ele perceber que o corpo dele subiu, então biomecanicamente falando, você fez mudanças para ele ficar plano na água, se eu to plano na água, eu vou conseguir melhor rendimento, meu arrasto frontal foi diminuído.

Neste excerto, encontramos os esforços realizados pelo atleta e os implementos e instruções introduzidas pelo técnico para o nadador ter um “*core bom*” e subir na água. Contudo, estes esforços não são, em particular, sobre o core, não é aquela região do corpo que está sendo trabalhada especificamente, pois é preciso redefinir o corpo inteiro. Para isso, é incorporada uma peça de borracha que elimina completamente o movimento da perna, diferente das pranchas. Sem o batimento de pernas, o nadador deveria afundar, mas não é o que acontece: através da força da braçada, da elevação da cabeça e da contração do abdômen e do glúteo, o seu corpo sobe. Com esse novo esforço, o corpo inteiro procura corresponder de outra maneira à superfície da água, adquirindo uma nova ordem, instituída pela definição do Core, que o deixa mais plano, diminui o seu arrasto e melhora o rendimento de sua performance. O atleta está engajado nos processos de incorporação protética. Entre o corpo do nadador, o implemento de borracha e a água, novas formas são dadas ao corpo, novos saberes criados e novas tecnologias de treino desenvolvidas. Por fim, é importante ressaltar que, nesse processo de aquisição de um corpo – também de uma sensibilidade e de uma nova percepção sobre a água –, o core emerge junto com o corpo em relação à água. Ele não estava anteriormente ali, orgânico e funcional, mas surge das permutações de todas estas mediações sociotécnicas que estão implicadas sobre ele.

2.5.1-A performance tecnopolítica ou um coletivo em ação

Sob os termos do acordo modernista, determinadas substâncias e técnicas, além de imorais e perigosas, eram consideradas ineficientes frente ao raro instrumental genético de alguns fenômenos esportivos. No entanto, entre os termos dos continuamente renovados acordos dispostos pelo cotidiano de treinamentos, descrito nesse capítulo, hormônios, borracha e as palavras de um antigo técnico de natação nipo-brasileiro implicam em novas possibilidades de performance. Cada novo elemento agenciado pelo técnico dispõe um novo horizonte de possibilidades de performance, que apresentam o corpo do atleta a partir da sua *plasticidade tecnológica*. Novos limites para o seu corpo e performance são estabelecidos. Assim, como desenvolvido no primeiro capítulo, o corpo do atleta em performance precisa ser descrito como um corpo cosmopolítico que não se realiza apenas no momento da competição, mas é composto no fluxo das relações estabelecidas pelos diferentes acordos. Estes novos e possíveis acordos estão apoiados em sua condição relacional, explicitando a destituição dos limites estabelecidos entre a humanidade e as inumanidades do acordo modernista.

A partir desta perspectiva, a performance de ponta passa a ser compreendida como uma performance agenciada através dos diferentes coletivos sociotécnicos implicados na constituição e efetuação da performance.

El guión establece y reparte competencias, responsabilidades y agencia en la medida en que marca potencialidades para un devenir futuro. Pero hay una cuestión que debe quedar clara en todo momento, La acción no es nunca una propiedad de una entidad, La capacidad de acción es La propiedad de un colectivo, juego de relaciones o red. Es decir, deriva de ese conglomerado de entidades. La acciones emergente, es una cuestión relacional. Parafraseando el famoso adagio de Austin: hay relaciones y las relaciones hacen cosas. (Tirado e Domenech, 2010, p.60)

Sob esse prisma, a questão: “*quem pode ser um atleta de ponta?*” não recebe resposta unívoca, seja no momento das competições e nas incessantes marcações feitas pelo técnico do lado de fora da piscina – como se fosse capaz de controlar as ações dos atletas durante a prova –, seja na procura de um médico que o ajude a alcançar o ritmo necessário.

É necessário frisarmos que o doping existe através e a partir da lista de substâncias proibidas desenvolvida pela agência antidoping. Certas práticas só ganham o estatuto de dopagem através da normalização e do discurso que a luta antidoping constrói. Assim, afastar a compreensão destas práticas de si (Foucault,1984), dos procedimentos de purificação que cingem o esporte entre heróis e trapaceiros, entre

doping e antidoping sugere afastá-las do senso comum, que estabelece uma posição moral e define essas práticas como práticas desviantes, individualizadas e insalubres, ou como determinadas por forças econômicas e culturais que influenciam o esporte e transformam o doping em uma epidemia incontrolável. Os capítulos seguintes buscam estabelecer o movimento contrário, ir às estratégias antidoping e descrever os agenciamentos necessários para realizar as demarcações que definem e delimitam o que é doping e as razões para o seu uso, bem como traçam as linhas de como detectá-lo e combatê-lo.

Capítulo III:

O antidoping

Em julho de 2001, a Revista Brasileira de Medicina Esportiva publicou um artigo do coordenador do Laboratório de Controle de Dopagem (LabDop) do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico²³ (Ladetec) do Instituto de Química da UFRJ, Francisco Radler de Aquino Neto (2001). Sob o título de *O papel do atleta na sociedade e o controle de dopagem no esporte*, o artigo tem um escopo bastante abrangente. De uma maneira ordenada, mas não completamente encadeada, ele inicia apresentando as razões para o uso de doping entre atletas, passando pelo histórico de sua utilização no esporte, que começa na Grécia antiga e chega aos tempos atuais e, bem como, pelas etapas da luta contra o doping. Ele ainda apresenta os procedimentos de caracterização química do uso de substâncias proibidas até chegar a um panorama da situação do controle de dopagem feita no Brasil naquele período.

Apesar da abrangência dos pontos abordados, não falta contundência ao artigo para definir as razões pelas quais atletas fazem abuso de drogas. Como ele faz questão de salientar, a administração destas substâncias constitui invariavelmente em *abuso*²⁴, pois é o interesse pelos benefícios terapêuticos²⁵ que estabelece o marco entre o

23O LabDop funciona desde 1989 vinculado ao COI prestando serviços a federações esportivas, fruto do esforço conjunto entre CBF e do Dr. Eduardo De Rose da Comissão Médica do COI em realizar controle de dopagem durante a Copa América de 1989. Até a perda de sua credencial no último agosto, o Ladetec era o único laboratório do continente credenciado pelo rigoroso sistema de auditoria da Wada, o seu descredenciamento as vésperas de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas gerou uma série de discussões sobre a aplicação dos investimentos destinados a sua reforma e aumento de infraestrutura. E colocando questões práticas com relação as análises dos testes realizados durante a copa que precisarão ser feitas na Suíça.

24 Neste contexto, pensar na aproximação entre *abuso* e *abjeto*(Butler, 2000) é quase inevitável. Assim como os *corpos abjetos* discutidos por Butler são colocados fora de uma matriz de inteligibilidade heteronormativa, que muitas vezes impede que se fale sobre e mesmo se conceba estes corpos abjetos. Associar o doping a um incontestado abuso de determinada substância indica esta concepção que localiza o uso de anabolizantes entre esportistas como do escopo de utilização da substância. Equivalem a colocar o doping para fora do horizonte aceitável de sua utilização, estabelecendo mais uma forma de demarcar a múltipla potencialidade destas substâncias entre tratamento médico e trapaça, medicação e dopagem.

25 As exceções de uso terapêutico são um dos temas mais polêmicos e de difícil manutenção da Wada, existe uma lista de condições, nas quais os atletas podem acessar certos medicamentos por configurarem casos de necessidade médica. Com isso, entendem-se regulações nas quantidades permitidas e no período de tratamento.

medicamento e a droga. O interesse nos duvidosos e arriscados efeitos destas substâncias sem o aporte e conhecimento de um médico responsável indica uma das características essenciais do abuso – a saber, o risco. Os motivos para este perigoso abuso são bastante claros: estão nas pressões familiares, econômicas e sociais sofridas pelos atletas, que os levam a procurar a todo o momento como exceder os seus limites. Os benefícios da vitória a qualquer custo são socioeconômicos, prêmios e glória, que conduzem os atletas a cometerem loucuras e a sujeitarem suas vidas e corpos a riscos de uma magnitude que, em sua falta de conhecimento, não conseguem conceber. O doping é um problema histórico e atual, ele é formado através da mistura entre importância dada ao espetáculo esportivo contemporaneamente com a natureza do “*tânatos presente no comportamento social*” (p.138). Ou seja, ao definir o doping como um problema socioeconômico intensificado pelo contexto histórico que reforça pressões e promete glórias maiores, o atleta aparece como uma figura completamente desconstituída.

Portanto, a intensificação dos perigos remetidos ao doping é contemporânea, mas as origens do doping confundem-se com as do próprio esporte. Em suas primeiras tendências à profissionalização, que o autor encontra nos relatos de Platão sobre a formação de uma casta de esportistas na Grécia Antiga, já existem registros de atletas extremamente bem pagos e prestigiados que utilizavam estircnina como estimulante antes das maratonas. Esta desmoralização do esporte, reconhecida na sua tendência à profissionalização, faz ressoar muitas das preocupações do Barão de Coubertin, ainda na década de vinte do século passado, com a diferença que o problema central era a própria profissionalização, sendo o doping um de seus vários efeitos negativos. Para Aquino Neto, o doping transformou-se em um problema muito maior na atualidade e, devido à importância do esporte na sociedade ocidental, é obrigação do estado democrático zelar pelas atitudes antiéticas no esporte – em contraposição aos regimes comunistas, nos quais o doping era usado deliberadamente na intenção de manter um número elevado de medalhas, no período da Guerra Fria, quando as olimpíadas eram um dos palcos de dramatização da concorrência entre Estados Unidos e União Soviética.

No entanto, se há contundência em definir os motivos para o uso de doping entre atletas, outro aspecto do artigo que não passa despercebido é o gosto do diretor do laboratório em expressar-se utilizando quadros e tabelas. Contudo, não são gráficos nem tabelas de frequência comuns em artigos de química; as referidas listas classificatórias

são responsáveis por ordenar e apresentar diversos aspectos do doping, desde o que seria uma lista com o desenvolvimento histórico do uso de drogas no esporte, a qual ele intitula de “*o lado negro (sic) da química empregada no doping*” até listagens dos “*efeitos colaterais maléficos previsíveis e imprevisíveis do abuso de drogas no esporte*”. Ou seja, essas listas e quadros têm como objetivo apresentar uma definição clara e geral sobre o doping, seus efeitos, seu histórico, as suas diferenças com os fármacos e ainda esclarecer a complexidade dos procedimentos utilizados durante o controle de dopagem. Quadros como estes postos abaixo, que tomo a liberdade de trazer para ilustrar a variedade de agentes que o químico objetiva ordenar e a forma como ele estabelece esta ordenação.

QUADRO 1
O lado negro da química empregada no doping^{1,23}

Ano ou período	Atividade
1886	“Tour de France” de ciclismo, Linton morre sob efeito de estresse e <i>speed ball</i> (cocaína + heroína)
1904	Primeiro “susto” nas olimpíadas modernas. Thomas Hicks, maratonista, quase morre devido à mistura de <i>brandy</i> e <i>estricnina</i> . O mais incrível é que ele ficou com a “medalha de ouro”, que foi tirada do vencedor quando se descobriu que este havia feito o percurso de carona num caminhão!
Anos 30	Síntese das anfetaminas substitui a <i>estricnina</i>
1952	Nos Jogos de Inverno de Helsinki competidores de corrida sobre patins passaram mal devido ao uso de anfetaminas
1953	Anabolizantes sintéticos entram no mercado
1956	Abuso de drogas flagrante nas Olimpíadas de Melbourne
1960	Kurt Jensen, ciclista dinamarquês, morre por <i>overdose</i> de anfetamina nas Olimpíadas de Roma
1964	Olimpíadas de Tóquio apresentaram atletas com musculatura surpreendente, lançando a suspeita de abuso de anabolizantes
1967	Morre Tommy Simpson na “Tour de France” de ciclismo, devido a estresse e anfetaminas
1976	Nadadoras alemãs nitidamente “fabricadas” por <i>doping</i> , nas Olimpíadas de Montreal
1980	Novamente as nadadoras alemãs se destacaram
1988	Ben Johnson é flagrado pelo uso de <i>estanozolol</i> , um anabolizante sintético de última geração. Florence Griffith-Joyner, nitidamente moldada por anabolizantes, não é flagrada
Anos 90	Internet banaliza o acesso a, e uso de, anabolizantes e “complementos nutricionais”

Figura1: Primeiro quadro registrado no artigo de Aquino Neto reconstituindo o histórico deste “*lado negro*” da química. Dar uma linearidade e definir as etapas deste histórico, o pesquisador procura evidenciar as diferentes substâncias utilizadas como doping.

QUADRO 10
Efeitos desejados (esporte) e colaterais
do abuso de anabolizantes²⁷

Efeitos desejados para elevar o desempenho esportivo
Aumento da massa muscular
Aumento da agressividade
Efeitos colaterais leves
Virilizantes, femininizantes e tóxicos
Distúrbios do crescimento e desenvolvimento ósseo
Diminuição do HDL e aumento do LDL, favorecendo
atenogênese
Homens:
Azoospermia, diminuição dos testículos, impotência;
ginecomastia; estreitamento de uretra
Mulheres:
Excessiva pilosidade corporal, calvície de padrão mas-
culino, hipertrofia do clitóris, irregularidade ou ausên-
cia do ciclo menstrual, voz rouca e acne
Efeitos colaterais graves
Cardiovascular: cardiopatia, infarto agudo do miocárdio,
acidente vascular cerebral, embolia pulmonar
Fígado: icterícia, adenoma e carcinoma
Próstata: complicações na próstata e carcinoma
Psicológico: aumento da agressividade; psicose; disforia;
depressão

Figura2: Décimo quadro ordenando os efeitos dos anabolizantes entre esportistas através do que seriam os efeitos desejados ou não de seu uso.

QUADRO 19
Complexidade da coleta para o controle de dopagem

<i>Kits</i> de coleta envolvendo materiais descartáveis e recicláveis.
Bebidas para os atletas se hidratarem.
Diária da equipe médica de alto nível disponível do início do jogo até o término da coleta (demora usual pela dificuldade do atleta, desidratado e inibido, em urinar); oito a 12h de trabalho, geralmente à noite ou finais de semana.
Transporte do material para os locais de coleta.
Transporte das amostras para o laboratório.
Formulários, fichas e documentação de controle.
Revisão e impressão de regulamentos.
Administração, comunicação e arquivamento.
Manutenção de uma comissão de controle de dopagem de alto nível.
Realização de contraprovas, com deslocamento da comissão para o laboratório, com perda de pelo menos um dia de trabalho de todos os seus membros.
Assistência aos órgãos de justiça desportiva.
Gestão das equipes de coleta envolvendo todo o território nacional, com treinamento continuado das equipes, sua manutenção com uniformes, crachás de identificação e material auxiliar de coleta.
Contatos com dirigentes e médicos dos times e clubes envolvidos nos campeonatos.
Contatos com o laboratório e atualização nas práticas de dopagem e seu controle.
Atualização dos procedimentos e materiais de coleta.
Credenciamento pela ISO 9000.

Figura3: Décimo nono quadro exemplificando a variedade de etapas e artefatos utilizados na realização de um controle de dopagem e com isso, expondo as dificuldades e o dispêndio necessário para realização destes testes.

Em um artigo de treze páginas, dezenove quadros com os mais diferentes conteúdos são apresentados. São muitas tabelas, pois o assunto é complexo. A tarefa do cientista responsável por comandar os esforços do combate ao doping no Brasil demanda o esclarecimento de muitos pontos, portanto, essas tabelas têm a evidente função de estabelecer esse ordenamento de forma clara. Elas são uma espécie de gaiolas que especificam os espaços e os valores de um sistema classificatório no qual o doping são as diversas substâncias com efeitos maléficos esperados ou não e que o químico tem o cuidadoso trabalho de nos apresentar. Para determinar a oposição entre o doping e o seu combate, é preciso: definir o que é o doping, saber quais são os motivos para o seu uso, expor os seus efeitos indesejados assim como distingui-los dos efeitos dos fármacos e esclarecer as estratégias para combatê-lo.

3.1- O antidoping e as suas estratégias

Anteriormente, explicitarei que este trabalho tem uma tarefa muito clara – acompanhar as diferentes linhas traçadas por uma problematização e o desenvolvimento das condições de possibilidade de suas inúmeras soluções possíveis, os diferentes coletivos sociotécnicos implicados em resolver os deslocamentos estabelecidos a partir e através do doping. Ao descrever estas linhas, procuro expor os processos de formação e estabilização de determinadas coerências, certos exercícios do pensamento que estabelecem teleologias transcendentais, que nos levam a conceber o esporte como o domínio do corpo natural e saudável, o esporte como formador desta arena ocupada por postulantes a heróis, não simples competidores, mas atletas na acepção mais fundamental do termo, sujeitos talhados física e moralmente para cumprirem a difícil tarefa de levar o corpo a efetuar performances cada vez mais surpreendentes e, com isso, reafirmar os valores morais do *fair play* e do olimpismo (Bancel;Gayman, 2002), bem como a reiteração do esporte em seu aspecto estético, na elaboração da ascensão destes heróis emulados pelas inúmeras privações e sacrifícios dramatizados no momento da competição. O estabelecimento destes processos é dado através do que poderíamos chamar de procedimentos de purificação (Latour, 2008), responsáveis por demarcar os limites entre o corpo do atleta limpo, símbolo de uma natureza que avança, em contraposição à trapaça do atleta dopado com seu corpo duvidoso, material biológico que precisa ser esmiuçado até que sejam expostas suas impurezas.

Seja através do uso de derivados de testosterona ou de métodos de transfusão de sangue, as práticas de dopagem surgem como o elemento que instaura a diferença ao expor a vulnerabilidade desta figura do corpo humano, em sua versão saudável e moralmente desejável, reiterada continuamente pelo agenciamento esportivo. Tanto no desenvolvimento de um novo mecanismo de monitoramento de atletas, envolvendo a coordenação das ações de federações esportivas internacionais, Agência Mundial Antidoping e governos nacionais quanto nas listas do professor Aquino Neto, em sua tentativa de esclarecer o que é o doping e as razões para a sua utilização, encontramos os esforços empreendidos na manutenção dos marcos que definem a diferença entre esporte e trapaça, entre saúde e os riscos do doping, entre a medicina e o abuso. No entanto, mesmo sendo agenciados e coordenados pela mesma agência mundial, cada um desses procedimentos apresenta-se como uma solução possível aos diversos problemas levantados pelo doping. Nessas soluções, encontramos diferentes tentativas de responder ao problema do doping através do estabelecimento de um conjunto extenso e continuamente renovado de processos que visam nomear o que é doping através da publicação e manutenção permanente de documentos como o *código mundial antidoping*²⁶, a lista de substâncias proibidas e os padrões internacionais de testagem, de privacidade de dados e de exceções de uso terapêutico²⁷.

Ao acompanharmos os traçados destas formas de problematização (Rabinow, 1999), os esforços associativos empreendidos na tarefa de estabilizar estas demarcações entre o que é ou não doping, entre corpos autênticos e inautênticos, manifestam-se uma infinidade de variações e instabilidades que precisam ser ordenadas e controladas para que o doping possa ser combatido, ou seja, encaramos como esses processos expressam os *outros* que participam de seu próprio desenvolvimento, revelando a contingência e a arbitrariedade dos dispositivos dos quais fazemos parte, realidades imanentes que precisam ser formatadas e replicadas para continuarem produzindo os efeitos desejados. Nessa direção, problematizar é uma maneira de manter um horizonte aberto para os contrastes planteados por estes próprios esforços de demarcação de produção de uma

26 O código mundial antidoping está traduzido em pelo menos 12 línguas.

27 TUE(Wada, 2014): *Therapeutic Use Exemptions* envolve uma série de especificidade sobre o uso terapêutico de algumas substâncias inicialmente proibidas. Além da prescrição médica necessária para esta liberação, o que envolve dosagem, tempo de tratamento e motivos da utilização, há um procedimento extenso de notificações que precisa ser seguido, efetuado através da plataforma ADAMS (AntiDoping Administration Management System).

versão coerente sobre o corpo e sobre o esporte; no caso do doping, abre-se a possibilidade para explicitarmos os devires presentes nos processos de estabilização empreendidos pelas políticas de combate ao doping, que atualizam uma determinada natureza do corpo e que promovem a manutenção do agenciamento esportivo como um espaço de uma contra sociedade esportiva como apresentado por Vigarello (1998). Para este autor, o combate ao doping tem uma função importante na manutenção do que ele chama do mito da contra sociedade esportiva responsável por atualizar valores modernos como igualdade de direitos e liberdade.

Chamo arbitrariamente de antidoping esses procedimentos e mecanismos envolvidos na produção destes efeitos de coerência que alinham sob a égide do esporte de alta performance o corpo do atleta a determinados valores morais. O antidoping é um conjunto de estratégias e, por isso, não pode ser reconhecido fora do combate travado com aquilo que ele mesmo procura nomear como doping. Nestas páginas, pretendo explorar esta tautologia, evidenciar como as instituições e mecanismos empreendidos no combate ao doping produzem aquilo que pretendem combater. Essas estratégias têm uma faceta comum muito interessante: elas não empreendem, simplesmente, mecanismos para combater o doping, mas, para dar cabo deste combate, elas definem os termos de existência do seu próprio inimigo para, então, desenvolver seus artefatos de coação, monitoramento das práticas condenáveis e uma distante esperança de erradicação do doping.

Objetivamente, quero dizer que não há anterioridade do doping sobre o antidoping; existem formas de conceber, representar e, principalmente, materializar o doping que dependem das circunstâncias e condições estipuladas pelas estratégias de combate. Na contínua corrida de gato e rato entre o doping e o antidoping, isso quer dizer que quem define os caminhos a serem percorridos é o gato. É ele que está sempre tentando antecipar-se e, ao mesmo tempo, criar um regime de controle capaz de capturar o rato. A Agência Mundial Antidoping, com seus procedimentos de purificação que visam a manutenção do esporte de alta performance, apresenta-se como uma nova polícia capaz de transpor fronteiras nacionais, mobilizar recursos para constituir um regime de vigilância, uma espécie de efeito panóptico. A preocupação com a manutenção do esporte de alta performance precisa produzir procedimentos de purificação. Não é uma questão do bem contra o mal, mas algo um pouco mais complexo, uma disputa sobre quem detém o poder de agenciamento dos corpos. Em seu

caso particular, a Wada tenta se antecipar e nisso acaba se sobrepondo ao antidoping, pois, em muitos casos, esta agência – e os saberes de que ela dispõe – antecipam as possibilidades, muitas das quais poderiam não ser realizadas. Dessa maneira, a oposição entre antidoping e doping, que anunciamos ao falar sobre práticas de dopagem, pode ser concebida através da proliferação de mecanismos e dispositivos implicados na tentativa de arranjar e governar uma multiplicidade de práticas consideradas deletérias ao agenciamento esportivo. Assim, o doping deixa de estar posicionado em contraposição ao antidoping, mas passa a ser constituído com e através do antidoping. O antidoping tem a premência, é ele quem estipula as regras do jogo, pois tem o poder de definir o que é doping.

O combate ao doping levanta a sua bandeira de luta ao mesmo tempo em que define as posições de seus inimigos e os territórios a serem conquistados ao distinguir entre substâncias e métodos o que é permitido e proibido. No seu esforço contínuo de coação e punição, estabelece os procedimentos de captura de determinadas práticas formalizadas através do código continuamente atualizado, pretende unificar todas as estratégias antidoping das diferentes federações nacionais e estabelecer as diretrizes para elevar os termos deste combate a um nível global. Assim, aquilo que determina e nomeia o que é o doping é o resultado de infundáveis processos de captura (Deleuze; Guatarri, 1997) que formalizam e padronizam procedimentos para que o próprio combate seja efetivo. Nessa direção, o antidoping constitui um dispositivo em um sentido²⁸ próximo ao dado por Foucault (1999) ao falar de um “dispositivo da sexualidade”, ressaltando como que, ao criar uma abstração determinada como sexualidade, implicada na produção de uma série crescente de práticas de saber e poder, passa a produzir o objeto que ele pretende cercar. É comum encontrarmos argumentos, como os expressos nas entrevistas realizadas por Trabal (2008), de que, nesse seu incansável esforço de publicar atualizações e adequar procedimentos ao contínuo avanço das técnicas de doping, a Agência Mundial Antidoping oferece aos interessados em trapacear um conhecimento bastante específico e preciso sobre o uso dessas técnicas

28 Provavelmente a aproximação mais correta a ser feita seria com o que Viana Vargas (2008) apresenta como um “dispositivo das drogas” ao sinalizar a criação das drogas como fenômeno social, menos a partir do aumento do consumo de drogas e, mais através dos processos de criminalização do uso e de invasão farmacêutica. Ainda corroboraria com a indicação feita por Hobermann (2001) sobre o estabelecimento paralelo da luta contra doping e a luta contra as drogas nos EUA anunciada pelo presidente Nixon.

e substâncias - como um dos seus entrevistados, chamado Charles, proclama a agência não reforça, somente, a luta ao doping, mas o próprio uso de doping ao esclarecer e apresentar tão enfaticamente os motivos da proibição destas substâncias. “*Agence Mondiale Antidopage, il y a tout le protocole de validation sur Le test urinaire. et donc le protocole tu le lis et tu Le retournes Dans tous lessens pour ne pas te faire gauler, c’est génial. C’est meme l’agence qui te donne toutes les solutions.*” (p.206). No entanto, não é este argumento que pretendo desenvolver nas páginas que se seguem; a minha intenção é mostrar como os procedimentos instaurados pela própria luta antidoping são capazes de materializar versões localizadas do doping., ou seja, o doping surge como uma positividade produzida pelas modalidades de ordenação e disposição da realidade instauradas pelo combate ao doping.

Com o doping ocorre algo muito parecido, ainda mais quando se proclama uma luta antidoping que determina os termos da identificação de uma série de substâncias e procedimentos que passam a serem considerados doping. O doping passa a ser inventado pelos mesmos mecanismos que o reprimem, como o próprio código mundial antidoping que, ao definir uma série de substâncias e procedimentos ilícitos, postula as condições e os termos de sua própria dissidência. Detectar muitos casos de doping não expressa, simplesmente, o sucesso na perseguição, mas a eficácia em tornar o doping visível através de seus próprios estratagemas. Nestas atividades, que não são apenas de nomeação, mas de invenção e atualização, o doping é performado, ganha material, forma e valor.

Ao falar sobre as curvas de visibilidade e enunciação que compõem os regimes de visibilidade e de enunciado instaurados pelos diferentes dispositivos descritos por Foucault, Deleuze (1990) sugere que estes regimes são responsáveis por distribuir o visível e o invisível, o dito e o não dito. Nesses mesmos termos, através dos inúmeros mecanismos produzidos pela luta contra o doping, sejam eles mecanismos de controle envolvendo complexas redes de circulação de testes laboratoriais e informações entre agências antidoping e federações esportivas em nível nacional e internacional, ou das campanhas de educação e prevenção contra o doping, são produzidas formas de visualizar e enunciar o doping. Ressalta-se que, quando Deleuze desenvolve sobre esses regimes internos aos dispositivos descritos por Foucault, ele enfatiza que estas visibilidades não são exteriores ao que se está visualizado, pois elas são responsáveis por compor integralmente aquilo que está sendo visto. Em suas palavras, elas “*dão a*

*ver tudo que é visível*²⁹”. De certa maneira, é o objeto deste capítulo a associação destes diversos mecanismos na tentativa de unificar o doping e torná-lo visível ao apresentá-lo como um problema bem definido e contra o qual é necessário lutar.

3.2- Muitos dopings, outros problemas.

Se considero que o doping pode ser estudado como uma problematização do esporte de alta performance, devo ressaltar que, apesar da luta contra o doping ter o seu desenvolvimento particular, entendo não ser possível afirmar que o doping sempre constituiu o mesmo problema. Existem diferentes formas de entender o doping como problema e, evidentemente, de enfrentá-lo. É verdade que mesmo o termo doping é um tanto escorregadio e com origem duvidosa – no site da Agência Mundial Antidoping, é sugerido que a provável referência seja o holandês *dop*, uma bebida alcoólica feita de cascas de uva e utilizada pelos Zulus para incitar bravura e melhorar seu desempenho antes das batalhas tribais. Mas se a própria Wada deixa claro a sua dificuldade em definir a origem da palavra doping, não há dúvidas quanto à antiguidade e constância do problema. A utilização de substâncias exógenas e artificiais para o incremento do desempenho dos atletas é um problema antigo, quase irmão gêmeo do esporte competitivo. São muitos os indícios de que os maratonistas gregos faziam dietas especiais e usavam misteriosas poções para incrementarem o seu desempenho nas Olimpíadas da Antiguidade, faziam uso da mesma estricnina utilizada por ciclistas no final do século dezenove junto com cafeína, cocaína e álcool. No artigo do professor Aquino Neto, apresentado na abertura deste capítulo, a origem dada ao doping é a mesma: ele é um problema que surge nos momentos históricos em que o esporte é sobrevalorizado e envolve muito dinheiro.

Em um discurso proferido no início da década de vinte, o Barão de Coubertin enumerava o doping como mais um dos males ocasionados pela profissionalização do esporte – em suas palavras, “*The intrusion of politics into sports, the increasingly venal*

29 Na leitura empreendida por Deleuze sobre o trabalho arqueológico realizado por Foucault, ele especifica que esta luz que compõe os regimes de visibilidade, não é da ordem de uma luz que ilumina objetos estáveis e externos a ela. Ela dá tudo o que é visto, pois a própria materialidade em fluxo do que pode ser visto, identificado e controlado depende deste regime de luz para tomar forma.

attitude towards championship, the excessive worshipping of Sport, which leads to a belief in the wrong values, chauvinism, brutality, overworking, overtraining and doping.” (Cnrs, 1998) O interessante desta fala do maior representante do movimento olímpico é que o principal problema do esporte não é propriamente o doping, mas *o aumento das atitudes venais, dos valores políticos e da excessiva adoração ao esporte.* O doping é mais uma de suas consequências, ocupando o mesmo patamar do sobretreino, do chauvinismo e da brutalidade. Em outras palavras, não era a ameaça imoral do doping que colocava o esporte em suspensão, mas a imoralidade vinha da profissionalização. Por isso, fiz referência aos ecos de Coubertin no artigo de Aquino Neto: o cerne da questão está nas influências e pressões ocasionadas pelos interesses econômicos e políticos pelos quais o fortalecido esporte do início do século vinte começava a ser vitimado. No entanto, as preocupações do Barão de Coubertin demonstram como o doping não constituía um problema particular ou colocava em xeque os valores de uma sociedade saudável.

Por outro lado, a luta antidoping, a identificação do doping como um problema particular que precisa ser combatido é mais recente. As primeiras leis antidoping são belgas e francesas, do início da década de 1960, mas somente em 1961 o Comitê Olímpico Internacional (COI) constituiu o seu primeiro comitê médico. Essas mudanças tiveram como gatilho a morte de um ciclista dinamarquês durante os jogos de Roma, em 1960, pelo uso de anfetaminas. No entanto, os primeiros controles de dopagem não foram realizados pelo COI; a primeira entidade esportiva a introduzir os testes em suas competições foi a FIFA, em 1966. Durante este primeiro período, a atuação do COI estava restrita em garantir que os comitês locais de organização dos jogos testassem os competidores. Apenas nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1984, iniciou-se uma estrutura tecnológica mais avançada com a introdução dos testes de espectrometria. Possibilitou-se a realização destes testes em uma escala maior, aumentando o escopo do combate e, teoricamente, o rigor com o que os atletas com doping seriam identificados. Contudo, é preciso ressaltar que muitas dessas primeiras configurações da luta contra o doping recaíam sobre os enviesados conflitos da Guerra Fria: a suspeita sobre a manipulação dos corpos e da “fabricação” deliberada de campeões caía sobre os países de regime socialista. Nesse período, URSS, Alemanha Oriental e Cuba eram sempre suspeitos de produzir resultados, medalhas e heróis que comprovassem a superioridade tecnológica de sua política de Estado. Constituir um quadro cheio de medalhas de ouro

tinha correspondência direta no combate ideológico entre os dois sistemas políticos. Porém, a formação de uma agência responsável por combater o doping mundialmente é um acontecimento posterior a Guerra Fria, emerso das particularidades dos anos 90 e dos discursos que indicavam fortemente para os fluxos do que seria uma nova ordem mundial, um sistema de relações e problemas colocados em nível global. O doping começa a deixar de ser compreendido como um problema vinculado aos aspectos venais do esporte e a ser concebido como uma epidemia que evadia os limites nacionais, demandando a mobilização de todos os países em conter esse problema que atingia não apenas atletas de elite, mas também a juventude que tinha nestes atletas a sua referência.

Como apresentado por Hanstad (2009), os escândalos do *Tour de France* de 1998, que envolveram médicos, dirigentes, treinadores e atletas, serviram para evidenciar um esquema extremamente articulado de fornecimento e encobrimento de uso de substâncias ilícitas ocorrendo durante a competição de ciclismo mais importante do calendário esportivo, colocando sob suspeita as principais instâncias do esporte de alta performance, como o COI e a Federação Francesa de Ciclismo, e forçando uma mudança nas estratégias da luta antidoping através do estabelecimento da Agência Mundial Antidoping (Wada). Os referidos acontecimentos demarcaram emergência de novas ações políticas e mecanismos dessa luta, novas formas de formular e tratar do problema do doping. Aliás, como desenvolverei a seguir, é apenas a partir desta perspectiva que proponho abordar a Wada, como um agente potente nessa rede de associações implicadas no combate ao doping, que emerge e ganha espaço na mesma medida em que o problematiza. Nessa direção, a Wada não é abordada, propriamente, como uma instituição no sentido usual do termo, mas, seguindo a sugestão de Tirado e Domenech (1999) como uma *mediação* que “conecta acontecimentos locais com definições globais”, uma tentativa de institucionalização de determinadas estratégias de combate. Faço questão de ressaltar que a minha intenção não é estabelecer um antes e um depois ao surgimento da Wada, mas trazer foco sobre novas formas de conceber o doping e, portanto, de implicar em novas modalidades de relações e associações empreendidas na elaboração das coerências e capturas necessárias para combater o doping.

Elejo este ponto de partida porque entendo que COI, governos nacionais, laboratórios privados, federações de modalidades esportivas e Wada, em seu esforço de coordenarem suas ações, pesquisas e investimentos, são responsáveis por produzir

determinadas versões sobre o doping. É isto que quero descrever neste capítulo, alguns processos de ordenamento e estabilização de versões contingentes do doping. Tenho interesse em compreender o que possibilita, frente a uma realidade tão heterogênea e complexa, que possamos falar em *doping*. Versões no plural porque o que está em jogo são as diversas maneiras de agenciar e atualizar versões do doping, sendo necessário coordená-las para que a luta contra o doping no esporte seja bem sucedida. Não falo, simplesmente, que ao coagir e proibir o doping estão sendo dadas as condições de possibilidade para ele ser concretizado, como se ele fosse o fora das sanções e prescrições morais que determinam o lícito e o ilícito. Quero dizer que não há um fora, pois a própria construção de significados e valores sobre o doping faz parte do estabelecimento das condições de possibilidade que dão corpo às diferentes maneiras do doping acontecer. Nas políticas do antidoping, são engendrados dispositivos técnicos e simbólicos de gestão do corpo e de manutenção das representações sobre o corpo, responsáveis por constituir uma lógica coerente que arregimenta o esporte e valores como saúde, igualdade e justiça. Ou seja, descrever como, através da produção de inúmeros mecanismos de controle, a luta contra o doping busca gerir sobre uma heterogeneidade de agentes, produzindo versões singulares sobre as práticas de dopagem, o corpo do atleta e o esporte de maneira geral, bem como, controlando os fluxos de associações empreendidos pelos inúmeros agentes constituintes de tal heterogeneidade, enfatizo que nessa perspectiva a associação atleta/substância dopante é apenas uma das maneiras pelas quais o doping torna-se possível e, particularmente, a sua versão mais difícil de ser descrita.

No capítulo anterior, o problema do doping foi abordado a partir da performance de ponta e descrito como um agente integrado a um coletivo sociotécnico agenciado na constituição da alta performance. Naquele contexto, as substâncias que aqui compõem este agenciamento, demarcadas como doping, não podem ser compreendidas a partir do limite que determina entre doping e antidoping, mas através de seu efeito diferencial, das potencialidades que atletas procuram agenciar através de sua utilização em relação aos outros elementos componentes do coletivo. Através destes procedimentos de purificação agenciados pelas estratégias antidoping, outras ontologias para o atleta, para a substância e, no limite, para o esporte são performadas, evidenciando esses momentos nos quais *anthropological problems* são colocados e cabe a estas estratégias oferecerem

soluções capazes ao reiterar limites morais, mas também físicos, manter o seu poder de agenciamento sobre os corpos.

Parto desta aparente tautologia do antidoping para afirmar que não há circularidade nas relações entre doping e antidoping. A minha intenção é descrever como o doping é performado (Callon, 2006; Mol, 2002) através dos procedimentos instaurados pelo antidoping, sejam procedimentos de padronização de marcos legais ou métodos de detecção, monitoramento e comprovação do uso de doping, atentando para o papel destas instituições na constituição do doping como um arranjo sociotécnico que visa controlar a heterogeneidade de práticas articuladas por atletas e treinadores a partir da disposição de substâncias consideradas dopantes, ou como a regulamentação e a produção de mecanismos de controle são indispensáveis para a formação de uma narrativa abrangente e singular sobre o doping, que reúna seus vieses moral, sanitário e esportivo, transformando-o em um objeto coerente. Contudo, ao ser performada, cada versão do doping é apresentada como uma positividade descrita através dos seus diferentes efeitos. Assim, o doping deixa de ser concebido como este fora, resultado da circularidade do próprio antidoping, para ser compreendido como aquele que precisa ser constantemente nomeado pela luta antidoping para poder ser controlado. Mas, nesses movimentos de produção de versões do doping, ou, parafraseando Annemarie Mol, maneiras de fazer o doping, várias realidades múltiplas são acessadas, ordenadas e até criadas.

Como trabalhado por Mol e Law em *Complexities: an Introduction* (2002), a noção de multiplicidade aparece como uma perspectiva que desestabiliza os *tropos* da simplificação, como a racionalidade moderna, que reduzem realidades extremamente heterogêneas a fim de controlá-las. O ponto inicial para lidarmos com estas realidades heterogêneas sem cairmos nas usuais simplificações é partir do reconhecimento de que não existe somente uma forma de ordenarmos fatos e representações. Ao evidenciarmos a existência de muitas ordens possíveis, deixa de ser tão fácil produzir simplificações. No caso da abordagem sobre o doping a partir das estratégias antidoping, toda versão descrita depende de um fechamento, portanto, da determinação de uma realidade contingente. Contudo, na prática, a partir destas determinações, novas multiplicidades fazem-se presentes. Ao antidoping é dada a difícil tarefa de simplificá-las, arregimentá-las e garantir a manutenção e reprodução do ordenamento. Nessa direção, falar em multiplicidade é falar, principalmente, em coexistência, em coexistir no mesmo presente

em mais de uma dessas ordens, ressaltando que mesmo as estratégias antidoping produzem uma série numerosa de versões do doping, portanto, fazendo emergir um novo problema referente à necessidade de ordenar e coordenar essas várias versões, estabelecer a sua comunicação, simultaneamente, a constituição dos espaços nos quais elas devem ser performadas.

De acordo com Callon (2006), o conceito de performatividade ou performance pretende responder ao paradoxo presente nas proposições que visam descrever e participar da construção da realidade, paradoxo comum aos enunciados científicos e também aos enunciados religiosos.

The concept of performativity affords a way out of the apparent paradox of this statement.(...) How can a discourse be outside of the reality that it describes and simultaneously participate in the construction of that reality as an object by acting on it? To this paradoxical question the concept of performativity provides a convincing and general answer. (p.7)

Ressalto que os enunciados empreendidos pelos agentes envolvidos na luta contra o doping padecem do mesmo paradoxo que as fórmulas científicas discutidas pelo autor. Ao mesmo tempo em que tentam descrever e demarcar uma realidade, pretendem agir sobre ela. Através dos processos empreendidos na estabilização da demarcação entre doping e antidoping que a lista de substâncias proibidas publicada pela Wada promove, uma versão considerada abjeta do doping está sendo efetuada. Os autores vinculados à ANT ressaltam que a saída para compreender a função desse paradoxo está em uma mudança de eixo do enfoque sociológico e antropológico pelo qual abordamos estes enunciados. É necessário atentar para as inúmeras entidades materiais³⁰ indispensáveis para a composição e a modelação destes agenciamentos sociotécnicos, como textos, sangue, anabolizantes no caso do antidoping, bem como a identificação de todas estas entidades como verdadeiros fluxos, nunca plenamente formatados e estáveis. Em outras palavras, estes agentes materiais estão em constante mutação. Ou seja, para que cada nova versão do doping passe a existir historicamente (Hacking, 2001), é necessária a articulação de uma série de elementos materiais e conceituais, em conjunto, com a constituição de determinadas modalidades de relações

30 Para autores como Latour (2000) e Law (1999) a tecnologia tem a capacidade de “tornar a sociedade durável”, portanto, sociedade e tecnologia são produzidas mutuamente, não existindo anterioridade.

éticas e de poder, que são fundamentais para ordenar estes diversos elementos e manter a estabilidade dos efeitos destas versões.

É nessa direção que considero interessante acompanhar os diferentes fluxos traçados pelos coletivos sociotécnicos implicados a partir e através da luta antidoping. Dessa forma, problematizar as tecnologias de dopagem a partir da perspectiva dos ordenamentos instáveis realiza uma mudança de direção teórica e metodológica. Esta perspectiva visa colocar foco sobre os objetos, suas disposições e associações tornadas possíveis a partir de determinadas condições de possibilidades historicamente contingentes. Ou, nas palavras de inspiração foucaultiana de Ian Hacking, as ontologias históricas que não têm precisamente uma unidade, mas que, no caso particular do antidoping, dependem de procedimentos de purificação, padronização e coordenação para “*passarem a existir*”. Dessa forma, esses objetos e representações não existem por si mesmos, eles estão continuamente sendo produzidos e rearranjados, performados em suas realidades presentes e singulares. Portanto, estão sempre investidos em processos de atualização nos quais o doping é precipitado a partir da conjugação desta diversidade de elementos.

O problema a ser colocado é de como se dão estes processos de performance de objetos materiais e representações sociais, como são produzidos e geridos estes ordenamentos responsáveis por regular e capturar uma infinidade de diferenças e, no caso do doping, capazes de estabelecer práticas esportivas normalizadas. Entre as referências que analisam especificamente as políticas empreendidas no combate ao doping, Trabal (2009) ressalta a necessidade de que, ao descrevermos o doping, devemos manter o foco não simplesmente nas tipologias produzidas pela agência, mas nos coletivos envolvidos na formação e estabilização dessas tipologias. Um exemplo dessa articulação entre definir e fazer o doping é encontrado no último Plano Estratégico. Publicado, no final de 2010, pela Wada e com vigência entre 2011-2016, este documento tem a função de alinhar os projetos e os valores da agência. Na conclusão do texto que introduz este relatório de planejamento, é trazida grifada uma frase do então presidente da Wada, John Fahey, que pretende definir o compromisso da agência em consonância com os valores fundamentais do esporte e da saúde. Esta é, certamente, apenas uma das muitas maneiras através das quais o trabalho e compromisso da Wada são definidos. Na série de documentos analisados durante esta

pesquisa, não é a minha intenção abordar a variação destes anúncios de comprometimento.

WADA is committed to protecting the rights of clean athletes, where hard work and talent are justly recognized and doping cheats are exposed for what they are. Clean sport is fundamental to a healthy society and sets the best example for future generations of athletes. (2010, p.3)

Na citação acima, o executivo da agência mundial antidoping expõe os esforços e compromissos da entidade que dirige e relaciona o que ele chama de esporte limpo com a constituição de uma sociedade saudável, o que envolve a proteção do direito dos também nomeados atletas limpos. O mais interessante é que o próprio presidente define o atleta limpo em contraposição aos “*doping cheaters*”, distinguindo entre aqueles atletas que se dedicam ao trabalho duro e ao seu talento e os outros que preterem o trabalho árduo e saudável do esporte aos efeitos e atalhos das substâncias proibidas. Na verdade, os elementos destes conjuntos que expressam os objetivos da Wada variam, mas são elementos interessantes para compreendermos o tipo de reiteração produzida pelos empreendimentos da agência e o tipo de ação em que está engajada. De certo modo, neste capítulo e no seguinte, objetivo descrever o que e como é possível a realização deste nó dado pelo presidente da Wada, que ata sociedade saudável³¹ e a luta antidoping ao mesmo tempo em que contrapõe o talento à trapaça do doping, levando em consideração as sugestões de Mol e Callon ao enfatizar as materialidades às quais a luta antidoping agencia para levantar o problema do doping e tentar resolvê-lo. Em outras palavras, ir aos dispositivos empreendidos por estas estratégias para consolidar e controlar o doping – dispositivos como os mecanismos de controle envolvidos no trabalho de monitorar grupos de atletas suscetíveis ao uso do doping, como é o caso do Athlete Biological Passport até as campanhas de educação e moralização da conduta de jovens atletas.

Na incessante tarefa de fazer o doping acontecer através dos seus esforços de demarcação, os documentos publicados pela Wada são os artefatos necessários à coordenação e “*harmonização*” de uma estratégia de combate antidoping que se pretende global. A publicação contínua de relatórios, manuais de padronização de procedimentos, listas de substâncias proibidas e revistas de divulgação têm um papel

31 Este mesmo é um termo de grande ambiguidade, que torna indissociável o significado de uma sociedade moralmente saudável e de uma sociedade de pessoas consideradas saudáveis.

central de condução destas estratégias. Em muitos momentos, parece que a função da Wada é, justamente, publicar e divulgar documentos em uma incessante tarefa de regular procedimentos, autorizar agentes, ao mesmo tempo em que define o doping e seus perigos, ou os limites da presença de certas substâncias no corpo dos atletas. Portanto, esses documentos não estão dispostos aqui na intenção de demonstrar como eles constituem espaços de enunciação do doping, não são apresentados em decorrência da sua capacidade de comunicar sobre o doping, mas de ordenar o que é entendido como doping e em sua constituição como um problema global. As relações implicadas pela sua textualidade (Tirado; Domenech, 1999), transformam-nos em verdadeiros *actantes*. Sejam textos impressos ou publicados na internet, é através de sua elaboração, publicação e circulação que seus efeitos são produzidos. Em outras palavras, encaro estas publicações como instrumentos de ordenação sem os quais a tarefa de ordenar o doping para poder enunciá-lo e combatê-lo seria impossível. Entre publicações escritas e audiovisuais, os textos não são apenas referências, mas os próprios procedimentos de purificação sendo executados. Como ficará claro a seguir, grande parte da luta contra o doping é realizada através de documentos que estabelecem marcos. Sejam eles legais institucionais ou procedimentais, não são apenas os rastros deixados por este combate pelo poder de agenciamento dos corpos, mas alguns dos artefatos que são produzidos na tentativa de performar a distinção entre substâncias permitidas e proibidas.

Ao identificar no esforço permanente de sua luta o objetivo de proteger os direitos dos atletas considerados *limpos* da ameaça imoral do doping, essa luta reforça certas representações e valores morais como o talento e o trabalho duro, saúde e justiça. Como qualquer estratagem, os empreendidos pelo combate antidoping precisam produzir controles capazes de manter todas essas diversas associações integradas, a produção do próprio doping depende deste acerto. Não é à toa que ele é dado através do estabelecimento de uma luta contra o doping. Nesse sentido, luta significa mais do que perseguir os atletas considerados trapaceiros, implica na modalidade de relação que pretende ser instaurada através desse agenciamento. Uma nova forma de luta antidoping emerge junto com a Wada no início dos anos 2000 e tem como particularidade a capacidade de constituir e estabilizar o doping como problema, em uma magnitude anteriormente impossível, aliando governos nacionais, agências esportivas, entidades internacionais, laboratórios privados e atletas em torno desse problema que deixa de ser apenas esportivo e ganha contornos de questão de saúde pública e tráfico de

entorpecentes, implicando também na emergência de determinadas entidades que só ganham sentido e estatuto através do estabelecimento deste agenciamento. Portanto, os dopings, em suas mais diversificadas versões, são entidades materializadas e efeitos de variadas, mas específicas, relações empreendidas entre agentes humanos e não humanos.

3.3 - Como enfrentar um novo problema?

O final da década de 1990 foi um período de grandes e ruidosos escândalos envolvendo doping e de mudanças fundamentais no escopo do combate antidoping, implicando na reconsideração das estratégias implementadas, como o estabelecimento de novas instituições e a incorporação de novos e importantes agentes para frente de luta. O problema do doping ganha não apenas uma nova abrangência, mas novas condições de possibilidade à sua emergência e estabilização são trazidas ao jogo. O doping emerge como um problema completamente novo, trazendo a necessidade de outras soluções e o empreendimento de estratégias até então inconcebíveis. De acordo com Houlihan (2007), o regime das políticas antidoping da passagem das décadas de oitenta e noventa pode ser caracterizado pela fragmentação dos esforços e pela escassez de recursos, ou seja, pela total falta de articulação entre os agentes envolvidos que expunha a grande limitação dos esforços empreendidos no combate ao doping.

Os registros sobre o consumo de substâncias proibidas no esporte eram assustadores. Segundo (Hanstad; Waddington, 2009), dados das empresas farmacêuticas revelavam que, nos primeiros anos da década de noventa, havia sido vendido mais de quatro bilhões de dólares em Eritropoietina. Como medicamento, a EPO é utilizada em casos agudos de anemia causados por tratamentos de quimioterapia, HIV e insuficiência renal. Entre atletas, ela é utilizada para aumentar a quantidade de glóbulos vermelhos no sangue e, com isso, o aumento do nível de oxigenação, fazendo com que eles suportem provas de grande exigência aeróbica. Apesar dos números indicarem um alto grau de consumo entre atletas e não atletas, o número de casos de doping acusados pelos procedimentos do controle de dopagem era irrisório.

Frente a esta imagem alarmante de grande consumo de drogas de desempenho, o esporte, compreendido por suas instituições gestoras, aparece completamente vulnerável e incapaz de impedir o avanço do uso destas substâncias. O doping emerge como um problema irreversível, um mal sem volta e sobre o qual as agências esportivas –

entenda-se o COI – não tinham controle. Naquele contexto, a imagem das agências esportivas e de seus mandatários era de extrema ambiguidade, as imagens do Comitê Olímpico Internacional e do seu então presidente Juan Antônio Samaranch estavam completamente desgastadas. Como salientado por Hobermann (2001), Samaranch era acusado de comercializar os jogos olímpicos e de ter convertido o movimento olímpico em um meio de ganhar dinheiro, subsidiado pelas grandes empresas de material esportivo e pelas redes de televisão norte-americanas. Por sua postura em relação ao doping, o COI era identificado pela frouxidão do seu regime de controle e pelo seu tratamento como um problema de relações públicas que ameaçava os seus lucrativos contratos. Sobre o COI, recaía certo ar de suspeita devido à sua aparente conivência com o uso de doping somado ao fato dos testes de controle de dopagem aplicados pelo Comitê, durante as competições esportivas, não apresentarem resultados satisfatórios.

Nos jogos olímpicos realizados entre 1968 e 1996, dos mais de 54 mil testes realizados apenas 52 acusaram positivo para o uso de substâncias proibidas³², 0.0001% dos testes realizados, um número aparentemente discrepante. Essa suspeita tinha como base a morosidade das políticas implementadas pelo COI e a baixa quantidade de investimentos realizados no desenvolvimento de tecnologias de controle, aparentemente³³, a formação de uma estratégia pública de moralização sobre o consumo de doping traria inevitáveis perigos ao COI: exporia atletas importantes e colocaria em xeque a relação com os seus patrocinadores ao diminuir drasticamente o número de recordes quebrados a cada evento. Essa postura de conivência e morosidade do COI é o que Waddington e Smith (2009) chamam de cultura de tolerância.

Nesse contexto de descrédito das instituições esportivas e de dubiedade de seu regime antidoping é que os eventos ocorridos no Tour de France de 1998 ganham em proporção e demarcam a necessidade de mudança na forma de problematização do doping e na amplitude das estratégias estabelecidas. Um escândalo de doping, conhecido como Caso Festina, no evento mais importante do calendário anual do ciclismo, serviu para demonstrar que doping estava fora de controle, sendo utilizado

32 Dados de 2012, os números de casos positivos subiu para quase 2% e são realizados mais de 200 mil testes anualmente, dados do último relatório anual da Wada.

33 Cabe salientar que a fundação do Ladetec no Brasil foi uma exigência realizada pela FIFA, em decorrência da realização da Copa América de Futebol em 1989. O que deve ser ressaltado é a fragmentação dos esforços, como no caso da FIFA e de outras federações esportivas sem a coordenação.

indiscriminadamente em inúmeros esportes, bem como para explicitar a incapacidade das agências esportivas em “limpar a sua própria casa” (Hanstad, 2009). Um esquema envolvendo médicos de três diferentes equipes, massagistas, diretores de equipes e vários ciclistas – contudo, sem ter um único ciclista sido detectado pelos métodos de controle de dopagem, o que expôs todas as limitações das políticas de combate ao doping daquele período. Um sistema bem organizado de distribuição de substâncias proibidas foi desvelado por ações realizadas pela polícia francesa e pela Aduana Francesa, que encontraram substâncias dopantes em hotéis e veículos de quatro diferentes equipes competidoras. Entretanto, os infratores não foram autuados pelas regulamentações da Federação Internacional de Ciclismo ou pelo COI, mas pelos regulamentos da legislação francesa antidoping. Quero ressaltar o que afirmei anteriormente, que este acontecimento, como os outros trazidos nesta sessão, não são propriamente marcos de uma mesma luta antidoping que demarcaria mudanças em sua trajetória e enfoque. Eles são abordados a partir de seus efeitos em um sentido próximo ao dado por Sansi (2013) ao ressaltar a co-extensividade entre as noções de actante e evento, ele indica que todo *actante* é um evento único. O interesse antropológico está, justamente, em descrever os efeitos transformativos de tais acontecimentos/actantes: a partir deles é possível descrever tanto as configurações contingentes quanto as articulações implicadas na constituição do doping como problema, explicitar o peso de determinados agentes em sua capacidade de aglutinar e produzir soluções para o problema emergente.

A partir das particularidades e da magnitude do escândalo do Tour de France 98, o Comitê Olímpico Internacional viu na proposição de uma conferência mundial contra o doping realizada em sua cidade sede, Lausanne, a possibilidade de reaver credibilidade e condição moral frente à comunidade esportiva. Ao propor reestabelecer o seu papel de liderança no combate ao doping, o COI via na reafirmação de sua centralidade a chance para sair da crise então instaurada. A agenda da conferência foi completamente formulada pelo COI com o intuito de impossibilitar a formulação de espaços de oposição e crítica às políticas da instituição. Naquela oportunidade, o Comitê propôs a formação de uma nova agência que deveria ser dirigida pelo presidente do COI. O conselho desta nova agência seria constituído por representantes do COI, das Federações Internacionais (os quais poderiam ser também membros do COI), Comitês Olímpicos Nacionais e atletas designados pelo comitê de atletas, novamente, do COI.

Ainda haveria a participação de representantes dos patrocinadores da indústria farmacêutica e da indústria de bens esportivos. As últimas três cadeiras do conselho seriam ocupadas por representantes de organizações governamentais internacionais.

No entanto, como descrito por Hanstad e Waddigton (2009), esse plano não teve êxito. Após uma manhã de discursos elogiosos a Samaranch, o ministro dos esportes inglês Tony Banks, em nome de outros quinze ministros europeus e com o apoio de representantes dos governos dos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, empreendeu uma série de críticas ao COI e ao seu presidente, enfatizando a sua falta de *accountability*, democracia e honestidade (The Guardian, 07/02/1999), rejeitando a proposta inicial de liderança do COI, bem como a participação de representantes da indústria farmacêutica e de corporações patrocinadoras. Junto a esta contestação, foi reivindicada a constituição de uma agência independente com um conselho composto pelo mesmo número de autoridades governamentais nacionais e internacionais e de representantes de confederações esportivas e atletas, prevendo o seu financiamento compartilhado entre governos e movimento esportivo. Entre os questionamentos sobre a autoridade moral do COI e as acusações de incapacidade de coordenar as ações antidoping, a proposta realizada pelos representantes dos governos trazia à cena novos agentes, como a União Europeia e a Organização Mundial da Saúde (OMS) e reconfigurava a importância e as funções das antigas autoridades. Com a introdução destas novas entidades no coletivo de instituições responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias de combate ao doping, este deixa de ser um problema particular do esporte e passa a figurar entre os problemas de saúde pública respondidos pelas políticas estatais. O aumento do uso de anabolizantes e drogas de desempenho é concebido como um problema mais abrangente do que o restrito ao esporte: atletas de ponta figuram juntos com atletas amadores, mulheres e adolescentes entre os integrantes da população de risco que chama atenção dos Estados europeus e americanos e transforma sua plataforma de atuação.

A Conferência Mundial Antidoping realizada em Lausanne, em 1999, termina com a publicação da primeira declaração mundial antidoping.. Ressalto que esta não é a primeira declaração contra o doping, mas a primeira em que uma associação entre governos nacionais e agências esportivas propõe a coordenação de suas ações através da formação de uma agência antidoping que atue mundialmente e de forma independente. Desta declaração, trago o artigo 4, responsável por estabelecer as diretrizes para

formação desta agência e os novos papéis e responsabilidades das agências esportivas neste regime de combate ao doping que começava a tomar forma naquele momento.

4. International Anti-Doping Agency: An independent International Anti-Doping Agency shall be established so as to be fully operational for the Games of the XXVII Olympiad in Sydney in 2000. **This institution will have as its mandate, notably, to coordinate the various programmes necessary to realize the objectives that shall be defined jointly by all the parties concerned. Among these programmes, consideration should be given in particular to expanding out-of-competition testing, coordinating research, promoting preventive and educational actions and harmonizing scientific and technical standards and procedures for analyses and equipment.** A working group representing the Olympic Movement, including the athletes, as well as the governments and inter-governmental organizations concerned, will meet, on the initiative of the IOC, within three months, to define the structure, mission and financing of the Agency. **The Olympic Movement commits to allocate a capital of US \$25 million to the Agency.** (COI, 1999)

Naquele momento, esses diferentes atores começavam a traçar uma nova forma de estabelecer o problema do doping ao reconhecer em seu modo de funcionamento um sistema extremamente bem organizado e eficiente e, em sua extensão, a amplitude de um problema de saúde pública e não apenas de um problema de moral esportiva. O referido artigo sintetiza a extensão da solução encontrada para dar conta desse problema, a constituição de uma instituição que atue mundialmente. No documento, era estabelecido que a organização proporcionasse a coordenação dos vários esforços necessários para concretizar os objetivos de um programa que visava atuar mundialmente em contraposição ao doping. Se o COI era constantemente criticado pela falta de integração de suas políticas, a emergência dessa nova instituição buscava, justamente, levar a coordenação e o equilíbrio desses esforços a uma condição mais abrangente. Portanto, os poucos e suspeitos esforços realizados pelo COI seriam substituídos por um programa mundial antidoping – *World AntiDoping Program* (WADP) – que teria na Wada a instituição responsável por determinar as responsabilidades de todos componentes e coordenar todos os esforços, fossem eles a distribuição dos testes de controle de dopagem, distribuir e definir a alocação de investimento em pesquisa científica e a promoção de ações educacionais.

Contudo, objetivamente, com a introdução e centralidade dada às entidades governamentais nacionais ou internacionais nesse novo programa de combate ao doping, a rede de instituições responsáveis por desenvolver as estratégias e implementar a luta antidoping ficou mais heterogênea. Aqui, rede não é um conceito antropológico, mas um termo êmico. À Wada é dada a função de gerir esta rede e torná-la global, ou

seja, coordenar tecnologias, prescrições morais, instituições, investimentos e atletas de forma a prevenir e detectar um número maior de casos de doping, seja ao constituir-se como uma grande central de dados responsável pela circulação dos resultados dos testes de dopagem ou levando os valores do combate ao doping a longínquas áreas do planeta através do seu plano de desenvolvimento de organizações regionais antidoping (Rados). Portanto, essa transformação – a passagem da liderança da luta antidoping do COI para a Wada – sugere a criação do espaço de centralidade que o COI não conseguiu estabelecer e, muito menos, estabilizar. Formar uma agência que pretenda agir mundialmente depende da produção do que poderíamos chamar de um ponto de passagem obrigatório (Callon, 1987; Law, 1992): à Wada não é dada apenas a função de coordenar e desenvolver estratégias em um nível mundial, mas é preciso que as próprias condições sociotécnicas para efetuar uma ação nessas proporções sejam arranjadas. Daí a emergência de uma nova forma de problematizar o doping através da constituição da Wada, que, além de responder a um problema sanitário, sugere um âmbito de atuação e eficiência jamais agenciado em um nível mundial.

Dar nova forma e magnitude ao problema do doping colocou uma série de dificuldades legais: os governos não poderiam estar sujeitos aos auspícios de um documento não governamental como o código mundial antidoping. Fez-se necessário dar um segundo passo para alinhar as políticas locais de cada país com as determinações e princípios do código. Primeiramente, 182 nações assinaram a Declaração de Copenhagen indicando o seu comprometimento e, em outubro de 2005, em Paris, durante a 33ª Conferência Geral da UNESCO, este comprometimento inicial foi ratificado de forma unânime pelos participantes que assinaram a Convenção Internacional Contra o Doping no Esporte, obtendo uma ferramenta prática em seu alinhamento com o código. A luta antidoping ganha os contornos legais que permitiriam tratar o doping como um problema de saúde pública e integrá-lo nas políticas públicas dos diferentes países, envolvendo a cooperação de agências esportivas, os governos e entidades intergovernamentais, permitindo o acesso irrestrito aos seus programas e a estruturação da rede de especialistas e laboratórios que dão vazão para que os procedimentos de controle de dopagem sejam realizados de forma cada vez mais integrada.

A reafirmação do doping como um problema mundial contra o qual é necessário oferecer novas formas de combatê-lo, através da aceitação quase completa dos países

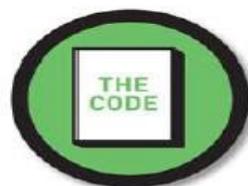
participantes da Unesco, é um passo importante na busca da Wada por estabilizar-se como agente central de formulação do problema e em sua capacidade de lutar contra o doping. Com o consentimento dos estados nacionais que a Declaração de Copenhagen sanciona, é dado à agência o poder de fechar o cerco, exercer o seu agora reforçado papel de polícia, adentrando fronteiras e assim impedindo que atletas pudessem se refugiar em algum lugar onde a legislação os protegeria da interpelação da agência.

Na terceira edição da revista *Play True* em 2003, o Programa Mundial Antidoping é caracterizado pela atuação em três diferentes níveis estabelecidos através da publicação dos documentos que padronizam a atuação da Wada e suas signatárias. Chamo atenção para esta imagem, pois, como salientei anteriormente, a luta contra o doping é representada como uma espécie de pirâmide de documentos que, articulados de forma integrada, definem o escopo do Programa Mundial Antidoping e balizam o seu funcionamento eficiente. O primeiro e mais abrangente estágio é constituído pela publicação e contínua adaptação do Código Mundial Antidoping que, pela primeira vez, pretende homogeneizar todas diretrizes do combate ao doping padronizando regulamentações e punições. No segundo nível estão os padrões internacionais que regulam o funcionamento de laboratórios, a realização de testes, as exceções de uso terapêutico de substâncias ilícitas e, por último, no terceiro nível, os modelos de Best Practices, como protocolos e formulários de padronização.

The Three Levels of the World Anti-doping Program

To download the documents below and to learn more about harmonization in the fight against doping in sport, visit WADA's Web site at: www.wada-ama.org

Level 1: The World Anti-doping Code



THE WORLD ANTI-DOPING CODE

Level 2: International Standards



THE PROHIBITED LIST

THERAPEUTIC USE EXEMPTIONS

TESTING

LABORATORIES

Level 3: Models of Best Practice



Figura 4: Encontramos o Programa Mundial Antidoping (WADP) representado através da pirâmide de documentos, que regulamentam a sua atuação desde o estabelecimento de um marco legal através do desenvolvimento do código até a elaboração dos manuais e formulários responsáveis por padronizar a realização de testes de dopagem e procedimentos laboratoriais.

Os documentos dos dois primeiros níveis são mandatários, ou seja, definem as diretrizes e harmonizam regulamentações, dando consistência legal a esta renovada associação entre esporte e autoridades públicas. Enquanto os protocolos e formulários do terceiro são recomendações e têm o papel de facilitar a implementação do código dentro das especificidades de cada signatária. Encontramos um movimento de complexificação desses níveis em direção às especificidades cada vez mais práticas, mas que também precisam ser padronizadas para que a coordenação seja efetuada. Seguindo esses três níveis de cima para baixo, como a própria imagem apresentada na

revista sugere, vamos do código às prescrições detalhadas dos guias operacionais aos procedimentos ordenados através dos formulários que buscam padronizar a interface entre o atleta e a agência.

O que chama a minha atenção em um primeiro momento, entretanto, é que o papel desses documentos na atuação de uma agência é como se a luta antidoping acontecesse mediada a partir e através dos documentos. Eles são os artefatos performativos que têm como função harmonizar a luta antidoping e constituir o espaço central reivindicado pela agência. Cada documento é um mediador específico que padroniza, impõe e estabiliza o seu papel como coordenador das estratégias contra o doping, ao mesmo tempo em que define os limites e características do problema. Se a luta antidoping, a partir de 1999, pretende-se global por dar novo conteúdo ao problema e estabelecer as direções de um combate que quer ser realizado mundialmente, os artefatos empreendidos por ela precisam produzir efeitos nesse âmbito. Portanto, depende da capacidade dessas publicações serem eficientes em reiterar os valores demarcados e divulgados pela luta antidoping, seja através da contínua publicação e divulgação de documentos, como o Código Mundial Antidoping e a lista de substâncias proibidas, ou na utilização de documentos protocolares, formulários e guias operacionais voltados à resolução de problemas técnicos, como os parâmetros para a análise de testosterona dos testes que compõem o *athlete biological passport* (ABP), dispositivo de monitoramento que será analisado no capítulo seguinte.

É nesse sentido que considero interessante introduzir a articulação entre a perspectiva analítica da performatividade (Callon, 2010) com a atenção sobre a produção e estabilização dos dispositivos de poder, como reivindicado por Herve Durez (2011). Para ele, é necessário que a abordagem da performatividade desenvolvida recentemente por Callon readquira a mesma atenção com as relações de poder presente em seus trabalhos da primeira metade dos anos oitenta e tão relevante naquele momento de introdução da teoria ator-rede e, em particular, o que Callon chama de sociologia da translação. Durez atenta para a explícita conexão entre a perspectiva de Callon e a análise foucaultiana dos dispositivos³⁴³⁵ – estes teriam uma natureza híbrida, compostos

34 Segundo ele representadas pelos termos aparato, dispositivo e artefato. Cabe salientar que a crítica realizada por Durez à Callon reside no que ele identifica como uma perda no próprio desenvolvimento dos estudos de Callon que teriam perdido esta referência inicial mais explícita a obra de Foucault. Em *Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay (1986)*, Callon distingue quatro momentos de um processo de translação, o primeiro é definido como problematização (ou como tornar-se indispensável) é o momento no qual é

pelo dito e pelo não dito, são, na realidade, relações complexas estabelecidas entre agentes heterogêneos. Um dispositivo estabelece conexões entre elementos que produzem efeitos transversais tanto em uma dimensão geral – o programa de uma instituição, como no caso da Agência Mundial Antidoping e as suas estratégias para promover a coordenação de todas as suas signatárias – quanto local, arregimentando e controlando particularidades dos procedimentos de testagem e análise de amostras.

No entanto, antes de entrar nas especificidades dos aparatos produzidos e implementados pelo antidoping, considero fundamental, para compreendermos determinados deslocamentos efetuados por eles, enfatizar três aspectos dos dispositivos salientados por Agamben (2008), quando este fala do potencial estratégico deste termo para o pensamento de Foucault – e determinante a partir do momento em que o filósofo francês passou a estudar a emergência de determinadas formas de governo. Em primeiro lugar, o dispositivo articula uma rede³⁶ de elementos heterogêneos, como medidas administrativas, procedimentos científicos, prédios, papéis, prescrições morais, entre outros elementos, como reivindicado por Durez. Em seu segundo aspecto, ele responde a uma urgência histórica e, por isso, tem uma função estratégica determinada. Por último, produz-se no cruzamento entre relações de poder e saber com o objetivo de fazer prevalecer certas relações de força.

ressaltada a constituição de uma identidade do agente frente a uma situação complexa, na descrição realizada por ele, são os cientistas tentando estabelecerem se como figuras centrais em um processo de domesticação de vieiras, a questão era como eles fazem para fazer com que o seu conhecimento torne-se indispensável naquele contexto. Este é o momento da problematização enfatizado por Callon, que Durez considera diminuído na continuação das análises de Callon e que a ênfase no estudo dos dispositivos é capaz de evidenciar. Alguns destes processos de estabilização que através da perspectiva da performatividade não são claramente demonstrados.

35 Ainda devo ressaltar que no texto que uso de base para abordar a noção de performatividade, Callon nomeia estas realidades heterogêneas como *agencements* (agenciamentos) em uma referência a noção cunhada por Deleuze e Guatarri (1995). Em *Desejo e Prazer* (1994), Gilles Deleuze estabelece as diferenças entre a noção de agenciamento e de dispositivo, conquanto este texto estabelece um tom elogioso sobre a análise dos dispositivos proposta por Foucault, ele reivindica para aos agenciamentos características mais complexas e movediças do que aos dispositivos. Enquanto os dispositivos focariam no estabelecimento e assentamento de regimes de poder com uma forte ênfase em seus processos de estabilização, os agenciamentos teriam a capacidade de demonstrar as linhas de fuga que compõem estes regimes abrangentes. Com isso, considero que esta observação deve ser reconhecida como intenção de Callon ao remeter aos agenciamentos. Contudo, ainda considero que para o caso do estabelecimento do doping como problematização esta aproximação reivindicada por Durez pode ser de extrema utilidade, como desenvolverei a seguir.

36 Pelo menos na tradução da entrevista de 1977 publicada em *Dits et Écrits tome III*, Foucault compara o dispositivo a uma rede.

Para Durez, é justamente no segundo aspecto, o aspecto da urgência histórica, que fica explícito o caráter estratégico da produção e do estabelecimento dos dispositivos e que acaba ganhando pouca relevância na perspectiva da performatividade. Nessa direção que venho desenvolvendo sobre a emergência do doping como uma problematização do esporte, é fundamental ressaltar o aspecto de urgência dos dispositivos, pois estes surgem, simultaneamente, como formas de estabilizar o problema emergente e como soluções a ele. Se eles não são soluções definitivas para as dificuldades colocadas pelo doping, eles apresentam opções de contraposição ao doping. Com isso, coloca-se a necessidade de atentarmos para dois diferentes momentos: o do surgimento do dispositivo e o da sua tentativa de estabilização, uma estratégia que envolve articular novos e heterogêneos agentes, implicando em séries de continuidades e descontinuidades ou, para usar mais uma expressão de Mol, interferências. Como qualquer estratagema, o desenvolvido pela Agência Mundial Antidoping precisa produzir um controle capaz de manter todas essas diversas associações integradas – a produção do próprio doping depende desse acerto, pois estabilizar os dispositivos é estabilizar a própria extensão do problema.

Ao falarmos de performatividade, os dispositivos são aspectos essenciais. Sobre eles está a responsabilidade de fazer com que realidades complexas e heterogêneas sejam reduzidas, ordenadas e controladas. Ao remontar a genealogia teológica do termo *dispositio*, através da noção de *oikonomia teológica*, Agamben (ibid) encontra em sua positividade uma “*pura atividade de governo (pg38)*”, sua capacidade de coordenar um conjunto de saberes, medidas, práticas e instituições, “*(...) cujo objetivo é governar, gerir, controlar e ordenar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens (p. 39)*”. Nesse sentido, mediação e governo se confundem: a capacidade de um determinado agente de possibilitar, mediar e replicar uma série de relações entre uma variedade de agentes é também a sua capacidade de ordenar as suas posições e de estabelecer os seus limites. Assim, determinados dispositivos produzem efeitos de coerência necessários à estabilização de certos modos de governar homens e objetos, ordenar seus gestos e pensamentos³⁷. A declaração do ex-presidente da Wada, citada

³⁷É importante salientar, que entre as referências a TAR que utilizo aqui, a noção de tradução, translação e interferência são essenciais para pensarmos essas capacidades de mudança e transformação implicados pelas relações sociotécnicas. É neste mesmo sentido que penso as estratégias antidoping, ao introduzirem novas peças e ao tentarem coordenar em um novo âmbito o combate ao doping, dispositivos são produzidos e introduzidos neste amplo coletivo que envolve o antidoping e realizam novas traduções. Enfatizo aqui a noção de governo para ressaltar a ideia de ordenamento e de produção de um melhor

anteriormente, explícita uma dessas possíveis formas de dispor gestos, pensamentos e valores morais, ordenar entre saúde e doping, atletas talentosos e *doping cheatears*, no limite fazer do “esporte limpo” a característica de uma “sociedade saudável”, em vista de determinar o marco moral que conduz a luta empreendida pela Wada e seus signatários. Poucos ou impotentes dispositivos limitam o estabelecimento e continuidade das performances da realidade e, portanto, de reiteração dos valores fundamentais de manutenção do esporte de alta performance como um dos agenciamentos centrais da atualidade. Nessa ligação entre dispositivo e performatividade encontramos a contínua tensão e instabilidade inerente a esses diversos agenciamentos que visam sedimentar o prevalecimento das políticas antidoping sobre as inúmeras práticas esportivas que as próprias estratégias de antidoping nomeiam como doping.

3.3.1-A versão global do doping

A fundação da Agência Mundial Antidoping, responsável por coordenar os esforços e determinar os novos papéis de agências esportivas e autoridades governamentais na luta contra o doping, além de promover esses rearranjos, reconfigurou o doping como forma de problematização. Agora com uma amplitude diferente, o doping entra na pauta das políticas de saúde pública de governos nacionais e agências intergovernamentais e requer o desenvolvimento de novas modalidades de dispositivos capazes de promover essa coordenação em um âmbito mundial. Na realidade, não foram simplesmente novos atores que passaram a participar da formulação das políticas antidoping, o que mudou foi a forma de ordenar o problema e articular com uma rede de atores muito mais complexa (Waddington;Smith,2009). Se, anteriormente, falávamos da dificuldade de dissociar o doping do antidoping, aqui a relação continua a mesma. Na análise realizada por Hanstad (2009) sobre o estabelecimento da Wada, ele propõe um modelo de funcionamento organizacional dividido em quatro níveis: global, internacional, nacional e individual. Compondo o que ele nomeia como *doping network* (p.4), além de introduzir novas peças às suas estratégias, em sua tentativa de agir coordenada e sistematicamente, a agência cria

governo sobre a heterogeneidade, é nesta direção que são explicitadas as novas modalidades de relação entre os velhos e novos agentes das estratégias antidoping empreendidas contra este novo problema.

novos espaços e institui novas responsabilidades para agentes presentes há muito tempo nos regimes de combate ao doping. Com esse modelo separado por níveis, ele tenta responder como as preocupações da Wada influenciam as tomadas de decisões feitas pelo atleta em seu nível particular. Ele salienta que esse modelo não é estático e nem linear: as relações entre agentes presentes em diferentes níveis são renovadas constantemente sem precisar que um agente de um nível intermediário seja requisitado. Em seu mapa de agentes e relações, Wada, COI e Unesco ocupam o nível global; Interpol, patrocinadores, jornalistas, federações internacionais e farmacêuticas estão presentes no nível internacional. Como agentes nacionais estão os governos, a polícia, os laboratórios e as ligas nacionais e no nível individual estão atletas, jogadores, famílias etc.. Essa divisão em níveis proposta por Hanstad é exemplar, assim como a sua proposta de usar a teoria da figuração elisiana para tratar dos novos processos e relações estabelecidos a partir desta nova configuração do regime de políticas antidoping.

Na realidade, Hanstad está interessado em demonstrar como Wada e atleta estão relacionados, quais dificuldades são colocadas para a administração de uma configuração que agora possui um número muito maior de agentes. Os modelos de jogos complexos propostos por Elias (1979) ajudariam a pensar essas configurações complexas sugerindo que, quanto mais heterogêneos são os modelos, maior o número de desafios e questões surgidas inesperadamente³⁸. Este enfoque é interessante, contudo, a apropriação que quero fazer desse reconhecimento da Wada como agência global não é a partir dessa aparente dimensão de atuação da Wada, mas da modalidade de estratégia que ela procura empreender. No momento em que é proposto o estabelecimento de uma agência que atue globalmente contra o doping, não é apenas uma nova dimensão de atuação que está sendo criada, mas uma nova modalidade de estratégia que está sendo implementada através da produção e coordenação destes dispositivos que buscam responder globalmente ao doping.

O global é um atributo da racionalidade moderna, ou melhor, uma pretensão dessa racionalidade. Portanto, a racionalidade moderna não é global, nem universal em si – ela é um fenômeno cultural particular com pretensões à abstração. Nessa direção,

38 Grosso modo a descrição feita por ele e Waddington sobre a conferência de Lausanne referida acima, este é o raciocínio é aplicado por eles. Em um primeiro momento o COI tentou centralizar e controlar toda agenda do evento e o revés acontece através das críticas realizadas por atores um tanto inesperados.

faço referência ao que Ong&Collier (2005) compreendem como global fazendo uma referência ao pensamento de Max Weber,

Global phenomena are not unrelated to social and cultural problems. But, they have a distinctive capacity for decontextualization and recontextualization, abstractability and movement, across diverse social and cultural situations and spheres of life. Global forms are able to assimilate themselves to new environments, to code heterogeneous contexts and objects in terms that are amenable to control and valuation. At same time, the conditions of possibility of this movement are complex. Global forms are limited or delimited by specific technical infrastructures, administrative apparatuses or value regimes, not by the vagaries of a social or cultural field. (p.11)

O que precisa ser ressaltado é essa intenção de promover mediadores capazes de descontextualizarem e codificarem contextos e objetos heterogêneos para controlá-los. Portanto, não está em contraposição a uma dimensão local, particular ou específica. Ele também é contingente e tem como objetivo atuar localmente, mas produzindo esses efeitos de abstração e de descontextualização. Desde 1999, o antidoping pretende-se global. Contudo, global não é apenas o nível de atuação que a constituição de uma Agência Mundial Antidoping pretende alcançar. Globais são os efeitos pretendidos pelos dispositivos produzidos e pelas estratégias empreendidas no combate ao doping e na tentativa de descontextualizar práticas esportivas e codificar substâncias bioquímicas e atletas. Portanto, os efeitos globais são modalidades de captura, próprios dos esforços contínuos de formalização de determinadas práticas através da publicação do código mundial antidoping e dos outros documentos que compõem o Programa Mundial Antidoping, continuamente, atualizados.

Evidentemente, sem garantia nenhuma de sucesso na reprodução e estabilização desses mediadores e de seus efeitos globais, os esforços precisam ser contínuos e precisos para assegurar a manutenção dos nós que garantem a enunciação e a efetividade do combate e do doping como problematização. Na realidade, esses efeitos agenciados pelos dispositivos da luta antidoping que chamo de globais acontecem localmente, respondem a contingências locais, não são simples recodificações, mas modos de estabelecer novas relações a partir dessas substâncias e atletas, iniciar e implicar novas redes a partir de tais agentes – aqui, recodificar deve ser entendido como transformar, dar novo estatuto e existência a essas entidades. Assim, não faria sentido distinguir entre relações globais e locais frente a esse sistema de coordenação e integração proposto pela Wada, pois a reiteração empreendida continuamente por esses documentos publicados pretende agir localmente. É interessante que, para garantir a

efetividade dessas estratégias, os dispositivos implementados são variados e não é necessário partir, propriamente, do código. Os vídeos com as declarações de atletas de diversas modalidades reafirmando os riscos do doping e o valor de vencer de forma “limpa” e as revistas de divulgação apresentando as recentes campanhas e atividades da Wada são indispensáveis para reafirmar a posição dos atletas limpos e da instituição continuamente atenta na identificação e punição dos usuários de doping.

Essas diversas articulações, ou seja, as ações que um determinado agente utiliza para formular e estabilizar a identidade dos outros agentes integrantes dessa situação de problematização podem ser compreendidas a partir do que Callon (1986) chama de *interessamento*. Interessamento não consiste apenas em impor uma problematização e demarcar diferentes posições, mas envolve efetuar traduções capazes de estabilizar essas posições e dar identidade aos agentes através do problema. Portanto, é uma maneira de ressaltar esta capacidade de efetuar traduções e aproximar diferentes dimensões em um movimento incessante de aproximação, mas para o qual é necessário deslocar agentes e dar a eles novos estatutos. Nesse sentido, a Agência Mundial Antidoping define as diretrizes de uma cruzada por um “*esporte livre de doping*” através da publicação de um plano estratégico para os próximos cinco anos de atividades e que se compromete em promover saúde, integridade e justiça para atletas ao redor do mundo. Ao passo que pretende integrar novas tendências de segmentos tão diferentes como ciência, medicina, tráfico internacional de drogas e educação, este plano soa pretensioso por colocar lado a lado instituições como INTERPOL, federações internacionais, empresas farmacêuticas e sistemas de cooperação internacional entre laboratórios na luta pela *integridade* do esporte, que protegeria o *trabalho duro* e o *talento* dos chamados *atletas limpos*. Mas também expressa a multiplicidade de agentes envolvidos na constituição do esporte profissional, que articula com âmbitos, aparentemente, tão diferentes como o tráfico internacional e a pesquisa científica de ponta. No limite, produz a manutenção da figura histórica do *anthropos* através da reiteração de uma natureza do corpo humano que o esporte promove e que precisa ser protegida contra a ameaça imoral do doping.

Até aqui, descrevi a emergência da Agência Mundial Antidoping, seu papel na consolidação e renovação do doping como problema – a Wada, simultaneamente, pretende estabilizar o problema e oferecer algumas soluções, novas modalidades de estratégias, articulações entre entidades, dispositivos de controle de mecanismos de

detecção do uso de doping. Para isso, é necessário constituir um espaço de centralidade e sedimentar-se como o agente central responsável por coordenar ações e definir responsabilidades na autodenominada luta antidoping. Empreendendo uma série extensa de novos dispositivos que pretendem responder a determinadas urgências levantadas tanto no âmbito da coordenação dessas inúmeras entidades, públicas e privadas, quanto na garantia do funcionamento prático da heterogeneidade de procedimentos laboratoriais e jurídicos que envolvem o controle de dopagem. O que está em jogo é produzir efeitos globais realizando traduções que garantam a efetuação dessas demarcações sobre atletas ao descontextualizar e decodificar práticas esportivas e substâncias químicas que, como descritas no capítulo anterior, compõe os coletivos sociotécnicos envolvidos na potencialização do atleta em busca da performance.

No contexto do minucioso trabalho realizado pelo técnico, cada técnica de treino, cada implemento introduzido no treinamento ganha um caráter diferencial por propor novas possibilidades de performance ao atleta. Aqui, através desses procedimentos de purificação, essas práticas são descontextualizadas e recodificadas com o objetivo de efetuar o combate ao doping. Especificamente, o que estou sugerindo é que esses efeitos globais pretendidos pelas ações da Agência Mundial Antidoping e seus signatários são modalidades de traduções, formas particulares de estabelecer relações, conquanto ainda caiba questionar como essas traduções são realizadas.

3.3.2- Harmonization: valor e processo de padronização da luta antidoping

Ao processo de produção e estabilização de dispositivos que produzem efeitos globais é dado pela Wada um nome que, ao mesmo tempo, define um conceito, um valor e um tipo de procedimento: *harmonização*. No contexto de definição e proposição das atividades da agência este é um termo que sofre de certo excesso. Quando lidamos com os documentos incessantemente produzidos pela agência, encontramos-lo sendo usado em muitos contextos. A constatação desse excesso expõe a falta de precisão do termo utilizado tanto para definir as funções fundamentais do código mundial antidoping como para caracterizar os efeitos desejados da implementação de um novo protocolo para análises químicas de um dos metabolitos da testosterona, a 19-nortestosterona. Talvez, em um primeiro momento, fosse sugestivo enxergar em *harmonização* um eufemismo para padronização, como se as ações realizadas pela agência com o fim de coordenar o combate ao doping estivessem sintetizadas nele e, ao

fim, sugerir que a tônica da atuação da Wada, o seu empreendimento de simultânea captura e reiteração fosse efetuado através de procedimentos de padronização em um sentido lato.

Contudo, não é desta forma que o ex-presidente da Wada, Richard Pound, apresenta o termo. Em 2005, a Wada dedicou uma edição da sua revista *Play True* ao assunto sob o título, *Harmonization: How Sport and Government synchronize efforts to wage a comprehensive and global fight against doping*. Não quero fazer antropologia da interpretação de um título, mas é necessário notar que harmonização é referida como um procedimento de sincronização, a sincronia de uma luta global e compreensiva contra o doping, sintetizando a tarefa de coordenação pretendida pela Wada. A referida edição abre com um editorial do então presidente Richard Pound intitulado “Remembering Why”, em uma alusão ao compromisso que havia sido firmado, há não mais de seis anos, pela agência e suas signatárias. Reafirmando a necessidade de *harmonizar* esforços com o objetivo de atingir os propósitos comuns de instituições esportivas e governos estabelecidos quando da fundação da agência em 1999. Nessa direção, ele tira o termo harmonização do seu primeiro e mais comum sentido, padronização, estabelecendo-o como um processo criativo e cotidiano de soluções de problemas. Em suas palavras: “*Harmonization. We are reminded time and again since our beginnings in 1999 that harmonization is not a matter of choosing among alternatives. It's not an "us" versus "them". Rather, it is a creative, problem-solving process, involving coming up with plans and solutions to deal fairly with common concerns.*” (2005,3, 1p). No mesmo editorial, em um texto de menos de uma página, encontramos pelo menos quatro diferentes usos para o termo relacionados com campanhas e procedimentos promovidos pela agência.

Harmonizar é utilizado em referência aos programas de educação antidoping em diferentes regiões do planeta, essas campanhas devem ser harmonizadas bem como os regimes de produção e circulação de informação empreendidos através de uma nova ferramenta informacional chamada Adams (Anti Doping Administration & Management System), que visa trazer mais eficiência a comunicação entre as diferentes instituições e ao planejamento e execução de testes de dopagem e circulação de seus resultados, ou, ainda, em um sentido mais abrangente, harmonizar o esporte e as políticas públicas de combate ao doping. Concluindo com um enfático: “*Clearly, significant steps have been made toward global harmonization of anti-doping.*” (Ibid),esses distintos esforços de

harmonização conluiem para uma harmonização global necessária para atingir o doping em toda sua extensão e minúcia. Essa edição da *Play True* apresenta, em sua matéria central, sob o título *Working Together*, cinco formas de promover harmonização e coordenar o “*teamwork*” entre governos e esporte, referentes a cinco ações implementadas pela Wada: ciência, tecnologia, desenvolvimento, regulamentação e Programa Mundial Antidoping, cada uma delas representada por diferentes dispositivos da luta antidoping. Diferentes harmonizações são empreendidas nos mais diversificados momentos da luta contra o doping, funcionando tanto vertical como horizontalmente. O fim deste capítulo e o próximo capítulo são análises mais detidas sobre dois dispositivos de harmonização específicos: o Código Mundial Antidoping e o Passaporte Biológico do Atleta (ABP) – que abordo na tentativa de descrevê-los.

Portanto, no caso dos dispositivos implementados pela Wada falar em harmonizar significa empreender diversos procedimentos de modulação que encontram no anúncio de uma luta antidoping global a sua coordenação. Esse é o sentido do que Pound quer sugerir quando afirma que a harmonização não estabelece um limite entre um “nós” e um “eles”, os cruzados do antidoping contra os trapaceiros do doping, mas que remete ao empenho cotidiano para coordenar esforços e integrar novas estratégias de forma a erradicar o doping. A luta antidoping é global, justamente, na sua tentativa de estabelecer um regime capaz de ser continuamente modulado, responder a problemas muito locais e, mesmo assim, funcionar de maneira eficiente, carregando consigo a aparente ambiguidade dos dispositivos que pretendem, simultaneamente, abrir diferentes processos criativos e padronizar elementos díspares. Na rede global de combate ao doping, de coordenação de esforços antidoping, harmonização é um princípio e um processo presente em cada articulação, em cada novo dispositivo implementado, que engendra diferentes modos de agenciar e arregimentar diferenças.

Um princípio que visa produzir esses momentos de sincronia, nos quais as diferenças somem e dão lugar à coordenação e à integração de esforços. Raros momentos de coordenação, harmonizar é possibilitar que uma série de articulações renovadas e imprescindíveis para o estabelecimento de uma luta global contra o doping sejam efetuadas. É interessante notar que harmonia e diferença são dois conceitos da sociologia das associações proposta por Gabriel Tarde (2007). Para este pensador, esses são dois aspectos da realidade que a coloca em um estado de contínuo movimento. A realidade é imperativamente diferencial e relacional – harmonia e diferença são dois

diferentes momentos dos infindáveis processos de associação que a compõe. A particularidade dos momentos de harmonia é a sua brevidade e raridade, esses são alguns poucos momentos nos quais impera uma aparência de coerência e equilíbrio da realidade. Momentos de redução e simplificação nos quais a incessante produção de diferenças é aparentemente interrompida para estabelecer essa impressão de constância e equilíbrio. De certa maneira, os processos de harmonização empreendidos pela Wada padecem da mesma raridade que os momentos de harmonia sugeridos por Tarde e definem os contínuos esforços de coordenação pretendidos pela Agência, dando um aspecto de coerência a luta antidoping. Mas como são dadas as condições de possibilidade que permitiriam estender essas harmonias no caso da luta antidoping?

A elaboração do WADP é a resposta ao doping, um programa que pretende unificar regulamentos, padrões e procedimentos, garantir que o trabalho em equipe seja realizado da forma mais eficiente. O programa é constituído através de três níveis progressivos, dos quais o código mundial é o primeiro e mais abstrato, padronizando regulamentos e sanções em todos esportes e em todas as regiões do mundo, coordenando as ações das organizações esportivas e das autoridades públicas que, antes da formação da agência, agiam de maneira fragmentada. Os dois níveis subsequentes têm como função padronizar aspectos técnicos e operacionais do programa antidoping com o intuito de garantir a melhor aplicação das diretrizes determinadas pelo código. O código é o dispositivo de harmonização mais fundamental da Wada, que verticaliza toda a luta antidoping ao instituir princípios que embasam todos os aspectos do combate, um mediador particularmente forte da luta contra o doping.

No próximo capítulo, pretendo seguir em outra direção ao descrever mudanças instauradas por esta nova ferramenta, o ABP, introduzida a fim de garantir mais precisão e eficiência ao controle de dopagem com o intuito de explicitar esse movimento de heterogeneização das estratégias de combate. É a introdução de uma modalidade de registro de teste que implica no estabelecimento das condições para uma nova abordagem de comprovação do uso de doping dependente de uma estrutura de produção e circulação de informações das estratégias de distribuição de teste e circulação de resultados, necessários para realizar de forma eficiente o controle de dopagem. A tentativa e o esforço contínuo de amarrar todos os estágios e de tornar o controle de dopagem eficiente e, ao mesmo tempo, tentar descrever como novas interferências são

colocadas em jogo levando a novas considerações e ações necessárias para manter a unidade da luta antidoping.

3.3.3.-The Code e a harmonização legal

Nesta imagem da luta antidoping, descrita como uma pirâmide de documentos desenvolvidos e aplicados na tentativa de garantir a coordenação e *harmonização* das estratégias de combate, cada documento é um mediador particular que pretende produzir um momento capaz de transformar o combate ao doping ao introduzir uma forma específica de padronização. O código mundial antidoping deve ser apreendido a partir de seu esforço em estabelecer o cânone geral do antidoping definindo o que é doping e as características que fazem uma substância ser considerada dopante, estabelecendo as áreas de atuação da Wada e de suas signatárias, bem como a responsabilidade de cada atleta em aceitar o código, mas a sua função fundamental é, através de tais determinações, estabilizar uma versão do doping que arregimente todas as particularidades do problema e esclareça todos os vieses de seu combate. O código é o primeiro documento, o dispositivo inicial de padronização e de determinação dos limites entre o doping e o antidoping. Foi realizado o primeiro esforço de estabilizar uma versão do combate ao doping, o que também acaba por postular suas futuras dificuldades. Um processo com uma contínua tendência à complexificação, enfatizando que a tônica deste processo rumo à especificação é, justamente, a contínua tentativa de responder aos problemas práticos e de conduta colocados por suas próprias estratégias.

Diferentes harmonizações, portanto, diferentes maneiras de produzir esse momento de estabilização são empreendidas em cada um dos pontos pelos quais a luta contra o doping é articulada. No entanto, ao falar especificamente do programa mundial e seus três níveis, um encadeamento é sugerido e nos conduz do *Code* aos detalhes mais práticos da condução dos controles de dopagem. A obediência e comprometimento com o código antidoping realiza a integração dos três níveis concentrando seus esforços de coordenação de uma luta antidoping pretendida como global, sob a qual recai a função de eliminar as diferenças e os desencontros das políticas e regulamentos das estratégias antidoping anteriores. O código é o artefato desenvolvido para acabar com a ineficiência inerente ao antigo regime, identificada como resultando da fragmentação das legislações antidoping e de um sistema de controle de dopagem obsoleto. Tentativas de transpor aquela figura clássica da corrida entre gato e rato, na qual o gato do antidoping sempre saía muito atrasado, incapaz de identificar e coibir as novas formas de doping, relegando

a imoral imagem de convivência com os esquemas de doping, que ajudavam a manter o grande número de recordes. Portanto, é através desse documento que a agência procura estabilizar o doping em sua nova configuração, centralizando a legislação, definindo uma lista de substâncias proibidas, repartindo responsabilidades, redefinindo novas e velhas funções e, no limite, indicando a direção para o desenvolvimento de um sistema de controle que funcione de maneira integrada e se antecipe aos novos desenvolvimentos do doping, coordenando todos os esforços e investimentos realizados por agências nacionais, federações e governos, para com isso, fazer com que estes agentes, enfim, ajam em conjunto.

Caberia questionar como é efetuado este percurso, que vai do código às precisões técnicas do controle de dopagem, mas aqui quero tratar do momento produzido através do código, o acontecimento que ele tenta produzir e algumas particularidades do processo de padronização que procura implementar. Ou seja, abordar o próprio documento e as publicações que envolvem a sua consolidação como pedra angular do movimento antidoping em um processo particular de harmonização – o código não estabelece apenas um marco, mas ele constitui um dispositivo antidoping. O interessante é que, nesse primeiro momento, essa ação é efetuada através de um documento.

Na edição da *Play True* sobre harmonização, o *The Code* é apresentado como “*harmonization through legal*” (Play True, 2005 vol.3), ou seja, o dispositivo responsável por promover harmonização através do estabelecimento de um marco legal. Ele é uma resposta direta às decisões tomadas durante o evento de Lausanne. A sua primeira edição entrou em vigor em 2004, com a instauração de um imediato processo de revisão e discussão dos marcos introduzidos por ele, com a sua ratificação realizada no encontro do conselho executivo da junta fundadora da Wada em novembro de 2007. Em 2006, o presidente da Wada já anunciava que a rede estava fechando: graças aos resultados da publicação do código, a luta antidoping estava funcionando de forma mais “*harmonizada e colaborativa*” e, portanto, eficiente. Em janeiro de 2009, uma segunda versão entrou em vigor, cujas mudanças principais eram relativas ao rigor das punições – é esta edição que uso de referência. Mesmo ciente das alterações discutidas e votadas na última reunião das agências antidoping regionais (Rados), ocorrida em Johannesburgo, em outubro de 2013, e que entrará em vigor em 2015, a minha intenção não é

propriamente discuti-las, mas expor o processo de harmonização empreendido pelo código.

O *World Antidoping Code* (WADC) não é um código de condutas e de prescrições morais, pelo menos, não declaradamente. Como trouxe acima, ele é um dispositivo legal, sendo composto por 25 artigos divididos em quatro partes. Destes, 18 artigos estão reunidos na primeira parte e estabelecem as diretrizes do controle de dopagem, das definições do que é doping, passando pela determinação das características das substâncias proibidas, do estatuto da prova e das sanções e apelações relativas aos processos, revelando a centralidade que o controle de dopagem tem no enfrentamento ao doping. Os últimos sete artigos divididos entre três partes definem a importância da pesquisa científica e da educação à prevenção ao doping, bem como demarcam as responsabilidades e os papéis de todos os agentes envolvidos, da Wada ao atleta, e estabelece as vias de interpretação do código. Contudo, antes de apresentar os artigos, o código nos introduz aos propósitos e fundamentos que balizam a sua constituição. Ele é definido em um sentido muito amplo, expondo a sua difícil tarefa de, ao mesmo tempo, produzir uma harmonização uniforme e garantir a flexibilidade de seus princípios.

The Code

The Code is the fundamental and universal document upon which the World Anti-Doping Program in sport is based. **The purpose of the Code is to advance the anti-doping effort through universal harmonization of core anti-doping elements. It is intended to be specific enough to achieve complete harmonization on issues where uniformity is required, yet general enough in other areas to permit flexibility on how agreed-upon anti-doping principles are implemented.** (2009, 11p.)

Identificando no código o esforço essencial pela busca de uma *harmonização universal*, a coordenação de todos os elementos da luta antidoping, um difícil ideal de estabilização compreende a especificidade de um empreendimento robusto de padronização e a necessidade de flexibilização dos princípios da luta antidoping em vista da sua melhor implementação. A questão é: como esse documento consegue efetuar tais objetivos? Ou, melhor, como, através do código mundial antidoping, é possível constituir um mediador forte o bastante para atualizar todas as definições do problema doping, estabilizá-las e, simultaneamente, garantir que sua aplicação seja eficiente independentemente das resistências práticas e locais a serem encaradas?

A resposta também é prática: com a determinação de novo marcos atando definições e prescrições morais em um processo contínuo de discussão e readaptação do código. Assim, o *The Code* nunca está plenamente acabado, o que implica no rigoroso processo de monitoramento do código realizado pela Wada. Mesmo apoiados sobre o preto e branco do papel e dos meios digitais, os momentos produzidos pela *harmonização legal* são raros. À Wada cabe a responsabilidade de abrir o debate sobre as atualizações do código e de monitorar a adoção e observância dos parâmetros estabelecidos por ele para garantir que a anterior confusão entre as responsabilidades dos diversos agentes e a falta de formalização e uniformização das regras antidoping, para não dizer ausência de regras, sejam substituídas pelos cânones harmonizados pelo código. Isto implica o acompanhamento contínuo da observância e comprometimento com o código. Por exemplo, quando as decisões da Corte Arbitral do Esporte (CAS) não estão de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo documento, é a Agência que recorre às apelações em sua função de zelar pelos cânones estabelecidos – ressaltando que esta função ganha contornos ainda mais fortes através do acordo realizado pela Unesco em 2005 – a Declaração de Copenhague – dando à Wada a possibilidade de transpor fronteiras nacionais e integrar políticas públicas.

3.3.4- Fazendo o código

Ao fundamentar a base do processo de implementação de um dispositivo como o Code, sob um processo de consulta extensiva e adaptação contínua, a Wada busca trazer para dentro da própria formulação do código, e nas traduções implicadas por ele, as tensões e experiências práticas vivenciadas no cotidiano da luta antidoping por seus signatários. É este contínuo processo consultivo que permite à Agência chamar o *código* de documento vivo, um documento vivo para capturar as heterogeneidades, experiências e resistências cotidianas e fixá-las, nem que seja apenas por um momento, nos artigos do código e em suas notas de rodapé. Poderíamos partir do código e seguir as dificuldades impostas pelas práticas, acompanhar os desvios que a experiência inevitavelmente coloca a uma prescrição como esse documento. Mas precisamos ressaltar o seu processo de elaboração como o estabelecimento de uma mediação específica, um documento vivo que, ao determinar um cânone, não fixa os limites entre

um dentro e um fora do antidoping e do doping, mas produz translações, deslocamentos e dá nova existência àquilo que pretende definir.

É inevitável comparar os artigos do código antidoping instituído através desta consulta extensiva com as tabelas e quadros do professor Aquino Neto trazidas no início deste capítulo. São duas maneiras de ordenar uma heterogeneidade que responde pela constituição do doping como forma de problematização, bem como expõem a definição das diretrizes e as razões para o seu combate. Enquanto as listas do químico buscam trazer luz sobre os motivos para o abuso de drogas no esporte e esclarecer todos os seus eventuais perigos – isso graças à sua capacidade de definir marcos históricos, organizar o olhar e fechar sistemas inteiros através das listas de efeitos e contra efeitos –, o Código Mundial Antidoping pretende dar início à “missão global” (Play True, 2006) da Wada ao estabelecer um ordenamento através das traduções realizadas pelos seus artigos, que estabilizam durante o período que estão em vigor os processos consultivos que estão na base de sua formulação. Assim, é efetuada a ordenação, a simplificação necessária para erigir doping e antidoping em suas pretensões de efeitos globais, justamente, através desses processos de consulta e reafirmação das ratificações feitas pelos governos nacionais, a versão do doping proposta pelo código é tornada mais estável.

Assim, é preciso deixar claro que o primeiro aspecto que determina a particularidade do código antidoping é o seu processo de produção e circulação. Para estabilizar esta nova versão policialesca do doping, é necessário possibilitar a antecipação dessas ações, que colocam em xeque a manutenção do espírito esportivo e, no limite, de todo sistema do esporte de alta performance. Esse processo de contínuo debate e atualização, que apresenta o código como um “documento vivo”, tem como objetivo aproximá-lo o máximo possível do surgimento de novas substâncias e métodos sendo utilizados entre esportistas. Um bom exemplo dessa tentativa de antecipação é o caso do doping genético – mesmo sem a comprovação de sua existência, havendo apenas a suspeita do possível uso das ainda pouco desenvolvidas terapias gênicas entre atletas com o objetivo de incrementar o seu desempenho – foi motivo suficiente para, ainda em 2003, serem incluídos na lista de métodos proibidos a transferência de DNA ou de sequências de DNA e o uso de células geneticamente modificadas.

No entanto, se o WADC tem como particularidade a forma como é continuamente revisado na tentativa de incorporar precocemente possíveis

desenvolvimentos das técnicas de dopagem e coibi-las, é necessário frisar que, antes de começar a apresentar os regulamentos unificados pela Wada, o código fixa os princípios morais que estabelecem o cânone para desenvolvimento de seus artigos. Na realidade, o *Fundamental Rationale for the World Antidoping Code* é uma espécie de pórtico que alinha os desenvolvimentos do código com o compromisso moral de combate ao doping e de defesa dos princípios do olimpismo, demarcando o compromisso geral da Wada, esclarecendo os valores promovidos pelo esporte que precisam ser resguardados dos perigos do doping. Chamo atenção para a clareza que o doping é apresentado como um problema do esporte e transformado em problema para o corpo, espírito e mente humana e explicita a necessidade de comprometimento com o combate ao doping. Tomo liberdade de citá-lo integralmente:

Anti-doping programs seek to preserve what is intrinsically valuable about sport. **This intrinsic value is often referred to as "the spirit of sport", it is the essence of Olympism; it is how we play true. The spirit of sport is the celebration of the human spirit, body and mind, and is characterized by the following values:**

- Ethics, fair play and honesty
- Health
- Excellence in performance
- Character and education
- Fun and joy
- Teamwork
- Dedication and commitment
- Respect for rules and laws
- Respect for self and other Participants
- Courage
- Community and solidarity

Doping is fundamentally contrary to the spirit of sport.

To fight doping by promoting the spirit of sport, the Code requires each Anti-Doping Organization to develop and implement educational programs for Athletes, including youth, and Athlete Support Personnel. (Wada, 2009, p.14)

O doping é apresentado em oposição ao espírito esportivo, esse valor fundamental de afirmação do humano como corpo, mente e espírito. Um valor que sintetiza tantos outros valores, forjados sobre o humano em sua totalidade, através do

esporte o humano é refinado, suas características positivas ressaltadas, fazendo florescer o que ele tem de melhor. Reafirmada a concepção moderna da atividade física que Bancel e Gayman encontram em alguns pensadores do iluminismo, mas, principalmente, Rousseau e a concepção do corpo como acesso privilegiado à natureza humana, a atividade física e, posteriormente, o esporte como meio de tornar-se saudável ao trazer à tona a boa natureza do humano. Por isso, é necessário lutar contra o doping para que todos esses valores continuem a colocar os homens no caminho da humanidade, torná-los honestos, saudáveis, educados e comprometidos. Nessa configuração, o doping opõe cada um desses valores, colocando em suspensão essa associação virtuosa promovida pelo esporte e suas instituições. Comparado ao problema delineado por Coubertin no início do século passado, o doping ganha uma proporção completamente diferente. Para o Barão, principal figura da emergência e expansão do olimpismo, o problema que fazia oposição aos valores mais fundamentais do esporte eram as atitudes venais, a crescente profissionalização da época. O doping era considerado mais um dos efeitos indesejados da profissionalização e estava listado junto a outros “valores errados” como sobretreino, brutalidade e chauvinismo. Diferentemente, aqui é o *Código Mundial Antidoping* que zela pelos valores intrínsecos ao espírito esportivo, não mais contra a competitividade movida pelo dinheiro, mas contra o doping concebido em uma nova escala.

3.3.5- Qual é o doping do Código Mundial Antidoping?

Nesta direção, o *Código Mundial Antidoping* produz uma versão particular do doping, dependente de sua precisão em definir procedimentos, substâncias e punições. Cabe ressaltar que, em um espectro mais abrangente de associações envolvidas nesse jogo de luz e sombra disposto por doping e antidoping, a versão do código é mais uma e seus marcos implicam em interferências que não terminam nas palavras que compõem os seus artigos. Mais uma vez, ressalto que, entre os documentos publicados pela Wada, não faltam definições sobre o que é doping. A particularidade do *código* está em sua reivindicação como artefato de harmonização legal, documento fundamental na constituição de um processo de *harmonização universal* e na consequente clareza com que define o doping e fornece uma versão passível de ser estabilizada. Por isso, é para o código que devemos questionar o que é doping e esperar uma resposta precisa. No entanto, esta necessária clareza não é sinônimo de unidade, as definições de doping

apresentadas são variadas: oito violações são elencadas no segundo artigo do código, todas acarretando a instauração de processos disciplinares e possíveis sanções. A presença de substância, metabolito ou marcador em amostra biológica do atleta é apenas uma destas definições, a ela é indicada certa reserva moral, além de estar no topo da lista, a sua realização implica nas sanções mais pesadas. A utilização feita individualmente durante uma competição, em outras palavras, a associação direta entre atleta e substância, acarreta a perda de medalhas e prêmios, além da suspensão de eventos esportivos por quatro anos.

Na lista de violações estão: tráfico, negar-se à realização do teste, posse de substância proibida por pessoas do grupo do atleta durante ou fora dos períodos de competição, falhar em fornecer as informações requeridas pelo sistema de “paradeiros” (*whereabouts*), tentar adulterar amostra. Fica claro que uma violação de doping envolve uma afronta a esse complexo sistema de coordenação da luta antidoping. O doping é transformado em um conjunto de violações com graus de penalidades diferentes, mas cada uma é considerada integralmente a infração do doping. Se, anteriormente, nas palavras do entrevistado de Trabal (2009), a Agência responsável por coibir o doping acabava por esclarecer o potencial destas substâncias e as formas de usá-las, nessa teia de proibições mutuamente implicadas vemos como o doping está nas pontas do antidoping. Ou seja, como à medida que este sistema de regulações complexifica-se são estabelecidas as condições de possibilidade para emergência de formas cada vez mais específicas do doping.

Os marcos estabelecidos pelo código são, portanto, momentos de fechamento, tentativas de estabilizar uma realidade complexa de práticas esportivas, formas de projetar o corpo em direção ao seu limite e que o antidoping, ao ordenar uma série de artigos, pretende capturá-los. O texto é um dispositivo de captura e, na divisão de suas partes, tópicos e artigos expõem uma cartografia específica das preocupações das estratégias antidoping. Ao definir exatamente os significados do doping junto com os limites e as particularidades do problema e ao mesmo tempo esclarecer os procedimentos de sanção e as determinações sobre investimentos em programas científicos e educacionais, ele traça as linhas das estratégias de enfrentamento. Não é à toa que as definições referentes ao controle de dopagem ocupam maior espaço no código, como a definição do doping, a especificidade e duração das sanções, o estatuto da prova produzida pelos testes de amostragem etc.. Para uma política que privilegia a

detecção e a punição de atletas dopados, é imprescindível definir bem todos esses pontos sem os quais o controle de dopagem não pode ocorrer. Como desenvolverei no próximo capítulo, todos esses dispositivos agenciados pelo controle de dopagem, em seu conjunto, pretendem produzir uma forma de tornar o doping visível – sem esses procedimentos de definição laboratorial ou documental, o doping não pode ser performado.

3.4-0 que torna possível falarmos em doping?

Para finalizar, volto à questão que coloquei no meio do capítulo: o que torna possível o nó realizado pelo presidente da Wada, unindo sociedade saudável e luta ao doping e opondo o talento de certos atletas e a trapaça dos usuários de substâncias proibidas? Para responder essa questão, descrevi, através da emergência da Wada, a nova configuração do doping concebido como um problema global, envolvendo problemas de saúde pública, tráfico internacional de drogas, contrabando etc., bem como algumas das estratégias e dos dispositivos empreendidos por este agente responsável por desenvolver os procedimentos de purificação que cindem entre doping e antidoping. Esses dispositivos fazem mais do que cercear e reduzir realidades complexas, eles empreendem verdadeiras traduções, formas de deslocar realidades e criar novas substâncias e categorias. O doping não é performado apenas através das demarcações e reiterações empreendidas pelos dispositivos antidoping; para produzir o doping é preciso realizar traduções. (Callon,1986).

Ou seja, não basta apenas definir os limites que separam o lícito e o ilícito nomeando quais são as substâncias proibidas, mas é necessário promover conversões e associações capazes de transformar o uso de testosterona por um atleta em um caso de doping. Com isso, a composição desses agenciamentos sociotécnicos depende da organização de uma série de elementos heterogêneos dos quais o atleta e a substância compartilham espaço com determinados valores morais, técnicas de testagem, entre outros elementos. Nos contrastes traçados pelas linhas das estratégias de combate ao doping, encontramos os deslocamentos e as traduções a partir dos quais vemos o doping sendo inventado e mediado através dos vínculos e relações sociotécnicas que os agenciamentos promovidos pela luta contra o doping estabelecem. É nesse sentido que, segundo Latour (2001) a translação é um movimento do início ao fim simétrico; nesse

caso, doping e antidoping emergem simultaneamente, suas diferenças precisam ser, a todo o momento, estabilizadas e reiteradas.

Portanto, antes de estabelecer, simplesmente, formas de projetar e reproduzir um discurso coerente sobre o doping, ao falar de um dispositivo o que se propõe é a aplicação de um procedimento conceitual preocupado em explicitar a atividade criativa envolvida no estabelecimento de certos modos de ordenar e produzir efeitos sobre a realidade. Em outras palavras, no lugar de encarar a homogeneidade de uma *epistème* do doping, demarcando o que está dentro ou fora da normatividade antidoping, a intenção foi apresentar esses processos de produção de efeitos de coerência que determinam o estabelecimento de uma concepção singular de doping através da associação de uma diversidade de agentes. A ênfase está na invenção dessas modalidades de ordenamento, no desenvolvimento de mecanismos capazes de controlar uma heterogeneidade qualquer através da implicação de uma cadeia de associações. As representações simbólicas são formadas através da disponibilidade e particularidades técnicas desses objetos, são efeitos produzidos por seus arranjos possíveis.

Com a Agência Mundial Antidoping, emerge uma nova forma de problematizar o doping e, com isso, novas associações são implicadas e dispositivos instaurados. Os agentes participantes da luta antidoping são reposicionados e outros agentes, como as autoridades nacionais e organizações internacionais, como Interpol e Unesco, ganham nova importância no combate ao doping, mas também é preciso dar outra amplitude e estatuto ao problema. Se a Agência Mundial Antidoping e seu programa de combate ao doping pretendem atuar globalmente, isso ocorre porque os dispositivos implementados procuram produzir efeitos globais. Harmonização é a sua palavra de ordem e explicita a tarefa da Wada de coordenar eficientemente os esforços de todos agentes envolvidos em combater o doping, todo dispositivo envolvido é um processo de estabilização que, simultaneamente, reitera a sua versão do problema doping e apresenta formas de resolvê-lo. Nesse sentido, apresentei o *Código Mundial Antidoping* não como o estabelecimento de um marco, de um limite traçado pelos esforços do antidoping e que, por sua vez, define o doping, mas como um processo de estabilização fundamental para a luta antidoping, da qual depende a produção de uma versão particular do doping.

Nessa direção, no próximo capítulo pretendo abordar as traduções realizadas no empreendimento de um novo regime de controle de dopagem. O *doping control* é um dos procedimentos essenciais do combate ao doping, provavelmente, o passo mais

central desta luta. Identificar, acusar e punir atletas usuários de substâncias proibidas pela agência. Assim, o controle de dopagem realiza as suas associações entre oficiais de controle, análises químicas, amostras biológicas, sendo articulados para realizar essas traduções capazes de revelarem atletas dopados, substâncias dopantes e trapaça. Com isso, quero dizer que, a partir e através da manutenção das associações entre essa diversidade de agentes é que se faz possível realizar as traduções necessárias para dar novo estatuto a substâncias químicas e atletas de ponta. Recentemente, a Wada vem implementando uma nova maneira de garantir a eficiência e precisão dos controles de dopagem, objetivando mudar as formas de comprovação sobre o uso de substâncias ilícitas. Ao instaurar o *athlete biological passport*, um inovador mecanismo de testagem e monitoramento de atletas, a Wada pretende, finalmente, antecipar-se ao rato e dar uma nova direção à sua incansável perseguição ao doping.

Capítulo IV:

O atleta monitorado ou dos dispositivos de controle e de visualização do doping

Ao ser questionado pelo jornalista José Trajano porque o atletismo aparece como a modalidade esportiva mais envolvida em casos de doping³⁹, apresentando indícios de estar imerso de forma sistemática em esquemas de distribuição e de encobrimento do uso de substâncias ilícitas – inclusive havendo denúncias de atletas e outras pessoas ligadas às confederações que expunham o envolvimento de dirigentes nestes esquemas como forma de manter o nível de desempenho nas grandes competições e atrair o interesse de patrocinadores e de participação da mídia – o técnico de atletismo Nélio Moura defende que o grande número de casos de doping no atletismo tem como causa os intensos esforços de técnicos, atletas e federações envolvidas com o atletismo em coibir e perseguir esse problema não exclusivo do atletismo. A impressão de que o atletismo seria a modalidade com a maior quantidade de casos de doping estava errada, Nélio é enfático em ressaltar que, na realidade, esses casos demonstram que um combate interminável contra o doping vem sendo travado dentro do atletismo e com certo grau de sucesso.

Se tem um grande número de casos no mundo e no Brasil também, é porque não há outra modalidade que busca de forma tão incisiva coibir o uso de doping no esporte. Sem dúvida nenhuma, não só no Brasil, mas no atletismo em âmbito internacional. Então, a federação internacional que mais testa contra o doping, é a Federação Internacional de Atletismo, a confederação brasileira que mais testa no Brasil contra o uso de doping, é a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), então, era de se esperar que fossem detectados mais casos mesmo. E se nós conseguimos detectar esse número de casos, é sinal que nós estamos tendo sucesso na nossa tentativa de reduzir o uso destas substâncias. Então, eu acho que a resposta é simplesmente esta. Há duas ou três semanas atrás dois atletas foram pegos numa prova de rua em teste por iniciativa, simplesmente, da nossa confederação brasileira.

Nesse mesmo momento, o médico Júlio César Alves aparece enquadrado no vídeo balançando a cabeça em um sinal negativo de reprovação aos dizeres de Nélio, indicando que aquela fala seria apenas mais uma expressão da hipocrisia esportiva que ele vinha acusando desde a primeira entrevista concedida por ele à ESPN. O grande

39 O debate é de 2003, nos últimos dez anos a natação brasileira, talvez a modalidade esportiva que vem apresentando maior crescimento com relação ao desempenho em nível internacional apresentou um crescimento alarmante no número de casos de doping.

número de casos expressaria, simplesmente, que o elo mais fraco da corrente esportiva são atletas como Eliane, acusados e responsabilizados pelo doping. Para reforçar o conteúdo final de sua fala, o técnico realiza um gesto com a sua caneta demarcando entre os homens e as instituições envolvidos seriamente em combater o doping e as “coisas” que merecem ser detectadas e punidas:

Na realidade, a mensagem que nós – fazendo um círculo no ar com a sua caneta – estamos querendo passar treinadores, clubes, confederações, que nós não aceitamos esse tipo de coisa- complementa indicando com a mesma caneta o médico Júlio César Alves- mesmo tendo substâncias não detectáveis, nós queremos ir até onde é possível para coibir esse tipo de coisa. O que puder ser detectado, nós vamos detectar e vamos punir.

Se levarmos ao pé da letra as palavras de Nélio sobre o sucesso dos empreendimentos investidos pelas federações e pelos profissionais envolvidos com o atletismo no combate ao doping, poderíamos chegar à conclusão, em um primeiro momento, óbvia, de que, quanto maior a capacidade de agir contra o doping, mais casos de doping irão aparecer. Ou seja, existiria certa proporcionalidade entre combater o doping e o número de casos detectados. Contudo, quando nos deparamos com a ínfima representação de casos positivos de doping frente ao número de controles realizados, é comum ficarmos perplexos com a comparação, afinal, apenas um ou dois por cento dos controles acusam o uso de substâncias ilícitas. Aparentemente, o doping é um problema menor do que o alarmado devido ao pequeno número de casos acusados pelos procedimentos de testagem. A primeira imagem formulada por Trajano, do atletismo como uma modalidade tomada sistematicamente pelo doping, é convertida, por Nélio, em um sinal de seriedade e de sucesso, ainda que limitado, na contínua luta contra este mal esportivo. Mas é possível percebermos nas palavras do técnico uma imagem ainda mais preocupante, para não dizer aterrorizadora, a figura de uma defasagem que se estende por todas as modalidades esportivas – o doping estaria profundamente arraigado em todos os esportes, não sendo um problema específico do atletismo. No atletismo, ele seria apenas mais visível por causa dos esforços e investimentos feitos em promover uma quantidade grande de testes de controle de dopagem.

Nessa direção, a equação, aparentemente óbvia, desvela uma percepção mais geral sobre o doping como um subterrâneo do esporte, uma quantidade imensa de práticas obscurecidas, mas sempre presentes, que precisam ser detectadas através de um trabalho cansativo e constante de perseguição e coibição. Em outras palavras, a infâmia de pessoas como o médico Júlio César Alves e de atletas como Eliane Pereira, que aparece como vítima nas falas de técnicos e médicos presentes no debate, depende da

eficiência e precisão na realização dos controles de dopagem. Sem a possibilidade de detectá-los corretamente, estes infâmes sujeitos não podem ser punidos e nem o gesto realizado por Nélio teria a sua eficácia em determinar entre um *nós* e “*esse tipo de coisa*”. No limite o doping precisa destes esforços para se tornar visível.

4.1-0 passaporte biológico do atleta e uma nova política para o controle de dopagem

Seguindo o horizonte estabelecido pela associação entre detectar o doping e torná-lo visível, neste capítulo pretendo centrar-me na descrição de um processo recentemente empreendido pela Agência Mundial AntiDoping com o objetivo de modificar a direção das estratégias desenvolvidas no combate ao doping e ampliar o escopo de seu monitoramento sobre os atletas. Dessa forma, viso problematizar as direções determinadas pelo que o Código Mundial Antidoping define como *doping control* (controle de dopagem), através do desenvolvimento de um novo artefato que pretende deslocar o enfoque das estratégias e modalidades de combate ao doping desenvolvidas pela agência. Passando de um regime centrado em detectar e punir atletas usuários de doping, no que autores como Hanstad e Waddington (2009) chamam de *abordagem lei e ordem* (*law and order approach*), para um modelo de abordagem capaz de articular a identificação e o monitoramento de populações-alvo de atletas com maior risco de ocorrer o uso de doping com a possibilidade de prevenção. Assim, o agenciamento de artefatos e conceitos implicados no empreendimento de um novo modelo de controle de dopagem deve ser analisado em sua capacidade de proporcionar novas traduções e deslocamentos. Atleta, substância proibida, prova e punição ganham novos estatutos e versões a partir das articulações necessárias para a estabilização deste mecanismo de monitoramento.

No capítulo anterior, apresentei o doping como forma de problematização e o consequente combate ao doping ganha nova amplitude e configuração a partir da elaboração e implementação de dispositivos capazes de simultaneamente, estabilizarem e centralizarem a Wada como principal agente nos direcionamentos das estratégias de combate ao doping. Num primeiro momento, indiquei as traduções efetuadas através do dispositivo que demarca o estabelecimento vertical destas estratégias, o Código Mundial Antidoping. A elaboração deste marco legal concebido como dispositivo de

harmonização é apresentado como o artefato responsável por descontextualizar e recodificar uma série de práticas esportivas que envolvem o uso de substâncias enunciadas como imorais e ofensivas ao espírito esportivo. No capítulo presente, a minha intenção é apresentar de forma um pouco mais minuciosa um mecanismo de controle, o ABP, como mais um passo deste combate policialesco contra o doping, especificamente, através da elaboração e tentativa de estabilização de um mecanismo capaz de produzir uma nova modalidade de prova sobre o uso de doping, envolvendo outra figura do atleta e do seu corpo.

Da constituição de legislações antidoping na França e na Bélgica demarcando a articulação das dimensões morais e sanitárias do doping através da contraposição entre “preparação biológica” e “doping” (Trabal, 2005) e chegando aos Estados Unidos em 1967, simultaneamente, com a luta antidrogas empreendida pelo então presidente Richard Nixon, como mostra Hobermann (2002), os primeiros controles realizados durante competição tiveram início nas Olimpíadas de Inverno de Grenoble em 1968, mas só em 1984, em Los Angeles, que todas as amostras foram testadas para o uso de esteroides anabolizantes. Segundo Aquino Neto (2007), este feito foi possível graças à associação estabelecida entre a Universidade da Califórnia e a Hewlett and Packard, capaz de conjugar um grande potencial tecnológico advindo da empresa e uma quantidade bastante variada de especialistas presentes na universidade responsáveis por introduzir um novo critério para a caracterização do uso de testosterona, o chamado padrão esteroidal (a razão de testosterona/epitesterona), através da aplicação de análises de espectrometria.

Estas estratégias de detecção e punição centraram-se sobre métodos de detecção direta de substâncias dopantes em amostras biológicas dos atletas, usualmente, amostras de urina consideradas as mais eficazes até o início da década passada por conterem moléculas representativas de todas as substâncias presentes no organismo. A presença de determinada quantidade de substâncias proibidas na urina dos atletas constitui uma prova cabal sobre o seu uso, a prova necessária para o estabelecimento dos processos de sanção e punição desencadeadas pelas agências antidoping. Dessa forma, as estratégias empreendidas nas primeiras décadas de combate ao doping, do final da metade dos anos sessenta até a metade dos anos oitenta, focaram-se em produzir as formas mais eficientes de detectar o uso de substâncias dopantes entre os atletas competidores.

No entanto, frente ao surgimento de novas tecnologias e formas de administração das substâncias consideradas dopantes, os usuais testes de urina realizados durante as principais competições mostraram-se pouco eficientes. Configurando a clássica imagem da luta contra o doping como uma corrida perdida desde o seu princípio, sempre um passo atrás das formas de utilização de tecnologias e medicamentos presentes no mercado oficial ou não, a imagem da perseguição de gato e rato acompanha uma modalidade de combate ao doping com um nível de sucesso muito incerto por depender do reconhecimento da utilização de determinada substância e o subsequente desenvolvimento de um teste capaz de detectá-lo. O exemplo do Tour de France 98, trazido no capítulo anterior, e a importância da atuação da polícia e dos órgãos do estado francês deixam bastante claro os limites dos procedimentos utilizados na composição do controle antidoping daquele período. Não é à toa que o *The Code* e a Declaração de Copenhague (1999) fundamentam e reiteram a importância de instauração de procedimentos de acusação de não analíticos. Como sinalizam Hanstad (2005) e Trabal (2005) em suas análises sobre as políticas de combate ao doping, somente nos anos oitenta em busca de um maior grau de eficiência certas estratégias de prevenção começaram a ser tomadas, ou seja, até os anos oitenta, prevenção não era concebida como uma modalidade interessante para o desenvolvimento do combate ao doping.

O contínuo desenvolvimento de substâncias e métodos de dopagem utilizados por atletas em diversos níveis de atuação têm demonstrado os limites desse paradigma que acaba por não conseguir identificar a utilização de substâncias que não são expelidas pela urina, como o EPO, bem como captar a presença de alguns esteroides que, administrados em pequenas doses, têm efeitos prolongados, mas ficam presentes no corpo durante curtos períodos – o caso do estanozolol, a mesma substância utilizada pela fundista Eliane. Dadas as limitações do método direto, entendido como a identificação da presença dos metabólitos ⁴⁰ de determinada substância proibida na amostra de material biológico do atleta, os esforços realizados pela Wada na última década estabeleceram-se na tentativa de desenvolver mecanismos para monitorar atletas

40 Metabólitos: São as moléculas produzidas pela metabolização de substância químicas pelo corpo, podendo estas serem os produtos da metabolização de substâncias endógenas ou exógenas (medicina esportiva). Neste sentido, a prova do uso de doping é representada através da identificação da presença de metabólito proibido.

de maneira efetiva e precisa. Para isso, foi necessário introduzir novos conceitos e atores às estratégias de luta, integrar outras instituições e artefatos, constituir novas autoridades: o *athlete biological passport* (ABP) é o seu dispositivo principal.

O ABP vem, paulatinamente, ganhando legitimidade frente às federações esportivas internacionais – eventos esportivos de grande porte como o Wimbledon, que o utiliza desde a edição de 2012, a Copa das Confederações da FIFA e o Tour de France são os primeiros a aplicarem integralmente essa tecnologia aos atletas participantes. Conquanto esse artefato vise, justamente, aumentar o número e a relevância dos testes feitos fora do período de competições ao produzir análises longitudinais dos perfis biológicos dos atletas, a sua introdução em eventos de tamanha importância vem chamando atenção. Com a realização da Copa das Confederações e os preparativos para a Copa do Mundo da FIFA no país, o ABP entrou na pauta da mídia brasileira recebendo alguma atenção através de reportagens na internet e em telejornais que ressaltam tanto as mudanças nos procedimentos de testagem com a centralidade dos testes de sangue (Exame,2013) quanto o aumento no rigor da vigilância sobre os atletas implementado através do reconhecimento dos efeitos das substâncias ilícitas mesmo muito tempo depois de elas terem sido expelidas pelo corpo. A Wada disponibiliza o sistema e estas grandes entidades começam a utilizá-la visando não apenas aumentar a precisão dos testes, mas uma forma de angariar seriedade e compromisso frente à opinião pública.

O ponto de partida é este dispositivo de monitoramento, o *Athlete Biological Passport*, introduzido na autoproclamada luta antidoping pela Wada, a partir de 2009 – com o objetivo de reforçar o seu programa de combate ao doping, permitindo a instauração de um regime de monitoramento e análise contínuos de perfis biológicos dos atletas, mudando o eixo de sua atuação ao desvincular-se da detecção direta da presença da substância na amostra do atleta dopado para a procura de indício dos efeitos dessas substâncias na estrutura fisiológica dos mesmos. A elaboração desse passaporte articula uma série renovada e heterogênea de elementos que, ao serem sobrepostos, relacionam procedimentos laboratoriais e compartilham novas responsabilidades entre indivíduos e entidades, especificidades no transporte de amostras e instituição de procedimentos de circulação de informação, envolvendo a produção de mecanismos de ordenação e harmonização dessas séries com o intuito de elaborar um modelo de monitoramento eficiente e, ao mesmo tempo, de fácil aplicação.

Nesse processo de instauração do referido mecanismo de controle, uma nova forma de comprovar o uso de doping é reivindicada. Através do ABP tenta-se instaurar e coordenar as peças necessárias para estabelecer um mecanismo de comprovação indireta da utilização de substâncias proibidas. Nesta direção, o ABP traz novas peças à cadeia de procedimentos e artefatos envolvidas na realização deste processo tão fundamental para a efetuação dos compromissos reivindicados pela WADA e sintetizados no controle de dopagem. A introdução do ABP estabelece um movimento duplo de diversificação e de homogeneização, ao mesmo tempo em que cria e relaciona uma variedade de novos e velhos agentes ao coletivo sociotécnico agenciado pela Wada. Ela ordena essa multiplicidade de atores em nome do combate ao doping promovendo uma nova imagem do combate.

Nas páginas deste capítulo, pretendo realizar o movimento contrário, desagregá-lo, efetuar uma espécie de desmonte do ABP para assim expor o seu caráter relacional, dependente de inúmeras articulações e da implicação em uma extensa rede sociotécnica que parte da constituição de um perfil biológico e da elaboração de sistemas de circulação de informações, mas inclui responsabilidades legais e a reafirmação de certas representações sobre o esporte e o atleta. Com a introdução de uma série de saberes e na tentativa de estabilizar esse novo mecanismo de detecção e, portanto, de produção de provas sobre o uso do doping, novas modalidades de fazer o doping visível são apresentadas ao produzir uma imagem coesa e eficiente da luta contra o doping. Ao acompanhar o estabelecimento das articulações sociotécnicas que instauram um novo dispositivo capaz de mudar o horizonte das estratégias empreendidas pela Wada, explicitar esse processo contínuo de reiteração de determinados valores morais e concepções sobre o doping que, em sua capacidade de criar associações e traduções, produz performances muito concretas sobre o doping. Temos essas relações sendo instauradas entre humanos e não humanos que singularizam o doping através de uma modalidade de combate na qual as principais palavras de ordem são prevenção e harmonização.

Nessa direção, as considerações feitas por Strathern (2011) sobre a teoria ator-rede são fundamentais por ressaltarem que os híbridos e as redes são duas modalidades de movimento que podem ser apreendidas sobre um mesmo objeto. Enquanto, o híbrido revela um movimento de homogeneização, uma aliança entre diferentes *actantes* – em suas palavras, o híbrido é uma rede concentrada; no caso do ABP, uma atualização das

políticas antidoping que revelam mudanças nas formas de fazer e conceber o doping. Por outro lado, a noção de rede pretende descrever o movimento contrário em direção de diferenças infinitesimais e heterogêneas, as articulações efetuadas em sua atualidade e as inevitáveis interferências, os deslizamentos inerentes a toda variação. Ao desagregar o ABP e relatar a emergência de algumas das controvérsias envolvidas em sua instauração, principalmente, as relativas ao estatuto da prova produzida e ao regime de compartilhamento de informação dos atletas implementado, procuro expor esses dois movimentos de dentro para fora, a tentativa de engendrar e manter uma cadeia de efeitos que, por sua vez, performa uma versão particular do doping imbricada em uma nova modalidade de *doping control* e singularizada na figura do atleta monitorado.

4.1.1.-Como efetuar o *doping control*?

Nesse percurso de desagregação, nada mais óbvio do que começar pela definição dada pela própria agência ao que seria o controle de dopagem (Doping Control). No entanto, cabe notar que essa primeira definição é, na realidade, cheia de especificidades – ela não generaliza uma noção de controle de doping, pelo contrário, oferece o que deve ser uma sequência prática dos processos envolvidos no combate ao doping, este sim compreendido de forma bem ampla, como podemos ver a seguir na definição trazida do código:

Doping Control: All steps and processes from test distribution planning through to ultimate disposition of any appeal including all steps and processes in between such as provision of whereabouts information, *Sample collection* and handling, laboratory analysis, therapeutic use exemptions, results management and hearings. (WADA,2012 p.10).

Portanto, o controle é estabelecido desde o momento no qual os testes são planejados e distribuídos até as últimas apelações realizadas pelo atleta acusado, passando pelas análises de laboratórios e pelas audiências. O *doping control* não está restrito aos procedimentos de testagem, ao contato entre oficial de controle de dopagem e atleta, mas envolve todo o encadeamento de processos relativos à sua execução. Da custódia da amostra à calibragem dos instrumentos, da rastreabilidade da amostra ao arquivamento e acesso a toda documentação do processo: todos os processos incluídos nessa série de procedimentos são considerados controle – evidentemente, quando funcionam corretamente, sem nenhum percalço. Contudo, uma amostra contaminada por um erro no transporte ou uma informação provida incorretamente acarretaria uma

falha em toda a cadeia e o controle não seria efetuado⁴¹. É necessário garantir que todas as etapas dessa cadeia sejam controladas para que, por sua vez, os resultados do controle sejam confiáveis. Cada um daqueles escassos 52 casos positivos de doping, resultado das análises dos mais de cinquenta mil testes realizados nas Olimpíadas, entre 1968 e 1988, em teoria, é representante dessa eficiência – ou, talvez, de sua falta.

Portanto, existe uma relação entre a eficiência do controle de dopagem e a sua dependência da capacidade de toda essa cadeia de funcionar de forma integrada, sob o perigo do controle não ser realizado se uma de suas etapas não for perfeitamente executada. Por outro lado, o doping não aparece na definição trazida acima, mas, de alguma forma, ele é tudo aquilo que é tornado visível a partir dessa rede de controle e só assim ele pode ser visualizado. Se o controle colapsa, o doping some, transforma-se numa zona cinzenta, uma zona de possibilidades, onde o doping pode estar presente, mas não pode ser acusado, pois deixa de poder ser detectado pela série do controle. Nesse sentido, o *doping control* está continuamente sob os perigos de sua própria ineficiência e, portanto, eficiência significa capacidade de traduzir, de realizar os deslocamentos necessários para transformar substâncias químicas em doping, performances em trapaça, atletas em “*doping cheaters*”. As mudanças pretendidas pelo ABP significam mudanças nas formas de efetuar essas traduções. Este capítulo é conduzido por essa questão de fundo: o que precisa ser feito para que o *doping control* seja eficiente? Se cada pequeno estágio particular da cadeia de procedimentos que sustenta o controle de dopagem precisa ser devidamente realizado, essa questão pode ser colocada a cada diferente passo da nova cadeia instaurada pelo ABP.

A constituição desse encadeamento depende da compreensão e estabilização dos valores e procedimentos de harmonização empreendidos pela agência como apresentado no capítulo anterior. Para que o doping, no extremo final da cadeia de procedimentos, seja performado, um tipo específico de performance é realizado – o qual Callon (2009) chama de prescrição, pois envolve a repetição e a produção de regularidades prescritas:

Prescription is simply a particular case of performance, a borderline case corresponding to pure repetition, in what Sahlins rightly calls closed situations. The distinction therefore, is not between prescriptive structures and performative ones, but is rather between performances that manage to produce

41 Com o descredenciamento do laboratório de controle de dopagem brasileiro, um problema muito prático será colocado a realização do controle de dopagem em eventos como a Copa do Mundo FIFA e as Olimpíadas de 2016. Pois, exigirá a necessidade de levar as amostras coletadas durante os jogos para serem analisadas em laboratórios no exterior colocando em xeque a vida útil da amostra e a mudança de qualidade devido o transporte aéreo.

regularities and repetition, and performances that are constantly faced with unexpected events, that they sometimes absorb, but only sometimes, for a while. (...) (p24)

Portanto, proposições prescritivas são casos extremos de performance, pois possuem a necessidade inerente de serem replicadas para tornarem-se legítimas. Em caso de perda da capacidade de produzir regularidades, toda prescrição vai por água abaixo. Assim, quando sugiro que a manutenção de sua eficiência é o problema do controle de dopagem é porque ele depende intrinsecamente da produção dessas regularidades, é necessário produzir protocolos definindo procedimentos laboratoriais e autoridades de controle para que o doping possa ser visualizado através da conjugação dessa corrente. Quando ele de fato funciona e consegue levar a detecção de um caso positivo até as suas últimas consequências, o agenciamento sociotécnico conjugado para a realização dessa performance do doping é inviabilizado. Esses são os problemas que conduzem à instauração desse novo mecanismo de controle baseado na elaboração de perfis biológicos dos atletas. Quais são as associações implicadas para a realização de um *doping control* eficiente? Quais são as novas dificuldades colocadas à integração do agenciamento sociotécnico e quais soluções são desenvolvidas para que uma nova modalidade de combate e de abordagem ao doping possa ser implementada?

Podemos compreender, na sequência do capítulo anterior, o binômio doping/antidoping através do empenho de um agenciamento sociotécnico que captura uma série de práticas e estabelece um ordenamento determinado, a partir do qual regula e codifica uma variedade de práticas esportivas, ao mesmo tempo em que a insere em uma cadeia de novas e singulares performances do doping. Tanto a performance do *atleta dopado* singulariza o doping quanto os mecanismos de monitoramento desenvolvidos pela Wada, a constituição do atleta monitorado. Com isso, abordar o *passaporte biológico do atleta* pretende explicitar os novos integrantes enredados pela sua instauração junto às novas maneiras de singularização do doping possíveis a partir e por meio da introdução de um método de comprovação multiparamétrica e de análise longitudinal de perfis biológicos que visa implementar uma forma de tornar o doping visível ao solucionar o problema da duvidosa eficiência dos antigos métodos de controle de dopagem. O que é mais interessante na instauração desse mecanismo de controle é a tentativa de implementar uma espécie de *no start rule* (Robinson, et al, 2007), evitando que atletas considerados trapaceiros participem das competições. É o momento no qual o gato, finalmente, antecipa-se ao rato.

Esses mecanismos empreendidos na produção do doping, através de sua captura e singularização, o definem como uma realidade considerada imoral, perversa e sobre a qual é colocada a responsabilidade por ferir a integridade do esporte. Tanto da identificação direta da substância na urina do atleta quanto na atividade normativa de nomeação e definição das substâncias proibidas, versões novas do doping são produzidas e implicadas em suas respectivas séries de relações, cada uma incluindo outra ontologia do atleta, do corpo humano e dos valores morais envolvidos nas práticas esportivas. No caso particular do ABP, uma nova forma de produzir provas sobre o uso de doping, com um estatuto completamente diferente das provas até então produzidas pelos métodos analíticos convencionais. Contudo, através do ABP não é apenas a detecção do uso do doping que muda, mas a forma de escrutinar o corpo do atleta e na ampliação da vigilância sobre eles.

Contudo, o ABP é um exemplo específico das mudanças produzidas pelas estratégias do antidoping, um potente mecanismo de uma luta que, há menos de uma década, começava a traçar as suas estratégias em uma modalidade global. No passaporte, encontro os esforços e as dificuldades aplicados na constituição desse programa “*harmonizado*”. No entanto, como afirmei anteriormente, harmonização não é apenas um princípio geral, representativo do papel de coordenação assumido pela agência mundial antidoping, mas um processo contínuo de homogeneização do doping, de condensação e exposição de uma forma de problematização. Assim, ao desagregar o ABP, busco explicitar as transformações nas maneiras de problematizar e materializar o doping, implicadas através do seu estabelecimento, evidenciar quais relações precisam ser agenciadas para esse mecanismo produzir os efeitos desejados bem como as relações possíveis a partir de seu estabelecimento.

4.1.2- A emergência do athlete biological passport e os fundamentos de uma nova “ciência da detecção”

Segundo Trabal (2009), mesmo antes da constituição de uma agência mundial, uma nova ênfase política começou a ser introduzida no combate ao doping, que pretendia substituir a criminalização do uso de substâncias proibidas por uma série de procedimentos e sanções disciplinares e administrativas. As ações deixavam de ter um caráter privilegiadamente punitivo para tornarem-se preventivas em um duplo sentido, passaram a centrar-se em educar atletas sobre os riscos do doping visando prevenir não

apenas que atletas arrisquem a sua saúde, mas que atletas dopados chegassem as competições. Essas ações estavam inseridas no que ele identifica como uma “tradição epidemiológica” por introduzir em suas estratégias todo tipo de “corte epidemiológico”, como a identificação de populações-alvo e o estabelecimento de planos de prevenção em estágios. Segundo este autor, essa mudança de perspectiva estava conjugada com a constituição de uma “figura de irreversibilidade” do doping apoiada sobre um léxico de contágio, então, usado para retratar o doping como a doença do esporte que precisava ser prevenida, controlada e remediada. Esse discurso sobre a irreversibilidade do doping estava na base de uma percepção sobre a perda total de vigilância sobre os atletas, bem como da influência precoce desses produtos na vida de atletas ainda em formação. Não bastava, somente, punir os atletas usuários de doping, reincidindo naquela antiga imagem do gato saindo atrasado na perseguição ao rato, mas era necessário mudar as regras do jogo, fazer com que menos atletas cheguem às substâncias ilícitas.

Esta imagem do doping como epidemia, como um mal irreversível e inevitável do qual o esporte não poderia ser mais socorrido, evidenciava, simultaneamente, a magnitude que o uso dessas substâncias consideradas ilícitas tomou dentro do âmbito esportivo profissional, a incapacidade das técnicas de repressão e punição até então praticadas de produzirem os resultados necessários. A magnitude de uma epidemia devastadora de doping reforça a impressão sobre a impossibilidade de impedir que os atletas utilizem meios proibidos e arriscados para potencializar o seu desempenho físico, mas traz consigo na mesma esteira as demarcações de uma nova modalidade de tratamento e coação ao doping, o que o transforma em um problema médico. A apropriação de uma lógica epidemiológica probabilística estabeleceu os parâmetros para o desenvolvimento de uma política de vigilância e de novas possibilidades de controle. O esportista passava a ser concebido como um indivíduo estatístico. A noção de epidemia aparece continuamente articulada com constituição de outra noção a de risco, emerge a figura de determinadas populações de risco e a necessidade de identificá-las e monitorá-las, caracterizando um deslocamento que, aos poucos, vai dando ao doping um caráter ainda mais enfático como problema de saúde pública.

Vítimas ou trapaceiros, os atletas de elite são continuamente caracterizados frente ao doping como sujeitos a apresentarem comportamento de risco, fruto de sua posição entre as pressões pela obtenção de resultados e as promessas de retorno econômico e fama. Aqui, no caso de estabelecer as diretrizes de uma nova forma de

combater ao doping, falar em risco implica em um sentido diferente, modelando uma versão estatística do atleta como um indivíduo probabilístico participante de uma população de risco. Nesse contexto, a distribuição de testes é um dos pontos fundamentais do planejamento das políticas antidoping. Reconhecer uma população alvo e aumentar o grau de surpresa dos testes são maneiras de aumentar a eficiência do *doping control*. Ainda nos anos noventa, os testes realizados fora de competição (*out-of-competition*, artigo 5) e sem aviso prévio (*no advanced notice*), emergiram como as estratégias mais eficientes para a distribuição e efetuação dos testes. Em qualquer momento do período de treinamento, o atleta de elite pode ser abordado por um agente do controle de dopagem para realização de um teste. Essa forma de distribuição dos testes os tornaria mais eficientes, pois evitaria que os atletas acertassem o término dos ciclos de administração de substâncias para um período anterior as competições, com o intuito de que, no momento da competição, a substância não esteja mais presente em seu organismo.

Essas estratégias foram sedimentadas e harmonizadas pelo Código (artigo 5.1.1) e ratificadas pela Declaração de Copenhague (artigo 7) através do acordo entre Wada e Unesco, que responsabiliza os governos nacionais por transformar o doping em questão de política pública – responsáveis por ajudar a financiar as campanhas da agência, mas, principalmente, por possibilitar que as diferenças entre regulamentações nacionais não sejam empecilhos à coordenação eficiente da luta contra o doping. Dessa forma, a agência e seus oficiais ganham autoridade para aumentar o grau de monitoramento e a frequência dos testes realizados em atletas de nível nacional e internacional, bem como facilidade para transportar amostras coletadas em competições em países sem laboratórios credenciados para seus laboratórios oficiais, como será o caso da Copa no Brasil, possibilitados pela abertura das fronteiras nacionais que a Declaração de Copenhague implementou.

Essas mudanças são necessárias à elaboração de novos termos às estratégias de distribuição de testes. A Wada estabelece que todas as agências antidoping nacionais e regionais devem manter um conjunto de testes registrados com atletas de elite (*Registered Testing Pool*) e a realização de testes durante e fora do período de competições. A exigência é que os atletas de elite forneçam informações através de um

aplicativo acessado de computadores e celular, o sistema de *whereabouts*⁴² (paradeiros). Existem outros sistemas de *whereabouts*, como o Simon da Agência Suíça Antidoping. No entanto, o sistema forjado pela Wada foi instaurado em 2009 e é composto pelas informações providas por um número restrito de atletas de elite sobre a sua localização. Eles são responsáveis por informar semanalmente, durante o período de *out of competition*, um horário entre as seis da manhã e onze da noite e um local no qual eles possam ser encontrados para um teste surpresa. Essa informação deve ser fornecida pelo próprio atleta ou por seu treinador, contudo, todas as responsabilidades pela falta ou erro na informação são do atleta, três faltas em um período de dezoito meses acarreta na instauração de um processo disciplinar, recaindo em uma das oito definições de doping postuladas pelo código e trazidas no capítulo anterior.

O sistema tem como função instaurar e maximizar a capacidade de provocar um efeito surpresa, colocar o atleta sob uma constante sensação de vigilância (Hanstad,2009), em um sistema no qual ele mesmo é o responsável por fornecer as informações sobre o seu paradeiro. O estabelecimento desse contexto tecnológico e legal para a elaboração e potencialização do efeito surpresa pretende coibir o uso de substâncias de rápida metabolização e que, por isso, só podem ser detectadas no corpo durante períodos muito curtos. A divisão de funções realizada pelo *Code* define que cabe às agências locais usar a sua estrutura e pessoal na aplicação e distribuição dos testes e, à Wada, gerir as informações produzidas. A eficiência do *doping control* é incrementada através da complementariedade de suas duas novas ferramentas, com a articulação entre o ABP e os *whereabouts*, articulados por uma plataforma informacional chamada Adams (*AntiDoping Administration and Management Systems*), capaz de transformar a Agência Mundial Antidoping em uma espécie de central de processamento e administração de dados sobre testes e localização de atletas, funcionando em diferentes níveis de acesso para atletas, oficiais de controle, painel de especialistas que analisam o resultado dos testes, laboratórios etc.. Através desse cruzamento de informações, possível através do Adams, o atleta passa a ter a sua localização e o seu perfil biológico monitorados.

42 Desde a introdução do rigoroso sistema de *whereabouts* uma série de processos sobre a legalidade de tal sistema foi iniciada. Para muitos juristas e atletas, esse sistema infringe a declaração universal dos direitos humanos (XXX), em particular o artigo sobre o direito a privacidade, como abordado por Hanstad. Esse é um tema interessante, pois deflagra algumas das implicações centrais do regime de monitoramento, a necessidade de planificar completamente a vida do atleta, abri-la para executar o controle de dopagem de forma eficiente..

4.2-Abordagem direta: como caracterizar e provar o abuso de drogas

Se o doping é uma epidemia e deve ser prevenida, os testes feitos a partir das amostras de urina dos atletas coletadas durante as competições não funcionam com esse tipo de política de prevenção. Quando eles são efetivos, funcionam apenas retroativamente. Como encontramos logo nos parágrafos introdutórios do *Guia Operacional do ABP*:

Furthermore, new substances or modifications of Prohibited Substances (designer drugs) may be difficult to detect by conventional analytical means. In recent years, doping regimes have become much more scientifically planned and have taken full advantage of the weaknesses in traditional protocols. This underscores the need for a more sophisticated and complementary strategy to effectively fight doping – the *Athlete Biological Passport*. (p.4)

Portanto, frente ao surgimento de procedimentos cada vez mais “cientificamente planejados”, os meios analíticos convencionais estariam completamente obsoletos. Para um tipo de doping sofisticado, utilizar exames para detectar a substância proibida na urina do atleta é uma resposta pouco efetiva.

A partir dos procedimentos de teste e análise das amostras biológicas dos atletas, preferencialmente da urina, caracterizada como abordagem direta, pretendia-se produzir provas que relatassem a presença no organismo de substâncias ilícitas. Nas palavras de Aquino Neto, “*O diagnóstico do abuso de drogas no esporte, depende de sua identificação inquestionável em material recolhido do atleta*” (2001,144p), a caracterização do uso de substâncias ilícitas depende, portanto, de um *diagnóstico* químico, capaz de depurar na amostra a presença do metabolito, ou seja, do produto da metabolização de alguma dessas substâncias. Apesar do tom autoevidente desse tipo de abordagem, encontrar o abuso na urina e torná-lo visível e inquestionável não é algo simples – é necessária uma série de procedimentos de isolamento e purificação para que a identificação aconteça. É preciso isolar moléculas de interesse (analitos) e purificar frações para facilitar a identificação dos metabolitos.

Essa capacidade de observar a presença do metabolito, chamada de sensibilidade do teste de detecção, é de fundamental importância para compreendermos a passagem da prova produzida pela abordagem direta para a identificação dos efeitos do uso produzido pelo ABP. Quanto maior a sensibilidade do teste, menor é a quantidade necessária de analitos para efetuar a identificação. Em termos de eficiência do *doping*

control, um teste mais sensível seria capaz de caracterizar a presença de uma substância utilizada muito antes da competição.

Depois de ser isolada e concentrada, a fração nos quais os analitos estão presentes sofre uma nova série de reações para que possa então ser analisada sem correr o risco de ser descaracterizada pelos processos de análise. Para cada substância, um método de análise é utilizado, exigindo do laboratório uma infraestrutura tecnológica específica. Essa simplificação dos procedimentos de análise química empreendidos na *caracterização do abuso de drogas* evidencia o que entendo por uma *cadeia da substância*, essa sequência de procedimentos e de transformações na própria substância necessária para a produção da prova. Isolamento, purificação, derivatização, todos estes complexos procedimentos realizados em um laboratório do departamento de química da Universidade Federal do Rio de Janeiro e descritos pelo seu diretor estão implicados na identificação inquestionável de uma quantidade considerada anormal da substância infame na amostra. O índice identificado por esses procedimentos era comparado com os parâmetros definidos pelas regulamentações antidoping como aceitos para a confirmação de um de um caso positivo de doping. Em outro artigo do professor Aquino Neto (2003, 20p.), encontramos uma tabela com os parâmetros utilizados para comprovar um caso positivo para uso de DihidroTestosterona (DHT) – muitos dos anabolizantes utilizados em várias das modalidades esportivas são variações do DHT.

TABELA 2
Parâmetros aceitos para a confirmação
de um positivo de DHT^{7a}

Parâmetro	Homem	Mulher
DHT	> 20ng/ml	> 18ng/ml
A/E	> 2,9	> 2,1
5 α ,3 α -DIOL/5 β ,3 α -DIOL	> 1,5	> 1,3
DHT/E	> 8,2	> 8,5
DHT/EpiT	> 0,73	> 2,3

^a 5 α ,3 β -DIOL, 3 α ,5 α -androstano diol; 5 α ,3 α -DIOL, 3 α ,5 α -androstano diol; DHT, diidrotestosterona; EpiT, epitestosterona; T, testosterona; A, androsterona e E, etiolanolona.

Sinalizo com esta tabela o final do processo de testagem, a instituição da consistência da prova que revela, na amostra do atleta, um índice que supera os parâmetros instituídos pela agência.

Todos esses procedimentos de análise química até a comparação realizada com os padrões necessários para afirmar um caso positivo de uso de testosterona são procedimentos de purificação empreendidos na tentativa de efetuar e consolidar uma demarcação específica sobre o doping, articulados para efetuar e atualizar uma versão específica do doping, em particular da, em vias de tornar-se obsoleta, abordagem direta. No caso da abordagem direta, a prova estava ali, misturada à urina do atleta. É nesse

momento de caracterização que o doping é apresentado de forma incontestável através da abordagem direta, toda esta sequência percorrida pela substância entre diversos procedimentos de análise e derivações devidamente controladas é evidenciada e nos leva da ampola de Winstrol – passa pelo uso inconsequente e arriscado dos atletas – até o reconhecimento de um índice maior de 0,73 nanogramas por miligrama de testosterona por epitestosterona (razão T/EpiT) na amostra de urina. Nessa configuração, o atleta dopado emerge da representação realizada pela amostra de sua urina e, a partir do tipo de escrutínio, é realizada a passagem de um medalhista a um atleta dopado.

A prova direta apresenta o doping como uma versão condensada de toda esta cadeia. Segundo Aquino Neto, o abuso é apresentado de forma inquestionável. Atualizando as diferenças entre atleta limpo e trapaceiro, entre saúde e trapaça, esses são os procedimentos envolvidos em efetuar esta versão do doping que condensa a variedade de agentes descritos na substância revelada no exame de urina. A abordagem direta é solucionada ao produzir uma razão que acusa a presença da substância exógena. Os seus limites são muito claros, estão na sua dependência de comprovar que a substância ainda está no corpo do atleta. Dependente da sensibilidade da análise e dos testes realizados durante as competições, ou seja, da má administração. Sem um teste especialmente sensível, um atleta que utilizou esteroides com o acompanhamento de um médico especializado muito dificilmente será flagrado, basta parar o uso em um período suficiente para não aparecer nos exames que o *doping control* deixa de ser eficiente e o doping volta àquela condição de invisibilidade que falei anteriormente. Frente a essa epidemia convertida em um sistema integrado de distribuição e administração de drogas de desempenho espalhado por várias modalidades esportivas, essas estratégias são muito pouco eficientes, pois são restritas às formas de detectar o uso.

4.2.1-"A fronteira entre o antidoping e a medicina: o passaporte do atleta"⁴³

Para a agência, o ABP representa uma guinada a uma abordagem médica do antidoping, a possibilidade de driblar as limitações da abordagem direta, como descrito anteriormente, a maneira considerada mais eficiente de responder a uma “epidemia de

43 Título da reportagem sobre o ABP na revista Play True, 2007 issue 2.

doping”, tida como “cientificamente planejada”. Contudo, o que deve ficar claro é que uma nova forma de performar o doping entra em jogo, portanto, uma nova forma de estabelecer os limites entre as quantidades que fazem uma substância transformar-se em ilícita, de reconfigurar o corpo do atleta – em outras palavras, de fazer o doping visível – conquanto, nessa nova abordagem, não apenas a capacidade de comprovar o uso de doping está colocada, mas, principalmente, a possibilidade de monitorar os atletas. Essa abordagem médica refere-se ao acompanhamento longitudinal de padrões de normalidade fisiológica e do respectivo monitoramento de suas variações. A identificação de uma variação anormal indica tanto o uso de uma substância exógena ao corpo do atleta quanto o possível desenvolvimento de uma patologia congênita. Portanto, uma acusação do uso de doping deixa de ter como base para comprovação a identificação da presença de uma quantidade determinada da substância ou do seu metabolito no organismo do atleta, mas a identificação de seus efeitos continuados em padrões hematológicos e esteroidais do organismo. Assim, ela pretende acabar com a circularidade da corrida contra o doping que prendia o combate a um sistema no qual era necessário primeiro identificar um método para depois desenvolver uma maneira eficiente de detectá-lo.

Ao possibilitar o rastreamento desses padrões de normalidade fisiológica e suas variações, a abordagem médica desenvolvida pela agência produz uma interferência, nos termos de Mol (2002), pois os limites entre normalidade e anormalidade integram tanto uma variação ocasionada pelo uso da substância proibida quanto por uma possível patologia do atleta. Se, anteriormente, a “normalidade” da quantidade de uma substância era reconhecida no atleta por meio de um parâmetro pré-determinado, agora o escrutínio é realizado através dos efeitos da substância no organismo do atleta. É o grau de variação de determinados padrões fisiológicos que deve determinar se a presença daquele efeito no organismo é causada pelo uso exógeno ou por uma patologia endógena. Em outras palavras, a abordagem é médica, pois, ao mesmo tempo em que pretende oferecer uma nova modalidade de detecção do doping, apresenta novas maneiras de identificar doenças. O que está sendo traçado agora é o limite entre abuso e patologia. Contudo, os parâmetros instaurados para estabelecer a análise indireta colocam o novo problema da produção da evidência – como calcular quando a variação no padrão é efeito do uso de doping e não de uma doença?

O limite entre diagnóstico de uma patologia e a comprovação do uso de doping é o que precisa ser determinado, mas, ao mesmo tempo, é utilizado para constituir o que os cientistas do laboratório de Lausanne chamam de um *ponto de vista mais médico* (http://www.doping.chuv.ch/en/lad_home/lad-prestations-laboratoire/lad-prestations-laboratoire-passeport.htm, Acesso em: 22/10/2013). O monitoramento biológico seria preciso para ilustrar as alterações biológicas decorrentes de determinados processos patológicos, mesmo não tendo nenhuma ligação com o uso de substâncias proibidas, possibilitando uma intervenção médica precoce e mais eficiente. Essa fronteira entre antidoping e medicina que o ABP pretende desfazer ao acessar os marcadores biológicos passa a estar também demarcada no organismo do atleta por meio do escrutínio realizado pelo dispositivo e a eliminação da confusão entre doping e patologia.

Com todas essas novas possibilidades instauradas pela produção de perfis biológicos, a Wada passou a discutir com todas as signatárias do *Código Mundial Antidopagem* o conceito de passaporte biológico e a sua aplicabilidade, debater sobre a constituição e utilização de bancos de dados com análises longitudinais de variáveis hematológicas dos atletas e a sua aplicação na identificação de alvos para amostragem. Assim, em 2009, foi publicado o primeiro guia operacional do *athlete biological passport*, um protocolo técnico que, nas palavras da própria agência, foi estabelecido com o intuito de “harmonizar” os resultados dos monitoramentos e assegurar a sua consistência legal e científica. É muito ilustrativo quando encontramos nas publicações de um dos principais laboratórios credenciados pela Wada o reconhecimento de que a mudança de abordagem ocorrida no combate ao doping acompanha as mesmas mudanças efetuadas na ciência forense, “[...]from archaic assumptions of absolute certainty and perfection to a more defensible empirical and probabilistic foundation”(ibid). Comparando a atuação de cientistas forenses com a realizada no âmbito de um laboratório credenciado pela Wada, o seu trabalho é caracterizado pela responsabilidade em comprovar a significância da associação de algumas incertezas capazes de indicar o valor de uma determinada evidência. Esses procedimentos acompanham a instauração e o estabelecimento de um sistema de controle de qualidade que envolve a articulação e o credenciamento de laboratórios espalhados pelo planeta, bem como a padronização e atualização de seus procedimentos necessários para controlar as incertezas integrantes do novo regime de comprovação e acusação sobre o

uso de doping – como é o caso dos rigorosos processos de credenciamento de laboratórios, incluindo a elaboração e publicação do *International Standard of Testing* (2011), o documento mandatário responsável por padronizar técnicas de amostragem publicado pela Wada e que faz parte do segundo nível do Programa Mundial antidoping descrito no capítulo anterior. Eles reforçam essa tentativa de garantir que todos os eventos arranjados pela cadeia de custódia do controle de dopagem funcionem de forma integrada e tenham a sua eficiência incontestada.

Além do estabelecimento e aproximação dessa fronteira entre antidoping e medicina, o ABP também pretende transformar o antidoping em uma ciência forense, em contraposição à anterior abordagem policialesca de detecção e punição. Como colocado pelos cientistas do Laboratório antidoping de Lausanne, em sua associação com a fundamentação probabilística e empiricamente defensiva são introduzidos procedimentos comuns à ciência forense, como se houvesse uma passagem entre o flagrante policial realizado a partir da caracterização da presença da substância feita pelo laboratório – ênfase, novamente, produz-se uma nova modalidade de visualização da associação atleta/substância, o atleta representado pela sua amostra biológica – e o desvendamento indireto realizado pela ciência forense, com acompanhamento dos diferentes indícios presentes no organismo do atleta e os procedimentos probabilísticos de validação da prova.

Com todos esses deslocamentos no direcionamento das políticas aplicadas pela agência mundial antidoping, o ABP introduziu, finalmente, a possibilidade de efetuar um “monitoramento inteligente e eficiente”. Essa nova modalidade de monitoramento é dependente de dois princípios radicalmente novos: a análise e o acompanhamento longitudinal dos perfis de maneira que as coletas de sangue sejam feitas durante e fora da temporada de competições com o intuito de aumentar a precisão dos indícios e a identificação do uso por parâmetros indiretos, sem a necessidade da presença da substância na amostra biológica do atleta. Passamos do acontecimento do teste para um tempo estriado, no qual o atleta é transformado em um perfil biológico monitorado por um dispositivo que o tem sob vigilância. Através do mecanismo do ABP, é estendida uma teia extensa de relações na qual o atleta é um ponto definido por padrões de normalidade biológica em constante deslocamento – a possibilidade de monitorá-lo de maneira precisa está nesta nova capacidade de comparação e de acompanhamento longitudinal do seu desenvolvimento fisiológico, criando uma espécie de efeito

panóptico, a partir do qual o atleta está sob constante vigilância, fazendo ressoar o anunciado por Deleuze (1992) sobre a passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle. O passaporte biológico é constituído como um documento que permite ver sem ser visto e como um passe que dá acesso a determinadas competições, premiações e, no limite, ao próprio status de atleta de ponta. Não é mais um prédio que, em sua arquitetura, demarca e disponibiliza certas relações de poder, mas a articulação entre ferramentas informacionais e testes laboratoriais engendrados na tentativa de controlar atletas à distância, fazer com que sintam sempre observados ao garantir que seus marcadores fisiológicos estejam dentro dos padrões esperados.

4.2.2- Como prevenir uma epidemia ou como produzir provas indiretamente?

Quais são as ações necessárias para prevenir essa epidemia? Quais ferramentas são necessárias para empreender esse novo objetivo? É necessário desenvolver um método tão sofisticado quanto o utilizado para burlar o regulamento, é preciso uma contra estratégia a altura. Além de educar e fazer com que os atletas de alto nível se comprometam com as regras do código continuamente revisado, é necessário identificar grupos alvo, ou seja, produzir uma população sobre a qual seja possível perceber a sua suscetibilidade ao uso. Com isso, identificar as figuras contaminadas antes que elas cheguem às competições e firam não apenas o espírito esportivo, mas o próprio compromisso afirmado pela Wada de garantir o direito dos atletas limpos de competirem em igualdade. Passamos de um eixo voltado para a detecção e punição dos atletas para uma estratégia voltada à prevenção na qual, além de elaborar e aplicar novos mecanismos capazes de prevenir o doping, os agentes envolvidos ganham novos estatutos.

A cadeia da substância, revelada diretamente através da amostra de urina realizada durante as competições, é ineficaz. Em outras palavras, o controle mal sucedido mantém o doping invisível relegado a uma zona de indefinição nessa cadeia de comprovação direta do uso de substância ilícita, ou melhor, de elaboração do flagrante, muitos são os empecilhos que podem interrompê-la e, por consequência, impedem com que o doping passe a existir. Para uma política de prevenção funcionar, é necessário antecipar. Nesse jogo de gato e rato do combate antidoping, a tarefa essencial, mas também a mais complicada, é identificar quem são os possíveis ratos, mesmo sem encontrar a substância, conseguir prever onde o seu uso pode ocorrer. Antes de detectar, é preciso monitorar uma população específica de atletas sujeitos ao uso de doping.

É preciso instaurar novas formas de comprovação, passar da descoberta direta da substância para o monitoramento dos rastros e efeitos fisiológicos deixados pela utilização das substâncias ilícitas no organismo de seus usuários, trocar a substância e seus metabolitos presentes na urina dos atletas por marcadores hematológicos e esteroidais sensíveis aos efeitos delas e capazes de demonstrar mudanças nos padrões fisiológicos de cada atleta. O *passaporte biológico do atleta* passou a ser conceitualizado no início dos anos 2000 a partir do momento no qual se indicou a possibilidade de monitorar alguns marcadores de doping no sangue e na urina e, com isso, compor perfis individuais esteroidais (para identificar o uso de anabolizantes ergogênicos), hematológicos (para identificar a utilização de EPO e transfusões de sangue) e endocrinológicos (para HGH, hormônio do crescimento). O primeiro módulo a ser utilizado foi justamente o perfil hematológico, em 2009, com análises em amostras de sangue. Em primeiro de janeiro de 2014, o perfil esteroidal também passou a ser aplicado em amostras de urina.

Mas para falarmos desta mudança de política nas formas de detecção e, por isso, nos novos regimes de verdade (Foucault, 1999) instaurados com o passaporte biológico do atleta é preciso passar por um mediador particular os marcadores biológicos. Objetivamente, esses marcadores são estabelecidos através da reunião de parâmetros biológicos que indicam os efeitos do uso de substâncias ou métodos proibidos. Nessa nova modalidade de análise, o atleta deixa de ser representado pela quantidade de metabolitos presente na amostra de sua urina e passa a ser constituído por um conjunto de concentrações e razões de marcadores presentes em seu sangue ou urina e que, devido à utilização de anabolizantes exógenos, pode acarretar alterações em seu perfil fisiológico. A sobreposição dos sucessivos testes feitos compõe o passaporte sobre o qual é possível realizar uma análise da progressão desses perfis e passar da inferência inicial que partia de um padrão populacional – por exemplo, 4.0 para a razão de T/Epit, apresentado na tabela anterior– para um parâmetro de normalidade individual a partir do qual se torna possível projetar os níveis aceitáveis para o próximo teste. Nessa passagem, para uma abordagem “intra-individual” o atleta vira a sua própria referência e os limites das projeções realizadas através dos testes anteriores, cada vez mais precisos. Uma variação fora das linhas de normalidade esperada, um passaporte com uma marcação atípica sinaliza a utilização de substância exógena ou uma possível patologia. Ao mesmo tempo, o ABP é uma tecnologia mais econômica; com análises

melhores direcionadas evita-se com que técnicas dispendiosas, como IRMS⁴⁴, sejam utilizadas de forma indiscriminada. Nessa direção, a diferença entre os 4.0 de T/Epit para a abordagem intra-individual não é apenas na precisão da prova produzida, mas também econômica.

Dispor longitudinalmente esses perfis, ou melhor, esses conjuntos de marcadores em um mesmo passaporte é o que permite identificar as variações em padrões individuais e, portanto, monitorar atletas com base em sua constituição fisiológica, permitindo a passagem da comprovação realizada através da identificação de derivados da substância proibida na amostra biológica do esportista para o reconhecimento indireto, realizado através da comprovação da análise longitudinal de seus efeitos em marcadores fisiológicos. Esse deslocamento só é possível através da introdução de um novo mediador, o biomarcador⁴⁵. Os marcadores são considerados ferramentas mais eficientes do que o antigo método de detecção direta, pois permitem o fim da corrida ao estabelecem parâmetros que não variam de acordo com o tempo e, mesmo que ainda não sejam conhecidos os marcadores hematológicos sensíveis a algumas substâncias, eles são fortes indicadores para o desenvolvimento de futuros marcadores sensíveis às futuras gerações de substâncias dopantes. É assim que a Wada pretende implementar a sua *no-start rule*. Como citado anteriormente, a razão de testosterona por epitestosterona (T/Epit) é aceita desde os anos oitenta (Aquino Neto, 2002) como padrão e usada como marcador principal do módulo esteroidal do ABP. Se, anteriormente, a eficiência da prova dependia da sensibilidade do teste, os marcadores biológicos dependem de sua estabilidade como referência.

44 IRMS são as iniciais para *Isotope Ratio Mass Spectrometry* e representa uma das técnicas mais efetivas de caracterização de estruturas moleculares e determinar a composição elementar e a dosagem de matrizes complexas, ao mensurar a quantidade de isótopos de determinado átomo na amostra analisada.

45 A precisão reivindicada com o uso dos marcadores, o fundamento básico para o desenvolvimento e a aplicação do ABP talvez não seja tão consistente, quanto os promotores desta tecnologia sugerem, as dúvidas sobre a validade de seu uso como referência para definir a culpa ou a inocência de atletas são fruto de alguns editoriais publicados pela revista *Nature* em seu número 454 em 2008. Nesta edição a revista traz as questões colocadas pelo bioestatístico Donald Berry sobre a validade da metodologia e a clareza dos padrões de validação dos testes, para ele, os testes seriam calibrados lembrando em consideração apenas um numero muito pequeno de voluntários e precisaria incluir grupos maiores de sujeitos dopados e não dopados. Assim, colocando sobre suspeita a validade científica destes testes e, consequentemente, o seu uso legal, a ciência antidoping intenciona promover o *fiar play*, a ciência antidopíng, mas seria muito fechada, quase obscura. Contrapondo os princípios essenciais da boa prática científica, a sua universalidade de acesso e a capacidade de extrapolação. Segundo Berry, as evidência quantitativas utilizadas para acusar o ciclista Floyd Landis não eram conclusivas, pois seriam baseadas em uma lógica e estatísticas frouxas acusando falsamente um inocente.

Portanto, os marcadores fornecem um registro biológico longitudinal acessível para acompanhar ou identificar os efeitos do doping na constituição fisiológica dos atletas. Contudo, para transformá-los em fortes evidências em um sistema de comprovação indireta é preciso avaliar uma série de fatores heterogêneos capazes de influenciarem o marcador e enfraquecerem a sua cadeia de causalidade. Por isso, certos aspectos são imprescindíveis à qualificação de um marcador, como o conhecimento dos componentes responsáveis por suas variações. Para estabilizar a relação de causalidade estabelecida entre marcador e evidência de doping, é preciso conhecer a natureza dos outros fatores heterogêneos que influenciam variações em um marcador – por exemplo, a exposição a certas altitudes podem acarretar em um falso positivo para EPO, fator que pode influenciar tanto o transporte de amostras de sangue como quando atletas fazem os habituais treinos em altitude. Cabe salientar, que a altitude é um problema particular para o módulo hematológico do passaporte, diferenças na altitude podem apresentar variações na quantidade de hemoglobina do sangue. Essas diferenças precisam ser explicitadas e computadas pelo modelo probabilístico utilizado para identificar o uso de doping. No caso particular da “resistência”, que a altitude oferece à estabilidade dos marcadores, ela é combatida pelo esforço da agência em padronizar e garantir o respeito a todos protocolos do ABP. Um dos principais dispositivos de harmonização do ABP é, justamente, o seu formulário desenvolvido de forma a garantir a com que todas resistências e contingências que possam interferir na consistência do teste sejam desconsideradas. Todas as informações capturadas pelo formulário transformam-se em variáveis a serem incorporadas e recalculadas a partir da nova forma de ordenar variáveis e inferir causalidades, portanto, conseguir comprovar o uso de doping.

Ainda é preciso realizar um número maior de testes e começar a privilegiar as testagens realizadas nos períodos fora de competição⁴⁶ para estender e esmiuçar a capacidade de analisar longitudinalmente esses perfis. Monitorar requer uma nova distribuição dos testes. Passamos dos testes realizados durante as competições para a análise longitudinal de uma quantidade maior de testes, como se estivessem sendo operadas duas diferentes temporalidades. Na primeira, o teste pretendia produzir um

46 Como vimos os testes fora de competição são uma exigência do código e são uma política existente desde os anos 90. Não é uma particularidade do ABP, mas um dos seus princípios fundamentais, já que o novo sistema precisa de um número maior de testes, quanto mais teste a análise longitudinal realizada é mais precisa.

evento, um momento intenso, o teste realizado logo após o pódio, a condução do atleta realizada pelo oficial com o seu colete vermelho escrito “controle de dopagem”, atravessando entre os outros nadadores e perante toda arquibancada em direção ao local onde a coleta será feita. Esse momento que envolve o ritual da coleta uniria o uso ilícito feito por aquele campeão e o momento da comprovação iniciado na coleta. Enquanto, com a análise longitudinal, o tempo é extenso, pois depende da possibilidade de aumentar o número de testes para aumentar a precisão da análise e, portanto, precisão e qualidade da vigilância, ao passo que, ao identificar variações suspeitas, possibilita a realização de testes em momentos surpresas, acabando com a eficiência da administração de esteroides feita em microdoses ou interrompida nas vésperas das competições. Cabe ressaltar que os testes durante as competições não foram aposentados, continuam em vigor mesmo com a ênfase dada aos exames *out-of-competition*.

4.2.3-Da prova bioquímica aos efeitos de verdade estatísticos

O passaporte é o registro digital que contém todas as informações individuais de um atleta, não só os resultados dos testes realizados e a variação dos marcadores, mas dados como idade, gênero, etnicidade, histórico de exposição à altitude, uso de medicamentos etc.. A composição desses perfis biológicos é baseada em três aspectos – a abordagem multiparamétrica, a análise longitudinal e a inclusão de fatores heterogêneos – e depende da introdução de um *Modelo Adaptativo*, um software fornecido pela Wada, utilizado para calcular e comparar as variações presentes nos marcadores biológicos individuais e estimar se essas variações correspondem a condições fisiológicas normais. A abordagem direta era resolvida principalmente através de um diagnóstico químico, no qual os procedimentos analíticos de purificação e derivação realizados se confundiam com os procedimentos de purificação necessários para demarcar o atleta e tornar o doping visível; com a análise dos perfis biológicos, a comprovação do uso de doping depende da aplicação de uma avaliação matemática rigorosa, ou melhor, de introdução de técnicas de inferência probabilística utilizadas para avaliar o peso de determinadas evidências e a identificação de uma condição fisiológica não usual. Da caracterização química, vamos a um cálculo que reduz a probabilidade da variação indicada pelo teste de representar um caso de falso-positivo.

Troca-se a indicação do doping através da presença de substância exógena, a partir da razão T/EpiT, pela indicação probabilística de que podemos acreditar que a variação indicada pela análise longitudinal dos marcadores biológicos representa um verdadeiro positivo de uso de doping.

Esse ponto é fundamental para introduzirmos alguns princípios conceituais inseridos nessa nova modalidade de combate de doping, pois é esse tipo de procedimento baseado em fundamentos da causalidade probabilística condicional da lei de Bayes que dão credibilidade à prova indireta produzida pelo ABP. Passa a ser possível desenvolver uma estratégia complementar necessária para identificar o uso de substâncias proibidas indiretamente. Constituir a credibilidade da prova não depende, simplesmente, da objetividade pretensamente conferida pelos princípios matemáticos; o que deve ser ressaltado é o modo de ordenar variáveis estabelecido através da lógica bayesiana. Portanto, os princípios probabilísticos utilizados para constituir o ABP são aqui descritos através de seus efeitos políticos, como um artefato necessário para produzir os deslocamentos almejados através da introdução do ABP. São esses deslocamentos que precisam ser descritos, o processo de aprendizagem acessado pela lógica bayesiana não é a da determinação entre certo e errado, entre o objetivo e subjetivo, o que se busca é uma maneira particular de ordenar os dados produzidos pelos testes e por seus protocolos e aprender continuamente com as sucessivas experiências que agregam à ordem de dados iniciais novos parâmetros. Em outras palavras, passar da referência populacional inicial ao índice intra-individual depurado através da sucessão e justaposição dos testes.

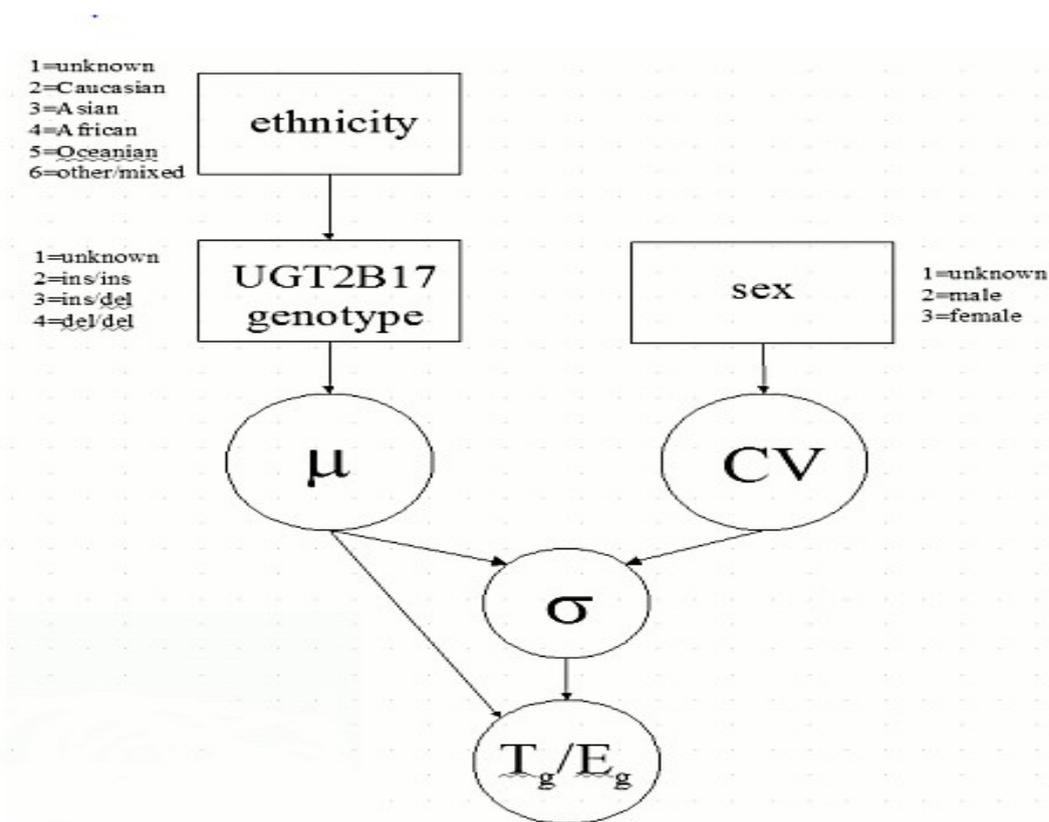
O reverendo Thomas Bayes (1702-1761) estava interessado solucionar um complicado desafio sobre a determinação de uma área em uma mesa de bilhar dividida em A e B por um risco através do conhecimento do número de vezes que uma bola de bilhar ao ser jogada na mesa caía em um dos lados. O que é chamado atualmente de lei ou teorema de Bayes é uma simplificação do raciocínio desenvolvido por ele. Até mais ou menos a década de trinta essa forma de ordenar dados e estabelecer graus de causalidade utilizados para pensar indutivamente esteve relegado aos curiosos interessados em angariar benefícios em jogos de azar (McGrane, 2011). Hoje, muitos creditam a abordagem Bayesiana uma revolução no pensamento lógico, da qual estamos apenas agora atingindo as suas reais implicações. Como mostram McGrane (2011) e Kockelman (2013), as aplicações para essa forma de estabelecer relações de causalidade

multiplicaram-se e são utilizadas em diferentes áreas, desde filtros de spam para e-mail até a validação dos diagnósticos de testes de câncer de mama, utilizada para inferir a probabilidade de um teste ser um falso-positivo. Com isso, quero sinalizar que o que está em jogo é a capacidade do próprio raciocínio de se adaptar às experiências recentes e conseguir inferir sobre o grau de credibilidade de determinadas relações causais.

Hacking (2000) apresenta a lei de Bayes ou, mais especificamente, os desdobramentos da forma bayesiana de ordenar o pensamento como uma das duas evasivas ao problema humeniano da indução, pois, ao introduzir essa lógica de readequação às novas evidências, Bayes estabelece uma forma racional de aprender com a experiência e contornar o ceticismo de Hume sobre pensar indutivamente. Se Hume questionava o que nos leva a pensar que podemos estabelecer relações de causalidade entre passado e futuro, Bayes respondeu que a experiência não nos permite estabelecer verdades sólidas, mas faz com que aumentemos a consistência indutiva dessas relações e, com isso, possamos agir de maneira mais segura. Como salienta Hacking, na lógica bayesiana o pensamento é um empreendimento aberto à experiência, não existe um limite para o pensar já não há a constatação de uma verdade absoluta que encerre o pensamento. Por isso essa modalidade de ordenar dados prévios e novas experiências está presente na base de tantos dispositivos contemporâneos, por possibilitar uma abertura ao processamento de dados. No caso do antidoping, trocamos os procedimentos agenciados na caracterização da “*prova inquestionável*” do professor Aquino Neto pelas redes bayesianas e seus “*efeitos de verdade*”, como sugerido pelos cientistas Laboratório de Lausanne.

A cadeia da substância e a figura quase linear do controle de dopagem fundamentavam a evidência ao efetuarem a caracterização direta do metabolito da substância ilícita na urina, deflagrando o momento do uso na amostra biológica depois de uma série de procedimentos de isolamento e purificação – com o passaporte biológico, a figura é outra: não a da linearidade que leva do uso à auto evidência agenciada através do laboratório, mas a um modelo de gráfico acíclico que não procura evidenciar a presença da substância, mas identificar o grau de interdependência de inúmeras variáveis, assim, aumentando o grau de crença da evidência produzida. A figura acíclica da rede bayesiana tem como intenção estabelecer um modelo capaz de dar coerência a uma estrutura de relações entre uma série de causas e provas científicas para, assim, poder estimar “*the effect of knowing the truth of one proposition on the*

plausability of other propositions” (http://www.doping.chuv.ch/en/lad_home/lad-prestations-laboratoire/lad-prestations-laboratoire-passeport/lad-prestations-laboratoire-passeport-bn-sang.htm Acesso em: 22/10/2013). A verdade não é mais da inquestionável presença, mas um efeito produzido pela avaliação das relações de causalidade estabelecidas entre as diferentes proposições, a verdade fundamentada sobre causalidade indireta. Esse tipo de raciocínio permite calcular a proporção de falsos positivos de cada teste – no caso dos testes antidoping, permite inferir que a variação de um determinado perfil tem como causa a utilização de um anabolizante exógeno e não uma variação patológica. Como representada no site⁴⁷ do Laboratoire Suisse d’Analisis du Dopage e em Sottas e alli (2007), a rede bayesiana utilizada para estimar a validade do marcador razão de testosterona por epitestosterona registrado em um passaporte esteroideal⁴⁸ estabelece a seguinte forma de ordenar os efeitos de causalidade dessa série de variáveis.



47 http://www.doping.chuv.ch/en/lad_home/lad-prestations-laboratoire/lad-prestations-laboratoire-passeport/lad-prestations-laboratoire-passeport-bn-t_e.htm (acesso: 23/10/2013)

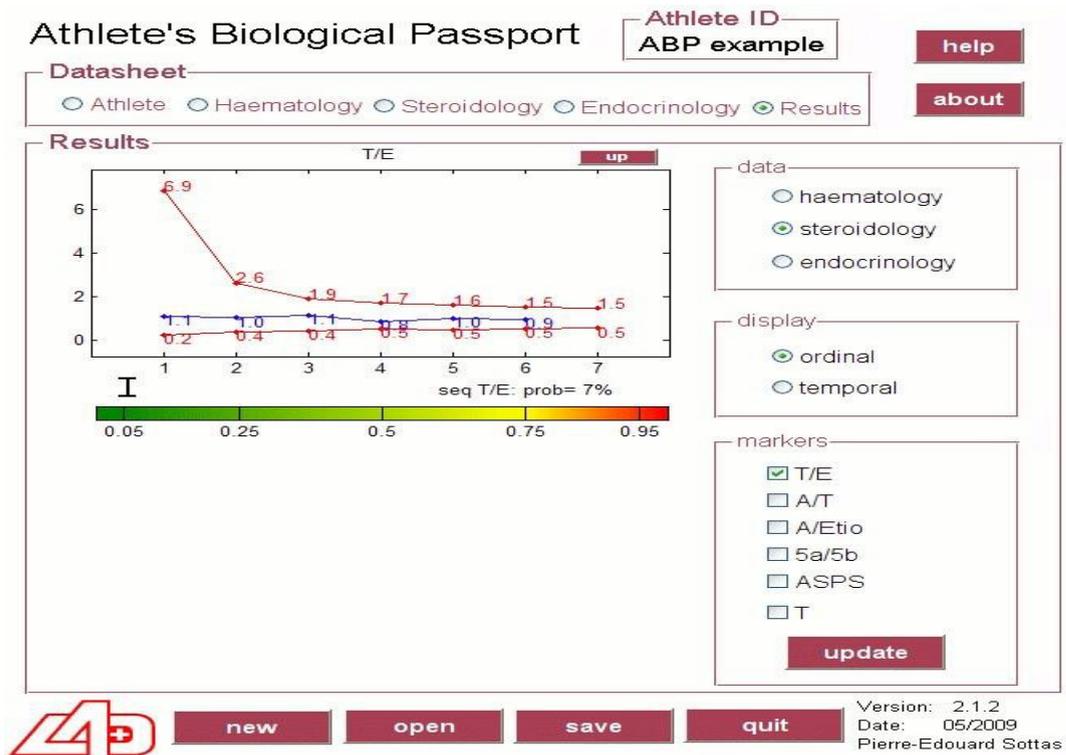
48 Para um gráfico do modulo hematológico do ABP ver: http://www.doping.chuv.ch/en/lad_home/lad-prestations-laboratoire/lad-prestations-laboratoire-passeport/lad-prestations-laboratoire-passeport-bn-sang.htm .

Para compreender o arranjo sugerido por este gráfico, precisamos notar que ele ordena pelo menos dois tipos de variáveis representadas pelos retângulos e pelos círculos. Os primeiros indicam as variáveis discretas, enquanto os segundo são as variáveis contínuas e as setas representam as relações causais. Para interpretar essa rede bayesiana, ainda é necessário saber que ela está baseada sobre o conhecimento prévio de que, raramente, um atleta tem uma razão T/EpiT maior do que 4.0 e, portanto, o coeficiente de variação da população, o CV representado no gráfico, também é, raramente, maior do que 30%. Em função desses conhecimentos prévios, é possível estimar os valores individuais de T/EpiT. Qualquer valor superior ao estimado é considerado anormal neste primeiro momento. À medida que novos testes vão sendo realizados e trazendo consigo novas evidências para o esquema, os índices de T/EpiT começam a ser adaptados, as distribuições iniciais vão progressivamente mudando, ficando paulatinamente individualizadas. Essa descrição é o que anteriormente citei como a passagem de parâmetros populacionais em direção a uma abordagem “intra-individual”, utilizando como referência as publicações deste laboratório de Lausanne. Essa é a sua representação gráfica – é importante que seja ressaltado como as relações precisam ser ordenadas para estabelecer o processo de adaptação de variáveis e transformar o atleta em referência de si mesmo.

Esse gráfico é chamado de acíclico, justamente, porque ele sugere que sigamos as setas com o objetivo de visualizarmos as relações de causalidade envolvidas na produção de determinado efeito – aqui, o marcador razão de T/E. O gráfico é acíclico, mas não linear, pois sinaliza para a interação de uma variedade de causas – nesse caso, encontramos pelo menos duas muito claras, mas, se prestarmos atenção, veremos que existem algumas combinações que nos levam à razão de T/E. Contudo, a lei de Bayes sugere que leiamos o gráfico de trás para frente, partindo dos efeitos para estimar a plausibilidade de afirmarmos as causas de uma determinada variação, em outras palavras, estimar o grau de certeza com que podemos afirmar que tal efeito decorre de um determinado conjunto de causas. Com relação ao doping, seria possível aumentar o grau de confiança em afirmar que a variação ocorrida na razão de T/EpiT é efeito do uso de anabolizante exógeno ou de alguma disfunção do próprio organismo do atleta, a afirmação que decorre é uma inferência probabilística. Portanto, não há substância nem definição, mas um aumento no grau de capacidade de afirmar as causas dos rastros

deixados pela substância. Ao mesmo tempo, esse procedimento abre a possibilidade de, a cada nova evidência, a cada teste com um novo índice de T/EpiT, atualizar o raciocínio e torná-lo mais preciso.

Para o controle de dopagem, realizar a associação entre a estabilidade dos marcadores e a avaliação sobre a plausibilidade de determinadas relações causais pela lei de Bayes é o que permite o estabelecimento do regime de monitoramento preciso. Finalmente, passar de uma política de detecção e punição para uma política de prevenção, o estabelecimento de sua *no-start rule*. Garantindo o acompanhamento preciso de mudanças na estrutura fisiológica dos atletas, a realização de testes surpresas e a análise laboratorial mais específica. Por fim, impedindo com que esses atletas cheguem a grandes competições esportivas. O ABP estabelece um registro extenso com dados dos atletas e a possibilidade de analisar longitudinalmente os resultados dos testes e, com isso, visualizar a sua variação. A associação entre marcadores e inferência bayesiana permite produzir uma imagem precisa da progressão dos índices fisiológicos individuais de cada atleta, uma visualidade da qual depende o monitoramento e, portanto, uma nova forma de garantir a eficiência do controle de dopagem. Na cadeia da substância do diagnóstico químico, a comprovação é feita através da comparação do resultado do teste com uma tabela com a definição dos limites aceitáveis de determinadas substâncias. No ABP, uma imagem com a variação do perfil do atleta é produzida. Essa imagem é fundamental para poder vigiar o atleta que é transformado em um índice em progressão ao produzir uma espécie de efeito panóptico. Como é possível vermos a seguir:



http://www.doping.chuv.ch/en/lad_home/lad-prestations-laboratoire/lad-prestations-laboratoire-passeport/lad-prestations-laboratoire-passeport-steroid.htm (Acesso: 23/10/2013)

Esta imagem indica o perfil longitudinal do marcador razão de T/EpiT, o acompanhamento da contínua progressão de seu organismo. Esse atleta foi testado seis vezes e, como vemos, a linha azul que representa a variação do perfil oscilou pouco em torno de 1.0 dentro dos padrões considerados normais para um homem adulto. Uma variação discrepante mais próxima das linhas vermelhas sugeriria o uso exógeno de anabolizantes ou alguma variação genética do atleta. Essas linhas representam os limites individuais e vão, paulatinamente, ficando mais específicas e precisas. A variação sugerida para um possível sétimo teste é ainda mais estreita. Nesse nível de precisão, mesmo a administração de microdoses de anabolizantes poderia ser acusada. A discrepância do primeiro índice com relação aos outros chama atenção, pois ele é a referência *a priori* utilizada para balizar o primeiro teste. Nesse momento, o padrão esteroidal utilizado para realizar a inferência ainda é populacional. A cada novo teste, as referências representadas pelas linhas vermelhas afunilam, pois passam a utilizar as evidências produzidas pelos novos testes para mudar a referência *a priori* que vai se tornando mais individualizada. Portanto, nessa imagem temos inscrita a passagem da

abordagem populacional à intra-individual, a emergência de um dispositivo de monitoramento.

Essa imagem da análise longitudinal proporcionada pelo ABP é o artefato que estabiliza uma forma de ordenar variáveis, cruzar marcadores biológicos com os princípios da inferência bayesiana e oferecer, pela primeira vez, uma estratégia antidoping capaz de monitorar atletas e contornar o sistema de detecção e punição –com isso, coibir o “*doping cientificamente planejado*” e tomar providências antes que esses atletas cheguem às competições. Essa imagem sintetiza uma nova política de prevenção empreendida pela Wada. Finalmente, no jogo de gato e rato, o gato começa a cercar o rato, a aprender a antecipar os movimentos do rato. Fiz questão de realizar esse percurso, partir das implicações de uma forma particular de raciocínio matemático em direção à imagem produzida pela justaposição destas informações, na tentativa de descrever como se torna possível realizar essa nova versão da luta antidoping, realizar a tradução que faz com que a luta antidoping passe da punição em direção à prevenção, do atleta dopado ao atleta monitorado. Novamente, o que está em jogo não é a simples capacidade de detectar o uso de substâncias ilícitas e marcar sobre o atleta detectado o imoral estigma de dopado, mas a possibilidade de transformar atletas em índices monitoráveis e, assim, aumentar a sensação de vigilância sobre eles.

Contudo, esse agenciamento sociotécnico que proporciona o monitoramento dos atletas também implica em outra forma de falar sobre a verdade do corpo, agora mediada por biomarcadores analisados continuamente. As estratégias antidoping empreendem uma variedade de dispositivos responsáveis por efetuarem a demarcação e reiteração da naturalidade do corpo, inúmeros dispositivos de purificação, traçando o limite entre um corpo considerado natural e a artificialidade do doping. O ABP, em particular, produz uma versão específica desse corpo natural, no qual o padrão de normalidade que enquadra o corpo não utiliza mais um índice populacional como referência, mas os efeitos de verdade da lógica probabilística que possibilitam transformar normalidade em um índice intra-individual e acompanhá-lo longitudinalmente. A particularidade da passagem da abordagem direta para a produção de perfis está na nova maneira de traduzir materialmente o corpo implicada pelo ABP. A diferença entre a referência populacional à referência intra-individual implica em diferentes formas de interpretar e, simultaneamente, controlar o corpo.

4.4-O novo regime de informação: um sistema de monitoramento eficiente e preciso

Ainda é necessário dar mais um passo nesse percurso de desagregação do ABP. O que pretendo apresentar é a sua interface informacional: além da cadeia de testes fora de competição e análise longitudinal de resultados, uma cadeia informacional precisa ser engendrada para garantir a circulação e eficiência do ABP. Não apenas a circulação dos resultados, mas toda a elaboração do passaporte, desde o momento da realização do teste até a disposição do processo de acusação. A cadeia de estágios de realização do controle de dopagem acontece através da integração destas duas cadeias, do teste ao processo e de circulação de informação, pois é imprescindível para este modelo de monitoramento transformar os resultados dos testes em informações acessíveis para todas as signatárias da agência de forma rápida e simples. Em outras palavras, ligada transversalmente à sequência de análises multiparamétricas sustentada pelo ABP, há outra cadeia constituída por informações produzidas pelos diferentes agentes articulados na constituição do controle de dopagem, dos oficiais aos médicos, do painel de especialistas responsável por analisar cada passaporte individualmente ao atleta.

São planejamentos e resultados de testes, dados sobre a localização dos atletas, indicação de audiências e apelações que precisam circular entre os diversos envolvidos no combate ao doping para este funcionar com o máximo de eficiência. Para fazer o doping visível através dessa nova modalidade de controle de dopagem, o ABP é integrado por ferramentas informacionais desenvolvidas recentemente pela Wada em um processo extenso de standardização de procedimentos do qual depende o seu funcionamento. Para isso, é inevitável voltarmos à revista *Play True* sobre Harmonização, para encontrarmos o dispositivo informacional definido como harmonização via tecnologia: o Adams (AntiDoping Administration and Management Systems). Ele foi lançado em sua versão piloto em 2005 e é a ferramenta implementada para garantir a circulação e padronização de toda informação produzida pela agência e suas signatárias de acesso pela internet. A sua tarefa principal é simplificar as atividades das diversas organizações e dos atletas envolvidos, simplificação que incrementaria a eficiência do combate ao doping. Nesse sentido, ele não é apenas a ferramenta que permite as informações produzidas pelo controle de dopagem circularem de forma padronizada e eficiente, mas é uma ferramenta que articula toda a comunicação dos agentes envolvidos em combater o doping de forma global.

O Adams tem quatro funções que remetem às atividades-chave das operações antidoping: acesso e registro de informação sobre a localização dos atletas (*whereabouts*), plataforma de armazenamento de todos os dados produzidos pelo controle antidoping, plataforma de acesso das signatárias, servindo para coordenar e planejar os testes, bem como a disposição dos seus resultados, ou seja, o acompanhamento contínuo de toda cadeia de custódia envolvida na construção do controle de dopagem, desde o planejamento da ação até os seus últimos graus de efetuação, como a instauração e desenvolvimento dos processos disciplinares. Por último, o Adams também é utilizado para administrar os casos de exceções nos quais é permitido fazer o uso de alguma substância.

Devo ressaltar que o acesso é feito em vários níveis de maneira que todas as informações circulem em diferentes camadas e, em alguns casos, tenham o acesso restringido para alguns signatários.

Web-based database management system that simplifies the daily activities of all stakeholders and athletes involved in the anti-doping system—from athletes providing whereabouts information, to anti-doping organizations ordering tests, to laboratories reporting results, to anti-doping organizations managing results. It is easy to use, available in several languages, and free to WADA's stakeholders, increasing the efficiency and effectiveness of the fight against doping in sport. (Em: <http://www.wadaama.org/en/ADAMS/ADAMS-Updates/> em: 15 maio 2013.)

O Adams é a interface informacional desta versão do doping, necessária para integrar todas as ações envolvidas no controle de dopagem. A agência mundial antidoping reivindica para si o papel de desenvolvedora de programas antidoping e da integração das diversas entidades nacionais e internacionais, das federações esportivas e laboratórios credenciados envolvidos em sua luta. Nesse sentido, a função essencial destas ferramentas de gestão de informações é padronizar os seus procedimentos e garantir a circulação da informação produzida para, assim, possibilitar o funcionamento eficaz desses padrões. É necessário salientar que todo discurso que fundamenta a instauração dessa interface é de otimização e incremento do controle através da simplificação da informação. Em contrapartida, a aplicação e funcionamento adequado destas técnicas de monitoramento são responsabilidade das suas signatárias. Enquanto a própria agência define-se como uma entidade que produz e regula informação, o seu papel seria o de estabelecer o funcionamento da cadeia informacional e armazenar toda a informação produzida em vista de integrar as diversas entidades. Centralizar toda essa informação e garantir a sua circulação eficiente, mas restrita, é um passo fundamental

na constituição da Wada como um “ponto de passagem obrigatório” (Law, 1992) de todas as estratégias antidoping, portanto, como agente responsável por possibilitar a convergência e articulação entre todos personagens envolvidos, mas, além de tudo, é o principal agente na estabilização e consolidação de uma forma emergente de problematizar o doping, como sinalizado no capítulo anterior.

Nesse sentido, podemos compreender, na integração entre passaporte biológico com o Adams, a elaboração de um artefato produtor de “móveis imutáveis” (Latour, 2001), pois precisa permitir a mobilidade e imutabilidade das informações que produz e transporta. Assim, tem-se a necessária consolidação de um mecanismo de controle que busca controlar e codificar práticas de dopagem heterogêneas ao instaurar um novo meio de visualizar e produzir enunciações sobre o doping. A particularidade desse novo modo de ordenar e performar o doping está na maneira como arranja a produção e a circulação dessas informações cruciais para obter os resultados efetivos e precisos. Somente ao integrar *whereabouts*, Adams e ABP que o monitoramento inteligente torna-se possível e, com ele, a possibilidade de conceber o doping não apenas como o consumo de substâncias proibidas, mas como mudanças contínuas na constituição fisiológica do corpo do atleta. Nessa atividade de comprovação, as cadeias informacionais engendradas têm a sua atividade política de controle e invenção de uma nova ontologia do doping.

4.5-0 Passaporte Biológico do Atleta: um novo acesso ao esporte de alta performance

O mais interessante é que, através da constituição dessa nova versão, ao mesmo tempo, fisiológica e probabilística do corpo, ele é transformado em um material passível de ser monitorado, um novo regime de controle é instaurado a partir das traduções responsáveis pela emergência dessa nova versão do corpo do atleta. Assim, além de estabelecer novas diretrizes às estratégias antidoping, inaugurando a possibilidade de monitorar o atleta e de comprovar o uso de substâncias proibidas através de seus efeitos, o passaporte biológico ainda constitui uma nova modalidade de documento que coloca um problema de legibilidade (Das; Poole, 2004), pois estabelece, *a priori*, a fronteira entre quem pode e quem não pode participar das competições esportivas de alto rendimento. O passaporte em sua função mais evidente funciona como o documento que garante o acesso dos atletas a estas competições ao apresentar-se como um registro

médico capaz de identificar variações muito pequenas na fisiologia do atleta e, assim, possíveis patologias ou, como sugerido pela laboratório de Lausanne, como um atestado de idoneidade dos atletas, usado para comprovar, que de fato são *clean athletes* e agem de acordo com o *fair play*. A idoneidade dos atletas e comprovada pelo minucioso escrutínio de seus marcadores fisiológicos, é preciso o acesso a este nível molecular. Ou ainda a sua utilização como mecanismo de monitoramento inovador que desloca toda execução do *doping control* ao pretender substituir um regime de detecção e punição, por outro de prevenção e monitoramento. Indispensavelmente vinculado à produção de um novo tipo de prova sobre o uso de substâncias ilícitas, que substituí o diagnóstico químico por um procedimento de raciocínio probabilístico.

Podemos utilizar, novamente, a perspectiva da sociologia das associações de Tarde para compreender sua multifuncionalidade como uma capacidade de produzir efeitos híbridos que arregimentam funções médicas, esportivas e jurídicas. Portanto, o ABP não está alocado nas fronteiras de três supostas áreas, mas através da constituição desse registro essa articulação torna-se possível e, assim, o antidoping é apresentado como um movimento homogêneo formulado sob os valores médicos e esportivos. Como trazido anteriormente, o ABP pode ser abordado através de diferentes movimentos de homogeneização e heterogeneização – o primeiro identificado em sua capacidade de produzir uma nova versão do corpo do atleta em suas variações normais e “dopadas” e o segundo em sua atuação e funcionalidade diversificada.

Essa multifuncionalidade é uma potencialidade particular da confecção desse documento e faz reincidir uma figura muito parecida com aquela formulada por Guatarri (Deleuze, 1992) sobre as sociedades de controle. O passaporte biológico é muito parecido com um passe que permite e restringe o acesso a determinadas regiões de um espaço estriado pelas coordenadas de um regime de vigilância. A enorme quantidade de dados produzidos dá um novo estatuto às formas e dispositivos capazes de processar e organizar esses dados. Dessa forma de, a composição de perfis e passaportes biológicos efetua uma modalidade particular de ordenar esses dados, em vista da instauração de uma mudança de estratégia de combate que culmina na elaboração de um novo e transformador mecanismo de monitoramento. Mas essas profundas mudanças possibilitadas pelo surgimento do ABP colocaram novos problemas a serem resolvidos com a instauração de novas séries heterogêneas e a produção e reciclagem de outros artefatos.

Por fim, talvez o ponto mais relevante desse capítulo seja a ideia da imagem como interpretada através deste reconfigurado sistema de monitoramento produzido pela Wada, descrita através das relações desse agenciamento sociotécnicos. A partir do esforço engajado nesses processos de organização e arranjo de diversos elementos, testes laboratoriais, inferência probabilística, sistemas informacionais, relações entre laboratórios, procedimentos de padronização etc., são elicitadas novas interpretações sobre o atleta, seu corpo e o doping e um renovado regime de poder. Em particular, uma nova modalidade de vigilância é instaurada – dependente destas relações empreendidas entre uma variedade de elementos, operando através da extração de amostras biológicas dos atletas, sangue e urina e do preenchimento de um formulário, no qual são registradas especificidades sobre a sua localização, origem étnica e idade, imprescindíveis para garantir a precisão da tradução efetuada. Portanto, a imagem não é, simplesmente, uma representação, mas ela promove uma base para estabilizar uma versão muito particular do doping, o atleta monitorado continuamente.

Considerações Finais

O ator é como um verdadeiro atleta físico, mas com a ressalva surpreendente de que ao organismo do atleta corresponde um organismo afetivo análogo, e que é paralelo ao outro, que é como o duplo do outro embora não aja no mesmo plano.

O ator é como um atleta do coração.

(Antonin Artaud, O Teatro e seu duplo.)

O doping como heterogeneidade

O percurso que propus percorrer no início desta dissertação pode ser apresentado como a afirmação do doping como um *anthropological problem*, uma fora que tensiona os limites do que concebemos como humano, demarcado na forma em que formulamos um corpo compreendido como humano, híbrido de matéria e espírito humanos e que tem no esporte de alta performance um dos principais agenciamentos responsáveis por sua reiteração e atualização, em contraposição ao que foi sugerido logo no início do debate do canal esportivo ESPN pelo seu apresentador, ao identificar o doping como “*o assunto mais polêmico do esporte*” – polêmico por levantar suspeitas sobre atletas, federações, comitês organizadores das maiores competições, mas, sistematicamente silenciado. Ao diferenciar problema e polêmica, pretendi estabelecer uma perspectiva interessada em descrever como esses limites são objeto de contínua disputa, sendo continuamente atualizados tanto através das estratégias empreendidas na luta contra o doping quanto no minucioso cotidiano de formação e treinamento de atletas de ponta.

Nessa direção, o doping não poderia ser descrito como um problema individual, recôndito no comportamento imoral de alguns atletas ou determinado pelas pressões do próprio sistema esportivo, que os levariam a usar substâncias perigosas em busca dos louros das vitórias esportivas – entendam-se os seus benefícios socioeconômicos. Procurei apresentar o doping não como um problema individual, respondido pelo atleta, trapaceiro ou vitimado pelas pressões do esporte, mas como um problema antropológico que, a partir de uma abordagem voltada a sua constituição sociotécnica, ganha novo escopo. A partir desse caráter associativo e coletivo no sentido desenvolvido pela TAR, o doping é um acontecimento implicado em diferentes redes sociotécnicas, composto e composto por elementos heterogêneos.

Não parti do silêncio do doping, da suspeita ou da associação entre atleta e substância ilícita, atitude imoral e incansável busca pela vitória, os quase inevitáveis termos do binômio doping antidoping, mas dos espaços onde o doping é continuamente enunciado como problema, elaborado e combatido. Um objeto movediço e processual descrito através das formas de dispor e ordenar elementos heterogêneos: materiais e conceituais; substâncias bioquímicas e agências governamentais, estabelecendo as condições de possibilidade, mesmo que apenas provisórias, do que pode ser concebido como doping ou antidoping. Esse horizonte de possibilidades analíticas permite a realização de um deslocamento ético ao explicitar a multiplicidade dos processos que configuram e atualizam a figura histórica do *anthropos* – conseguimos encarar diferentes versões do doping, não mais pautadas pelo binômio.

A diferença ético-política entre problema e polêmica é colocada por Michel Foucault em entrevista para Paul Rabinow e Hubert Dreyfuss em 1983 (Rabinow; Biehl, 1999) Ao ser questionado por que não costumava entrar em polêmicas, o filósofo responde que o polemista não costuma entrar em diálogos, pois “*não lida com um interlocutor, mas com um suspeito; colhe provas da sua culpa, designa a infração cometida por ele, emite um veredicto e o condena.*”(p.18) Na polêmica não há conversação, apenas cumprimento de determinados papéis, a reincidência de certas práticas políticas, jurídicas e religiosas. O problema abre um diálogo, reconhece posições em deslocamento e momentos de readequação dessas posições iniciais, indicando dois projetos éticos diferentes, duas formas de constituir a relação com o *outro*, mas também consigo mesmo.

Nesse sentido, abordar o doping como uma problematização implica uma série de posicionamentos éticos e políticos que tomam como ponto de partida as relações diferenciais que, no caso do doping, impossibilitam reduzir determinadas práticas ou argumentos a imoralidade, ao mesmo tempo em que pergunta o que elas podem dizer sobre o esporte e sobre o corpo, então, colocados em perspectiva. Nesse caso, o *outro* em questão é o corpo redefinido tanto pelas estratégias de detecção implementadas pela agência mundial antidoping como pelo esforço incansável de um técnico de natação em lapidar e modificar o movimento de seus nadadores. Essas diferentes versões do corpo agenciado nas relações empreendidas na extensão dos coletivos sociotécnicos são atualizadas como efeitos de relações diferenciais e estabelecem horizontes de

possibilidades para imaginarmos e atualizarmos novas versões materiais do corpo que, em alguns momentos, parece deixar de ser humano.

Assim, indiquei a necessidade de descrevermos esses corpos emersos das relações estabelecidas pelas e nas estratégias antidoping, bem como na busca incessante pela alta performance como corpos cosmopolíticos. Latour enfatiza que a posse da consciência sobre o nosso cosmopolitismo nos leva a colocar de lado as usuais distinções entre natureza e sociedade, objetividade e subjetividade e, principalmente, a distinção entre os dois tipos de política. Esse cosmopolitismo traz à cena uma miríade de novos atores que, por já não estarem mais escondidos sob a sombra dos monumentos da *pólis*, não estão divididos entre si. Nesse novo horizonte de possibilidades conceituais, a noção de mediação sociotécnica tem um papel fundamental por descrever agenciamentos complexos que engajam atores humanos e não-humanos. Na “ontologia prática” do cosmopolitismo, a agência desses múltiplos atores é fundamental – sem essas mediações, toda interação esvai-se em pouco tempo, é necessário o arranjo com os diversos atores para poder prosseguir em frente. Dessa maneira, se for da *pólis* demarcada pela epistemologia-política do acordo modernista em sua distinção entre natureza e sociedade, fato e feito, físico e moral, que falamos sobre o corpo quando nos damos conta de que nossos corpos não são somente aglomerados de tecidos, nervos, músculos, mas formações mediadas por estes diversos agentes, somos imediatamente remetidos para fora da *pólis*. Esse corpo mediado é um corpo cosmopolítico que explicita a possibilidade de novos acordos apoiados na condição relacional, corpos que emergem das redes sóciotécnicas sem estabelecer a distinção epistemológica entre natureza e sociedade, propondo forma diferente de fazer política e antropologia que tem na consciência sobre o seu caráter relacional o seu ponto de partida.

É nessa perspectiva que os capítulos desse trabalho apresentam diferentes configurações que colocam em jogo o atleta e o seu corpo e no limite a natureza de um corpo identificado como humano, bem como dão novo estatuto para políticas públicas de saúde, redes de laboratórios, substâncias bioquímicas e de alguns implementos utilizados no treinamento de atletas. Em outras palavras, séries heterogêneas que, através de seus arranjos e deslocamentos, dissipam coerências, explicitam os processos engajados na determinação e manutenção de determinadas formas de conceber o doping e o esporte. A cada novo arranjo, linhas de fuga são traçadas e outro corpo aparece no horizonte, produto da engenhosidade e da criatividade desses agentes. Um corpo que

deseja a próxima marca, que deseja o corpo que vai bater essa marca, correr um milésimo abaixo, levantar um quilo a mais ou que irá deslocar-se de forma mais hidrodinâmica. Por isso, o desejo é um dos fatores mais relevantes desses agenciamentos: ele dá início ao processo e faz manter a sua continuidade. Um desejo que produz outro desejo, um corpo que produz outro corpo.

Se para muitos o futuro do esporte como o compreendemos é incerto, se alguns ainda anunciam que, devido às ameaças do doping genético, em poucos anos os esportes serão parecidos com aqueles filmes de mutantes que assistimos na televisão, esse medo emerge, justamente, por causa do contato com essas novas tecnologias que fazem emergir um novo horizonte de possibilidades para o corpo. Na perspectiva aqui desenvolvida, o atleta não burla simplesmente o sistema, mas o rearranja de acordo com as suas possibilidades e as possibilidades que o dispositivo lhe oferece. Esse caso é ilustrativo do tipo de imaginação que um número incontável de suplemento e implementos é utilizado por técnicos e atletas, mas também de saberes e práticas sobre o corpo, aplicados e constituídos a partir do cotidiano esportivo. O uso dessas substâncias consideradas doping explicita a preocupação do atleta com o corpo possível, não importando o risco ou o objetivo inicial da técnica – o que está em jogo é que ela possibilita essa imagem do próximo corpo atlético possível.

No esforço de constituir uma abordagem subsidiada pela compreensão das realidades complexas que participamos, o olhar antropológico debruça-se sobre os processos contingenciais de ordenação da realidade heterogênea. Ou seja, acompanha os processos de emergência e estabilização de controvérsias referentes ao doping e ao esporte de alta performance, as traduções e os deslocamentos realizados na configuração dessas versões, seja para dar ao doping um estatuto de problema global, como o risco iminente à saúde de jovens praticantes de esportes ou para demarcá-lo como conduta imoral não apenas negativa para a saúde do corpo, mas também para o espírito esportivo. Como um problema de saúde pública que precisa dos esforços conjugados de agências internacionais, governos nacionais, empresas farmacêuticas, atletas e laboratórios para ser combatido de forma eficiente. Mas, nesse percurso, quais são as versões do doping e do corpo do atleta descritas?

No segundo capítulo, apresentei o doping a partir da perspectiva da performance esportiva como um processo de aprendizagem envolvendo coletivos sociotécnicos, com o intuito de contornar os termos do binômio doping/antidoping ao inseri-lo na

heterogeneidade do dia a dia de treinamento, composto por técnico, atletas, implementos, saberes sobre o corpo e práticas de treinamento, todos articulados de diferentes maneiras na potencialização de um corpo capaz de atuar em alta performance. As práticas demarcadas como doping deixam de ser compreendidas como dentro do diacrítico do lícito e do ilícito, do aceito e do imoral, passa a estar inserido em uma série de mediações sociotécnicas e, portanto, da sua capacidade de produzir diferença nesse processo em busca da melhor marca. O corpo ganha uma nova e específica topografia, muitos dos saberes e implementos utilizados pelo técnico procuram definir e desenvolver o *core*, uma região inteira do corpo responsável por tornar os atletas mais planos. O *core* redefine o corpo com o objetivo de melhor “*furar a água*”, torná-lo mais hidrodinâmico.

Naquele contexto, a própria performance de ponta problematizava os limites do corpo, ressaltando a ontologia de um corpo cosmopolítico que está continuamente mudando e tem isso explicitado através do trabalho cuidadoso e *full time* do treinador. Na necessidade de nunca terminar o trabalho, de manter o desenvolvimento no sentido de transformar o atleta continuamente. Nessa direção, não é possível falar apenas em manutenção da condição de atleta, mas em novos limites que passam a estar colocados em um corpo que está continuamente se transformando. É isso que chamo de transitividade, os novos limites sendo traçados para o corpo de cada atleta, expressando a confusão entre o estágio atual do corpo e uma próxima performance possível, a sua variação contínua. Sugerindo a impossibilidade de capturar a totalidade desse corpo e determinar as suas constantes, a vida atlética resiste à redução das classificações e enfrenta o desnudamento pelo simples fato de reconhecer a dependência desses extensos e heterogêneos coletivos que não somente ele mesmo, o corpo, como entidade objetiva, mas como mediador e produtor de inteligibilidade.

Os capítulos três e quatro apresentaram outras versões do doping e do corpo sendo produzidas a partir e através do conjunto de relações e traduções que chamei de estratégias antidoping. Essas estratégias são os processos e os dispositivos empreendidos no contínuo trabalho de demarcar o doping e o antidoping, capturar substâncias e práticas da heterogeneidade do cotidiano atlético e conferir o estatuto de imoral a elas. Contudo, no empreendimento dessas estratégias, na conjugação de todos os procedimentos de purificação implementados, uma nova configuração para a concepção do doping como forma de problematização é traçada. Ao descrever os

processos engajados na formação e estabilização de determinadas coerências, explicito esses exercícios do pensamento que estabelecem teleologias transcendentais que nos levam a conceber o esporte como o domínio do corpo natural e saudável.

Portanto, são empreendimentos que tentam estabilizar demarcações com o claro objetivo de defender o “espírito esportivo” e todos os valores relativos a ele. Contudo, na realização dessas estratégias, novas modalidades de relações de poder são formuladas e, com elas, outras versões do doping e do corpo humano atualizadas. Com a Agência Mundial Antidoping emerge uma nova forma de problematizar o doping, novos agentes – como documentos, agências esportivas, Polícia Internacional e Unesco – são reposicionados ganhando novas responsabilidades necessárias para empreender um combate ao doping com amplitude global, isso porque o doping passou a ser concebido, mas, principalmente, performado como um problema global, envolvendo questões como saúde pública e de tráfico de drogas. Performar esse novo doping supõe a criação de dispositivos que atuem e, portanto, produzam efeitos globais. O Código Mundial Antidoping não é apenas a estipulação dos limites estabelecidos entre doping e antidoping, mas, em seu processo de discussão e contínua adaptação, um procedimento de estabilização fundamental para a luta antidoping. Harmonização é a sua palavra de ordem e explicita a tarefa da Wada de coordenar eficientemente os esforços de todos os agentes envolvidos em combater o doping, em uma magnitude completamente nova.

Com a implementação de um regime de controle e monitoramento de atletas desenvolvido a partir de um mecanismo capaz de analisar longitudinalmente perfis biológicos dos atletas, uma nova política de combate ao doping começa a ser realizada. A possibilidade de passar depende de um novo mecanismo para produzir provas sobre o uso do doping que agora podem ser identificadas indiretamente, não mais através da caracterização da presença de uma substância proibida no organismo do atleta, mas através dos efeitos indiretos em sua constituição fisiológica – como descrito no capítulo quarto. Com isso, uma nova forma de tornar o doping visível é empreendida, tendo naquela imagem da variação um artefato capaz de realizar, simultaneamente, uma nova modalidade de vigilância e representar outra ontologia do corpo do atleta, capturada e transformada em índice. Na elaboração desse sistema de monitoramento, encontramos novos procedimentos de organização e arranjo desses elementos envolvidos não somente em combater o doping, mas em elicitá-lo, em torná-lo visível para que possa ser demarcado e devidamente punido. O coletivo implicado na elaboração desse

deslocamento de estratégias de combate são os testes laboratoriais, a inferência probabilística, sistemas informacionais, os procedimentos de padronização etc. que permitem a instauração de um renovado regime de poder. A imagem produzida pelo passaporte biológico do atleta não é, simplesmente, uma representação: ela provê uma base para estabilizar uma versão muito particular não só do doping, mas do próprio atleta monitorado continuamente.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?:** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009. 92 p.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer.** Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. -. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2010- . nv. (Humanitas).

AQUINO NETO, Francisco Radler de. O papel do atleta na sociedade e o controle de dopagem no esporte. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p.138-149, jul. 2001.

BANCEL, Nicolas; GAYMAN, Jean-marc. Éducation physique et travail: le moteur humain (1862-1914). In: BANCEL, Nicolas; GAYMAN, Jean-marc. Du Guerrier à l'athlète: Éléments d'histoire des pratiques corporelles. Paris: Puf, 2002. Cap. 7, p. 166-196. (Pratiquescorporelles).

BIEHL, João; LOCKE, Peter. Deleuze and the Anthropology of Becoming. *Current Anthropology*, Princeton, v. 51, n. 3, p.317-351, jun. 2010.

BITTENCOURT, Fernando Gonçalves. NO REINO DO QUERO-QUERO: corpo e máquina, técnica e ciência em um centro de treinamento de futebol-Uma etnografia do ciborgue do mundo vivido. 2009. 314 f. Tese- Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BRISSONNEAU, Christopher & OHL, Fabien (2010): The genesis and effect of French anti-doping policies in cycling, *International Journal of Sport Policy and Politics*, 2:2, 173-187

BRISSONNEAU, C., O. Le Noe (2006), « Construction d'un problème public autour du dopage et reconnaissance d'une spécialité médicale,/ *Sociologie du travail*/, 48, 4: 487-508.

BUTLER, Judith. "Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'". In LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 151-172. BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap.1

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: y: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Ba. In: LAW, John. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge, 1986. p. 196-223.

What does it mean to say that economics is performative? In: MACKENZIE, Donald; MUNIESA, F; SYU, L. *Do Economists Make Markets?: On the Performativity of Economics.* Chicago: Princeton University Press, 2006. p. 1-54.

CNRS: DEPARTMENT OF LIFE SCIENCES (Paris). **Doping and sports t:** Collective expert assessment. 1998. Disponível em:

<<http://www.cnrs.fr/cw/en/pres/compress/dopage/dopage2.html>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

COLLIER, Stephen; ONG, Aihwa. Global Assemblages, Anthropological Problems. In: COLLIER, Stephen; ONG, Aihwa. *Global Assemblages: technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. Cap. 1, p. 3- 21.

DAMATTA, Roberto. *Esporte e Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro*, in DaMatta, Roberto et al (orgs), *Universo do Futebol*, Rio de Janeiro, Pinakothek, 1982

DAMO, Arlei Sander. *Do Dom a profissão: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. 2005. 430 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ed.). *Anthropology in the Margins of the State*. James Currey Publishers, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. *Mil Platôs Vol 5: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: 34, 1997. (Trans).

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 1ª edição São Paulo: 34, 1992. p. 232.

_____. Foucault. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 142.178
_____. *Désir et plaisir*. Magazine Littéraire, Paris, n. 325, p.57-65, out. 1994.
_____. “O que é um dispositivo?” In: *O mistério de Ariadne*. Ed. VegaPassagens. Lisboa, 1996, p. 5.

DOMENECH, Miquel; TIRADO, Francisco Javier. Chave para leitura de textos simétricos. In: DOMENECH, Miquel; TIRADO, Francisco Javier (Org.). *Sociologia Simétrica: Ensayos sobre ciencia, tecnologia y sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1998. p. 13-50.

DUMÉZ, Hervé; JEUNEMAÎTRE, Alain. Michel Callon, Michel Foucault and the dispositif: When economics fails to be performative: A case study. *Aegis*, Paris, v. 4, n. 6, p.227-237, 2010.

EHRENBERG, Alain. **Le culte de la performance**. Paris, France: Fayard, c1991, 2011. 323 p. (Pluriel).

DEMESLAY, Julie; TRABAL, Patrick. La politique de L'agence Mondiale Antidopage: des arguments controversés. **International Review On Sport And Violence**, S-1, v. 7, p.21-32, 2013

DEMESLAY, Julie; TRABAL, Patrick. De quelques contraintes du processus d'harmonisation des politiques antidopage. **Terrain & Travaux**, Paris, v. 12, n. 1, p.138-162, 2007.

DIMEO, Paul. **A History of Drug Use in Sport 1876–1976: Beyond Good and Evil**. New York: Routledge, 2007. 150 p.

ELIAS, Norbert. Ensaio sobre o desporto e a violência. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Em Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1985. p. 223-256. (Memória e Sociedade).

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. 541 p. (Tópicos)

_____. Em Defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382 p.

_____. História da Sexualidade I: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. 151 p.

_____. O Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. 474 p.

_____. “A Governamentalidade”. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979. p. 2.

HACKING, Ian. Ontologia Histórica. São Leopoldo: Unisinos, 2002. (Filosofia e Ciência).

_____. An introduction: probability and induction logic. New York: Cambridge University Press, 2001

HANSTAD, Dag Vidar; SMITH, Andy; WADDINGTON, Ivan. The Establishment of the World Anti-Doping Agency A Study of the Management of Organizational Change and Unplanned Outcomes. *International review for the sociology of sport*, v. 43, n. 3, p. 227-249, 2008.

HANSTAD, Dar Vidar. **Antidoping in Sport: A study of policy development since 1998**. 2009. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sport Sciences, The Norwegian School Of Sport Sciences, Oslo, 2009

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. , p.7-41, 1995.

_____. “Saberes localizados: a questão da ciência pra o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*. No. 5, p. 7-42, 1995.

HEYES, Cressida J. *Self-transformations: Foucault, ethics, and normalized bodies*. 2007. Oxford University Press

HOBERMANN, John. **Testosterone Dreams: Rejuvenation, Aphrodisia, Doping**. Berkeley: University Of California Press, 2005. 357 p.

_____. (2001) 'How Drug Testing Fails: The Politics of Doping Control', in W. Wilson and E. Derse (eds) *Doping in Elite Sport*, pp. 241-74. Champaign, IL: Human Kinetics.

HOULIHAN, Barrie. *Doping and Sport*. In: HOULIHAN, Barrie. *Sports, Politics and Policy: A comparative analysis*. London: Routledge, 1997. Cap. 6. p. 179-220.

JASANOFF, Sheilla. Introduction: The idiom of co-production. In: JASANOFF, Sheilla. **States of Knowledge: the co-production of science and social order**. New York: Routledge, 2004. Cap. 1, p. 1-13.

JOHNSON, Andi. The athlete as model organism: the everyday practice of human performance. *Social Studies Of Sciences*, Sage, v. 6, n. 43, p. 878-905, nov. 2013

KOCKELMAN, Paul. The anthropology of an equation: Sieves, spam filters, agentive algorithms, and ontologies of transformation. **Hau: Journal of ethnography Theory**, 3, v. 3, n. 3, p.33-61, 2013.

LATOURETTE, Bruno. **A Esperança de Pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: Edusc, 2001. 372 p. (Filosofia e Política) pg. 207

_____. Por uma Antropologia do Centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.397-412, 2004.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012.

_____. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. *Body And Society*, Nottingham, Uk, v. 10, n. , p.205-229, 01 jun. 2004. Disponível em: . Acesso em: 19 nov. 2009.

_____. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches. Bauru: Edusc, 2002. 106 p. (Filosofia & Política).

_____. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de Campo: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP*, São Paulo, v. 15, n. , p.339-352, 01 jan. 2006.

LAW, John. *Multiple Worlds*. In: LAW, John. **After Method: Mess in the social science research**. New York: Routledge, 2004. Cap. 3, p. 45-68.

_____. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems practice**, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LAW, John; MOL, Annemarie. *Complexities: An Introduction*. In: LAW, John; MOL, Annemarie. **Complexities: Social studies of knowledge practices**. Durham And London: Duke University Press, 2002. p. 1-22.

MARQUES, Marlice Aparecida Sipoli; PEREIRA, Henrique Marcelo Gualberto;

AQUINO NETO, Francisco Radler de. Controle de dopagem de anabolizantes: o perfil esteroideal e suas regulações. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.15-24, fev. 2003.

Mc GRAYNE, Sharon Bertsch. 2011. The theory that would not die: How Bayes' Rule cracked the enigma code, hunted down Russian submarines, and emerged triumphant from two centuries of controversy. New Haven, CT: Yale University Press

MOL, Annemarie. Ontological politics.: A word and some questions. *The Sociological Review*, Oxford, v. 47, n. 1, p.74-89, maio 1999.

NOÉ, Olivier Le; TRABAL, Patrick. Sportifs et produits dopants: prise, emprise, déprise. *Drogues, Santé Et Société*, Paris, v. 7, n. 1, p.191-236, jun. 2008.

OHL, Fabien et al. The socialization of young cyclists and the culture of doping. *International Review For The Sociology Of Sport*, [s.l.], v. 0, n. 0, p.1-18, jul. 2013.

ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J (ed.). **Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Malden: Blackwell, c2005. 494 p.

OUDSHOORN, Nelly. Beyond the natural body: an archeology of sex hormones. London: Routledge, 1994.

PEREIRA, Henrique Marcelo; PADILHA, Mônica C.; AQUINO NETO, Francisco Radler de. **A Química e o controle de dopagem no esporte**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2010. 54 p. (Química no cotidiano).

PRECIADO, Beatriz. "Biopolitique du genre". In: ROUCH, Hélène; DORLIN, Elsa; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique (Orgs.). *Le corps, entre sexe et genre*. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 61-84.

_____. (2002). *Qué es La contra-sexualidad?*, Manifiesto contrasexual, Madrid, Opera Prima. p. 15-36.

_____. 2009a, "Museo, basura urbana y pornografía", en: *Cuerpos Frontera Zehar*, No. 64, San Sebastián, pp. 38-47

RABINOW, Paul; BIEHL, João Guilherme. *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Relume Dumará, 2002.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O Conceito de biopoder hoje. **Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 24, p.27-57, abr. 2006.

ROBINSON, Neil et al. Bayesian Detection Of Abnormal Hematological Values To Introduce A No-Start Rule For Heterogeneous Populations Of Athletes. **Haematologia**, S-I, v. 92, n. 1, p.1143-1144, ago. 2007.

SANSI, Roger. The Latour event: history, symmetry and diplomacy. *Social Anthropology*, v. 21, n. 4, p. 448-461, 2013.

SOTTAS, Pierre Edouard et al. Bayesian detection of abnormal values in longitudinal biomarkers with an application to T/E ratio. **Bioestatistics**, Oxford, v. 2, n. 8, p.285-296, jun. 2006

STRATHERN, Marilyn. Introdução. O gênero da Dádiva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. “Cortando a rede” (1996). Ponto.urbe, 8, 2011.

TARDE, Gabriel . **Monadologia e sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 110 p.

TAVARES, Otávio. Doping: Argumentos em discussão. **Movimento**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.41-55, jan. 2002.

VARGAS, Eduardo Viana. Farmacos e outros objetos sociotécnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. **Drogas e cultura: outras perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008. p. 41-64.

VIGARELLO, Georges. **Du jeuancien au show sportif: la naissance d'unemythe**. Paris: Editions du Seuil, 2002. 233p. (La couleur des idees). ISBN 2020530384 (broch.).

WADA. **Play True: Global Mission**. 2006. Issue 2. Disponível em: <https://wada-main-prod.s3.amazonaws.com/resources/files/PlayTrue_2006_2_Global_Mission_EN.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

WADA (Canada). **Play True: Harmonization**. 2005. Issue 3. Disponível em: <https://wada-main-od.s3.amazonaws.com/resources/files/PlayTrue_2005_3_Harmonization_EN.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2015.

WADA. Prohibited List. Disponível em: <http://www.wada-ama.org/en/Science-> . Acesso em: 12 nov. 2012.

WADA. International Standards. Disponível em: <https://www.wada-ama.org/en/what-we-do>. Acesso em: 12 nov. 2012.

WADA. Tools. Disponível em: <http://www.wada-ama.org/en/World-Anti-Doping-> . Acesso em: 12 nov. 2012

WADDINGTON, Ivan; SMITH, Andy. An introduction to drugs in sport: addicted to winning?. Routledge, 2009.